

Ruralidades



I Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente

GT 2: TRABALHO RURAL E MIGRAÇÕES



DE SEM-TERRA A SEM TERRA: MEMÓRIAS E IDENTIDADES DE UM TRABALHADOR RURAL ASSENTADO

ALVAIDES, Natalia Kerche - UFSCar¹; SCOPINHO, Rosemeire Aparecida – UFSCar²

nka.k@hotmail.com; scopinho@ufscar.br

FAPESP

Trabalho rural e migrações

Resumo

As recentes transformações sócio-econômicas tornaram o mundo rural brasileiro heterogêneo. Destaca-se a emergência de sujeitos sociais marcados pelo desenraizamento e pela tentativa de reconstrução da identidade social de trabalhador rural, a partir do resgate de experiências e memórias e da inserção em movimentos sociais de luta pela terra. Esta pesquisa objetivou analisar a contribuição da memória no processo de enraizamento de trabalhadores em assentamentos rurais de reforma agrária e como os elementos desta memória dialogam com os princípios organizativos dos movimentos sociais aos quais eles vinculam-se. O sujeito entrevistado foi escolhido intencionalmente considerando a idade, a experiência com o trabalho rural e a participação em movimentos sociais de luta pela terra. As informações foram coletadas por meio de análise bibliográfica e documental, de pré-entrevista, de duas entrevistas abertas e uma semi-estruturada; e analisadas de modo a compreender a relação entre os quadros de memória apresentados e o processo de reconstrução da sua identidade social. No âmbito das relações familiares, do trabalho e da participação em movimentos sociais múltiplos personagens se construíram em diferentes cenários: o nordestino em busca de melhores condições de vida, o operário no ABC paulista nos anos setenta, o sindicalista em favor da luta dos seringueiros pela posse da terra e pela preservação ambiental na Amazônia nos anos oitenta, o demandante de terra e militante do MST em São Paulo nos anos noventa. A análise das lembranças da trajetória de vida deste trabalhador rural mostrou como se deu o processo de construção dos personagens componentes da sua identidade e como a identidade Sem Terra, ao mesmo tempo em que resulta da relação estabelecida entre eles, os re-significa.

¹Mestranda PPGPsi

²PPGS

Introdução

Neste artigo, abordamos o universo simbólico dos trabalhadores rurais assentados, do ponto de vista da relação que se estabelece entre memória e identidade social. As recentes transformações tornaram o rural brasileiro heterogêneo, encontramos uma expressiva parcela de trabalhadores que, marcados tanto pelo desenraizamento quanto pela tentativa de re-construção da identidade social, buscam nos movimentos de luta pela terra uma alternativa de sobrevivência e de pertencimento.

Segundo Bosi (2004), os trabalhadores rurais migrantes perderam não só a paisagem natal, mas também, os vizinhos, as festas, as maneiras de vestir, o entoado de falar, de viver, de louvar a Deus. Ao perderem as suas múltiplas raízes culturais vivenciam um processo de desenraizamento que pode levar à fragmentação da identidade social, porque a “base objetiva material” desta nova condição de vida não condiz mais com a “configuração subjetiva do sujeito”. No entanto, em contato com o grupo social de referência, o sentimento de pertença pode ser recuperado por meio de imagens, idéias, valores e afetos compartilhados.

Stédile & Fernandes (1999) defendem que a inserção desses trabalhadores em movimentos sociais do campo é uma alternativa política para transformar esta condição. Os autores consideram que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST tem atuado nesta direção ao reconstruir e compartilhar não só valores e tradições, mas também propor diretrizes organizativas para os acampamentos e assentamentos que apontam para a possibilidade de transformar as condições de vida no campo e, assim, contribuir na construção da identidade de trabalhador rural Sem Terra.

Baseadas nessas considerações, procuramos compreender como a memória participa do processo de enraizamento e reconstrução da identidade social de trabalhadores que, por força das transformações do rural, foram obrigados a deixar suas terras, passaram por processos migratórios e inseriram-se no MST, em busca de melhores condições de vida.

Sobre desenraizamento, enraizamento e memória...

Do ponto de vista da Psicologia Social, *subjetividade* pode ser conceituada como “(...) a organização dos processos de sentido e de significação que aparecem e se organizam de diferentes formas e diferentes níveis no sujeito e na personalidade, assim como nos diferentes espaços sociais em que o sujeito atua.” (GONZÁLES REY, 1999, p.108). Ela estrutura-se, portanto, no campo social embora se expresse no plano individual

por meio de crenças, valores, representações e comportamentos, constituindo-se como produtora e produto da identidade social, sob a mediação da linguagem e do trabalho.

Ao ser excluído da rede social de pertencimento, o sujeito afasta-se dos seus valores, ideologias, costumes e crenças e encontra dificuldades de ordem objetiva e subjetiva para se realizar e se reproduzir com ser social. Simone Weil (1996) argumentou que a necessidade mais importante e desconhecida da alma humana é o enraizamento, que ocorre através da participação real, ativa e natural na existência em coletividade, conservando viva a memória do passado e as expectativas em relação ao futuro. Esta capacidade de participação vem, automaticamente, da origem, do nascimento, da profissão e do lugar de pertencimento. As influências externas, as mudanças são importantes como estímulos que tornem a vida mais intensa, mas se elas forem coercitivamente impostas promovem a “doença do desenraizamento”. A autora refere-se a um processo não somente geográfico, mas, sobretudo moral, provocado pelo modo como se desenvolvem as relações sociais e a dominação econômica.

O desenraizamento é, por excelência, o desconhecimento do sujeito sobre a sua condição no mundo, nas palavras de Bosi (1987, p. 21) “(...) *é um efeito da alienação: é uma situação-limite do dominado na estrutura capitalista*”. Segundo Gonçalves Filho (1998), no processo de desenraizamento, desaparecem as condições intersubjetivas que garantem a liberdade, a pluralidade e a igualdade entre o homem e seu mundo. O desenraizado sofre por não reconhecer e ser reconhecido, por não existir socialmente. Para Frochtengarten (2002), o desenraizamento torna-se, portanto, uma doença da cultura e da estrutura capitalista e expande-se quando a união entre os homens já não é favorecida, impedindo a comunicação com o passado e as iniciativas futuras. O autor considera que o sujeito passa por uma *ruptura biográfica* quando as instituições que foram essenciais na sua formação não encontram mais ressonância em sua vida social. E é, exatamente, esta a dimensão psicológica do desenraizamento social, diante da qual se pode perder a significação da vida e gerar um esvaziamento identitário, por falta de vínculos com o passado e de projetos para o futuro.

Porém, a memória pode transformar o presente na medida em que reinterpreta o passado que nela está retido na forma de símbolos e cujo resgate pode condicionar as ações no presente. Segundo Bosi (2004, p.16) “(...) *do vínculo com o passado se extrai a força para a formação de identidade (...)*”, pois a memória de experiências passadas tanto expressa a história de vida dos memorialistas quanto a sua interpretação da realidade presente. Para Halbwachs (2006), a memória não é depositária de um passado conservado

na inteireza. Os fenômenos sociais do presente influenciam os fenômenos mnêmicos porque, ao mesmo tempo em que as percepções atuais buscam referências nas lembranças antigas, estas se adaptam ao conjunto das percepções do presente e, assim, ajudam a recompor o quadro de lembranças. Apoiando-se nessas ideias, Frochtengarten (2002) diferenciou a imagem evocada da experiência vivida: “(...) *uma lembrança é o presente de um passado que vem todo atravessado por formas de percepção, idéias e juízos que trazemos em nosso atual cabedal de representações e que se vinculam aos grupos que hoje participamos*” (p.14).

A Psicologia Social, ao apoiar-se neste referencial para entender a memória como constitutiva de subjetividades e identidades, investiga o que se localiza entre os fenômenos puramente objetivos, como a percepção sensorial, e os fenômenos puramente subjetivos, a construção da memória, e recorre às tramas de caráter sociológico que permeiam a vida cotidiana, isto é, considera como se estruturam as relações sociais vivenciadas pelo sujeito e como ele delas participa. Deste ponto de vista, a memória é fundamental para o indivíduo e o seu grupo social de referência, por fornecer elementos que proporcionam unidade física, continuidade no tempo e sentimento de coerência e pertença, ou seja, enraizamento.

O MST, ao resgatar, valorizar e re-significar em seus princípios organizativos a memória trazida pelos trabalhadores rurais assentados, procura criar condições para que eles vivenciem o sentimento de unidade, continuidade e coerência e para tanto utiliza recursos subjetivos como a vivência cotidiana, a mística e o discurso político. Para este movimento social, a *cultura camponesa* é produto da forte relação que o homem do campo estabelece com a natureza e, por isto, ela assume características vinculadas ao mito, à superstição, à tradição, à contemplação e ao raciocínio associativo, de conotação “ingênua e imediatista”, que se expressa na forma como o trabalhador rural lida com a vida econômica e social. Para além da defesa da distribuição de terras, o MST busca estabelecer um processo de formação que desmitifique os sistemas culturais, transforme a natureza “ingênua e imediatista” e desenvolva a consciência política, a partir da combinação de práticas, outros referenciais e padrões de vida que permitam a reprodução do camponês como sujeito social (Concrab,1997).

Nos acampamentos e assentamentos rurais, entre os princípios organizativos importantes encontra-se a cooperação autogestionária – como ação social organizada para atingir objetivos e resolver problemas comuns – e a agroecologia – como forma de desenvolver a produção agropecuária limpa e conservacionista, respeitando os recursos naturais e humanos (Concrab, 2001; MST, 2006). Do ponto de vista deste movimento

social, isto é fundamental para não reproduzir as relações de exploração que levaram os trabalhadores ao êxodo e ao empobrecimento. Esses princípios têm encontrado eco nas vivências de parte da base social que compõe este movimento, especialmente dos que já experimentaram a vida no campo onde a agricultura familiar tradicional baseada na cooperação espontânea entre parentes e vizinhos, em meio às transformações econômicas e sociais em curso, deram lugar às relações de produção empresariais.

A identidade Sem Terra concretiza esses princípios, dá corpo à ideologia do MST e é por eles concretizada. Quando o sujeito insere-se no movimento social, ele não recebe passivamente a ideologia e os princípios organizativos, mas ele os concretiza de acordo com a sua singularidade. Para melhor compreender esses mecanismos, trabalhamos com a idéia de Ciampa (1987): a identidade social é constituída por uma bricolagem de *personagens*. As diferentes maneiras de estruturação das personagens indicam o modo como a identidade é construída por cada um, a articulação de igualdades e diferenças, constituindo e constituída por uma história pessoal, uma estrutura social e um momento histórico. Para este autor, a identidade não é algo plenamente concretizado – como concreto, está sempre se concretizando. A concretude é, justamente, a sua temporalidade: passado, presente e futuro. Daí a importância de verificar como o passado influencia o presente, criando expectativas futuras. E é, exatamente, no processo de desenraizamento/enraizamento, na relação entre indivíduo/grupo social que, empiricamente, podemos ver expresso o real movimento da identidade, no seu caráter de metamorfose.

Com base neste referencial, analisamos as narrativas de lembranças de um trabalhador rural assentado com o objetivo de identificar as suas representações sobre as experiências passadas e as vividas atualmente no processo de luta pela terra e a influência dessas lembranças na configuração da identidade social de trabalhador rural Sem Terra. Trabalhamos com a hipótese de que a memória foi re-significada pela vivência dos princípios organizativos preconizados pelo MST, o que proporcionou condições para o enraizamento e, conseqüentemente, para a reconstrução da identidade social.

O memorialista é morador do Assentamento 17 de Abril, antigo Horto Florestal Fazenda Boa Sorte, localizado em Restinga-SP e foi, intencionalmente, escolhido em razão da faixa etária (mais de sessenta anos), da experiência com o trabalho rural e da participação em movimentos sociais, especificamente os de luta pela terra. As informações foram obtidas por meio de uma pré-entrevista, de duas entrevistas abertas e de uma entrevista semi-estruturada, que foram gravadas, transcritas e analisadas de modo a elege

categorias que permitissem compreender a relação entre os quadros da memória e o processo de reconstrução da identidade social. Para melhor conhecer o contexto de produção das lembranças, analisamos documentos e realizamos visitas ao Assentamento Boas Sorte e à cidade de Xapuri-AC³, os mais importantes cenários referidos nas lembranças.

O memorialista foi denominado pelo próprio nome, Pedro Sebastião Rocha, com a sua devida autorização⁴. Ao longo do texto, para melhor relacionar as suas lembranças com a noção de identidade de Ciampa (1987) o denominaremos de diversas formas: como Seu Pedro – como o conhecemos, protagonista da investigação – que encenou várias personagens ao longo da vida e os expôs nas narrativas. E as personagens construídos ao longo de sua trajetória: Pedrinho, na infância; Pedro, no início da vida adulta; Pedro Rocha, nos tempos em que viveu no Acre; Pedro Xapuri, quando voltou para São Paulo e vinculou-se ao MST. Os nomes são reais e relacionam-se ao modo como Seu Pedro foi ou é conhecido. Estas personagens convivem de maneira dinâmica em Seu Pedro, um existe em razão dos outros, portanto, mesmo nos referindo a uma personagem específica não o dissociamos dos outros.

Para ser coerente com o referencial teórico utilizado, procuramos respeitar, ao máximo, a ordem e a importância das lembranças trazidas pelo memorialista, pois a própria ordem em que elas aparecem são, por si só, significativas da forma como elas constituem o sujeito e seu grupo social. A análise privilegiou tanto a estrutura da narrativa - os fatos rememorados - quanto o processo narrativo, a ordem como os eventos foram lembrados. Nas entrevistas, utilizamos a técnica da exploração aberta, que combina relatos orais de história de vida e perguntas exploratórias, de forma a deixar o entrevistado encadear e compor, à sua vontade, os momentos do seu passado.

Apresentaremos, primeiramente, as personagens construídas ao longo da trajetória de vida de Seu Pedro, destacando três esferas constitutivas deles: a família, o trabalho e a participação em movimentos sociais para depois analisar a relação destas personagens com a identidade Sem Terra.

PEDRINHO

³ O trabalho de campo em Xapuri-AC foi realizado no contexto do Projeto de Cooperação Acadêmica – CAPES/PROCAD UFSCar/UFAM/UFAC, em andamento no Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFSCar (Valêncio, 2008).

⁴ Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSCar, protocolo 121/2009, de 15/05/2009.

Seu Pedro foi o mais novo entre os homens de uma família de doze irmãos, não frequentou escola e aprendeu o que sabe trabalhando com o pai. A personagem Pedrinho e seus irmãos foram nascidos e criados num mundo rural onde o trabalho era, intrinsecamente, ligado à exploração da terra e não se separava das outras dimensões da vida.

Na cidade de origem, Jaquaretama – CE, enfrentou dificuldades típicas do nordestino: a falta de infra-estrutura, de trabalho e a exploração do patrão. Arrendatários da terra que cultivavam, a família era explorada pelo proprietário que, além de ficar com a maior parte da produção e superfaturar a venda de gêneros de primeira necessidade, valia-se do nome dos trabalhadores para obter financiamentos bancários e repassar para eles próprios a juros maiores. Apesar das condições adversas, Seu Pedro mostrou ter sido uma criança feliz. Lembrou as brincadeiras de faz-de-conta com o irmão mais velho Cícero, que fantasiavam a realidade vivida no sertão. Lembrou-se também de episódios alegres vividos com a mãe no vilarejo, quando divertia os vizinhos, dançando em troca de doces.

De modo geral, o pai era o responsável pelo trabalho na roça e a mãe pela manutenção da casa. Devido às condições de exploração, Seu Pedro atribuiu grande valor à função da mãe na estrutura familiar que, junto com os filhos, cuidava do sustento da família por meio da criação de pequenos animais e da caça. Entre as brincadeiras e as lutas pela sobrevivência, Seu Pedro criou sua primeira personagem, Pedrinho. Analfabeto, ele interagia com o mundo por meio de brincadeiras e do trabalho, mas também aprendia as consequências da exploração.

A participação política de Seu Pedro começou no estado do Acre, nos anos oitenta, motivado pelo desejo de permanecer na terra. Entretanto, as suas lembranças da infância trazem fatos e marcos que influenciaram o seu posicionamento político. Vivendo a opressão desde criança, Pedrinho trabalhou no campo e não pode frequentar a escola tendo sido alfabetizado somente no início da vida adulta, quando já morava na cidade. Analfabeto, explorado e com dificuldades financeiras, mas saudoso dos momentos da infância ligados ao convívio familiar.

PEDRO

No início da vida adulta Seu Pedro tornou-se o provedor da casa. Analisando as condições inóspitas do local onde vivia com a família, sugeriu mudança para onde houvesse melhores condições de sobrevivência. Entrou em cena Pedro, nova personagem cuja marca é a luta pela autonomia.

Pedro buscou romper com as condições de exploração a que Pedrinho estivera exposto, porém, elas se repetiram nos novos lugares para onde ele e a família migraram. A tentativa frustrada de permanência no trabalho rural não propiciou o suficiente para o sustento familiar e o memorialista tentou a sorte na cidade como assalariado em olaria.

Motivado mais uma vez pelas dificuldades de sobrevivência, o memorialista decidiu por uma nova migração, desta vez para terras mais distantes onde esperava encontrar melhores condições de sobrevivência. Atraído pela possibilidade de obter terra aderindo à política de ocupação da Amazônia promovida pelo governo militar, Seu Pedro resolveu ir para o Acre. Ocorreu, neste momento, a primeira ruptura significativa na estrutura familiar. Ele se separou dos pais, que permaneceram em Fortaleza, e viajou, primeiramente, para São Paulo para de lá ir para o Acre. A personagem Pedro conheceu, então, os males do desenraizamento.

A família apareceu nas suas narrativas como ponto de apoio e de razão para a cartografia da migração. Ele traçou a logística de sua ida ao Acre tendo como ponto de apoio uma irmã que residia na cidade de São Paulo. Ao chegar ao seu primeiro destino e sem dinheiro, a irmã e as oportunidades de ter emprego na maior e mais industrializada cidade da América Latina seduziram o memorialista, que ali permaneceu. Com a trajetória rumo ao Acre interrompida, Seu Pedro iniciou uma vida de trabalho na capital paulista. Ele atribuiu à falta de estudos a dificuldade de encontrar emprego. Mais uma vez, ele foi assalariado agora como servente de pedreiro. Todavia, nesta etapa da jornada, a partir de um emprego formal, ele obteve melhorias nas condições de trabalho e aumento de salário.

Neste momento da narrativa, apareceu pela primeira vez Almerinda, a esposa que ele conheceu ainda no sertão cearense e namorou por correspondência depois que migrou. Em 1973, ocorreu um novo marco familiar quando o pai morreu e o migrante voltou para o Ceará onde convenceu a mãe-viúva, quatro irmãs e um sobrinho a retornar com ele, reafirmando seu papel central na estrutura familiar. Após o falecimento de sua mãe, ele casou-se com Almerinda, que na época já residia em São Paulo com as irmãs, e formou um novo núcleo familiar, agora como patriarca.

Mesmo com as perspectivas de crescimento na fábrica em que trabalhava, crescia um desejo que começou a tomar forma: o de ser o responsável pela organização do seu próprio trabalho. Ele pediu demissão da fábrica e tornou-se retirinista⁵ mas, ainda sem condições de ser o proprietário dos meios de produção, alocou a máquina em sua própria

⁵ Aquele que trabalha em malharia confeccionando as blusas e camisas.

residência para ter a liberdade de determinar o ritmo do trabalho, além de poder inserir a família na produção.

Em suma, pressionado pela intensa vida urbana de São Paulo, sem estudos e sem experiência de trabalho industrial, ele tornou-se, respectivamente, servente de pedreiro, auxiliar de linha de produção de uma fábrica e, por fim, retirinista. Construiu-se uma nova personagem: Pedro. Embora, ele não tivesse narrado lembranças de envolvimento em movimentos sociais ou sindicais nos anos setenta, considerou que isto se deu devido à repressão da ditadura militar. Retomando Halbswach (2006), podemos afirmar que a postura militante atual do memorialista influencia o modo como ele interpreta o seu próprio passado. Quando viveu em São Paulo nos anos setenta, ele não tinha conhecimento dos fatos políticos da época; a militância sindical e no MST, o fez interpretar a não participação no movimento sindical paulista dos anos setenta como sendo produto da repressão.

Neste ponto ressurgiu na narrativa das lembranças o motivo inicial de sua ida para São Paulo: a migração para o estado do Acre. Esta migração foi motivada, mais uma vez, por dificuldades no sustento da família, que ocorreu com o aval de sua esposa.

PEDRO ROCHA

Com o desejo de “(...) *não ser mais empregado de ninguém (...)*”, uma nova personagem começou a ganhar forma, Pedro Rocha. No Acre, negociada a posse da terra, ele e a família transferiram-se para uma colocação⁶ de acomodações simples, situada no Seringal Porvir, em Xapuri.

A família foi importante para a fixação de Seu Pedro em terras acreanas. A ida do cunhado significou um fortalecimento na rede de apoio, bem como nas condições de sobrevivência, pois, por ser posseiro, Seu Pedro não podia contar com financiamentos bancários e a renda obtida com a exploração da terra não era suficiente para o abastecimento da casa. Logo, junto com o cunhado, ele desenvolveu estratégias para sobreviver, Dona Almerinda também se inseriu na dinâmica da comunidade, tornando-se uma figura significativa como professora, que, mesmo com escasso retorno financeiro, empenhava-se na alfabetizando os seringueiros.

⁶ Unidade de residência e trabalho do seringal, que é composto por um conjunto de colocações. A colocação é o espaço onde o seringueiro caça, pesca, cria animais e cultiva roças de subsistência e extrai o látex. É uma unidade ambiental com diferentes nichos de recursos e atividades econômicas e uma unidade social pois as pessoas mantêm entre si intensas relações de vizinhança.

Pedro Rocha retomou o vínculo com a terra, mas não da mesma maneira inocente e subordinada da infância. A sua experiência e a ajuda de familiares e amigos, contribuíram para melhorar não só as suas condições de vida, mas também as da comunidade. Além disso, o memorialista trouxe as lembranças da adaptação ao bioma amazônico. Sua estratégia de sobrevivência na floresta amazônica deu-se, sobretudo, por manter um equilíbrio na exploração da natureza ao aplicar seus conhecimentos e experiências sobre agricultura herdada da família naquela realidade. Prevaleceu a narrativa sobre o uso de um sistema de plantio tradicional, que preserva o solo e busca a harmonia entre as espécies cultivadas.

Porém, a vida na floresta e o trabalho nos seringais contavam com a participação de um antagonista: o patrão seringalista. Mesmo com a posse da terra, o seringueiro era explorado porque o patrão era o intermediário na compra e venda dos produtos extrativistas e na comercialização dos produtos necessários para a sobrevivência na mata. A exploração assumiu diferentes formas na trajetória de Seu Pedro por meio das personagens Pedrinho, Pedro e Pedro Rocha e foi, justamente, a vivência dessas condições que fez com que, com o passar dos anos, Seu Pedro fortalecesse vínculos afetivos e políticos e se envolvesse com a luta sindical. Pedro Rocha, personagem militante composto em terras acreanas, constituiu-se com base nas experiências e vivências de Pedrinho - menino trabalhador rural - e Pedro - migrante nordestino no centro urbano paulista. Porém, o elemento fundamental da construção da personagem militante Pedro Rocha, está na sua relação com a terra. No Acre, Seu Pedro não comprou o lote de terra e sim o direito de posse que, na conjuntura amazônica daquela época, era legítimo.

Mas, a legitimidade enfrentava o poder dos donos das terras dos seringais, que compravam e vendiam produtos para os seringueiros, e dos fazendeiros do sul e do sudeste, que compravam os seringais dos primeiros para transformá-los em fazendas pecuaristas e, para tanto, expulsavam a população nativa da área: os seringueiros com ou sem direito de posse. Mudaram os atores e a natureza dos conflitos com a chegada dos fazendeiros do sul e do sudeste ao Acre. Os projetos de colonização da região amazônica formulados pelo regime militar para resolver os conflitos fundiários latentes nas regiões sul e sudeste modificaram as relações entre os seringueiros e a questão agrária na Amazônia. Antes o conflito estava relacionado à exploração da força de trabalho do seringueiro, depois passou a ter como causa a expulsão dele da terra (STR XAPURI, 1986; Paula & Silva, 2006).

Foi neste momento que a atuação política de Seu Pedro nos movimentos sociais de resistência sofreu uma mudança qualitativa na forma e no conteúdo. Migrante em região de

conflitos, Seu Pedro iniciou contatos e amizades e além disso, começou perceber a realidade local, conheceu as lideranças e o modo de organização política dos seringueiros. Mas, não foi repentinamente que esta personagem, Pedro Rocha, sindicalista na Amazônia acreana, constituiu-se. A gênese da militância de Seu Pedro relacionou-se, primeiramente, com a vivência dos conflitos na região. E como, aos olhos dos companheiros do seringal, ele tinha vivido na cidade que foi palco de movimentos políticos de repercussão nacional, como as greves dos metalúrgicos do ABC paulista, eles o reconheciam como um militante, mesmo que, de fato, não tenha sido.

A participação na Igreja também contribuiu para a formação da personagem Pedro Rocha, mesmo que, inicialmente, tenha sido motivada apenas pela fé religiosa. A Comissão Pastoral da Terra – CPT teve importância fundamental, ela tornou-se uma instância aglutinadora dos seringueiros e possibilitou momentos de discussão, reflexão e formação política. Desta forma, foi uma instituição fundamental, tanto na formação dos seringueiros quanto ajudando o sindicato a ter credibilidade perante eles.

Envolvido com a militância sindical, Seu Pedro ocupou a vice-presidência do STR Xapuri, para contribuir na reestruturação e fortalecimento do movimento sindical dos seringueiros na região. Paralelamente à construção da nova sede e a regularização dos filiados, os sindicalistas investiam na formação política dos seringueiros, cujos eixos eram o valor do trabalho e a defesa da permanência na terra, a divulgação e a orientação sobre os direitos contidos no Estatuto da Terra. Principalmente, contrapunham as vantagens de permanecer na terra e as desvantagens da migração para centros urbanos, onde os trabalhadores rurais sofriam com a especulação imobiliária, a falta de emprego e adaptação, ou seja, os males do desenraizamento.

Tendo se envolvido com a defesa da permanência dos seringueiros na terra, o sindicato tornou-se contrário aos interesses de grandes fazendeiros e alvo de retaliações. Todavia, o STR de Xapuri mantinha-se consolidado e unido, organizando ações de resistência. Entre elas o empate, forma de confronto utilizado pelos sindicalistas acreanos na década de 1980, que consistia em reunir os seringueiros, muitas vezes depois de dias de caminhada, em determinada área que o fazendeiro pretendia desmatar e/ou expulsar os trabalhadores. Munidos com armas, facões e seus próprios corpos, eles formavam uma barreira humana contra a invasão permanecendo por quanto tempo fosse necessário para impedir.

O crescimento da tensão devido aos confrontos entre fazendeiros e sindicalistas, aumentou o número de ameaças e emboscadas, as quais resultaram em perdas concretas.

Lembranças de companheiros de luta mortos foram narradas com pesar. Uma perda, em especial, marcou definitivamente a vida do memorialista: a morte de Chico Mendes, companheiro de luta, amigo pessoal e da família, considerado mártir que personificou a luta dos seringueiros da Amazônia pela terra. Estando com Chico Mendes desde a manhã do dia de sua morte e tendo testemunhado outras ameaças contra a vida do líder sindical, ele fez uma narrativa rica em detalhes sobre o fato. A própria vida de Seu Pedro esteve em risco e ele desenvolveu estratégias de auto-proteção contra as emboscadas, que se tornavam cada vez mais frequentes e fatais.

Após narrar as lembranças relativas ao seu engajamento político, Seu Pedro considerou a idéia do trabalho novamente, quando narrou a criação da Caixa Agrícola dos Trabalhadores de Xapuri, da qual foi presidente. É interessante que esta iniciativa foi uma estratégia para lidar com a exploração sofrida e tinha como pano de fundo uma proposta de melhoria das condições de vida dos seringueiros, na medida em que visava facilitar a comercialização da produção bem como contornar as adversidades da vida no seringal.

PEDRO XAPURI

Em 1989, depois da morte de Chico Mendes, por motivo de segurança, Seu Pedro deixou o Acre. A morte de Chico Mendes tornou-se de grande valor subjetivo para Seu Pedro pois significou uma relativa desestruturação do sindicato. Chico Mendes e o que ele representa são lembranças evocadas com frequência e se farão presentes por onde andar Seu Pedro: a luta pela terra e o compromisso com os trabalhadores rurais. Pedro Rocha passou a ser chamado pelos seus companheiros paulistas, depois do retorno, de Pedro Xapuri.

Ao retornar para São Paulo para o enterro de sua sogra, ele foi pressionado pela família para permanecer na capital paulista. Seu Pedro trouxe à lembrança a adesão de Dona Almerinda a esta pressão, que demonstrou medo de ficar viúva com os filhos em terras amazônicas, tendo em vista as mortes, como a de Chico Mendes.

A vida de luta e conquista da autonomia, da terra e do direito de nela permanecer seria, novamente, substituída pela vida na periferia urbana. Para não voltar a esta condição, buscou alternativas valendo-se da extensa rede de amigos e de cooperação criada durante o seu engajamento político na Amazônia. Mudou-se com a família para o interior de São Paulo, na cidade de Franca, e conseguiu trabalho como zelador do Sindicato dos Sapateiros desta cidade. Envolvido com este sindicato, foi convidado para participar da ocupação da Fazenda Boa Sorte, que considerou como possibilidade para retomar o vínculo com a terra.

No início de 1998, quando ocorreu a ocupação da Fazenda Boa Sorte, Seu Pedro estava empregado na horta municipal de Franca e dividia seu tempo entre a ocupação e o seu trabalho. No processo de ocupação, o contato de Seu Pedro com o MST aconteceu devido às relações mantidas com a Central Única dos Trabalhadores – CUT no STR Xapuri.

Conciliando o trabalho no sindicato, na horta e a ocupação, acostumado a não desistir facilmente, Pedro Xapuri participou do acampamento até a oficialização do assentamento e dividiu com seu filho mais velho a esperança da conquista da terra reivindicada, que compartilhava dos mesmos ideais do pai e logo se engajou na luta pela terra, por meio do MST, o que garantiu a formação acadêmica e política do jovem.

Seu Pedro foi demitido da Prefeitura Municipal de Franca, algum tempo depois obteve o direito de posse de um lote na fazenda ocupada, para onde levou a família. Neste ponto da narrativa de suas lembranças, Seu Pedro refletiu sobre a importância de conciliar militância e trabalho nos assentamentos da reforma agrária, exatamente, para dar crédito à política de re-distribuição de terras brasileiras.

No Assentamento Boa Sorte, ele é membro da direção regional do MST e sobrevive da pequena agricultura desenvolvida de modo orgânico e tradicional. Juntamente com Dona Almerinda, organizou uma pequena associação entre os vizinhos para produzir pães e doces e, ao comercializarem o que produzem, divulgam a luta em favor da reforma agrária.

Entre as personagens, a construção da identidade social por meio da memória

Procuramos compreender a construção das personagens assumidas por Seu Pedro ao longo da sua trajetória focalizando três esferas importantes da vida do memorialista: a família, o trabalho e a participação em movimentos sociais. Tais memórias têm consolidado a sua identidade Sem Terra e contribuído para resgatar e incorporar novos significados à existência das várias personagens que a compõem.

Pedrinho nasceu em uma estrutura social de exploração, que Pedro procurou romper, mas acabou submetido a outras formas. Pedro Rocha avançou na direção da ruptura e lutou pela terra no Acre mas, teve que recuar. Embora ainda sem terra, saiu do Acre com experiência ímpar que fez Pedro Xapuri por ela lutar novamente e obter um lote de reforma agrária, a partir do qual não só sustenta a família como, subjetivamente, a cria.

O que une essas diferentes personagens é a luta pela autonomia. Por meio delas é possível perceber o valor moral e subjetivo que Seu Pedro atribui a terra, pelo poder que ela tem de produzir e, assim, garantir a sobrevivência objetiva e subjetiva dos que nela

trabalham. Lutar por ela é lutar pela autonomia, política e econômica, e pela possibilidade de pertencer.

Nesta luta, o memorialista não está preso ao passado e à experiência individual. Por meio de ações concretas no presente, ele compartilha as experiências e reflexões no cotidiano do Assentamento 17 de Abril com os seus descendentes e seu grupo social. Entre essas ações estão a formação, a cooperação e a defesa da pequena agricultura conservacionista.

Seu Pedro entende que é a partir do trabalho de formação que os trabalhadores rurais podem perceber a terra para além do seu significado econômico. O que ele aprendeu na militância no STR Xapuri, ainda é uma preocupação constante na sua vida que agora ele transporta para a realidade dos assentamentos rurais. Para Seu Pedro, não basta somente ter a terra; é necessário incorporar novos costumes e desenvolver novos modos de vida.

Neste sentido, a defesa da produção cooperada e agroecológica são heranças que Pedro Rocha trouxe do Acre, quando presidiu a Caixa Agrícola e participou das iniciativas de ajuda mútua que permitiram a reestruturação do STR Xapuri. Essas experiências de cooperação foram vividas como formas de livra-se da opressão e de garantir o sustento familiar. A continuidade entre passado e presente encontra-se nas relações de cooperação, formais e informais, mantidas no assentamento. O trabalho realizado não é, meramente, forma de sustento, mas um compromisso com o meio ambiente e com as próximas gerações. A transição agroecológica defendida pelo MST encontra eco na releitura que o memorialista faz sua experiência na luta pela preservação da Amazônia.

Ao longo da trajetória, a vivência dessas personagens rompeu com os “*valores ingênuos e imediatistas*” e, ao se depararem com os princípios organizativos do MST, encontraram motivação e novos sentidos. Seu Pedro construiu a identidade Sem Terra porque foi Pedrinho, Pedro, Pedro Rocha, e Pedro Xapuri. O lembrar-se não é reviver, é refazer com imagens e idéias as experiências do passado: “(...) *a memória não é sonho, é trabalho*” (Bosi, 2007, p.55). É trabalho porque interpreta o que existiu e orienta o futuro, processo de via dupla: ao mesmo tempo em que as lembranças de experiência de vida, expressa por meio das personagens encenados, constroem a identidade Sem Terra, esta intensifica e reforça as lembranças, pois atribuem a elas significado e importância. Passado e o presente coexistem na identidade Sem Terra.

As histórias dessas personagens não são apenas partes da história de Pedro Sebastião Rocha. Articuladas a outras personagens e com outros matizes, elas revelam, sobretudo, a luta dos trabalhadores rurais brasileiros em busca de autonomia e melhores

condições de vida. Resgatar essas memórias e fazê-las dialogar com os princípios organizativos propostos pelos movimentos sociais pode contribuir no processo de formação dos trabalhadores rurais assentados para fortalecê-los na luta contínua pela superação das inúmeras dificuldades enfrentadas no cotidiano, que levam à fragmentação política e à evasão dos projetos de assentamento.

Referências bibliográficas

BOSI, E. Cultura e enraizamento. In: BOSI, A. (org). *Cultura brasileira: temas e situações*. São Paulo: Ática, 1987. p.16-41

_____. *Tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social*. 2ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004. 219p.

CIAMPA, A. C. *A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio de Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense, 1987. 242p.

CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda. *Cooperativas de Produção.- questões práticas*. 3ª ed. São Paulo, Concrab/MST, 1997. 101p. (Cadernos de Cooperação Agrícola, nº 21)

_____. *O que levar em conta na organização do assentamento: a discussão no acampamento*. São Paulo: Concrab /MST, Cadernos de Cooperação Agrícola, nº 10, 2001. 26p.

FROCHTENGARTEN, F. *Memórias de vida, memórias de guerra: Uma investigação psicológica sobre o desenraizamento social*. 2002, 288p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

GONÇALVES FILHO, J. M. Humilhação social: um problema político em Psicologia. *Psicologia USP*, São Paulo, v.9, n.2, p.11-67, 1998.

GONZALES-REY, F.L. Psicologia e Educação: desafios e projeções. In RAYS, O.A. (org.). *Trabalho pedagógico: realidades e perspectivas*. Porto Alegre: Sulina, 1999, p.102-117.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. 3ª reimpressão. São Paulo: Centauro, 2006. 224p.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *A reforma agrária necessária: por um projeto popular para a agricultura brasileira*. São Paulo: MST, 2006. 45p.

PAULA, E.A.; SILVA, S.S. (org.). *Trajatória da Luta Camponesa na Amazônia Acreana*. Rio Branco- AC: EDUFAC, 2006. 308p.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE XAPURI. *Primeiro encontro municipal de seringueiros de Xapuri*. Xapuri: Sindicato dos Trabalhadores Rurais – Xapuri, 1986. 11p. (Relatório e resoluções do encontro).

STEDILE, J.P; FRENANDES B.M. Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999. 167p.

WEIL, S. Desenraizamento. In: BOSI, E. (org.). *Simone Weil: a condição operária e outros estudos sobre a opressão*. 2^a. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1996. p.409-440.



HOMENS NO TRABALHO RURAL: ESTRATÉGIAS DE FIXAÇÃO DOS JOVENS NO CAMPO

ASARI Alice Yatiyo

alice.asari@yahoo.com.br

GT : Trabalho rural e migrações

As áreas rurais tem vivenciado mudanças motivadas por interesses econômicos, políticos, sociais e ambientais. Dentre essas, o foco desta reflexão se dirige às migrações por motivo de trabalho, de imigrantes japoneses e seus descendentes, que se estabeleceram no nosso país no início do século XX.

A pesquisa teve como objetivo estudar a trajetória dos imigrantes japoneses e seus descendentes que exercem atividades no campo, assim como investigar as estratégias de manutenção de seus filhos e netos na área rural, pois tem se verificado um movimento crescente e contínuo de saída.

No tocante aos procedimentos metodológicos, levantou-se dados empíricos junto aos agricultores nipo-brasileiros do Norte do Paraná, visando melhor compreender a problemática em pauta. Concomitantemente, fez-se a pesquisa bibliográfica acerca do processo migratório, da imigração japonesa e do trabalho familiar, que subsidiaram as análises posteriores.

Verificou-se que os agricultores pesquisados ainda permanecem no campo, mas os descendentes exercem atividades em empregos urbanos, visto que o trabalho na área rural exige dedicação, trabalho árduo, longas jornadas e retorno aquém das necessidades de sobrevivência. Dentre os que possuem filhos que irão dar continuidade às atividades no campo, tal decisão decorre da tradição familiar que está sendo mantida, a dificuldade em transferir-se para outra atividade e a adequada utilização dos investimentos realizados na propriedade.

Por fim, analisou-se as estratégias de retenção dos jovens no campo, a exemplo dos cursos vinculados ao SENAR, EMATER, SEBRAE e as ações do Estado em propiciar melhores condições de vida no campo.

Curriculum Vitae resumido:

Graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina; mestrado e doutorado e Geografia Humana pela FFLCH-USP. Professor do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina, lecionando nas áreas de Geografia Econômica e da População, Ensino de Geografia. Tem realizado pesquisas em questões agrárias e populacionais: assentamentos rurais, migrações internacionais.

HOMENS NO TRABALHO RURAL: ESTRATÉGIAS DE FIXAÇÃO DOS JOVENS NO CAMPO

ASARI Alice Yatiyo

alice.asari@yahoo.com.br

GT : Trabalho rural e migrações

Introdução

As atividades humanas têm apresentado intensas transformações de grandes repercussões, as quais têm atingido, principalmente, os que se dedicam às atividades do campo. Neste sentido, o foco desta reflexão se dirige a esta população que ali reside e/ou trabalha, que tem visto reduzir as oportunidades em seus postos de trabalho em função das mudanças que têm ocorrido no setor produtivo, principalmente com a utilização crescente da tecnologia.

A pesquisa teve como objetivo estudar a trajetória dos imigrantes japoneses e seus descendentes que ainda exercem atividades no campo, assim como investigar as estratégias de manutenção e/ou fixação de seus filhos e netos na área rural, pois tem se verificado um movimento crescente e contínuo de saída.

Quanto aos procedimentos metodológicos utilizados, fez-se uma pesquisa bibliográfica a respeito do processo migratório, da imigração japonesa e do trabalho familiar; este último item possibilitou a sobrevivência da maior parte desse grupo étnico no mundo rural e hoje, ao mesmo tempo em que contabiliza uma ascensão social, também vê seus filhos e netos deixarem o campo para exercer atividades urbanas. Em relação ao trabalho empírico, levantou-se dados junto aos agricultores nipo-brasileiros do norte paranaense, visando melhor compreender a problemática em pauta.

Desta forma, o texto encontra-se estruturado da seguinte forma: (a) uma sucinta introdução em que se colocam os objetivos do trabalho e alguns referenciais sobre o tema; (b) breves notas sobre a migração internacional, seguida da imigração japonesa para o Brasil, enfatizando as atividades rurais exercidas; (c) considerações finais, enfatizando as estratégias de fixação, tanto de órgãos públicos que têm implantado programas visando a melhoria das condições de vida no campo, quanto a dos pesquisados sobre as perspectivas de permanência na área rural.

Migração internacional e imigrantes japoneses no Brasil

As questões migratórias têm suscitado muitas indagações e tem sido objeto de estudos, debates, que buscam entender porque os grupos humanos se deslocam a curtas e longas distâncias. No caso brasileiro, são inúmeras as experiências de migrações, motivadas por condicionantes econômicos, sociais, naturais, fazendo com que os homens vivenciem formas diferenciadas de recepção ao novo local de moradia, dificuldades de se inserir na nova sociedade, no mercado de trabalho, além de sofrer discriminação por serem *os estranhos*, enfim, têm de se adaptar às múltiplas faces da sociedade de destino. Uma outra indagação é a que se refere aos atores desses deslocamentos. Afinal, o que é um imigrante? O apoio dado por Sayad (1997, p. 54) é fundamental para a discussão, pois para esse autor, “um imigrante é essencialmente uma força de trabalho e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito”. Note-se que essa é uma das vertentes teóricas do estudo das migrações, que discute o conceito de mobilidade do trabalho, como uma necessidade fundamental do capitalismo. Há que se lembrar que, nas publicações sobre o tema, nas entrevistas com migrantes, o que comumente se apresenta é a necessidade de sobrevivência, a busca pelo emprego, de melhores condições de vida que leva as pessoas a se deslocarem.

No tocante ao quadro brasileiro, o país foi marcado pelo impacto da imigração internacional dos séculos XIX e XX, tanto em termos numéricos quanto pelas modificações ocorridas na estrutura demográfica e no perfil sócio-econômico.

A título de informação, observe-se que a história da imigração do Brasil inicia-se com a ocupação do território realizado pelos portugueses tendo em vista a apropriação militar e econômica da terra. Foi implantada a grande lavoura de exportação, que necessitava de braços para essa atividade, e, assim, deu-se início a um movimento migratório

forçado, que se estendeu até 1850, tendo sido introduzidos quatro milhões de cativos pelo tráfico negreiro.

Com o fim da escravidão, segundo Vainer (2000, p. 17), “face as dificuldades para engajar ex-escravos e os homens livres da ordem escravocrata nos duros trabalhos das grandes fazendas, o sonho do povoamento com brancos industriais torna-se realidade prática”. Assim, além de mudar o foco dos imigrantes europeus que vinham para o Brasil como proprietários de pequenos lotes ou como assalariados de grandes propriedades, intensificou-se o fluxo, substituindo a mão-de-obra escrava, que era um compromisso republicano, adotando-se uma estratégia imigrantista-agrícola.

Portanto, de 1872 a 1972, entraram mais de cinco milhões de imigrantes no país, sendo que os portugueses e italianos ultrapassaram 1,5 milhão de pessoas, os espanhóis, 700 mil e alemães e japoneses, 200 mil. Os demais países contribuíram com 800 mil imigrantes (Bassanezzi, 1995), verificando-se a predominância de grupos de europeus e dentre os asiáticos, os japoneses, que foram objeto de nossa pesquisa.

No que se refere a imigração japonesa, esta se inicia em 1908, destinando-se, em sua maioria, para as fazendas de café. Segundo Bassanezzi (1995), três períodos podem ser identificados: o primeiro, de 1908 a 1923, caracterizou-se pela imigração subsidiada, de pessoas de origem rural, sendo que os homens tinham idades entre 20 e 40 anos; o segundo, referiu-se ao período de 1924 a 1941, cujo fluxo foi mais intenso, contou com subsídios do Estado japonês, houve a implantação de núcleos coloniais, apesar de que o maior contingente dirigiu-se para as fazendas de café; o terceiro período teve início em 1953, com um fluxo pequeno e foi considerada como imigração planejada ou livre.

Outro ponto a destacar é que a corrente migratória japonesa foi a de mais curta duração, pois o fluxo iniciou-se apenas no século XX, enquanto as outras nacionalidades iniciaram os deslocamentos após a segunda metade do século XIX.

Nos dias de hoje, esse contingente migratório, segundo levantamento realizado pelo Centro de Estudos Nipo-Brasileiros de São Paulo (1988), contava com 1.167.000 *nikkeis* (isto é, imigrantes japoneses e seus descendentes), sendo que 78% residem na região Sudeste e 12% na região Sul. Em estudo mais recente, Beltrão et al. (2008) constataram que a população *nikkei* era de 1.405.685 pessoas, considerando-se os domicílios nos quais morava pelo menos um indivíduo que se autodeclarou amarelo, ou que nasceu no Japão, ou ainda, que declarou um movimento migratório com origem no Japão. Os *nikkeis* encontram-se principalmente concentrados nos Estados de São Paulo,

Paraná e Mato Grosso do Sul. Estes descendentes de imigrantes japoneses, ainda realizando atividades no campo, é que foram objeto de estudo, tendo em vista os problemas relativos à sua fixação no campo.

O agricultor nipo-brasileiro

O agricultor nipo-brasileiro também sofreu as redefinições porque passou e passa o campo brasileiro, tendo em vista o processo de industrialização de que foi alvo. Essa redefinição ocorre em vários pontos tais como as novas tecnologias adotadas no processo de produção, na elevação do índice de concentração de terras, nas relações campo e indústria e campo-cidade. Um dos elementos que a sociedade brasileira sentiu profundamente foi a questão da urbanização intensa em consequência do fenômeno da migração rural-urbana pois segundo Martine (1991), o campo brasileiro perdeu cerca de 30 milhões de pessoas no período de 1970 a 1990.

Assim sendo, a região norte paranaense não se descolou desse cenário delineado pelo capital industrial e pelas políticas agrícolas adotadas pelo Estado. Há que se ressaltar que esta área do estado do Paraná abrigava inúmeras famílias, principalmente nos estabelecimentos agrícolas voltados à cafeicultura que, a partir da década de 1970 são substituídas pelo binômio soja-trigo e pela pecuária tornando-se a base da economia rural. Mas, segundo dados estatísticos analisados por pesquisadores dessa época, os estabelecimentos dedicados à policultura não desapareceram. Deixam de ser predominantes na paisagem, enquanto extensão territorial, mas são esses produtores que continuam produzindo alimentos para a sociedade local.

Ademais, no campo, o trabalho dos imigrantes japoneses foi considerado de grande relevância, seja pela produtividade alcançada, pelos sistemas de produção implementados, pelo associativismo, e, notadamente pela importância que os produtos hortifrutigranjeiros passaram a ter na vida econômica de produtores e consumidores. Um ponto destacado por Saito (1978), diz respeito à organização territorial e comunitária dos seus núcleos coloniais, exemplificando com o caso de Assai, no Norte do Paraná. Implantada na década de 1930, contava em 1956 com 16 seções, isto é, bairros rurais, que tinham entre 05 a 122 famílias, perfazendo um total de 912 famílias. Cada seção dispunha de formas associativas comunitárias, uma escola para o ensino formal em português, além da língua japonesa, um prédio que se destinava às atividades

comunitárias (reuniões, cursos diversos para as donas de casa, sessões cinematográficas e festivais de canto, teatro). Outro destaque era dado pela presença do líder em cada seção, que era o interlocutor com as demais seções e era responsável pela coordenação das atividades. No tocante a agricultura, nas reuniões eram discutidas formas inovadoras de conseguir uma melhor produtividade, a implantação de cultivos diferenciados, assim como a constituição de cooperativas de produção.

Note-se ainda que, nas “colônias”, que agregaram famílias japonesas, que por conveniência ou segurança, compraram ou arrendaram terras próximas, foram construídas escolas e criadas associações, semelhantes às existentes nas cidades anteriormente. (Sakurai, 2000)

Um outro aspecto a ser analisado é a existência de cooperativas de produção, que tiveram como embrião as antigas associações, e, cuja contribuição foi decisiva na formação de núcleos produtivos, na assistência técnica, no escoamento da produção, no fornecimento de insumos e maquinários. Observe-se que, segundo Ando (1971), uma das mais importantes cooperativas para os imigrantes japoneses, a Cooperativa Agrícola de Cotia (hoje desativada), foi fundada em 1927, a qual tinha como objetivo imediato melhorar as condições de transporte da produção e auxiliar os produtores na comercialização de seus produtos.

É importante notar ainda que os vínculos que se estabeleciam tinham fortes conotações econômicas, principalmente quando se formalizava a participação em cooperativas de produção. No entanto, os relacionamentos sociais continuavam a ocorrer, mediante a consolidação de redes sociais vinculadas ao parentesco, a religião, a amizade, aos naturais de mesma Província. A respeito das redes sociais destaca-se a afirmação de Carleial (2004, p. 1) , em que, no processo migratório, há certas relações de interesse, entre aqueles que chegam e os outros residentes no lugar. “Trata-se de redes de determinado tipo de sociabilidade, de reciprocidade, que resignificam as ações sociais, reterritorializam os grupos sociais, rearranjam as parcerias, na passagem ou permanência do imigrante no lugar de destino, integrando-o, adaptando-o ou redefinindo sua situação”.

Soares (2002, p. 12), que estudou as redes sociais no contexto das migrações internacionais, admite alguns problemas na conceituação de redes e seus desdobramentos em temáticas referentes a redes sociais, redes pessoais e redes migratórias. Quanto a rede migratória, esta não se confunde com redes pessoais, pois

precedem a migração e se adaptam a um fim específico: a ação de migrar; a rede migratória, cujas particularidades dependem da natureza dos contextos sociais que ela articula, é, também, um tipo específico de rede social que agrega redes sociais existentes e possibilita a criação de outras; consiste, portanto em rede de redes sociais; a rede migratória implica uma origem e um destino; a compreensão do retorno como elemento constitutivo da condição de migrante, põe em xeque alguns padrões de análise: assimilação, esforço individual – no limite, a assimilação absoluta representa a negação da própria condição de migrante.

À vista dessas considerações é importante analisar as questões relativas a espaço, tempo e grupo, pois segundo Soares (2002, p.13), “existir é existir no tempo, no espaço e no interior do grupo social”, pois para o migrante existe o tempo de passado e do futuro. Quanto ao espaço, este é carregado de afetividade e de nostalgia, sendo a terra natal apenas uma metáfora espacial do espaço social. No que se refere ao grupo, este é visto tanto na sociedade de origem, que foi deixado fisicamente, mas que permanece na memória, quanto no grupo da sociedade de destino, ao qual é necessário conhecer, impor-se, aprender e dominar.

Portanto, a rede social, segundo Soares e Rodrigues (2004) consiste num conjunto de atores/nós – atores esses que podem ocupar a dimensão de pessoas, grupos, organizações e até mesmo países, ligados por um tipo específico de relação. Assim, a diferentes tipos de relações correspondem redes diferentes, ainda que o conjunto de atores seja o mesmo.

Há que se ressaltar ainda que os imigrantes japoneses, em sua maioria, entraram no país como trabalhadores agrícolas contratados nas fazendas de café. Desta forma, praticamente todos os imigrantes japoneses tiveram a experiência em trabalhos agrícolas. Segundo Sakata e Wakisaka (1992), , presentemente, apenas 15% dos 1,28 milhão de japoneses e seus descendentes se dedicam aos trabalhos do campo, que acompanha a tendência nacional de diminuição da população voltada para a produção agropecuária.

Quanto a contribuição dos agricultores de origem japonesa, o destaque não é para a ampliação das áreas de cultura, mas sim na diversificação das culturas. Ainda segundo Sakata e Wakisaka (1992), “a avicultura, as culturas de rami, juta e pimenta-do-reino, e a produção de chá preto são as mais conhecidas”, e, hoje, cerca de três dezenas de variedades de produtos agrícolas são encontradas, entre frutas, verduras e hortaliças,

além da consolidação da posição econômica da floricultura. É visível a sua participação na introdução de novas culturas, de variedades melhoradas e renovações técnicas que permitiu tornar mais rica e diversificada a oferta no mercado interno e possibilitou a exportação de alguns produtos.

No que se refere ao Estado do Paraná, a contribuição dos imigrantes japoneses e seus descendentes tem sido significativa na fruticultura e horticultura, com participação de 80% da produção do Estado (Oguido, 1988). Ainda segundo o autor referenciado, a participação da sericicultura é de 50%, do rami, 75%, algodão, 25%. Na avicultura a participação é de 55%.

À guisa de exemplo da contribuição do imigrante japonês na fruticultura, Camargo (2003), estudando a viticultura em Uraí (PR), constatou que a variedade Rubi, que é resultado de uma mutação somática da uva Itália, foi fruto de experimentos do sr. K.Okuyama e é cultivada, hoje, por 89% dos produtores do município.

Na cidade, os empreendimentos comerciais, de prestação de serviços e industriais, passaram, pouco a pouco a ter sua representatividade, num misto de integração e de aproveitamento das potencialidades dos imigrantes e seus descendentes. Note-se que, ao lado da organização por seções, ou bairros rurais, na área rural, o centro do núcleo colonial é a “cidade”, onde se concentram os órgãos que controlam todo o núcleo, constituídas pela sede da cooperativa, hospital, grupo escolar, estabelecimento bancário. Há que se reforçar que um exemplo de organização social que prevalece ainda hoje é a associação nipo-brasileira que foi implantada em núcleos urbanos e rurais onde havia um número representativo de famílias de origem japonesa e que hoje se congrega em torno de uma federação. É o caso da Aliança Cultural Brasil-Japão, que congrega 72 associações nipo-brasileiras do Estado do Paraná, unindo-as sob a forma assemelhada às federações esportivas ou de sociedades profissionais.

Em suma, concorda-se com Cavalcante (2002), de que a problemática da migração precisa ser entendida a partir de estudos acerca de forças econômicas e psico-sociais de expulsão e de atração de migrantes com a dimensão histórica que permitiu a construção de uma instância subjetiva de motivação que ganhou, com o passar dos anos, uma certa autonomia e opera como fator determinante da decisão individual e familiar de migrar, mesmo em situações objetivas de estímulo à fixação.

Considerações acerca da fixação dos jovens no campo, à guisa de considerações finais preliminares

No cenário da vida no campo, as questões que dizem respeito a fixação do produtor familiar estão condicionadas às condições experimentadas, pois se estas são propícias, este vê a oportunidade de permanecer em um local onde tem suas referências e onde poderá continuar com a atividade que foi exercida por seus pais e avós.

A preocupação com a fixação do produtor familiar no campo deve-se aos dados que são apresentados a seguir, referentes às estimativas da migração rural-urbana, elaborados por Monteiro (2004), para o período de 1940 a 2000, no Brasil.

Período	Nº de pessoas
1940/1950	2.558.714
1950/1960	6.334.304
1960/1970	10.293.355
1970/1980	14.194.763
1980/1990	11.420.047
1991/1996	4.538.308
1996/2000	4.868.454

Fonte: Monteiro, M.A..A. Migração rural-urbana e política agrícola. Travessia, set.dez.2004 (p.10-16)

Os dados apresentados mostram o expressivo contingente de população liberado pelo campo brasileiro, sendo que o auge da migração rural-urbana aconteceu no período 1970/1980, em que mais de cem mil pessoas, a cada mês, saíram do campo, em direção às cidades e áreas de fronteira agrícola. Há que se levar em conta que a migração rural-urbana passa despercebida, pois o fenômeno é difuso por todas as regiões brasileiras, despertando atenção quando as conseqüências aparecem nas cidades com a proliferação de habitações subnormais, de ocupações, de desemprego, que é reflexo dos processos de expulsão, vinculados a modernização e a estagnação, analisados por Singer (1998).

Observe-se que a migração rural-urbana está inserida nas três vertentes de deslocamentos populacionais no Brasil, entre as décadas de 1930 e 1970: o progressivo

esvaziamento do campo, as migrações para as fronteiras agrícolas e o fenômeno da metropolização. A partir de 1990 apresenta-se um novo caráter de migrações internas, com novas formas de redistribuição espacial da população. (Patarra et al, 2000)

Um outro ponto a ser destacado refere-se às políticas públicas e sua implementação pelo Estado brasileiro, a exemplo do Programa Nacional de Apoio às Migrações Internas, elaborado em 1980 pelo ex-Ministério do Interior, envolvendo outros oito ministérios (Educação, Agricultura, Fazenda, Trabalho, Indústria e Comércio, Saúde, Previdência e Assistência Social). O que se quer enfatizar é que já nesta época, estavam previstas ações programáticas que visavam ampliar as necessidades de fixação e de absorção produtiva da população de baixa renda, e, dentre elas enfocava-se o produtor familiar rural, particularmente na área de crédito agrícola, objetivando apoiar este segmento rural, numa ação coordenada com os outros ministérios. (Brasil, Ministério do Interior, 1980)

Este programa não atingiu os objetivos pretendidos, limitando-se praticamente às funções assistenciais, com a multiplicação dos Centros de Triagem e Encaminhamento de Migrantes. (Vainer, 2000)

Ainda segundo Vainer (2000), na década seguinte à elaboração do Programa Nacional de Apoio às Migrações Internas, o conceito de população como recurso cede, progressivamente, lugar para o conceito de população como ônus – ou custo. Assim sendo, quando ocorre a transferência das ações referentes as migrações internas do Ministério do Interior para o Ministério de Ação Social, no governo Collor, há evidências de que o Estado brasileiro tratará o migrante como um custo para o país e não como integrante do setor produtivo.

No entanto, o país foi palco de ações fragmentadas para auxiliar esta população, e, no nosso caso, aquela constituída pelos produtores familiares. Uma delas se refere à busca do incremento dos níveis de renda e bem-estar, seja apoiando a diversificação de atividades econômicas, seja possibilitando o acesso mais adequado às tecnologias e aos serviços. Nesse contexto vale lembrar algumas políticas do governo federal e estadual em “prol” desses produtores: o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), o programa Fábrica do Agricultor que objetiva a redução da pobreza rural e melhoria da qualidade de vida destes que são considerados como agricultores periféricos. Além disso, o programa expressa que as ações conduzem a um

dos principais objetivos, ou seja, a verticalização da produção a partir das unidades produtivas dos agricultores familiares, permitindo a agregação de valor aos seus produtos e renda aos seus negócios, contribuindo para a permanência de suas famílias no meio rural pela geração de emprego. Além do item denominado Fortalecimento das economias rurais do Instituto Emater, há o programa de Inclusão Social no qual se insere a Juventude Rural. Além dos programas que estão sendo implantados pelo Instituto Emater, o estado do Paraná implantou as Redes de Referências para a Agricultura Familiar. Estas redes foram criadas com o objetivo de apoiar o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis para a agricultura familiar paranaense, envolvendo equipes formadas por pesquisadores do Iapar (Instituto Agrônômico do Paraná) e extensionistas do Emater (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural).

Por outro lado, além das políticas públicas de âmbito estadual outras de nível federal estão sendo implantados em diversos municípios brasileiros como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como parte da política do Fome Zero do governo Lula, cujas ações estão vinculadas à Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) cujos recursos são advindos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar (FNDE) cuja legislação reza que no mínimo 30% deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar. Também sob legislação federal e que está presente nas unidades de produção familiar para agregar a receita da mesma tem-se a aposentadoria rural que a partir da Constituição de 1988 (art. 194, parágrafo 8º) propicia o acesso à previdência social universal, ou seja, homens e mulheres passam a ter o mesmos direitos.

Diante deste cenário algumas questões poderiam ser colocadas. Como os produtores rurais com pouca terra estão desenvolvendo suas atividades? Até que ponto esses programas do governo federal e estadual estão refletindo na realidade desses produtores? Quais as estratégias que o produtor vem adotando para resistir ainda no labor do campo? Há perspectivas dos filhos dos atuais produtores permanecerem no campo? São atividades voltadas para a produção de alimentos?

Verificou-se que os agricultores pesquisados ainda permanecem no campo, mas os descendentes exercem atividades em empregos urbanos, visto que o trabalho na área rural exige dedicação, trabalho árduo, longas jornadas e retorno aquém das necessidades de sobrevivência. Dentre os que possuem filhos que irão dar continuidade às atividades

no campo, tal decisão decorre da tradição familiar que está sendo mantida, a dificuldade em transferir-se para outra atividade e a adequada utilização dos investimentos realizados na propriedade.

Detalhando estas considerações, indagados se pretendem que os filhos permaneçam exercendo atividades no mundo rural, 27,8% apenas, responderam afirmativamente; 58,3% não devem ter filhos dando continuidade a essas atividades e 13,9% não responderam. Os que responderam afirmativamente argumentaram que a tradição da família será mantida, que a atividade é mais “tranqüila”, pois a mudança necessitaria de novos investimentos, de adaptações que colocariam em risco até a posse propriedade. Notou-se que, mesmo os que pretendem permanecer na área rural vêem essa possibilidade minguar quando se referem aos netos. Os que não pretendem continuar com a atividade atribuem esta decisão à não rentabilidade, isto é, “já foi boa a época da agricultura”, ou porque os filhos não desejam continuar na área rural porque se graduaram em cursos superiores, ou fizeram concurso para o funcionalismo público e estão trabalhando na cidade. Observou-se que o trabalho no mundo rural vivenciou e vivencia dificuldades que não gostariam de reproduzir, a exemplo do agricultor nipo-brasileiro que afirmou: “acho que judiei muito, levava os filhos de sete, nove e doze anos para trabalhar com eles”. Assim consideram que a propriedade rural poderá ser vendida, ou então utilizada apenas para momentos de lazer.

Esses problemas tem levado a não permanência dos jovens no campo, apontando para o envelhecimento da população rural. Para atrair os jovens a permanecer no campo há programas como a Casa Familiar Rural com base na pedagogia da alternância, ou cursos de treinamento para jovens e senhoras por meio do SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), a Fábrica do Agricultor para incentivar os produtores a agregar valor aos produtos. Resta saber até que ponto esses programas estão colocando o agricultor familiar no mesmo rol dos produtores capitalistas que poderão levar à competitividade desigual e ao conseqüente abandono do campo.

No entanto, poderá ocorrer a fixação do pequeno produtor nipo-brasileiro no campo, visto que, ao encontrar as condições propícias, este vê a oportunidade de continuar em um local onde tem suas referências e onde poderá continuar com a atividade que foi de seus pais e avós, possibilitando colocar em prática os procedimentos referentes aos tratos culturais e à vida no campo.

Referências

- ANDO, Z. Pioneirismo e cooperativismo: história da Cooperativa Agrícola de Cotia. In: *O japonês em São Paulo e no Brasil*. São Paulo: Centro de Estudos Nipo-brasileiros, 1971
- BASSANEZZI, M.S.B. *Imigrações no Brasil: um panorama histórico*. In: PATARRA, N.L. (coord.org.) *Emigração e imigração internacionais no Brasil Contemporâneo*. São Paulo-SP:FNUAP, 1995
- BRASIL. Ministério do Interior. *Programa Nacional de Apoio às Migrações Internas*. Brasília: 1980
- BELTRÃO, K.J.;SUGAHARA, S.; KONTA, R. *Vivendo no Brasil*. Características da população de origem japonesa. In: *Resistência & Integração. 100 anos de imigração japonesa no Brasil*. Rio de Janeiro:IBGE, 2008
- CAMARGO, C.K. *A viticultura e o processo social e econômico*. O caso de Uraí.PR. Londrina, 2003 (dissertação de Mestrado – Departamento de Geociências-UEL)
- CARLEIAL, A. Redes sociais entre imigrantes. In: *Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, Caxambu, 2004
- CAVALCANTE, M.J.M. Tradição e cultura de migração na memória e educação de jovens e familiares do interior do Ceará. In: *Transições migratórias*, org. A.N.Carleial, Fortaleza, Ed. Iplace, 2002
- CENTRO de Estudos Nipo-Brasileiros. *Pesquisa da população de descendentes de japoneses residentes no Brasil*,_São Paulo, 1988
- MARTINE, G. A trajetória da modernização da agricultura: a quem beneficia? In: *Lua Nova: Revista de cultura e política*, n.23, mar/91. São Paulo:CEDEC, 1991. p.7-37
- MONTEIRO, M.A.A. Migração rural-urbana e política agrícola. *Travessia*, set.dez.2004
- OGUIDO, H. *De imigrantes a pioneiros. A saga dos japoneses no Paraná*. Londrina/Curitiba.Graf. Ipê,1988
- PATARRA, N.;BAENINGER, R.;CUNHA, J.M.P. *Dinâmica demográfica recente e a configuração de novas questões populacionais*. In: PACHECO, C.A.;PATARRA, N. (Org) *Dinâmica demográfica regional e as novas questões populacionais no Brasil*. Campinas:Unicamp/IE, 2000
- SAITO, H. *A integração e a participação de japoneses e descendentes na sociedade brasileira*. São Paulo, Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1978

- SAKATA, H. e WAKISAKA, K. *Contribuições dos imigrantes no Brasil. Papel desempenhado na agricultura brasileira*. In: Uma epopéia moderna. 80 anos de imigração japonesa no Brasil. Comissão de elaboração da História dos 80 anos da Imigração Japonesa no Brasil. São Paulo:Hucitec:Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992
- SAKURAI, C. *Imigração japonesa para o Brasil*. Um exemplo de imigração tutelada. In: Fazer a América. A imigração em massa para a América Latina (org. Boris Fausto).São Paulo:Edusp, 2000
- SAYAD, A. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo:EDUSP, 1998
- SINGER, P. As migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: *Economia Política da Urbanização*. 14.ed. São Paulo: Contexto, 1998
- SOARES, W. Para além da concepção metafórica de redes sociais: fundamentos teóricos da circunscrição topológica da migração internacional. In: *Anais do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, Ouro Preto, 2002
- SOARES, W. e RODRIGUES, R.N. Uma leitura dos vínculos entre as trocas migratórias e a emigração de Valadares e de Ipatinga segundo a perspectiva egocentrada da análise de redes. In: *Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, Caxambu, 2004
- VAINER, C.B. Estado e migrações no Brasil. *Travessia*, v. 25, jan.abr/2000



“ZANZA DAQUI, ZANZA PRA ACOLÁ”: DESLOCAMENTOS DE TRABALHADORES RURAIS DO SERTÃO DA BAHIA À LAVOURA CAFEIEIRA DO CERRADO MINEIRO – 1990-2010

Maria Andréa Angelotti Carmo – Universidade Federal de Uberlândia
mc.angelotti@gmail.com

Resumo

Este trabalho problematiza as experiências de um amplo grupo de trabalhadores e as múltiplas relações que estabelecem, a partir da inserção no universo do trabalho nas lavouras de café das regiões do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba. Articula-se a reflexão acerca das novas formas de relações de trabalho emergentes no campo brasileiro nas três últimas décadas, e que são tributárias das transformações sociais em geral, que impactam os modos de trabalhar e de viver de enormes contingentes de homens e mulheres na vida rural deste país. O estudo teve como foco a história de grupos de homens e mulheres residentes na região de Monte Santo-BA que se deslocam, há pelo menos quinze anos, para os trabalhos na safra de café na região do cerrado mineiro entre os meses de maio e setembro. A pesquisa permitiu a compreensão de elementos da região produtora de café, as estratégias elaboradas pelos produtores/empregadores para recrutarem esta mão-de-obra, dentre outros. A partir da análise das narrativas e depoimentos dos trabalhadores, para além da relação trabalhista nas lavouras, inúmeras outras questões referentes aos valores e aos modos de viver dos indivíduos em sua região de origem surgiram. Analisar as experiências de idas e voltas, esse movimento pendular de migração pode auxiliar na compreensão de outras formas de movimentos migratórios, outros modos de se pensar o deslocamento e a busca de recursos para a manutenção da vida sem ter que, necessariamente, passar por um processo de migração definitiva e com toda a família. As análises acerca da região de partida e da região de chegada desses trabalhadores possibilitam compreender os conflitos, as disputas, as relações intra e extra-grupos, as relações familiares e também o papel das mulheres nesse processo.

A tradicional lavoura cafeeira presente nos estados do Paraná e de São Paulo, especialmente até o início dos anos de 1970 ocupava grande mão-de-obra. A maioria do contingente de trabalhadores residia na propriedade rural: famílias inteiras viviam sob o contrato de meia, parceria, arrendamento ou outras formas, pelo qual o chefe da família, geralmente o pai ou o homem mais velho do grupo familiar, se responsabilizava e respondia pelo contrato que, na maioria das vezes, era apenas verbal. De acordo com

Martins, a lavoura cafeeira no Brasil ganhou forte impulso a partir do final da escravidão no Brasil e com a chegada das grandes levas de imigrantes sob o sistema de colonato, no qual toda a família era empregada e o “acerto com a família trabalhadora era feito ao final da colheita”, assim, “o colono não era um trabalhador individual, mas um trabalhador que combinava as forças de todos os membros da família: o marido, a mulher, os filhos com mais de sete anos”¹.

Nesta lavoura, se empregavam todos: mulher, filhos e/ou agregados, que trabalhavam durante todo o ano realizando as mais diversas atividades exigidas desde o plantio à limpeza da plantação, adubação, a preparação para a colheita e a própria colheita de café. Estas atividades eram combinadas a outras realizadas nas plantações temporárias destinadas ao consumo próprio e que, normalmente, eram cultivadas entre os vãos da lavoura cafeeira², prática registrada desde o regime de colonato quando “ao mesmo tempo em que procedia à limpa do cafezal podia cultivar o milho ou feijão, ou outra planta que tolerasse a consorciação”³. Assim, ao mesmo tempo em que desempenhava as suas tarefas na lavoura de café, cuidava também de diferentes plantações, em geral, voltadas para a própria subsistência, ocupando-se a mão-de-obra de toda a família. Nesse aspecto, vale mencionar que o meio rural brasileiro é considerado em estudos como de Durhan como um espaço onde o “trabalho agrícola foi e é, essencialmente, uma atividade familiar, com exceção do período colonial com o trabalho escravo e, recentemente, com a reduzida presença de proletários agrícolas nas empresas capitalistas como algumas usinas de açúcar”⁴. Contudo, observou-se nas últimas décadas do século XX e na primeira do século XXI o crescente número de trabalhadores rurais volantes que passaram a ocupar postos temporários de trabalho, constituindo e dando formas a outras relações de trabalho no campo para além das de arrendamento, parceria, meia ou outras que eram essencialmente marcadas pela utilização da mão-de-obra familiar no desenvolvimento das atividades⁵.

Ao observar o processo de produção do café nas regiões do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba, no entanto, vê-se que os vínculos de trabalho ali predominantes estão embasados nas relações capitalistas, com grande utilização de mão-de-obra temporária,

¹ MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1990. p. 81-82.

² Nesse sentido ver: SILVA, Maria Aparecida de Moraes. De colona a bóia-fria. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

³ MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1990. p. 83.

⁴ DURHAN, Eunice. *A caminho da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1978. p. 60.

⁵ O acesso a terra nestas relações não se dava pela aquisição da propriedade por parte do arrendatário, meeiro ou parceiro, mas pelos serviços prestados na propriedade e pela forma como seriam divididos custos e os resultados da produção com o proprietário da terra.

contratada em períodos específicos e marcada pelo processo de mecanização da produção na propalada modernização⁶ agrícola brasileira. Produzir na região do cerrado no final dos anos de 1970 e início da década de 1980, para aqueles que se empenhavam em tal atividade, implicava altos investimentos em máquinas e implementos agrícolas, em fertilizantes e pesticidas, em sementes selecionadas e melhoradas que viesse a tornar possível a grande produção especialmente a de grãos. A propriedade rural adquiria outra forma de gestão, passaria a ser tratada como uma empresa, tendo como referência, principalmente, a mudança na base técnica da produção rural, operacionalizada pela intervenção do Estado, através de financiamentos de projetos que visavam o desenvolvimento agrário com uma maior participação dos produtores rurais no mercado interno e externo, de forma mais ampla e competitiva. Daí, as especificidades da produção do café nessa região, que desde o seu início esteve marcada pela pouca utilização de mão-de-obra fixa no campo: geralmente empregava-se apenas uma família para gerenciar a propriedade, utilizando-se trabalhadores volantes temporários para realizarem as mais variadas e específicas tarefas de curta duração e em intervalos de tempo relativamente curtos do ciclo produtivo.

A partir das pesquisas efetuadas, observou-se que a presença dos grupos de diferentes origens nas lavouras de café do Triângulo e do Alto Paranaíba⁷ teve um aumento significativo entre os anos de 1990 e 2000. A frequência dos grupos de trabalhadores de outras regiões brasileiras, nas fazendas produtoras de Café do Cerrado, possibilita pensar questões referentes a uma condição de permanência de determinadas experiências de trabalho⁸, uma vez que, à primeira vista, parecia tratar-se de uma situação trabalhista, mas o que se almejava saber era qual a razão de sua presença anual. E, na mesma direção, interessava pensar a questão da propagada lógica capitalista de

⁶ Por modernização da produção agrícola pode-se entender o uso intensivo de equipamentos e técnicas, mas também, o processo de modificações ocorridas nas relações sociais de produção. Ver: GRAZIANO NETO, Francisco. *Questão agrária e ecologia: crítica da agricultura moderna*. São Paulo: Brasiliense, 1985; TEIXEIRA, Jodenir Calixto. *Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais*. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, Três Lagoas-MS, ano 2, v. 2, n. 2, p. 21-42, set. 2005.

⁷ A região estudada aborda especialmente os municípios de Araguari, Monte Carmelo, Estrela do Sul, Indianópolis e Patrocínio.

⁸ A presença de grupos de origem diversa na lavoura de café não é característica apenas das lavouras do Cerrado, mas aparece também em outras áreas do estado, conforme se observa no artigo “Prefeitura encaminha trabalhadores a Minas Gerais para a colheita do café”, em que o autor, Sidney Bispo Xavier, trata a forma como a Prefeitura Municipal de Terra Roxa-PR dispõe de auxílio financeiro e transporte para os municípios de seu território buscarem nas lavouras cafeeiras o sustento de suas famílias. Para chegar à cidade de Conceição de Aparecida-MG, percorrem cerca de 1100km em torno de dezesseis horas de viagem. O texto data de junho de 2008 e está disponível em: <www.terraroxa.pr.gov.br>. Acesso em: dez. 2008.

produção moderna do Café do Cerrado, sua estratégia que parecia combinar a existência do diálogo que valorizava os aspectos técnicos, de última geração, afirmando-se os significados do grande negócio capitalista na agricultura, principalmente na região Sudeste do país⁹, mas que convive com a presença de trabalhadores locais e de outras cidades brasileiras.

No tocante a questão do deslocamento dos trabalhadores, a reflexão de Silva apresenta dados que demonstram os efeitos práticos da mobilidade espacial de “milhares de homens, mulheres e crianças do Vale do Jequitinhonha e outras áreas do país para o corte da cana, colheita do café, do algodão, da laranja e do amendoim”, que se dirigem para a região de Ribeirão Preto, impactam e impulsionam parte considerável do processo produtivo, fenômeno social denominado por ela de “migração sazonal”¹⁰. Ao que tudo indica, o deslocamento dos trabalhadores, formas de migração sazonal, como o estudado por Silva, relativo a outras áreas agrícolas, também é observado nas lavouras de café do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba. Eles parecem compor, atualmente, uma lógica da produção capitalista que coloca em movimento grandes contingentes populacionais que, em busca de recursos para retornar e reorganizar suas vidas em seus locais de origem, organizam também uma lógica de produção nas fronteiras agrícolas ou em regiões onde determinados tipos de produção ou a monocultura se encontram sedimentados.

Os trabalhadores chamados migrantes por toda a região formam grupos distintos e específicos no contexto da produção agrícola no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. A distinção se inicia pela própria constituição física, marcada por especificidades relacionadas ao tom da pele, estatura, características dos cabelos, entre outras marcas como as culturais: sotaques, pronúncias, linguagens e formas de expressão diferenciadas que os distinguem dos moradores locais¹¹. Estas marcas, quase sempre, são mencionadas com uma dose de pouca aceitação, zombarias, brincadeiras e reprodução de algumas expressões mais corriqueiras destes grupos que remetem às disputas que ocorrem entre as diferentes populações vivendo em um determinado espaço, delimitando suas marcas, ou ainda, explicitando suas identidades, uma vez que os

⁹ Conforme discute e apresenta SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Trabalho e trabalhadores na região do “mar de cana e do rio de álcool”. *Revista Agrária*, São Paulo, n. 2, p. 2-39, 2005. p. 17.

¹⁰ Idem. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999. p. 70-71.

¹¹ De acordo com Albuquerque, “o sotaque permite identificar o migrante como um estranho por este estar associado, quase sempre, a um conhecimento prévio que permite enquadrar o falante em conceitos morais, em valores, num regime de escuta, em que não são as pessoas que falam, mas a fala que diz a pessoa”. (ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001, p. 155-156).

sujeitos “de fora” não buscam esconder de onde vêm, apoiando-se na presença de outros da mesma origem. Parece que a “intolerância” daqueles “do lugar” é uma forma de autodefesa, de procurar deixar o outro à distância para que este não venha lhe ocupar o espaço. Da outra parte, ser diferente também o distingue enquanto conjunto, estabelece e cria laços de solidariedade que se solidificam naquele ambiente.

Acerca dos trabalhadores presentes na região produtora de cana-de-açúcar no interior do estado de São Paulo, Silva destaca que os estigmas estão presentes e formam opiniões acerca desse contingente de trabalhadores que parece formar uma “massa heterogênea, do ponto de vista cultural, mas considerada homogênea pelos habitantes destas cidades. Em suas percepções, trata-se de um bando de invasores, gente suja, portadora de maus costumes, gente violenta”¹². Assim, tem-se que a defesa de seu grupo, de seu espaço, de sua identidade se constitui em detrimento do outro, do “de fora”. A coexistência de culturas distintas parece ser marcada por estas disputas e “desqualificação” do outro, como uma ação que pode tanto separar os grupos diferentes quanto “unificar” aqueles que, em algum aspecto, se identificam, se consideram como iguais. Esta discussão acerca das noções de diferença e de identidade em uma perspectiva de pensar as disputas no campo político e jurídico, com efeitos sobre campos diversos, como o do trabalho, pode ser encontrada nos estudos de Koubi, como uma possibilidade para se pensar o “direito à diferença”, em que a noção de distinção “comanda os processos de socialização e estrutura das relações sociais e supõe uma conexão entre diversas formas de enfoque da diferenciação nos campos político, econômico, social e jurídico”¹³.

Diante disso, pergunta-se: quais são os efeitos das utilizações do conjunto de marcas da diferenciação, para os trabalhadores presentes nas colheitas de café da região do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba? Como são pensadas as relações entre os grupos de trabalhadores, locais e de fora? Onde é que se instalam os trabalhadores vindos de outras localidades? Para analisar algumas dessas questões é possível observar em documentos variados algumas nuances da relação, formas de posicionar que refletem pensamento ou proposições de interferência na dinâmica local.

¹² SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999. p. 229-230.

¹³ KOUBI, Geneviève. O direito à in-diferença: sentimento de injustiça e aspiração à igualdade (fronteira entre História e Direito). *História e Perspectiva*, Uberlândia, n. 27/28, p. 11-35, jul./dez. 2002; jan./jun. 2003. p. 13.

É predominante um discurso marcado pela pouca aceitação dos trabalhadores “de fora”¹⁴, no qual se procura estabelecer limites “culpando” os migrantes¹⁵ pelas dificuldades e pouca oferta de trabalho encontrada pelos trabalhadores da região. Há ainda, o apontamento de algumas das dificuldades encontradas pelos grupos de trabalhadores “de fora” como as péssimas condições de alojamentos e precariedade das condições de trabalho, entre outros. Tais fatores não amenizam o fato de serem considerados culpados pelos problemas sociais e econômicos encontrados pelos trabalhadores da região, conforme se observa em documentos e entrevistas de trabalhadores locais.

A análise dos elementos que compõem os grupos de trabalhadores que se ocupam, temporariamente, na safra de café na região estudada, permite observar as novas formas de relações de trabalho emergentes no campo brasileiro nas três últimas décadas, e que são tributárias das transformações sociais em geral, que impactam os modos de trabalhar e de viver de enormes contingentes de homens e mulheres na vida rural deste país.

A presença de grupos de pessoas que se deslocam de algumas regiões brasileiras para as lavouras de cana de açúcar, a colheita da batata, para o desenvolvimento de alguns tratamentos culturais de diversos gêneros alimentícios e de matéria prima para a indústria tem sido uma constante na história brasileira¹⁶. Os deslocamentos populacionais têm sido elemento constitutivo do processo produtivo de setores diversos, não apenas dos relacionados à agricultura, mas também à indústria, à construção civil e ao setor de serviços. Em geral, o que se observa, especialmente nas regiões de agricultura intensiva é o aumento dos empregos temporários e sazonais, a urbanização dos trabalhadores rurais, o aumento da pluriatividade entre os trabalhos agrícolas e a

¹⁴ Ver: SEBRAE-MG. Programa de Emprego e Renda – PRODER, Araguari. Diagnóstico Municipal, 1998, p. 57.

¹⁵ A expressão migrante é aqui utilizada por tratar-se da forma como alguns grupos da população local se referem aos trabalhadores vindos de outras regiões do país.

¹⁶ Enquanto nos estudos sobre a agricultura brasileira estes movimentos aparecem muito ligados aos trabalhos no corte da cana-de-açúcar, na colheita da laranja, na colheita do café – mais recentemente, em países da América Latina como o México, Argentina e Chile, e também em alguns países europeus como a França e a Bélgica –, este tipo de trabalho temporário e sazonal é muito freqüente. Para melhor compreender estes movimentos, ver: *Migrations Société: agriculture et migrations en Amérique Latine*. Paris, CIEMI, v. 20, n. 115, janv./févr. 2008.

precarização do trabalho rural, significando, em muitos casos, o cruzamento de circuitos de migrações interna e também internacional¹⁷.

Nesta direção, é crescente a importância dos estudos sobre os movimentos de migração e de constante movimentação dos grupos sociais de um lugar para outro, de lugares os mais variados para regiões que sugerem maiores possibilidades de emprego e de manutenção da vida. Estes, no entanto, não são movimentos novos na sociedade brasileira e compõem o cenário produtivo no país, que somam e perfazem um conjunto importante de relações sociais. Observa-se, assim, a construção histórica que marca a forma como um grupo de pessoas advindas do interior do estado da Bahia¹⁸ tem, de forma continuada, construído vínculos, disputado possibilidades, encaminhado demandas, imprimido marcas e significados, ao longo dos anos consecutivos de trabalho nas colheitas de café nas fazendas da região denominada Cerrado Mineiro.

Esse conjunto de relações insere-se num universo mais amplo, que dentre outras formas de se concebê-los, têm sido compreendidos como sujeitos integrantes dos fluxos dos movimentos populacionais nos quais os sujeitos passaram a ser denominados trabalhadores temporários interregionais. Em linhas gerais, pode-se afirmar que aproxima-se desta noção por possuírem um conjunto de elementos característicos, como o fato de que se afastam de sua região de origem por alguns meses para a busca de recursos e outros meios de manutenção de suas vidas, retornando ao final dos trabalhos em algumas atividades agrícolas sazonais.

No tocante à produção acadêmica, tais movimentos aparecem tratados em diferentes momentos da história do país, assim como aparecem diferenciados em sua forma podendo se apresentar como definitivos ou temporários para aqueles que se deslocam. Nesse sentido, o enfoque de análise parece apontar para o movimento da saída de um lugar rumo a outro, para ali se estabelecer definitivamente e iniciar uma nova dinâmica de vida; e também, para a saída temporária de uma região para outra, com o retorno já previsto em função de um aspecto da relação de trabalho; há ainda o grupo das mobilidades mais imediatas, com o deslocamento do local de moradia para o local de trabalho, como é o caso dos trabalhadores rurais bóias-frias, que se deslocam diariamente da cidade para o campo. Dessa forma, a mobilidade assume o lugar

¹⁷ Conforme apresenta FLORES, Sara María Lara. Le mouvement migratoire et les enclaves de l'agriculture intensive en Amérique Latine. *Migrations Société*. Paris, CIEMI, v. 20, n. 115, p. 39-56, janv./févr. 2008.

¹⁸ Os trabalhadores focados são originários da região rural do município de Monte Santo, situado na porção nordeste do estado da Bahia, e que se localiza a 352km de Salvador, estando ainda a 170km de Juazeiro e 100km de Canudos.

privilegiado e/ou da entrada da investigação proposta pelas análises, na busca por compreender as relações, o diálogo com a condição e a situação desses trabalhadores, num processo em que as pessoas ponderam suas escolhas, tecem estratégias e avaliações diversas; externam e/ou silenciam compreensões sociais elaboradas após anos de experiências vividas.

No caso dos trabalhadores pesquisados na região do cerrado, a distância percorrida, embora considerada longa, não parece oferecer obstáculos para a realização da viagem, uma vez que esta aparenta ter integrado seu modo de viver e de lidar com as questões do orçamento familiar e com as atividades praticadas no período da entressafra do café. Muitos viajam há cerca de doze, oito, seis anos consecutivamente; outros fazem intervalos de um ano entre uma viagem e outra, mas a grande maioria dos entrevistados e outros trabalhadores conhecidos viajaram pelo menos três vezes para os trabalhos nas lavouras cafeeiras. Quando perguntado há quanto tempo conhecia a região do café, o senhor Eugênio revelou: “Dez a onze ano já. É, sempre eu trabalho aqui [referindo-se à fazenda onde se encontrava]. Só trabalhei no Celso o primeiro ano que nós trabalhamos aqui, trabalhamos lá e só. Mas o tempo todo eu estou aqui todo ano”¹⁹.

Ao se observar o número de viagens realizadas por parte dos trabalhadores tem-se o quanto esses movimentos pendulares de migração estão presentes na região pesquisada e a cada ano parece atrair outros trabalhadores, talvez mais jovens, ao mesmo tempo em que muitos deixam de realizar tal intento. Há ainda os trabalhadores que fazem intervalos entre uma viagem e outra, entre um ano de colheita e outro, o que parece estar relacionado aos resultados do trabalho em determinada safra, mas também, aos diálogos que estabelecem com sua realidade local.

É característica desse tipo de movimento a presença majoritariamente masculina, onde predominam os mais jovens com idade entre dezenove e quarenta anos, principalmente, podendo ser encontrados adolescentes e também trabalhadores idosos. Os movimentos migratórios, na grande maioria dos casos, são marcados pela especial presença de homens e, nos quais, a presença feminina é quase sempre exceção²⁰. A participação de famílias inteiras nestes processos é ainda mais raro, uma vez que, por serem movimentos temporários, os bens da família precisam ficar sob os cuidados de

¹⁹ Depoimento do senhor Eugênio Silva Amador, 30 anos, em entrevista realizada no alojamento onde ele e seu grupo se encontravam após o horário de almoço, na tarde de domingo dia 14 de agosto de 2005.

²⁰ Sobre as discussões acerca da presença majoritariamente masculina nos processos de migração temporária, ver: CORTES, Geneviève. *Partir pour rester: survie et mutation des sociétés paysannes andines (Bolivie)*. Paris: Éditions de l'IRD, 2000; GARCIA, Afrânio Raul. *O Sul: caminho do roçado*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Ed. Universidade de Brasília; MCT-CNPq, 1989.

alguém e normalmente fica sob a guarda da mulher e/ou dos filhos. Contudo me deparei com alguns casos em que as mulheres acompanham os maridos com um ou dois filhos como foi com a senhora Carminha, a senhora Simone, a senhora Eliane que acompanharam os maridos em pelo menos uma de suas viagens. No caso de Carminha, uma das mulheres entrevistadas e que se encontrava na lavoura de café, quando perguntou-se por que ela decidiu acompanhar o marido a resposta foi: “Eu tinha vontade de vim, né. Tinha vontade de conhecer e trabalhar pra ganhar meu dinheiro, né. Lá ninguém pega em dinheiro não, não trabalha”²¹.

Vale ressaltar, no depoimento da senhora Carminha, o desejo de obter uma renda própria que possa empregar a seu modo, adquirindo produtos e bens para além do mínimo necessário obtido com a renda do marido. Ao afirmar que em sua região ninguém pega em dinheiro e não trabalha, a entrevistada reforça a idéia da falta de emprego, principalmente entre as mulheres, uma vez que para os homens, há uma série de atividades que lhes são atribuídas embora não tenham regularidade.

Observa-se que para as mulheres da região de Horizonte Novo, o acesso a um trabalho é muito difícil, elas acabam dependentes da renda que os maridos obtêm e, estas mulheres desejam ter seu próprio rendimento, talvez para poderem adquirir os produtos que desejam sem, para isso, ter que demandar do marido o valor desejado ou justificar o emprego o dinheiro. Nessa perspectiva a senhora Carminha descreve o que conseguiu em uma de suas viagens:

Eu tinha vontade de vim, pra trabalhar e ter meu dinheiro, comprar minhas coisas que eu preciso, que eu tenho vontade né? Comprei uma televisão, uma antena parabólica, que se eu não tivesse vindo, eu nunca ia conseguir ter, porque o marido vem trabalhar e chega lá compra alguma coisa pra sobreviver, né? Aí dessa vez eu vim quero comprar um som, comprar alguma coisa pra dentro de casa.²²

Os produtos adquiridos com os ganhos da lavoura de café, quase sempre estão relacionados a bens que, acredita-se, possibilitam maior conforto à família. Desse modo, estes ganhos são quase sempre vistos como investimentos, uma vez que, é através deles, que a família ou o trabalhador consegue adquirir alguns produtos de maior custo e que seriam de difícil aquisição somente com a renda que possui. Podem ser considerados investimentos, também, porque a família adquire bens como terras ou animais ou ainda

²¹ Depoimento da senhora Carminha Araújo, no dia 7 de junho de 2005, na casa onde se encontrava alojada com o marido e a filha de 12 anos.

²² Idem.

constrói sua casa no povoado. O dinheiro ganho parece não ser, portanto, destinado à manutenção da família, mas um complemento da renda que se tem.

Pensar as razões e motivações que levavam estes homens e mulheres ao deslocamento era algo instigante e, aparentemente, não estava relacionado à questão da sobrevivência e manutenção da vida. Compreender suas motivações passava por questionar os trabalhadores, buscar conhecer quais os objetivos que apresentavam para o tempo passado longe de casa. Quando perguntei ao senhor Laurêncio, depois de afirmar que havia colhido café em quatro safras, o que o motivou a viajar pela primeira vez ele ofereceu o seguinte depoimento: “Porque eu queria fazer uma casa pra mim. E lá o dinheiro que a gente ganha só dá pra lá mesmo, pra viver lá, e a casa pra fazer lá gasta uns três mil reais, aí eu, eu vou pra ver se...”²³.

Em outro depoimento, o senhor Eugênio revelou um elemento a mais para se compreender os movimentos de um lugar para outro. Quando perguntei o que ele esperava encontrar e quais eram seus objetivos quando se dirigiu a Minas pela primeira vez respondeu:

Ah, eu sei lá, eu vim mais assim, pela idéia dos outros, né? ‘O pessoal tá lá trabalhando, num sei o que, ganhar mais um pouco’. Eu digo: ‘vamo embora, vou’. Sempre eu gosto de andar pra conhecer, né? Num é só interesse de dinheiro não. Eu gosto mais de andar pra conhecer as coisas né? Aí eu vim pra cá, trabalhei uns trinta dia só, aí fui embora. Naquele ano o serviço era pouco.²⁴

Entre os diferentes depoentes, se observou que a grande maioria alega as possibilidades de aumento do orçamento como a principal motivação para se permanecer durante o período de colheita longe de casa. Embora a questão referente às possibilidades de incrementar ou de obter uma renda durante um período pareça compor a grande maioria dos objetivos destes trabalhadores, o entrevistado acima citado apresenta um elemento novo entre as suas motivações: o de gostar de conhecer lugares. Talvez, parte de sua justificativa/motivação esteja vinculada ao fato de perceber que, entre os trabalhadores e moradores da região produtora de café, tem-se a idéia de que aqueles que para lá se dirigem o fazem porque são desempregados e/ou buscam uma renda maior, conseguida em um breve espaço de tempo, conforme relata o senhor

²³ Depoimento do senhor Laurêncio Silva, em entrevista realizada no alojamento da fazenda onde trabalhava no dia 14 de agosto de 2005.

²⁴ Depoimento do senhor Eugênio Silva Amador, 30 anos, em entrevista realizada no alojamento onde ele e seu grupo se encontravam após o horário de almoço, na tarde de domingo dia 14 de agosto de 2005. Este trabalhador se dirige sempre para a mesma fazenda, onde trabalhou por dez anos consecutivos.

Francisco, um trabalhador local, quando indica que na região de origem desses trabalhadores não há emprego: “Porque lá num tem emprego, num tem serviço também. Então aqui, nada, nada, eles ganhando oito reais por dia, às vez livre, eles ficam aqui três, quatro mês, eles vão leva um dinheiro bom, porque lá às vez num ganha nem isso”²⁵. Há uma compreensão, principalmente entre trabalhadores e produtores da região receptora destes grupos, de que a movimentação somente ocorre tendo em vista as dificuldades e a falta de emprego na região de origem.

Buscando complementar o trecho anterior do depoimento e instigado a responder o porquê das opções pelo trabalho na safra do café, o senhor Eugênio continua:

Na realidade todo mundo precisa de trabalhar, né? Lá o pessoal trabalha também, tem os negócios, cada quem tem o seu compromisso, né? Mas acontece que o pessoal, já tem as roça, as fazenda tudo certa aí, os dono das fazenda, aí tem que... resolve vim, né? Traz uma turma e tal, o pessoal ajeita mais um pouco... Todo mundo tem a sua profissão, uns trabalha na roça, ou trabalha de outra coisa, cada quem faz a..., porque ninguém vai viver no mundo sem fazer nada, né? Tem que fazer alguma coisa.²⁶

“Na realidade todo mundo precisa de trabalhar”. Esta frase remete não somente à dimensão do trabalho como possibilidade de satisfação das necessidades físicas e biológicas, mas também a uma dimensão que parece transformar o trabalho em essência do próprio homem. Parece inadmissível o homem sem trabalho, o não trabalho parece significar a negação da essência humana, a negatividade do ser social²⁷.

Ao mesmo tempo em que a necessidade de trabalhar aparece em primeiro plano, em segundo o entrevistado dá a entender que a opção pelo trabalho nas lavouras em Minas está vinculada a uma rede de relacionamentos já estabelecidos, principalmente com os fazendeiros da região, o que faz com que os grupos se formem e se dirijam para as lavouras onde já possuem esses contatos. Retoma-se a idéia de que o entrevistado tenta desfazer-se de uma imagem que acompanha os grupos de trabalhadores de fora, principalmente porque destaca que “todo mundo tem a sua profissão” e, ao mesmo

²⁵ Depoimento do senhor Francisco Alvarenga, 43 anos, em sua residência na cidade de Araguari no dia 13 de fevereiro de 2000.

²⁶ Depoimento do senhor Eugênio Silva Amador, 30 anos, em entrevista realizada no alojamento onde ele e seu grupo se encontravam após o horário de almoço, na tarde de domingo dia 14 de agosto de 2005, logo depois de terminarem uma tarefa de abanar o café.

²⁷ SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Migrants temporaires dans les usines de canne à sucre de l'état brésilien de São Paulo. *Migrations Société*. Paris, CIEMI, v. 20, n. 115, p. 125-146, janv./févr. 2008. p. 144

tempo, que “ninguém vive sem fazer nada”. Há, portanto a tentativa de desvincular as viagens da falta de emprego ou de possibilidades de ganho na região de origem.

Ao mesmo tempo, pode-se observar uma análise matemática de sua situação e condição. Em muitos momentos é possível pensar que estes trabalhadores possuem determinada renda em sua região, insuficiente, dadas as suas necessidades naquele espaço, o que não acontece quando se encontram na região receptora, uma vez que se tem a idéia de que ali estão apenas para trabalhar; então, toda a atividade e o dia-a-dia são focados apenas enquanto produtividade e renda e as demais dimensões do viver são deixadas para o espaço que lhe é familiar. Com isso, pode-se perceber que há um dimensionamento diferenciado entre os dois espaços onde circulam: um espaço é do trabalho e o outro espaço do viver, sendo este marcado também pelas atividades produtivas, mas especialmente, pelas possibilidades de colocar sob o mesmo patamar o trabalho e a sociabilidade. Talvez se possa, nesta situação, dimensionar o trabalho como aponta Silva:

O ato do trabalho exige submissão, uma subordinação da vontade do trabalhador constantemente manifesta. Há uma tensão entre vontade e livre jogo das forças corporais e intelectuais. O objetivo do trabalho preexiste na consciência e, como uma espécie de lei, determina a ação²⁸.

O fato de estes trabalhadores se encontrarem em um espaço, que está estabelecido como lugar para se trabalhar e ganhar algum dinheiro, faz com que as diferenciações e dimensões da vida também sejam colocadas em separado. É como se a subordinação da vontade deste trabalhador tivesse o local próprio para ser colocada à prova, enquanto no seu local de origem essa subordinação também existente às condições ali estabelecidas pudesse ser minorada por outras dimensões da vida, pela presença da família, pelos seus costumes, pelas possibilidades de diversão entre outros elementos.

O depoimento do senhor Laurêncio oferece mais uma contribuição para esta discussão.

A maioria do povo de lá só tem alguma coisinha por modo daqui. Lá, oh, a gente pode ganhar cinco milhão por dia, a gente não fica com um conto, gasta todinho. É, se a gente tenta pegar mil reais com um plano de fazer alguma coisa, sempre aparece outra coisa. Nunca vi um negócio desse não. E aqui quem vive

²⁸ SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999. p. 110.

aqui não sai pra lugar nenhum, não vê uma mulher [risos] não vê nada aqui, aí não gasta, não tem como gastar.²⁹

O entrevistado associa os bens conquistados pelas pessoas em sua região de origem aos ganhos obtidos nas lavouras de café. Logo em seguida tece um argumento que parece muito simples: gasta-se muito mais quando se está em seu local de segurança. Estando em sua região o dinheiro que se ganha toma outros rumos e parece estar mais voltado para a manutenção do consumo diário e outras despesas mais corriqueiras, além das festas e diversões como o entrevistado relata. Na região do trabalho no café, como estão dispostos a trabalhar e possuem um objetivo claro, eles parecem menos seduzidos a gastar o que ganham e menos dispostos a se dispersarem pela região para não correrem o risco de retornar para casa sem nada. Talvez esta seja uma das razões pelas quais alguns entrevistados argumentam que não saem para lugar nenhum, permanecem apenas no local de trabalho e se dirigindo apenas à venda para algumas compras.

O aspecto relacionado às diferenciações entre um local e outro, entre a região de origem e a região do trabalho mais duro, aparece entre os trabalhadores mais jovens e solteiros especialmente. Observa-se, entre estes trabalhadores, uma intensa defesa de seu lugar de origem, e pode-se dizer ainda, uma defesa que não se dá pelas características econômicas, mas sim culturais e quiçá de vida, pois é ali que consideram estar vivendo, enquanto na região de Minas estão apenas trabalhando. Alega-se ser um lugar muito melhor do que Minas, porque é a sua terra natal e porque as pessoas têm outra forma de viver quando comparado com os modos de viver em Minas, principalmente no que diz respeito aos elementos que os jovens mais valorizam, como a participação em festas, reuniões com os amigos, entre outras atividades relacionadas à sociabilidade.

As relações de amizade, de namoro, bem como atividades que se vinculem às formas de sociabilidade parecem ser um item que pesa entre os trabalhadores mais jovens e solteiros, e mesmo entre alguns casados que chegam a mencionar estes aspectos como elementos que dificultam a estadia em Minas, mas ao mesmo tempo distingue bem os espaços destinados ao trabalho e à vida. Tal distinção entre espaços, assim como as dificuldades apresentadas podem ser compreendidas como fatores que dão a estes trabalhadores noções de tempo diferentes daquela a que está acostumado: “a

²⁹ Depoimento do senhor Laurêncio Silva, coletado na manhã de domingo 14 de agosto de 2005 no alojamento da fazenda onde trabalhava.

gente está com quinze dia hoje de trabalho, pra nós já tem três mês que nós estamos aqui”. Mais uma vez a forma como dinamizam o tempo, dedicando a sua quase totalidade ao trabalho faz com que este mesmo tempo tome outras dimensões. Nesse sentido, pode-se pensar que não é o tempo que se altera, mas sim o ritmo que estes trabalhadores passaram a impor ao seu cotidiano de trabalho.

As noções de tempo e de espaço podem ser aqui discutidas à medida que os trabalhadores em seus depoimentos apresentam concepções e noções que se modificam dependendo do local onde se encontra. Ainda no que diz respeito à distinção dos espaços, talvez se possa juntar ao argumento do senhor Genivaldo aquele apresentado pelo senhor Eugênio quando diz:

Se eu morasse aqui eu também num ganhava o que eu ganho, não. Porque ninguém ia trabalhar até seis dia na semana, e hoje³⁰ ainda trabalha até um pouco, nos trabalhamos mais um pouco. Por isso que ajunta mais um pouco, mas se fosse lá mesmo na nossa região, oh! Porque lá num fica final de semana, às vez quer saí pra um lugar pra outro, né?³¹

Vale ressaltar que parte dos depoimentos tratados sobre essa temática foram realizados na região produtora de café, talvez por isso, o trabalho pareça ser retratado como sofrimento³², fadiga, esforço cansativo e tão separado do que se pensa enquanto viver no seu local de origem. Pode-se, ainda, perceber duas visões sobre o mesmo aspecto, uma vez que estes trabalhadores quando retornam a seu lugar de origem, têm o trabalho redimensionado e materializado em conquistas e, valorizado ou dotado de uma positividade que parece suplantar o desgaste físico, parece diminuir o sofrimento através do distanciamento no tempo e no espaço.

A busca do aumento da renda é o argumento mais comum apresentado em diferentes depoimentos para as viagens temporárias, pois afirmam que com o trabalho na lavoura de café é realmente mais fácil conseguir uma renda extra que possibilite adquirir alguns bens ou itens que, talvez, não fosse possível sem o trabalho temporário. Ao que parece, a dimensão da busca por melhores condições de manutenção da vida estão diretamente associadas à dinâmica do trabalho temporário, pois com ele se quer

³⁰ O entrevistado refere-se ao domingo, dia em que se realizou a entrevista logo após ele e seu grupo chegarem da lavoura para o almoço.

³¹ Depoimento do senhor Eugênio Silva Amador, 30 anos, em entrevista realizada no alojamento onde ele e seu grupo se encontravam após o horário de almoço, na tarde de domingo dia 14 de agosto de 2005, logo depois de terminarem uma tarefa de abanar o café.

³² Sobre o redimensionamento da atividade laboral ao longo da história ver: BAITELLO JR, Norval. O trabalho entre a vida e a morte. *Projeto História*, São Paulo, EDUC, n. 16, p. 115-120, fev. 1998.

alcançar uma série de objetivos de ordem econômica, mas quem sabe também pessoal ou política, uma vez que, embora apresentem argumentos que possam indicar para o aumento da renda, pode-se pensar na possibilidade de a viagem estar dialogando com outros aspectos da dinâmica de vida na região de origem.

As razões e motivações apresentadas por aqueles que participam dos movimentos de deslocamento temporário ou definitivo perpassam as formas como pensam e representam seu local de origem e o local de recepção, e tais representações podem ser analisadas a partir daqueles que, de fato, se movimentam nestes espaços e, do mesmo modo, a partir daqueles que recebem essas representações e elaboram também as suas.

Ao longo das últimas décadas o campo brasileiro e as relações sociais ali estabelecidas passaram a ter novas configurações. O próprio meio rural passou a ser compreendido como espaço de atividades diversas e variadas, onde se reúne uma multiplicidade de atores sociais e não é somente o local da produção agropecuária. Estamos diante de uma nova forma de se pensar também o homem do campo. No âmbito destas transformações, das redefinições das formas capitalistas no campo, o trabalhador é um dos sujeitos que têm a dimensão de sua atuação modificada de maneira mais significativa, podendo se ter que deslocar por longas distâncias e por períodos determinados para ter acesso a determinadas atividades e incrementar sua renda.

Os significados do trabalho temporário expressos pelos trabalhadores permitiram observar que suas reflexões e análises do cotidiano não se pautam apenas com as experiências do local da chegada, mas dialogam com todo um conjunto e com o movimento pendular do qual fazem parte.

As agruras que envolvem o desenvolvimento das atividades na lavoura de café, bem como todo o conjunto de relações ali estabelecidas não devem ser pensadas como espaços onde se visualiza apenas o sofrimento ou certa predisposição ao sofrimento, mas como uma possibilidade utilizada pelo sujeito para agregar valores, construir saberes. Este movimento não está centrado na lavoura de café, mas na sua disposição de retornar para casa, recompor o grupo familiar e social e, ali manter-se como parte da terra, sem ter que deixá-la ou abandoná-la em busca de outro local para se instalar com a família de forma definitiva.

Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- BAITELLO JR, Norval. O trabalho entre a vida e a morte. *Projeto História*, São Paulo, EDUC, n. 16, p. 115-120, fev. 1998.
- CARMO, Maria Andréa Angelotti. *Lavradores de Sonhos: saberes e (des)caminhos de trabalhadores volantes*. São Paulo: Educ, 2006.
- CORTES, Geneviève. *Partir pour rester: survie et mutation des sociétés paysannes andines (Bolívie)*. Paris: Éditions de l'IRD, 2000;
- DURHAN, Eunice. *A caminho da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- FLORES, Sara María Lara. Le mouvement migratoire et les enclaves de l'agriculture intensive en Amérique Latine. *Migrations Société*. Paris, CIEMI, v. 20, n. 115, p. 39-56, janv./févr. 2008.
- GARCIA, Afrânio Raul. *O Sul: caminho do roçado*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Ed. Universidade de Brasília; MCT-CNPq, 1989.
- GRAZIANO NETO, Francisco. *Questão agrária e ecologia: crítica da agricultura moderna*. São Paulo: Brasiliense, 1985
- KOUBI, Geneviève. O direito à in-diferença: sentimento de injustiça e aspiração à igualdade (fronteira entre História e Direito). *História e Perspectiva*, Uberlândia, n. 27/28, p. 11-35, jul./dez. 2002; jan./jun. 2003.
- MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.
- Migrations Société: agriculture et migrations en Amérique Latine*. Paris, CIEMI, v. 20, n. 115, janv./févr. 2008.
- SAYAD, Abdelmalk. *La double absence*. Paris: Seuil, 1999.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. De colona a bóia-fria. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999. p. 229-230.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Migrants temporaires dans les usines de canne à sucre de l'état brésilien de São Paulo. *Migrations Société*. Paris, CIEMI, v. 20, n. 115, p. 125-146, janv./févr. 2008.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Trabalho e trabalhadores na região do “mar de cana e do rio de álcool”. *Revista Agrária*, São Paulo, n. 2, p. 2-39, 2005.
- TEIXEIRA, Jodenir Calixto. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, Três Lagoas-MS, ano 2, v. 2, n. 2, p. 21-42, set. 2005.



TRABALHADORES AGRÍCOLAS NA CULTURA DE CANA NO NOROESTE PARANAENSE

Josiane Fernandes de Carvalho – UFSCar

jfer_nandes80@yahoo.com.br

GT2: Trabalho Rural e Migrações

Compreende-se que os desdobramentos da modernização da agricultura no Brasil sejam marcados por especificidades impostas territorialmente. Dentro dessa perspectiva, busca-se contribuir com algumas reflexões a respeito das relações de trabalho modificadas a partir da territorialização da agroindústria canavieira na mesorregião Noroeste Paranaense. Ao entender que não são apenas as questões objetivas materializadas pelos contratos e acordos de trabalho que desmascaram as formas de exploração do trabalho agrícola, é que se apresenta uma análise dos contratos de trabalho dos cortadores de cana a partir das variáveis faixa etária, escolaridade e gênero, em 2009, estabelecendo uma relação entre a subjetividade e a precarização do trabalho. Como o levantamento aponta para toda a mesorregião, optou-se em trabalhar com dados secundários organizados a partir do banco de dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). A partir dos dados foi possível correlacionar as variáveis citadas com o rendimento mensal e a distribuição territorial do trabalho na cana na mesorregião estudada. Observou que a precariedade do trabalho feminino é manifestada também pela temática salarial, uma vez que em toda a mesorregião as mulheres recebem um salário abaixo do que é pago para os homens para a execução da mesma atividade. Em relação a distribuição dos trabalhadores pela faixa etária, o que se constatou é que há uma preferência, em todas as regiões visitadas de contratar homens e mulheres adultas, e não jovens. A sujeição do trabalhador a qualquer tipo de trabalho também está ligada a falta de oportunidade à educação. Menos de 10% dos trabalhadores registrados como cortadores de cana foram matriculados ou concluíram o ensino médio.

Bacharel em Ciências Sociais e mestre em Geografia, pela Universidade Estadual de Maringá. Atualmente é aluna em nível de doutorado do Programa de Pós-Graduação de Sociologia, na Universidade Federal de São Carlos.

Introdução

Com o choque do petróleo, em nível mundial, em 1973, e conseqüentemente com a criação do Programa Nacional do Alcool (Proálcool) pelo governo nacional, em 1975, a produção de álcool, no país, começou a ser incentivada excessivamente, o que veio ocasionar a ampliação da agroindústria canavieira. A instalação de agroindústrias canavieiras e a reestruturação de outras são subsidiadas pelo governo gerando gastos substanciais aos cofres públicos. O desenvolvimento da agroindústria da cana esteve atrelado às transformações capitalistas no campo e trouxe como conseqüência uma redistribuição em todo espaço agrário, modificando as relações sociais de produção e de trabalho.

No Estado do Paraná esse processo de inserção da agroindústria da cana tem destaque a partir da década de 1980, sobretudo em toda região norte, quando há uma drástica mudança da produção cafeeira para a lavoura temporária e áreas de pastagem como conseqüência da modernização da agricultura no Estado. A partir de então, esse setor industrial da agricultura dá um grande salto no nível de produção e movimentação da economia. O Estado se solidifica como o segundo maior produtor nacional de cana-de-açúcar. A concentração das agroindústrias canavieiras na vasta região norte do Paraná constitui uma das peculiaridades desse processo.

A Mesorregião Noroeste Paranaense centraliza 12 dos 29 estabelecimentos do setor no Estado. Devido a essa particularidade, buscou-se em uma pesquisa desenvolvida entre os anos de 2006-2008, para a realização de mestrado, compreender as transformações das relações sociais de produção na agricultura engendradas a partir da agroindustrialização da cana-de-açúcar. Dentre as questões levantadas, preocupou-se em analisar a precariedade dos contratos de trabalho dos trabalhadores agrícolas na lavoura de cana. Os resultados aqui apresentados decorrem em parte dessa dissertação, porém, com a atualização dos dados secundários.

Diante da dificuldade e certa resistência das empresas em fornecer dados referentes aos contratos de trabalho dos assalariados rurais, foi necessário trabalhar com as informações conseguidas por meio das entrevistas realizadas nos Sindicatos dos

Trabalhadores Rurais (STR's) e com os depoimentos de trabalhadores ligados a parte agrícola nas agroindústrias canavieiras. Trabalhou-se ainda com dados secundários do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que apresenta grande parte da realidade estudada, uma vez que as Bases On-line do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) sistematizam as informações referentes aos contratos de trabalho de todo o território nacional.

Devido ao agrupamento de profissões feito por esses órgãos, foi necessário trabalhar com a categoria “trabalhadores agrícolas da cultura de gramíneas”, que agrega os trabalhadores da lavoura de cana-de-açúcar.

Ao contrapor os dados apresentados por essa instituição com os relatos obtidos nas entrevistas foi possível analisar parte das mudanças nas relações de trabalho na cultura da cana-de-açúcar na Mesorregião Noroeste Paranaense a partir da década de 1990. Dentre as abordagens levantadas, destacam-se, neste artigo as questões mais subjetivas que também se concretizam em contratos de trabalho, como o gênero, o aspecto geracional e a escolaridade dos sujeitos que são empregados no plantio e corte de cana.

As análises e discussões que se apresenta revelam que não são apenas as questões objetivas materializadas pelos contratos e acordos de trabalho que desmascaram as formas de exploração do trabalho agrícola na cana, mas também, as multífaces do preconceito, seja ele relacionado ao gênero, a idade e a formação escolar.

Mudanças no processo de trabalho no campo

O processo de colonização da região estudada (Figura 1), em meados do século XX, remete a utilização do parcelamento de terras em pequenos lotes e o incentivo à produção cafeeira. Essa história conduziu para uma ocupação baseada na estrutura da unidade familiar de produção. Com as mudanças decorrentes da modernização da agricultura as relações de trabalho no meio rural foram alteradas, principalmente a partir dos anos de 1980. Como consequências desse processo se evidenciam a desterritorialização de sujeitos que foram forçados a vender suas propriedades, a desaceleração e até mesmo a estagnação econômica de inúmeros municípios, a concentração de terras e a formação de monoculturas.

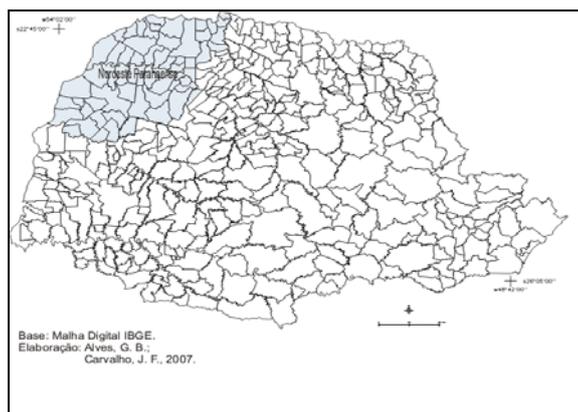


Figura 1 – Mapa de localização da mesorregião Noroeste Paranaense
 Fonte: CARVALHO, J.F., 2008.

A territorialização do setor sucroalcooleiro na região se apresenta como uma dessas mudanças. A disponibilidade de mão de obra barata em pequenos municípios, anteriormente dispensada da agricultura familiar, serviu de atrativo para a espacialização da agroindústria nesta região. Não é aleatório que oito das doze unidades industriais do processamento de cana-de-açúcar estejam edificadas em municípios com menos de 10 mil habitantes. Dessa maneira o controle e a exploração da força de trabalho também serviram de justificativa para a expansão do capital agroindustrial canavieiro.

Entende-se que esse processo produtivo tem conduzido a um conjunto de mudanças no mundo do trabalho, sobretudo em relação ao assalariado rural – cortador de cana – que se reflete na fragmentação do trabalho, no contrato temporário e na superexploração do trabalho. Ainda que as relações sociais no campo se reproduzam a partir de grandes contradições, pode-se afirmar que dentro da agroindústria da cana, a sustentação da produção da mais-valia pelo controle da produtividade, a fragmentação corporativa do trabalho e a instabilidade do emprego condizem com as formas precárias dos contratos de trabalho na sociedade contemporânea.

Para Antunes (2005) as mudanças que adentram as relações de trabalho fazem parte da reestruturação produtiva do capital nas últimas décadas do século XX. Junto a este processo aumenta-se a heterogeneização, a fragmentação e a complexificação da classe trabalhadora. O aumento da incorporação do trabalho feminino e a exclusão dos mais jovens e mais velhos dos postos de trabalho se apresentam como exemplos dessas mudanças (2005, p. 46).

Silva (1999) também destaca que mesmo que enquanto força de trabalho, o trabalhador seja padronizado, sob o controle e a dominação do capital, no interior do processo produtivo são criadas e recriadas novas divisões de trabalho, que se estabelecem

por uma questão de gênero, de raça, que desmascaram a subjetividade desse mundo (SILVA, 1999).

Desse modo, a compreensão das relações de trabalho no campo dentro da agroindustrialização, deve passar também pelo entendimento dessa divisão subjetiva, mas concreta como toda divisão do trabalho.

Aspectos sobre o trabalho feminino

Segundo Antunes (2005), no mundo do trabalho contemporâneo, se torna evidente o aumento significativo do trabalho feminino, principalmente sendo absorvido pelo trabalho precário e desregulamentado. A precariedade do trabalho, remete sobretudo à temática salarial, uma vez que na maioria dos casos as mulheres vêm realizando atividades em praticamente todos os setores sociais e recebem em média um salário abaixo do que é pago para os homens.

Pressupõe-se que as relações sociais de produção na atual fase do capitalismo são estendidas ao meio rural, principalmente quando se trata de um setor agroindustrial. Conclui-se então que o que vem acontecendo no trabalho no campo não é diferente das questões levantadas pelo autor citado. Juntamente com a expropriação do pequeno produtor, do meeiro, do colono, foi a família expropriada de seu “lugar” e de sua ocupação. Dessa forma, homens e mulheres tiveram que buscar trabalho assalariado na cidade ou no campo.

Pode-se afirmar que assim como os homens, grande parte das mulheres, hoje empregadas no corte de cana, tem sua história de vida ligada ao meio rural. A aceitação da mulher das duras condições de trabalho na lavoura de cana está diretamente relacionada à sua necessidade de sobrevivência, mas em muitos casos também, na sua reprodução social como trabalhadora rural.

No entanto, o trabalho feminino ainda é permeado por outras marcações valorativas que desmascaram as multifaces da divisão do trabalho. Reproduzem-se dessa forma as relações de poder inerentes ao sistema sexo/gênero, conduzindo para as comparações (é uma “boa” cortadora, pois produz mais que o homem), dessa maneira o trabalho feminino só se torna eficiente se comparado ao do homem. Outra fala revela o seguinte: “a mulher mantém uma higiene e uma organização maior que os homens, isso conta na hora de contratar”, segundo um apontador entrevistado ¹. Percebe-se, nesse sentido, a apropriação feita pelo empreendedor, no momento da contratação, das habilidades historicamente

¹ Os comentários foram extraídos de uma entrevista realizada com um apontador em 2007 para a elaboração da dissertação de mestrado da autora.

apreendidas pela mulher, como a destreza manual, a higiene e a organização que não são reconhecidas da mesma forma para o sexo oposto.

Porém, o fato das mulheres estarem sempre em uma posição hierárquica em comparação com o homem, a condiciona a uma relação de subordinação e até mesmo de subserviência no local de trabalho principalmente em relação as possibilidades de ganho. Constatou-se também, que quando essas barreiras são vencidas e a mulher consegue se sobrepôr ao homem, ainda assim é transferida a ela toda carga de preconceito e resistência.

Quando questionado sobre a diferença de ganho entre homens e mulheres, foi respondido que:

E em relação ao ganho entre mulheres e homens, tem muita diferença?

Não, até que não tem. O que acontece é que tem alguns casos que já são fenômenos entre os homens, que colhem 14/15 toneladas, então não tem nem como estabelecer uma comparação. Mas as mulheres ficam mais na média de 6/7 toneladas, só que o que eu olho é que entre as mulheres e os homens, a mulher tem mais responsabilidade e mais interesse mesmo. Em termos de porcentagem a mulher tem menos, mas as mulheres que estão lá, estão para trabalhar mesmo. Por que a mulher ela deixa os filhos, marido, a casa, para depois chegar tarde cansada e ainda ter que lavar roupa, fazer o serviço. Então ela chega lá para produzir mesmo, ganhar seu dinheiro (M.S., Apontador, entrevista 2007).

A fala de um apontador que tem como uma das responsabilidades realizar a seleção da mão-de-obra é bem reveladora na valorização das peculiaridades femininas, destacando o compromisso da mulher com o trabalho, no entanto, nota-se que esta peculiaridade feminina, na perspectiva do entrevistado está ligada tão somente a reprodução do núcleo familiar. Outra questão revelada e velha conhecida é a dupla jornada do trabalho feminino. Em outra entrevista um trabalhador do corte relatou que a mulher acorda mais cedo, pois tem que preparar a marmita. Desse modo, o trabalho da mulher se inicia antes e termina depois.

Mesmo assim, na maioria dos casos encontrados, a remuneração do sexo feminino está abaixo do masculino. Como uma das causas se observou que o trabalho da mulher tem sido empregado quando há a rejeição masculina para determinada atividade, ou seja, se o homem não quer realizar tal função, se emprega a mulher.

Sendo assim, o que foi visto, na região estudada, é que geralmente o emprego feminino é direcionado para a realização de tarefas, como plantio, tratos culturais, bituqueiro/a, que geralmente não ganham por produção. Somente na falta da mão-de-obra

para o corte é que as mulheres são direcionadas para este trabalho. Possivelmente esta também é uma das razões para o trabalho feminino estar abaixo da remuneração masculina, que na maioria das vezes ganha por produção.

Em relação a distribuição do trabalho entre homens e mulheres, também pode visualizar a construção dos espaços que determinam o que é “lugar” para o homem, o que é “lugar” para mulher, porém ao passo das contradições do capital, essas relações acabam se entrelaçando e determinando novas complexidades. Em trabalho de campo, encontrou-se o seguinte comentário de um líder sindical: “o trator tem uma tecnologia muito fácil para utilizar, então tem muita mulher fazendo a parte pesada de transporte também”. O que se percebe é que mesmo em situações em que as mulheres conseguem uma valorização profissional e acende na hierarquia da divisão do trabalho, o preconceito se reproduz, principalmente da capacidade da mulher realizar atividades que historicamente tem sido desenvolvida por homens.

Sem dúvida, há uma significativa diferença entre o número de homens e mulheres contratados como trabalhadores agrícolas na cana, como se pode observar no Gráfico 01. No entanto, o que se levantou também, é que no período da entressafra a porcentagem de contratos ativos do número de mulheres é maior em relação aos inativos. Como o trabalho feminino é utilizado para as outras atividades que não o corte, é mais comum ser mantido nos períodos entressafra, até pela necessidade do funcionamento da agroindústria canavieira.

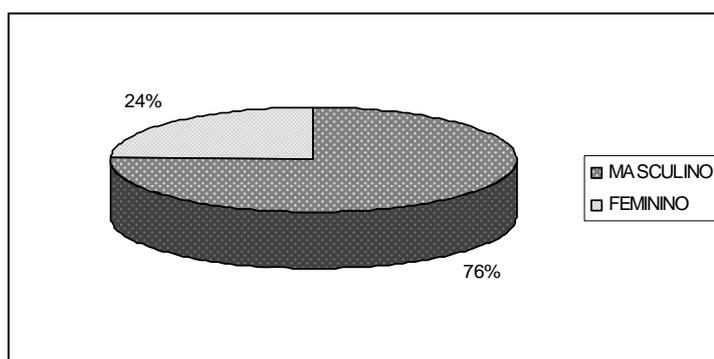


Gráfico 01 – Distribuição dos trabalhadores agrícolas nas culturas de gramíneas por sexo, Mesorregião Noroeste Paranaense, 2009
Fonte: CAGED

Nota-se a grande diferença que se apresenta entre o número de homens e mulheres contratados. É nítida a preferência por aquele que tem maiores condições de ter mais produtividade, garantindo maior trabalho excedente para a agroindústria canavieira. Contudo, a necessidade da mão de obra tem feito aumentar a presença de mulheres na

lavouira de cana-de-açúcar (no ano de 1999, a porcentagem de mulheres em relação ao número total era de 18%) e isso tem resultado também que elas passem a ocupar cargos que até então eram realizados por homens como é o caso de motorista como foi relatado anteriormente. O mesmo tem acontecido nas diversas agroindústrias canavieiras da região.

No entanto, isso ainda não tem se revertido em melhorias reais de salário, fazendo com que as mulheres, na cultura da cana, permaneçam ganhando menos em relação aos homens, o que se pode constatar a partir do Quadro 01. Esse quadro – que apresenta a distribuição de pessoas empregadas e a remuneração média nos municípios onde há a presença das agroindústrias canavieiras na Mesorregião Noroeste Paranaense – demonstra, justamente, a depreciação do trabalho da mulher em relação ao do homem. O ganho por produção, em um trabalho que exige grande esforço físico, tende a favorecer a figura masculina, estando em “boas” condições para o trabalho, já a mulher, que necessitar atingir os mesmos níveis de produção, terá que realizar um desgaste ainda maior nessa competição pela sobrevivência, se sujeitando ao estreitamento de sua vida².

MUNICÍPIO COM PRESENÇA DE USINA	Nº DE EMPREGOS FORMAIS COMO TRABALHADOR DA CULTURA DA CANA-DE-AÇÚCAR			REMUNERAÇÃO MÉDIA NO MESMO PERÍODO (Reais)		
	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
PARANACITY	1.332	501	1.833	518,18	469,45	505,15
NOVA LONDRINA	343	127	470	578,35	477,06	550,98
PARAÍSO DO NORTE	281	61	342	658,33	435,2	546,76
TERRA RICA	705	271	976	489,5	403,88	465,73
IVATÉ	1.116	390	1.506	482,91	427,22	468,49
PEROBAL	727	188	915	432,02	386,66	422,7
CIDADE GAÚCHA	496	198	694	674,58	575,81	646,4
JUSSARA*	357	99	456	694,84	605,03	640,11
RONDON	772	271	1.043	613,68	450,17	571,2
SÃO TOMÉ	534	122	656	487,09	482,88	486,31
TAPEJARA	1.886	666	2.552	527,18	380,73	488,96

Quadro 01 – Número de trabalhadores ativos da cultura da cana, remuneração média, segundo a territorialidade das agroindústrias canavieiras na Mesorregião Noroeste Paranaense, 2006.

Fonte: CAGED.

Organização: Carvalho, J. F., 2007.

² Segundo a pesquisadora Maria Aparecida de Moraes Silva, que tem dedicado seus estudos sobre a vida dos assalariados, aponta que a expectativa de vida útil de um cortador de cana tem ficado abaixo de 15 anos, o que é menor do que a vida dos negros em alguns anos da escravidão. Entres os problemas de saúde que depreda a vida do indivíduo, a autora destaca: “desgaste na coluna vertebral, tendinite nos braços e mãos em razão dos esforços repetitivos, doenças nas vias respiratórias causadas pela fuligem da cana, deformações nos pés em razão do uso dos “sapatos” e encurtamento das cordas vocais devido à postura curvada do pescoço durante o trabalho”. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2/10/2007, p. A3).

Nota-se que em nenhum dos municípios o salário da mulher ultrapassa o salário recebido pelos homens e ainda há aqueles que apresentam maiores disparidades, entre a remuneração por gênero. Em relação, por exemplo, ao município de Tapejara, que se tem a menor média de remuneração feminina, obteve-se a informação em trabalho de campo que o trabalho da mulher naquela usina se direciona ao trabalho da bituca, ou seja, elas realizam as atividades auxiliares da máquina, pois recolhem a cana que a máquina deixou para trás.

Com todas essas diferenças que são colocadas, cotidianamente, ao trabalho da mulher na cultura da cana, constata que além da exploração da força de trabalho, a mulher vem sendo explorada na hierarquia da estrutura gênero/sexo. Nesse sentido, não é apenas a estrutura capitalista que determina as condições de trabalho, mas o sistema que classifica e hierarquiza a sociedade a partir do binário sexual.

Aspectos geracionais

Outra questão que se coloca é a distribuição dos trabalhadores agrícolas na cultura da cana pela faixa etária. Dentro desse ponto, o que se constatou é que embora exista uma considerável inserção de jovens no corte de cana ainda há uma preferência, em todas os municípios visitados, de contratar homens e mulheres adultas, e não jovens. Isso desvenda outra tese de Antunes e Alves (2004), que assinala que uma das tendências no mundo do trabalho é a exclusão crescente de jovens que acabam de atingir a idade para o ingresso no mercado de trabalho. Diante das ofertas de emprego, priorizam-se as pessoas com experiência, dessa forma, os jovens, recém chegados para o mundo do trabalho ficam a mercê dos trabalhos precários e empregos eventuais e informais.

O que foi constatado na mesorregião é que o trabalho no corte e plantio de cana tem se apresentado como possibilidade de inserção dos jovens no mercado de trabalho, a falta de uma dinamização econômica em pequenos municípios e a dificuldade do pequeno produtor manter sua família empregada na terra sugerem uma explicação para essa realidade.

Ainda assim, o número de pessoas adultas no corte de cana é superior ao número de jovens. A Tabela 01 aponta que não há nenhum contrato de menores de 18 anos e que o maior número de contratos está entre o estrato de 30 a 39 anos.

Tabela 01 - Distribuição segundo a faixa etária dos trabalhadores Agrícola nas Culturas de Gramíneas na Mesorregião Noroeste Paranaense, 2009

FAIXA ETÁRIA	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
ATE 17	0	0	0

18 A 24	1.313	287	1.600
25 A 29	1.153	370	1.523
30 A 39	2.315	984	3.299
40 A 49	2.086	768	2.854
50 A 64	1.223	186	1.409
65 OU MAIS	50	0	50
TOTAL	8.140	2.595	10.735

Fonte: RAIS/MTE

De acordo com as informações prestadas pelo apontador entrevistado, a preferência por pessoas adultas e casadas se dá pelo motivo de ter maior compromisso com o trabalho. Segundo ele “vai muito da responsabilidade, então a gente percebeu que a “molecada” solteira, que não tem responsabilidade com família, ele acaba não agüentando, não enfrentando, por que é pesado mesmo”. O que se avalia, a partir da fala, é que a condição do jovem nem sempre está ligada a sua necessidade de sobrevivência, e por isso acaba tendo resistência ao nível de exploração, imposta por esse trabalho.

Não é só o jovem que se encontra num processo restrito para fixação no emprego, como se vê na Tabela 01 a exclusão do grupo considerado “velho” para o capital também está evidenciada. Há uma grande redução do número de trabalhadores a partir dos 50 anos. Fase em que é difícil garantir emprego no meio rural e no meio urbano, portanto, se esses trabalhadores acabam sendo excluídos do mundo do trabalho no campo, principalmente por não atingirem a produtividade, dificilmente encontrarão trabalho em outro setor.

Nota-se, que as barreiras impostas pelo mundo do trabalho aos jovens e as pessoas com mais de 50 anos se revertem na remuneração obtida por essas duas camadas. Foi levantado em trabalho de campo realizado em 2008 que os jovens com até 24 anos e as pessoas entre 50 e 64 e mais de 65 anos, são os que têm maior porcentagem na renda média entre um salário e um salário e meio. Apresentam renda média de mais de dois salários e até três os que são considerados adultos, ou seja, que estão entre 25 a 39 anos (CARVALHO, 2008).

Considerando que o corte da cana remunera por produção, tem-se que essa camada que tem a maior renda média é também a mais produtiva, e por isso são os primeiros a serem convocados para o trabalho. Dessa forma, não são apenas as mulheres que ocupam o lugar que sobra, mas existem outras questões, que diferencia, exclui e impossibilita que todos se vêem como única classe de trabalhadores.

Dados sobre a educação formal dos trabalhadores da cultura da cana

Um dos fatores que sustentam o crescente desemprego e a manutenção do trabalho precário é a grande oferta de mão de obra desqualificada. Essa, sem dúvida, é uma das características do trabalho rural como um todo, e especificamente, o trabalho de corte e

plantio na cana. A fala do apontador entrevistado, quando se perguntou a respeito da identidade dos trabalhadores com o meio rural, foi bastante reveladora:

Mas esses trabalhadores ainda se identificam com meio rural, por isso que vão buscar o trabalho no campo, ou não, é somente pela sobrevivência?

Bom, eu vejo assim: pelo menos o pessoal que trabalha comigo lá, a maioria, mais de 80% só sabem assinar o nome, porque a gente quando vem fazer o cadastro para começar a safra, ou quando está faltando trabalhador, precisa que eles preencham a ficha, mas a maioria mal sabe escrever, então eles não tem nem como sair daqui porque vão arrumar serviço aonde? (M.S., apontador, entrevista 2007).

A sujeição do trabalhador a qualquer serviço que apareça, está também ligada a toda sua história de exclusão à educação. Através do Quadro 02, tem-se que 34,3% não concluíram o quinto ano do ensino fundamental.

ESCOLARIDADE	MASCULINO	FEMNINO	TOTAL
ANALFABETO	2,3	0,9	3,2
ATÉ 5º ANO INC.	26,1	8,2	34,3
5º COMP. DO ENS. FUNDAMENTAL	14,9	4,6	19,5
6º ANO A 9º FUNDAMENTAL	17,6	6	23,6
FUNDAMENTAL COMPLETO	6	1,9	7,9
MÉDIO INCOMPLETO	3,9	1,2	5,1
MÉDIO COMPLETO	4,6	1,3	5,9
SUPERIOR INCOMPLETO	0,1	0	0,2
SUPERIOR COMPLETO	0,2	0	0,2
TOTAL	75,7	24,2	99,9

Quadro 2 – Grau de instrução dos trabalhadores agrícolas nas culturas de gramíneas segundo o sexo, Mesorregião Noroeste Paranaense, 2009

Fonte: RAIS/ MTE

Somando os trabalhadores que concluíram o ensino fundamental totalizam 80% dos trabalhadores em geral. Em relação ao gênero observa-se que não há grandes diferenças, observadas as equivalências em relação ao número de empregados. No entanto, ainda que em pequenas proporções, conforme avança o nível de escolaridade o sexo masculino se sobressai, podendo inferir que as mulheres empregadas na agroindústria da cana têm um nível de educação formal inferior ao dos homens.

O nível de escolaridade dos trabalhadores agrícolas remete a reflexão sobre o nível de exclusão dos trabalhadores rurais e filhos desses trabalhadores que não tiveram acesso as escolas pelas dificuldades já conhecida sobre a educação no campo. Até hoje, a necessidade de trabalho em tempo diferenciado, até mesmo a distância muitas vezes encontradas para a locomoção, são empecilhos para o bom andamento dos estudos para a

população que vive no campo; se for considerar há vinte ou trinta anos atrás, conclui-se que as dificuldades eram muito maiores, desse modo, milhares de indivíduos foram forçados a deixar a escola para trabalhar na roça, esses indivíduos hoje se encontram numa real dependência do subemprego, uma vez que o capital exige cada vez mais o trabalho especializado.

Observa-se que entre os trabalhadores, existe uma considerável quantidade de jovens, acredita-se, que a maioria desses, faz parte dos que concluíram o segundo grau, e até mesmo cursaram o nível superior. No entanto, isso também não foi o suficiente para garantir uma melhor colocação no mercado de trabalho. As exigências cada vez maiores e a massa de desempregado geram uma concorrência amplamente injusta e acarreta a subproletarização.

Algumas considerações

Por fim, os desafios a serem superados no meio do trabalho, necessitam que ultrapasse as fragmentações e o controle implementados pelo capital, que contribui para dificultar as ações de resistência e reforça a estrutura social que colabora para a expansão do capitalismo. Todavia, as limitações que imperam na vida dos trabalhadores rurais da cana: o cansaço, a carga horária restritiva, a dupla jornada das mulheres, o medo do desemprego, a falta de perspectiva de encontrar outro trabalho, reforçam o controle e a dominação das relações de trabalho por parte do capital. Devido a isso, acredita-se ser a análise atenta das suas condições e das formas de opressão, que poderão direcionar as formas de resistência possíveis.

Parte-se do pressuposto que esse processo produtivo tem conduzido a um conjunto de mudanças no mundo do trabalho, sobretudo em relação ao assalariado rural – cortador de cana – que se reflete na fragmentação do trabalho, no contrato temporário, na superexploração do trabalho, e em conseqüência na sua precarização. Acredita-se ser no âmbito das discussões sobre o trabalho, o caminho que trará eficazes para o entendimento das possibilidades de resistência contra as diferentes formas de exploração na medida em que problematiza o diálogo entre indivíduo e sociedade, objetividade e subjetividade.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** 10^a ed. São Paulo: Cortez, Campinas: Editora Unicamp, 2005.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. Educ. Soc. , Campinas, v. 25, n. 87, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302004000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 29/08/2007.

CARVALHO, Josiane Fernandes de. **Os assalariados rurais da agroindústria canavieira na mesorregião Noroeste Paranaense**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2008.

MTE. **Bases on-line da RAIS**. Em www.mte.gov.br.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundação Unesp, 1999.



MULHERES PLURAIS: SOLIDÃO E TRABALHO NA LUTA PELA REPRODUÇÃO SOCIAL DA FAMÍLIA DO MIGRANTE-CAMPONÊS EM ENGENHEIRO SCHNOOR, ARAÇUAÍ/MG

Lúcia Cavalieri¹ – Departamento de Geografia da USP

lulieri@usp.br

RESUMO

A pesquisa de doutorado intitulada “Migração e reprodução social: tempos e espaços do cortador de cana e se sua família”² teve como objetivo *entender como o ocorre o processo contraditório da reprodução social de comunidades rurais a partir da análise das práticas cotidianas da família do migrante*. As comunidades rurais estudadas, Engenheiro Schnoor e Alfredo Graça, localizam-se no Vale do Jequitinhonha, mais especificamente no município de Araçuaí no médio Vale. A geografização das práticas cotidianas foi uma das perspectivas adotadas pela pesquisa para o entendimento das estratégias de sobrevivência do campesinato, entendido como modo de vida e classe social. Por meio do estudo das práticas cotidianas observamos: uma série de explorações de várias ordens; alegrias gratuitas, não-mercantilizáveis; a luta diária e o existir. No atual contexto histórico-geográfico, a vida desse campesinato-migrante, está quase amputada da presença do homem, cortador de cana no Estado de São Paulo. A opção em observar o modo de vida territorializado não visa separar-se, de forma alguma, da crítica aos processos macrossociais envolvidos na mobilização geral dos trabalhadores: sujeitos e sujeitos-sujeitados à reprodução do capital e seu corolário - a produção desmedida de mercadorias, inclusive a mercadoria força de trabalho. Entendemos que a mobilização da força de trabalho não se explica através do costume camponês que necessita da indivisibilidade da

¹Desenvolve pesquisa em Geografia Agrária tendo como questão norteadora as estratégias perpetradas pelo campesinato a fim de garantir tanto a reprodução social do grupo como o território de vida. Mestre e doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo, atua também como professora, há mais de 15 anos, na rede pública e privada de ensino.

² Tese disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-20102010-121444/>

terra para garantir a sua reprodução social. A mobilização deve-se a um conjunto maior de processos relacionados à reprodução do capital tanto em Minas Gerais como em São Paulo. Um aspecto da tese será tratado nesse texto, qual seja: a vida das mulheres da comunidade de Schnoor, a produção do espaço rural e a luta pela existência.

A Comunidade de Engenheiro Schnoor encontra-se à beira do rio Gravatá, afluente do rio Araçuaí, à montante da comunidade de Alfredo Graça (outra comunidades estudada na pesquisa) no município de Araçuaí. Schnoor é um dos dois distritos do município, com cerca de 120 famílias, segundo registro do posto de saúde local - que atende também mais 350 famílias de comunidades próximas. Apresenta feições de uma vila, com algumas ruas centrais com calçamento de pedra e comércio variado, não havendo sinal de celular e acesso à internet.

Araçuaí é conhecida pela migração dos homens para o corte de cana-de-açúcar em São Paulo. Para a safra de 2007, estima-se que mais de 7000 homens deixaram a cidade oriundos do próprio município de municípios vizinhos. Em algumas cidades do Médio Jequitinhonha, o migrante se faz sentir presente no centro da cidade, nos bairros rurais e nas comunidades. A sua ausência por nove meses do ano é presente. A grande ausência revela-se muito forte nas zonas rurais onde é raro encontrar um homem entre 18 e 40 anos.

Em Schnoor ou *na comunidade*, como os moradores se referem ao seu lugar, não há posto policial, carros de polícia ou policiais. O correio chega uma vez por semana e há somente um posto de saúde. As portas das casas não são trancadas durante o dia, mesmo que o morador não esteja em casa. Os portões são apenas encostados.

Muitas das casas são de alvenaria, mas ainda é comum encontrarmos casas feitas com tijolo de adobe e cobertas com telhado de zinco. Os homens que não migram para o corte de cana trabalham no comércio, no serviço público, em roças ou como pedreiros reformando e construindo casas financiadas com as remessas vindas do trabalho no corte da cana. Uma mesma pessoa pode realizar todos ou quase todos esses serviços indicando a diversidade de ofícios conhecidos e praticados pelo campesinato.

A principal produção agrícola concentra-se nas extensas fazendas de gado que se esparramam pelos tabuleiros, montes e chapadas. O gado é criado de forma extensiva; o leite extraído é comprado pelos laticínios da cidade.

No centro da comunidade destacam-se a Igreja Católica e a praça, a velha estação de trem desativada, a quadra de esportes e o campo de futebol, estes dois últimos configuram-se lugares de lazer da comunidade³. São poucos os carros que circulam na comunidade que dista cerca de 60 km de estrada de chão do centro da cidade de Araçuaí. O principal acesso à cidade ocorre por meio de duas linhas de ônibus: de manhã cedo, por

³ Em outras comunidades de Araçuaí, a construção de quadra poliesportiva é uma demanda dos moradores, como opção de lazer, conforme constatamos em atas de reuniões de planejamento para a elaboração do plano Diretor.

volta das 07:00 horas, partem da comunidade com destino à cidade, em viagem que dura 3 horas; por volta das 13:00 saem da rodoviária de Araçuaí e retornam para a comunidade, chegando perto das 16:00 horas. Há muitas motos em circulação, várias delas compradas com o dinheiro advindo do trabalho no corte de cana em São Paulo.

A presença das grandes fazendas marca a paisagem. Da estrada, a caminho da comunidade, avista-se a entrada de grandes fazendas, as quais empregam alguns trabalhadores para o trato direto dos animais ou para plantar capim. Os moradores chamam este último serviço de “roçar manga”. Essas fazendas tão fortemente inscritas na paisagem são o retrato do processo de monopólio da terra e das gentes do Vale tão bem descritos por Moura (1988), Moraes(1999) entre outros autores⁴. A perda das terras lançou milhares de camponeses do Vale à migração. Em Araçuaí, o processo não foi muito diferente, em várias de suas 66 comunidades rurais, há posseiros que, na negociação (ou no *distrato*, segundo Moura, XX) com o fazendeiro, restaram com uma casa com quintal na “rua” ou no centro da comunidade.

Em Engenheiro Schnoor, as mulheres podem manter em seus quintais uma produção de auto-consumo a qual expressa a continuidade de seu saber-fazer feminino camponês. Esse espaço revela também outros dois conteúdos de ordem econômica e simbólica: complementação da renda principal (salário do marido em São Paulo) e reclusão velada. O salário por produção dos homens no corte da cana encontra um complemento na produção de auto-consumo de sua família no Vale, daí uma das razões de ele ser tão baixo e lançar o homem numa condição de proletário em São Paulo. Entendemos que o camponês-migrante não se encontra sujeito a uma transição cujo único desfecho seja o de sua completa proletarização. Há um conjunto de processos contraditórios que os espoliam a fim de que a proletarização se efetue, liberando gentes e terras para uma exploração capitalista. Contudo, não há linearidade nesse conjunto e nem todo o campesinato se torna assalariado.

Há uma resistência expressa na luta e /ou no existir do campesinato que possibilita que essa classe social não complete as previsões de proletarização. O nó górdio dos estudos sobre o campesinato, no interior da geografia agrária, consiste em entender justamente como ocorre sua reprodução contraditória como classe social no seio do

⁴ Em um dos capítulos da tese nos debruçamos sobre esse tema caro à compreensão da questão agrária brasileira: as formas como posseiros e proprietários de terra disputam o território brasileiro. O Vale do Jequitinhonha não escapou à sanha de reprodução de capital que precisa dar conta de seus excedentes produzindo, colonizando e se expandindo para novas terras. As marcas da chegada mais feroz do capitalismo no campo se fazem presentes com a consolidação da fazenda de gado e de eucalipto e com a interdição do uso da terra em comum das chapadas.

capitalismo e que novos conteúdos essa classe aporta diante de contextos históricos e geográficos particulares.

A pesquisa em curso desvela como os camponeses-migrantes vivem essa condição ambígua de ser camponês e ser-estar proletário no espaço da cana. Não podemos entender o trabalho da cana como trabalho acessório, uma vez que ele se estende por nove meses por ano.

Como proletários, os trabalhadores homens não precisam prover a família de todas as suas necessidades do mundo material - como se supõe que façam os proletários. Em suas comunidades as mulheres podem cozinhar à lenha, cultivar nos quintais, cuidar dos filhos, morar em casa própria, armazenar água e lavar roupa no rio. Enquanto o homem se esgota no corte de cana, recebendo por peça, há algo que se recria incertamente em suas comunidades. O espaço por excelência da reprodução do capital no estado de São Paulo comunica-se com o espaço de (re) produção da vida da família no Vale. Um dos custos desse processo se inscreve no corpo e na alma das mulheres.

Sobre a solidão, a vigilância e alguns assuntos do coração

Em Schnoor, algumas mulheres⁵ se sentiram à vontade, depois de alguns trabalhos de campo e muita conversa, para expressar toda a saudade que sentem de seus maridos, agravada pelo fato de que para o campesinato o trabalho é familiar: perde-se também o companheiro de trabalho. As mulheres reconhecem o quanto o trabalho deles é penoso e necessário para a manutenção da família, não obstante, o sentimento de ausência alcança níveis de sofrimento que extrapolam o consolo que pode advir da consciência da necessidade objetiva da aquisição dos bens materiais para a vida. Reside aqui uma das tragédias da migração: são inúmeros os casos de depressão entre as mulheres. Este é um dos custos da migração que atinge a alma.

A intimidade construída no campesinato advém da criação de um projeto de vida para a família vivido no cotidiano, na labuta da criação dos filhos e no trabalho na roça, em suma, na partilha da vida. Aos trabalhadores e suas famílias resta à vivência dolorida da margem entre dois mundos. Os sofrimentos dessas mulheres expressam essa condição, a família não se realiza plenamente.

⁵ Todos os nomes das mulheres foram trocados a fim de preservar suas vidas.

Em uma conversa com Daniela e Carlos, casal do “Médicos da Terra” que roda os municípios mais pobres do Brasil atendendo a população mais pobre⁶, e com a enfermeira do posto de saúde de Schnoor, tivemos a confirmação de uma hipótese sugerida pelos contatos iniciais que tivemos com a comunidade: a depressão é uma das doenças mais comumente encontradas entre as mulheres do Vale. Entre toda a população, as doenças mais presentes são: pressão alta, doença de Chagas, problemas de pele como leishmaniose e outras ocasionados pela extrema precariedade da rede de água e de esgoto (chamadas de “piroquinhas” na pele).

Em Schnoor, há muitas pessoas andando pelas ruas que apresentam algum distúrbio psicológico⁷. Segundo a enfermeira do posto de saúde, os distúrbios teriam como causas principais o desemprego, entre os homens, e a depressão, entre as mulheres. As duas causas estão diretamente relacionadas à migração e suas origens. Quando os sintomas do distúrbio são mais violentos ou mais crônicos, a família leva o ente ao posto para tomar seu “controle”. O diagnóstico de alguma patologia psicológica é feito no CAPS⁸ em Araçuaí. Porém, como os pacientes não têm como freqüentar regularmente o Centro, devido à distância e ao custo, a família recebe apoio para cuidar de seu ente em casa e o posto de saúde das comunidades recebe o medicamento para ser ministrado quando necessário. Alguns vão diariamente ao posto tomar o remédio prescrito.

Há mulheres que não querem/podem sair de casa ou vêm sua menstruação suspensa (ou o ciclo menstrual muito irregular) enquanto o marido está fora. Há aquelas que tentam o suicídio, as que ficam inapetentes, as que largam os maridos (mais raro), as que migram para São Paulo junto com o marido. O Serviço Pastoral do Migrante (SPM) e a Cáritas, na diocese de Araçuaí⁹, realizam um importante trabalho ao visitar as mulheres e tentar “tirá-las” do estado de depressão, ajudando-as a se levantar da cama, a fazer cursos de bordados e outros, a freqüentar reuniões com outras mulheres e a discutir juntas a condição em que se encontram numa tentativa de recompor o sentido da vida, tão fragmentado nesse tempo de migração.

⁶ Eles registram seu percurso e proposta no site: <<http://www.medicosdaterra.com.br>> Passaram pelo Vale em janeiro de 2008.

⁷ Em todas as saídas, as entrevistadas apontavam “os doidos” que andavam pelas ruas, conhecidos e cuidados por todos.

⁸ Para entender melhor a função dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), consultar <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=29797&janela=1>.

⁹ Em Itinga, município vizinho a Araçuaí, as mulheres apoiadas pelas duas entidades formaram uma importante cooperativa. Em Schnoor não conhecemos o trabalho da pastoral que é muito admirado no Vale.

Em Schnoor, as mulheres relataram o sofrimento vivido com a ausência do marido. Destacamos a seguir trechos de algumas entrevistas: Rebeca que conta mais tranquilamente como teve e se recuperou da depressão e Teresa, que toma remédio até hoje.

Há um diferencial nas trajetórias de vida das duas amigas e mulheres. Rebeca acompanhou o marido duas vezes quando este ia para a cidade de Itaquaritinga (SP) cortar cana para a Usina Bonfim. A depressão, que dera sinais ainda no Vale quando ela ficava em casa sozinha - como tantas outras -, manifestou-se mais violentamente quando o marido, Irineu, achou melhor levá-la consigo para o corte de cana pela segunda vez. Foram muitas conversas com Rebeca, no dia da gravação da fita o seu marido chegou para almoçar e participou também da entrevista ajudando a lembrar quantas foram às vezes em que ele foi “pro corte” e os anos em que Rebeca o acompanhou.

Lúcia: (...) Aí [em Itaquaritinga] que aconteceu que você falou de de...

Rebeca: Aí eu fui...

Irineu: Só que desta vez você foi, cê tava doente...

R: Eu tava, deu uma depressão em mim de ficar né... cê fica pra lá fica pra cá, parecendo gente doido. Aquilo é pra quem agüenta e é forte, sei lá mas eu já saí daqui com problema. Não sei de onde veio esta depressão, só sei que eu cheguei lá e passei por um período... foi bom também não, né Iri? Iri sofreu muito, eu tava doente, Iri sofreu muito. Porque ele tinha que trabalhar no outro dia [cortar cana] e eu chorava a noite inteira, sabe? Aquela coisa... Nossa Senhora.

P: Você reclamava do que chorando, cê lembra?

R: De nada.

P: Só chorava?

R: Só chorava.

L: Cê achava que tinha o quê?

R: Pra mim tava tudo bom, eu achava que eu tava doida mesmo... Cê coloca uma coisa na cabeça, fica um monte de pensamento. Aí comecei a tratar lá, fazer tratamento ia num médico, ia em outro, ia num, ia no outro e aí por aí foi.

(...)

L: Por que você acha que foi embora a sua depressão?

R: Por quê? Oh moça, a única coisa que eu falo pra você: a depressão foi embora porque ele ficou aqui, não foi embora mais. Não precisou ele ir embora mais.

(...)

L: Como chamava o calmante?

R: É...Amytril.

L: Não conheço...

R: Não? Teresa toma dele.

L: É mesmo, Teresa?

R: É nunca tirou dela isso não, é 25 miligrama... Aí no final da safra Iri comprou o fusca e depois ele trocou esse fusca num gol. [Eles retornaram a Schnoor]

(...)

R: Como eu sofria muito sozinha... Os meninos doente em casa e eu sozinha e ele na usina, aquilo me adoecia. Tudo isso colaborou com a minha depressão. Esse mais velho, L., ele teve pneumonia três vezes. Nenhuma vez ele [Iri] tava presente. Aí ele internava e eu ficava 15 dias sentada na cadeira de hospital mais o piquinichinho [pequenino] que não tinha nenhum ano ainda. Então me fez pensar

na vida e tá 'operando' com dois filhos. Ficar sozinha numa solidão, num sofrimento e achei a oportunidade de operar [ligadura das trompas].

Hoje o marido de Rebeca não migra mais e os filhos estão crescidos, ela criou uma série de estratégias para evitar que o mal da depressão a acometa novamente tais como: fazer caminhada, ocupar-se de meninos mais novos através de um projeto empreendido pela ONG CPCD (Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento), visitar as colegas, rezar e dar risada, muita risada, de tudo. Foi minha anfitriã durante as semanas passadas em Schnoor. Ela aconselha suas colegas quando percebe que os sintomas da depressão estão chegando.

Rebeca para distrair-se pega em consignação, de mascates que passam a cada três meses na comunidade, um pouco de perfume, cobertor, batom, bijuterias... para sair vendendo. Ela não se preocupa tanto em ganhar dinheiro, as mercadorias se tornam “escudos éticos”¹⁰ para que ela saia de casa e ande pela comunidade. A cada 10 itens vendidos ela ganha um.

Essas novas estratégias começam a se consolidar para dar conta de um mundo orientado por outras regras, com outras enfermidades, que levam a uma crescente racionalização instrumental da vida cotidiana. A venda de mercadorias contribui para a formação da renda da família, nesse caso, no entanto, serve de alibi para a necessidade de sair de casa e encontrar colegas, partilhar uma parcela da vida com pessoas que participam da mesma ética camponesa.

Na entrevista gravada com Teresa, da qual extraímos o trecho a seguir, ela mostrou toda a dor e o medo que sente com a ausência do marido. Seu marido não voltou para a casa nos últimos anos, como os outros. Manda o dinheiro mensalmente, mas não retorna para a casa suscitando, não sem motivo, crises de insegurança e ciúmes. As amigas de Teresa acreditam que ele tenha outra mulher, ainda que não digam isso a ela, e por isso não voltaria para a casa, somente manda o dinheiro para que nada falte aos filhos. Teresa não pode admitir esta situação e, reclusa em casa, bebe diariamente quase um litro de cachaça, já pensou em tomar doses de veneno e espera a volta de seu marido.

Teresa: É mais difícil por mim mesma, esse mundo todo... ele ficar pra lá e eu pra cá, sabe não dá certo.

L: É muita tristeza?

T: Solidão, minha filha. Problema é que eu tive até depressão, hoje em dia é que não ligo isso mais. Às vezes quando tá pegando em mim eu saio fora, sabe? Ou

¹⁰ Tomamos a expressão emprestada da professora Regina Sader que usou esta expressão quando se referiu a trechos da obra Grande Sertão: Veredas em Cordisburgo na Semana Roseana de 2004.

vou para casa de minhas colegas, tomo remédio, trabalho, divirto muito. Todo ano eu tinha crise de depressão, sabe?

L: Todo ano?

T: Todo ano, só que hoje em dia eu não tenho mais não.

L: O que você sentia quando você tinha depressão?

T: Ah, choradeira. As minhas melhores amigas não podia nem ver, eu ficava moquetada em casa, ficava dentro de casa.

L: Você tinha vontade de morrer?

T: Vixe... eu tive vontade de tomar veneno.

L: Onde você ia quando tinha crise assim?

T: Eu ia no posto aqui e eles davam um remedinho.

(...)

T: Se largo esse homem, Lúcia, vou viver como muitos aí 'mendigando' aí, com a cabeça toda cheia de troço [com piolho, suja], minha filha... Eu morro de medo de viver como esse povo [que perambula pelas ruas da comunidade] que tá aí...

Rebeca: Ela tem medo de ficar 'mendigando' não é de dinheiro. É ter depressão, ela gosta demais dele e acha que não vai esquecer e tem medo de ficar maluca se ele não tiver mais [junto a ela] (...)

Quase todas as mulheres entrevistadas declararam como se sentem tristes com a ausência do marido, mesmo as que não chegam a ter depressão mostram-se dilaceradas quando relatam como é a vida quando o marido está em casa e quando não está em casa.

Malu:

L: Então, me fala uma coisa: como é que é a vida da tua família quando o A. está em casa?

Malu: Ai, divertidíssima.

L: É mesmo...

M: Quando ele tá em casa, a gente sai todo dia, a gente come na mesma vasilha. Acho que é por isso que eu ainda sofro demais quando ele sai. O dia que ele sai eu choro que nem comer eu não como. Aí é assim... ele é muito engraçado, ele é divertido... com J. então, com todo mundo. Ele é cheio de amigos, todos os amigos dele são meus amigos. A gente tem os amigos de farra, que ele gosta de beber eu também gosto, gosta de um churrasquinho. Toda sexta-feira quando ele tá aqui a gente assa uma carinha lá no boteco do marido dela [marido de Márcia]. Eu vou lá todo dia quando ele tá aqui. Todo dia eu tomo uma cerveja com ele. Pra achar ele dentro de casa é raridade. Quem quiser esconder dele vem para cá. Ele fica igual uma borboleta, ele entra e sai, entra e sai... quando eu acho que ele tá aqui ele me deixa conversando sozinha. Eu até acho engraçado. Às vezes eu tô conversando com ele aqui, eu vejo que ele não responde, eu vou procurar ele já tá longe...

(...)

L: O que você acha mais difícil de agüentar?

M: Quando ele não tá aqui. Dessa vez foi mesmo porque eu fiquei muito só, me senti muito só. Mas o momento que eu acho mais difícil é na hora de almoçar, que eu não tenho vontade de fazer comida. Quando eu começo a comer e lágrima caindo dentro do prato aí eu tenho que parar, não consigo. Não consigo mesmo.

Quando eu entro no quarto que eu vejo a cama, as coisas dele ainda parece que tá o cheiro.. Ave Maria é difícil demais. E ainda fica com aquela incerteza se você vai ver de novo, se não vai... pra mim o que mais dói é isso. Quando ele foi embora ele me deixou grávida de 1 mês, eu não tinha feito o teste mas eu sabia. Eu queria tanto ter, que eu senti.(...) Mas eu sofro demais, e choro... às vezes eu acordo de madrugada e procuro não pensar em nada , fecho o olho pra dormir logo porque se eu ficar acordada eu choro o tempo todo.

Há mulheres que exprimiram a dor com poucas palavras e um silêncio arrasador calado no olhar:

L: Como é a vida quando ele não está? Nos 9 meses em que ele não está?

Lia: É muito triste.

Em Schnoor não há sinal de celular, elas esperam o marido ligar no dia e horário combinados. Hoje é mais fácil falar com o homem distante, entretanto, nem todas as mulheres acham que a vida melhorou com a possibilidade de uma comunicação direta e quase instantânea. Não existe o hábito de se falar diariamente com quem está longe. Teresa, Vanessa e Lia, por exemplo, preferem não falar com os maridos diariamente. Quando falavam todos os dias acabavam brigando pelo mesmo motivo: o ciúmes.

Sabe-se de homens que arranjam outras mulheres quando estão em São Paulo e que não retornam mais, rompendo com a família; de homens que mantêm duas famílias, uma em São Paulo e uma no Vale. O medo da traição e do abandono é um dos assuntos proibidos, fantasma que atormenta as mulheres:

Vanessa: O duro mesmo é que a gente fica menos tempo com eles, e eles mais é na usina. O duro é essa coisa.

L: O que você sente quando ele tá lá?

V: Eu não agüento não, nêga. Eu pergunto a ele todo dia [nos dias em que se falam] que dia que ele vem.

(...)

L: Como é que você fica aqui quando ele tá longe?

V: Ô dó... morrendo de saudade. Eu amo ele. Eu amo aquele homem, viu? Nós briga de verdade mas é que eu sou ciumenta demais, nêga.

Apenas uma mulher, em Schnoor, diante do marido, mostrou-se mais resignada e afirmou de forma um pouco jocosa¹¹ “não ligar” para a ausência mesmo sabendo que o marido tem uma filha em São Paulo, de um relacionamento anterior ao deles. Mesmo conhecendo apenas mais uma mulher que “nega” a tristeza, ressaltamos que o discurso

¹¹ Em vários momentos da entrevista todos rimos muito pois o casal brincava, brigava e se complementava todo o tempo. A íntegra das entrevistas encontra-se na tese: Migração e Reprodução Social: tempos e espaços do cortador de cana e de sua família. Cavalieri, L. Tese de doutorado, 2010. FFLCH, USP.

preponderante é o da dor, do medo, da insegurança e da saudade. A irmã de Rebeca, Leonora, precisou tomar remédio quando o marido chegou do trecho sem dinheiro, dizendo que fora assaltado.

Rebeca: (...) ele chegou aqui sem nada, nada. Magro, magro. Ainda bem que ela tinha as economias dela porque ele mandava, depois parou de mandar dinheiro. Enquanto ele mandava, ela economizava. Ele chegou, moça (...) e ela suspeitava. Eu sei por que meu irmão estava junto com ele. Ninguém é doido, ninguém conta, ninguém conversa, ninguém fala nada, nada. Ninguém se mete. Agora este ano diz que tá bem, que tá mandando dinheiro todo mês.

L: Ela se queixava pra você?

R: Sim, até hoje ela [Leonora] se queixa, ela diz naquela época tinha coisa, alguma coisa aconteceu. Ela fala até hoje. Ele chegou, não tinha dinheiro pra um quilo de sal, não tinha pra nada, nada, nada.

L: E ela o perdoou?

R: Perdoou, ela não sabe de nada, não sabe o que aconteceu. E ele inventava mentira... ligava falando que foi assaltado e tinha era gasto dinheiro na farra e na bebedeira. Ele ligava e dizia que foi roubado, que tinha ido trabalhar e foi roubado, que alguém entrou no quarto dele e pegou o dinheiro.

R: Ela adoeceu, assim que ele chegou, ela adoeceu. Não saia da cama, brigou com ele.

Há muitos caminhos de interpretação quando o assunto é medo, traição, ciúmes. Nossa intenção não é esgotar ou defender nenhum deles, apenas entender como a distância atua nas práticas cotidianas e na reprodução da família - entendida como as possibilidades de continuação e produção da materialidade da vida se comunicando com a reprodução de um modo de vida camponês, o qual encontra justamente na família e na comunidade uma base de sustentação e sentidos máximos.

Se você tiver 01, na boca do povo tem 10, se tiver dois, tem mil

Parece existir entre os homens um pacto de silêncio, eles (mesmo os que não migram) negam a possibilidade de haver traição, a possibilidade de existir mulher em São Paulo. As mulheres que já moraram com seus maridos em São Paulo (como Rebeca, Teresa, Val) ou as que têm somente filhos (como Márcia) que vão pro corte, se remetem ao assunto de forma mais clara. Em uma conversa com Antônio e Márcia, Rebeca chegou e colocou lenha no assunto, já explosivo:

Lúcia: Antônio, me diz uma coisa esse dinheiro que vem lá da usina serve para você, é bom para você tudo isso mas, como é que você acha que ficam as famílias? As mulheres que ficam aqui sem os homens?

Antônio: Ah, mas é difícil para elas, é claro. É muito difícil...

L: Não tem mulher que adocece?

A: *Tem, tem muita gente que adocece...*

L: *Tem umas que devem sentir muita liberdade, tem muitas que devem se sentir até bem... “sai cabra, volta só daqui 8 meses...”*

A: *Às vezes acontece que muitas pessoas que saem, que vai trabalhar e perde até família, tem muita mulher que não é fiel ao marido, desentende depois. Então dá desavença danada na família.*

Márcia: *Tem homem que vai pra lá e já arruma outra por lá...*

A: *Arruma nada, ninguém arruma nada não...*

M: *Arruma. Tem uma prima mesmo, coitada, Judith...*

(...)

A: *(...) Cê sabe muita gente que é fiel e outro infiel, é muito chato a gente falar mas, tem muita mulher aqui mesmo que fica doidinha pro marido sair de casa, pra ela trair ele. Eu não gosto nem de dizer essas conversas assim, porque eu sou uma pessoa muito...*

L: *Mas a gente não tá falando o nome de ninguém então não tem problema...*

A: *Hum, hum... Mas existe isso mesmo. É porque o marido sabe que ela tá traindo ele, lá fora. Ele tá lá e sabe porque aqui, um tamanho de um ovo desse aqui... Se a mulher traiu o marido, daqui um pouco um liga: sua mulher tá traindo...*

L: *Então as mulheres não podem trair pois senão todo mundo sabe, todo mundo comenta... elas não ficam muito presas?*

A: *Não ficam, mais o povo não está importando com essas coisas, muita gente não importa... que não importa que trai... o homem até que não é tanto...*

(...)

L: *Ô Rebeca que você acha: os homens traem mais as mulheres quando tão lá longe ou as mulheres que ficam aqui traem mais?*

R: *Os homens traem mais lá.*

A: *Às vezes não... às vezes o traste tá trabalhando e chega no final de semana o traste tá cansado, é um serviço muito cansativo, né? Pagamento só tem de mês em mês, final do mês.*

M: *Quinze em quinze dias.*

A: *Depois ele pensa: meu dinheirinho não dá nem pra sair pra cidade - que eles trabalha lá longe da cidade-, não dá nem pra ele ir prum boteco, se fosse assim na rua como é aqui, ele ia num boteco. Como é que você vai sair de lá de Virgem de Lapa [município vizinho, citado para dar conta de expressar a lonjura entre o alojamento e a cidade]...*

L: *Mas não tem umas mulheres que vão nos alojamentos?*

A: *Não, lá só tem homem, moça.*

L: *Não, eu não tô falando de mulher que corta cana. Tô falando de mulher da vida mesmo.*

A: *Vai não... daqueles lados não tem mulher..., tá bem longe.*

(...)

R: *É longe, mas e a bicicleta que eles compram? E carro que tem pra lá e pra cá direto? É longe filha, mas tem carro. Eu morei lá. Carro pra lá e pra cá, bicicleta que eles chegam e compram. Tem gente que cê precisa de ver... mas tem a maioria que é bando de vagabundo, só sai que é pra poder pra gastar mesmo.*

M: *Tem uns que chegam aqui e não traz nada, nada.*

R: Agora tem gente que faz dó [de tanto que se arrebenta para trazer dinheiro para a casa]. Agora aqui também tem muita mulher vagabunda que só fica esperando o dinheiro chegar.

M: Verdade.

R: Não sabe o sofrimento deles lá não, tem muita mulher vagabunda. E quem é que importa? Poder trair não pode, mas eles fazem.

L: E o que você acha disso?

R: Eu não ia achar bom, claro que não. Aqui ninguém sabe de nada não.

Se parece existir um “pacto de fidelidade” entre os homens, o qual os autoriza a não falar das mulheres de São Paulo, entre as esposas prevalece um “é melhor não saber de nada”. Ambas posturas privilegiam a continuidade da relação familiar em detrimento da condição de “ser largado(a)”.

As comunidades estruturam-se através das relações de parentesco e de compadrio. O costume é fundado por estas relações, as quais asseguram a tranqüilidade, a segurança e o sentimento de pertencimento. Contudo, essas relações abrigam e sustentam práticas patriarcais que se cristalizam no seio familiar e da comunidade. As mulheres se sentem vigiadas quando seus maridos não estão em casa. Há uma reclusão velada em suas casas e quintais. Economizam uma parte do dinheiro mandado por seus maridos mensalmente e se preparam para o retorno do companheiro.

A migração dos homens e as estratégias criadas pela comunidade para garantir a comunicação e a presença do ausente não nos pareceram nada “mágicas” nas comunidades do Vale. As mulheres, como já afirmado, se sentem muito sós e tristes; a “presença” dos maridos, no seio da comunidade, é percebida muito mais como uma “presença persecutória” por meio do olhar e da língua da comunidade.

As mulheres também se encolhem em seus domínios atendendo a uma necessidade pessoal ditada pela tristeza e mantêm-se assim “de acordo” com a moral vigiada em sua comunidade. Os domínios femininos se encolhem na medida em que os maridos viajam para novas terras, mas isto não significa que o território deles se expanda, pois eles não se apropriam do espaço nestas terras. O controle do homem deve ser mantido, persecutoriamente ou simbolicamente quando elas fingem que o consultam.

Rebeca, ainda que seu marido não migre, visita as colegas para vender produtos de casa e de beleza, seus escudos éticos. Lia, quando começa a escurecer volta para a casa pois não quer ser vista na rua por algum conhecido que possa comentar com seu marido que ela estava “perambulando” pela rua. Como os homens migram em grupo, quando uma mulher conversa com seu marido pode dar notícias do “recato” das outras mulheres e essa

notícia, como num telefone sem fio, chega ao marido. Irene preferiu mudar-se para São Paulo, trabalhar como doméstica em uma casa e visitar o marido a cada 15 dias em Sertãozinho (SP) a ficar na comunidade e ter sua vida “bisbilhotada”. Ela foi uma das primeiras pessoas que conheci na comunidade que revelou a depressão.

Todos negam a fofoca como instituição, afirmam não contar nada do que vêem para ninguém, no entanto, “alguém” conta ou observa.

Claúdia Maia (2000) em um estudo de gênero abordando trabalho e família no Vale ressalta que o trabalho das mulheres, mesmo assumindo uma parcela do trabalho do homem, continua sendo percebido como “leve” quando comparado ao trabalho “pesado” do homem no corte de cana. As mulheres assumem o comando da família, devem continuar se remetendo ao homem como se hierarquicamente ele ainda tomasse as decisões, cuidar da casa, do quintal, dos filhos, e, devem manter o pudor.

O lazer das mulheres consiste em ir à casa das colegas, de vez em quando um forró (só para observar), ir à Igreja, fazer as compras diárias para a casa. Algumas gostam de jogar bola na quadra de esportes da comunidade. Malu:

L: E quando o A. está longe com que você se distrai?

Malu: Televisão.

L: Você vai pro forró?

M: Não.

L: Por quê?

M: Ah, porque eu acho que não é conveniente pra mim que sou uma mulher casada, vou fazer o que no forró? Sem ele? Lugar pequeno é assim: se eles viram, eles contam o que eles viram e aumentam e inventam também. Então como quando ele tá aqui, ele é muito divertido, quando ele tá aqui a gente se diverte demais, demais. Não tem porque eu sair sozinha, eu não gosto. Não é tanto pelo o que outros vão falar, é porque eu não gosto mais. Não tenho mais o interesse de sair sozinha. Não tem graça. Se eu quero tomar uma cerveja eu compro e tomo aqui em casa. A gente [quando o marido está em casa] sai vai pro forró, a gente dança, a gente bebe demais da conta, diverte, se um começou a ficar tonto, um vem escorando o outro. Ele me traz no colo, me traz no pescoço.

L: Cê você toma uma a mais?

M: É, mesmo se não tomar. Eu peço ele colo, ele vem me trazendo...

(...)

L: E jogar bola, você [Malu] gosta de jogar bola?

M: Jogo, mesmo ele tando, eu jogo. Ele manda eu ir, ele sabe que eu gosto, ele não gosta que eu engordo. Ele é gordo mas eu não posso ser gorda.

L: Esses homens...

M: Ele manda, ele sabe que sinto dor nas pernas, ele acha que é má circulação, né? Então ele manda. Eu vou [jogo] e assisto ele jogando bola. As meninas morrem de rir, eu fico: vai bonitão! E quando ele vai jogar e eu não tô, ele sente falta. Ele vai e vou atrás. Eu me divirto demais com ele aqui.

Teresa também reitera a opinião das colegas:

T: Se você tiver 01, na boca do povo tem 10, se tiver dois, tem mil. Queria até morrer antes de trair ele. Ele dá risadinha quando pergunto se ele tá sozinho.

Trabalho e sociabilidade

No artigo intitulado “*Família Popular: mito ou estigma*”, publicado na Revista Travessia nº09 de 1991, Jerusa Vieira Gomes entende que no processo de modernização há uma nova configuração nos papéis de gênero. Autoridade, aprendizagens, submissão, sexualidade são postas do avesso. Segundo a autora (GOMES, 1991, p. 7-8), a família se reorganiza *de forma plural* diante desse novo quadro, e novos arranjos e hierarquias são vivenciados.¹²

Para a autora, a migração quebra hierarquias da vida cotidiana; quando esta era partilhada na sua inteireza tinha como eixo o trabalho. O trabalho para o campesinato é um dos pilares da vida organizado por uma divisão de gênero, de autoridade de gênero (como vimos em Sayad, a sogra que não deixa o gravador ser usado pela nora que mora com ela), de idade e de autoridade de idade, regidos pelo costume.

Já nos referimos algumas vezes ao “costume”: quando da opção de alguns membros da comunidade em continuar criando porcos à revelia das determinações sanitaristas do município e quando nos deparamos com o costume, como abrigo de práticas patriarcais, as quais dão um contorno à moral que as mulheres devem preservar mais lustrada com a ausência dos maridos. No primeiro caso, a força do costume legitima as práticas ancoradas no direito costumeiro. No segundo, aponta a presença de uma mentalidade, de um vocabulário completo de discurso (THOMPSON, 1998).

Com a perda da convivência, os filhos perdem o saber camponês do pai, deixam de aprender suas práticas cotidianas. Muitos dos jovens esperam completar 18 anos para saírem para o corte, tal como o pai faz, mas reconhecem (aprendem na escola) que o corte de cana tende a ser mecanizado em São Paulo e que não haverá mais trabalho para todos. Se não houver esse trabalho, qual outro conhecerão? A lida diária na roça não existe mais para todas as famílias e agora o corte da cana também pode deixar de existir. Como muitos afirmam: agora só vão para o corte os “escolhidos”, aqueles mais fortes que tenderão a cortar cana até a exaustão, que são *bons de facão*.

¹² Em Governador Valadares, conforme comunicação pessoal de uma educadora, as escolas implementam um novo formato para a “reunião de pais” e tomam como tema as novas autoridades que devem ser construídas para a referência dos jovens que passam anos sem um ou os dois genitores.

Às mulheres culturalmente cabe o cuidado com os filhos e os serviços domésticos, no contexto em que se insere a migração dos homens, hoje cabe a elas assumir integralmente todos os cuidados e todas as decisões de ordem prática que envolvem a família e a casa.

As crianças pequenas não convivem com o pai, intencionalmente algumas mães falam muito do ausente e mostram fotos. Diante do quadro de tristeza das mulheres e do estranhamento das crianças diante do pai, a ONG CPCD criou para o Vale uma série de projetos. Entre eles, conhecemos três que se realizaram em Engenheiro Schnoor e Alfredo Graça.

Questões concernentes à vida íntima da família hoje são discutidas no espaço público, mediadas pela Igreja, pela prefeitura e por convênios estabelecidos com ONG's - que pleiteiam recursos os quais determinam o início e o fim do "projeto" -, junto à iniciativa privada e pública. A gestão da vida cotidiana vai se tornando crescentemente um assunto do Estado e de instituições que com ele se comunicam, colocando mais uma vez a campesinidade em xeque.

As mulheres, em meio a tantas mudanças nas suas práticas cotidianas vêm-se, em sua família e no interior de suas comunidades, diante de uma redefinição de seu papel. São elas que tomam decisões no espaço público, antes outorgadas aos homens, como decidir pela participação (ou não) em mutirão para construção de cisternas ou decidir em reuniões de orçamento participativo do município as prioridades da comunidade. Esse processo contudo não existe sem tensões e contradições¹³.

A reclusão velada é legitimada como forma de controle dos maridos sobre sua mulher, algumas mulheres se liberam desse julgo, outras se conformam, muitas estão deprimidas.

Em Schnoor, a esperança de todas é o retorno – não somente do parente que migrou – mas também o retorno de uma convivência mais próxima ancorada num modo de vida territorializado conhecido e construído através das práticas cotidianas. Retorno à comunidade e ao lugar que possa oferecer as condições para a permanência das famílias. Não é um retorno que evoca o passado, mas sim a continuidade, o movimento: construir e estar no lugar. Retorno a uma trajetória que se remete a um modo de ser e fazer e que se projeta para o futuro, o qual não necessariamente se espelha na modernidade multifacetada e dependente do mercado tal como vivida no urbano.

¹³ Consultar Cavalieri, L (2010) para conhecer como esse processo ocorreu em outras comunidades e ter acesso, nos anexos, a todos os depoimentos na íntegra.

Lúcia: O que você acha que mudaria na sua vida e na vida do Schnoor se ele pudesse ficar aqui?

Malu: Ah, na vida do Schnoor eu não sei mas na minha... mudava demais. Nossa na minha mudava tudo, ele me acompanhava... eu não deixo ela [a filha] esquecer também. Mesmo quando ela era pequena, eu sempre mostrei muita foto. Ela sabe que o pai foi pra São Paulo.

L: Então, me fala uma coisa: como é que é a vida da tua família quando o A. está em casa?

M: Ai, divertidíssima.

As mulheres, como Penélopes bordando a colcha do futuro, têm uma visão um pouco diferente da masculina. Escolhem cores e texturas, imaginam desenhos. Enquanto Márcia, que tem somente um filho no corte e duas filhas em São Paulo trabalhando como domésticas, se alegra ao imaginar a vida com todos.

Algumas considerações finais

Há inúmeros conflitos acontecendo no Vale: a dor das mulheres, a luta para continuar com a família na terra de vida, a dependência das mercadorias compradas com o dinheiro “da usina”. A família, um dos pilares do tripé que sustenta o campesinato na ordem moral camponesa, também está na “margem”.

No Vale, as mulheres carregam o triste fardo da ausência dos maridos e das transformações de sua condição camponesa. Contudo, ainda assim, há um modo de vida que pulsa e que se territorializa.

Poderíamos ser questionados se as práticas cotidianas destas comunidades não seriam efêmeras, datadas ou “lugarizadas”? Como justificar sua importância central? Entendemos que as práticas cotidianas estão em movimento, são informadas pelo costume e guardam as contradições fundamentais dos processos de reprodução do capital em tensão com a reprodução da vida do trabalhador. De acordo com Lefebvre (1991, p.38): “É na vida cotidiana que se situa o núcleo racional, o centro real da práxis.” As grandes transformações na sociedade podem advir, ou de fato se realizam, quando as práticas cotidianas, no que elas têm de mais corriqueiro, banal forem libertárias.

O atual momento histórico nos desafia a lançar luz sobre a realidade em toda a sua complexidade; o entendimento do social é mais complexo, múltiplo e não se reduz ao econômico ainda que essa dimensão seja imprescindível nos estudos sobre o campesinato. A questão agrária continua revelando novos sentidos e conteúdos – a migração, entre eles.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, F. Por que morrem os cortadores de cana? **Saúde e Sociedade**, São Paulo, vol. 15, n° 3, p. 90-98, Sept./Dec, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v15n3/08.pdf>>. Acesso em: 10/04/2010.
- _____. Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte de cana em São Paulo. In: NOVAES, J. R.; ALVES, F. **Os migrantes: Trabalho e trabalhadores no Complexo Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos, SP: EDUFSCar, 2007.
- EVELYN, S. S. E a festa, onde foi parar? In: **Travessia - revista do migrante** (CEM), São Paulo, ano 1, n. 1, mai-ago 1988, p. 23-26.
- FREI CHICO (Francisco van der Poel, OFM.). **O rosário dos homens pretos**. Edição comemorativa do centenário da irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens pretos de Araçuaí –MG. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1981.
- GAUDEMAR, J. P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.
- GOMES, J. V. Família popular: mito ou estigma?. **Travessia, revista do migrante**, São Paulo, n. ° 9, p. 5-9. jan/abr, 1991.
- LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.
- MAIA, C. J. Trabalho, família e gênero: estratégias de reprodução social camponesa no Médio Jequitinhonha. **Mulher e Trabalho**, vol 4, 2004. Disponível em: <www.fee.tche.br/sitefee/download/mulher/2004/artigo6.pdf>. Acesso em: 11/04/2010
- MARQUES, M. I. M. Terra e Modernidade em assentamentos de reforma agrária. in: WOORTMANN, E. F. (org.) **Significados da Terra**. Brasília: Ed. UnB, 2004.
- MARTINS, H. **Correlação de forças é desfavorável para o camponês**. Entrevista concedida a PEREIRA FILHO, J. **Jornal Brasil de Fato**, 31 de novembro de 2007. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/especiais/agrocombustiveis/correlacao-de-forcas-e-desfavoravel-para-o-campones>>. Acesso em: 08/12/2007.
- MARTINS, J. S. **Não há terra para plantar neste verão** (o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo). Petrópolis: Vozes, 1986.
- _____. Migrações Temporárias: Problema para quem? **Travessia - revista do migrante** (CEM), São Paulo, n. 1, 1988a.
- _____. (prefaciador) Prefácio. In: MOURA, M. M. **Os deserdados da terra: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988b.
- _____. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- MOURA, M. M. **Os deserdados da terra: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- OLIVEIRA, A. U. Agricultura brasileira: transformações recentes. In: ROSS, J. L. S. (org) **Geografia do Brasil**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2005, p. 465-534.
- _____. **Território e migração: uma discussão conceitual na Geografia**. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL- MIGRAÇÃO: NAÇÃO, LUGAR E DINÂMICAS TERRITORIAIS, São Paulo, 1999. **Coletânea de textos...** São Paulo: Humanitas, 2007.
- SAYAD, A. **A Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.
- _____. O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. **Travessia - revista do migrante** (CEM), São Paulo, 2000. Edição especial.
- SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES, Gênero e economia solidaria: Vale do Jequitinhonha – MG. **Informa**, São Paulo, ano 01, n° 06, nov./dez. de 2009.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações, o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, ano 8, nº 7, 2005.

SILVA, M. A. M. Como expulsar o camponês do proletário. *Travessia - revista do migrante* (CEM), São Paulo, ano 3, n. 8, p.5-11, set.-dez. 1990.

_____. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

_____. Trabalho e trabalhadores na região do Mar de Cana e do Rio de Álcool. *Revista Agrária*, São Paulo, n. 2, pp. 2-39, 2005. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/revistaagraria/revistas/2/silva_mam.pdf>. Acesso em 15/04/2010.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**: vol 1 - A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

WOORTMANN, E. F. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo: Hucitec/ Edunb, 1995.

WOORTMANN, K. (1990a).“Com parente não se negueia”: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, Brasília/Rio de Janeiro, nº 87, 1990.



ALTERNATIVAS E ESTRATÉGIAS: REFLETINDO A JUVENTUDE DO CAMPO ENTRE IDAS E VINDAS

Kátia Aline da Costa. (UFGD)
E-mail: katia_ufgd@hotmail.com
Agência Financiadora: CAPES
GT2: Trabalho Rural e Migrações

Por muito tempo, as discussões sobre os assentamentos rurais, giraram em torno da produtividade do lote, debate que hoje vem se ampliando visto a necessidade de reflexão sobre a organização social dos assentamentos e das famílias assentadas. Nessa perspectiva, o presente trabalho surge no intuito de refletir sobre os dilemas e as ambigüidades vividas pela juventude do campo, assim como analisar as diferentes concepções de vida que permeiam os projetos familiares nos assentamentos rurais de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul. Levando em consideração que alguns/as pesquisadores/as desenvolvem pesquisas apontando para o fato, de a juventude rural encontrar-se envolvida, entre o dilema ficar ou sair do assentamento (CASTRO, 2005). Espera-se compreender, se nos dias atuais, há continuidade do processo de acampamento, ou se a juventude vislumbra outras opções de vida onde a migração para as cidades parece-lhes uma alternativa mais segura. Refletindo a esse respeito, temos analisado que o grande desafio dos assentamentos rurais na atualidade está no que tange à sua organização, entendendo que nessa organização se insere a social, a familiar, a econômica, a política. Por tudo isso, está reflexão compreende a juventude que está saindo dos assentamentos rurais, ora para buscar nas cidades alternativas que possibilitem maior crescimento profissional, como o direito a cursarem uma universidade, ao trabalho remunerado com carteira assinada, e as alternativas que possibilitem lazer, ora por opções próprias, ao passo que essa migração juvenil do campo para as cidades são motivadas não apenas por aspectos econômicos, mas também políticos e sociais e que, todavia deve ser analisada como uma alternativa que é altamente mediada por políticas públicas.

Segundo Ferrante (1994, p. 127), “os assentamentos rurais são processos sociais complicados, cuja constituição, inserida em um complexo e contraditório jogo de forças sociais, reaviva debates que nunca saíram de cena para estudiosos da questão agrária”. Pode-se entender os assentamentos rurais, como resultados de políticas do Estado, assim como de pressões efetivadas por grupos de trabalhadores e/ou aliados exigindo alternativas de inclusão social, que implicam na redistribuição fundiária.

Aliadas ao fato da redistribuição fundiária, os assentamentos rurais devem ser compreendidos sobretudo, como o lugar de morada, de sustentabilidade, e principalmente de construção de representações que se perpetuam a partir das vivências e trajetórias no cotidiano de assentados/as e filhos/as. Por isso, os assentamentos rurais pressupõem ocupações e transformações que se concretizam a longo prazo, permeadas por continuidades e descontinuidades que influenciam na vida das famílias assentadas.

Refletindo a esse respeito, entendo a Reforma Agrária, enquanto ação e movimento que por meio de sua organização e mobilização, busca na defesa de objetivos sociais, lutar pela conquista da terra, mas também pelos direitos e pela democracia de grupos sociais.

Por tudo isso, os assentamentos rurais são resultado de políticas sociais, e de lutas empreendidas pelas famílias para a conquista da terra, terra essa que lhes proporcione um lugar para morar, viver, plantar, colher, e cuidar dos/as filhos socializando assim experiências de vida.

Portanto, em minhas reflexões compreendo que a preocupação com relação aos assentamentos rurais deve ir muito além da dimensão produtiva, analisando, sobretudo, os laços de sociabilidade e de reciprocidade que permeiam esses espaços sociais, que ao mesmo tempo, estão envolvidos em relações de conquista, mas também de conflituosidade, desafios e tensões.

Nesse contexto, tenho refletido que o grande desafio dos assentamentos rurais na atualidade está no que tange à sua organização, compreendendo que nessa organização se insere a social, a familiar, a econômica, a política. Remetendo tal reflexão, é de se pensar: Há participações e/ou organizações juvenis dentro dos assentamentos rurais de reforma agrária? Como jovens-moças e jovens-rapazes se relacionam com a vida no campo? Há continuidade da luta pelo acampamento, ou os/as filhos/as estão adentrando outros caminhos? De que forma estão sendo pensadas as políticas públicas para juventude do campo?

No decorrer dos caminhos de pesquisa¹, encontrei várias jovens-moças e jovens-
rapazes com diferentes concepções de vida no assentamento. Pude perceber também uma
grande parcela desta juventude vivendo momentos de conflitos devido às diferentes
escolhas por ora permanecer no assentamento, ora por desejarem sair desse espaço. Na
maioria das vezes, esses momentos de conflitos estavam associados à falta de
investimentos nos assentamentos rurais, e por esses/as jovens desejarem alternativas que
lhes possibilitassem maior crescimento profissional e abertura para um mercado de
trabalho, com condições de uma vida diferente da trajetória de luta vivida por sua família
para a conquista do assentamento².

Assim, é possível perceber que nos assentamentos rurais as ambigüidades e os
conflitos permeiam a vida das famílias que apresentam trajetórias de vida, desejos, sonhos
e projetos familiares diferenciados entre si e distante do Estado, que mantém uma política
única e linear para os assentamentos de reforma agrária de todo o país, sem olhar para estas
diferenças que são fundamentais para a permanência na terra³.

Concordando com Medeiros (2010), penso que a vida em assentamentos rurais de
reforma agrária deve ser analisada em seus meandros, observando, sobretudo, as
particularidades nos processos de conquistas, bem como as permanências e renúncias da
juventude nesses espaços sociais, ao passo que “[...] a luta pela terra não pode ser
entendida como uma saída para aqueles/as que querem a terra, mas ela deve ser analisada
como uma opção que é altamente mediada por políticas públicas”⁴. E novamente ratifica-
se o questionamento: Que políticas estão sendo criadas para a sustentabilidade da
juventude do campo?

Nessa perspectiva, se insere este estudo sobre a juventude do campo. Sabe-se que,
tem crescido significativamente as pesquisas sobre a juventude no Brasil, haja vista a
importância de se compreender essa categoria social. No entanto, a duas preocupações que
cercam: a primeira está no que diz respeito, a maioria das pesquisas sobre a juventude

¹ Estas reflexões têm como referência o desenvolvimento do projeto de pesquisa (PIBIC) intitulado: *Juventude do Assentamento Sul Bonito em Itaquiraí-MS: Dificuldades e Perspectivas*. Também partem de análises que se encontram em andamento por meio do projeto de pesquisa de mestrado da autora, que será defendido até agosto de 2012, na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

² Estas reflexões foram possibilitadas por meio de pesquisas em campo realizadas em 05/11/2010, aos assentamentos Santa Rosa e Guaçu ambos localizados no município de Itaquiraí-MS, e que fazem parte do projeto de pesquisa em andamento.

³ Ver referências ao final, FARIAS (2005).

⁴ Esta citação tem por base a palestra proferida pela professora Dra. Leonilde Sérvolo de Medeiros (UFRRJ), em Mesa-Redonda intitulada Assentamentos Rurais: Perspectivas ou Final de um Ciclo, durante o *IV Simpósio Sobre Reforma Agrária e Assentamentos Rurais 2010 – Assentamentos Rurais: Controvérsias e Alternativas de Desenvolvimento*. Ver referências bibliográficas ao final.

desenvolver-se no campo da Sociologia, Psicologia, Antropologia e Educação, sendo muito raras as pesquisas desenvolvidas na perspectiva histórica, ou seja, na área de História; a segunda preocupação, é que ainda são poucos os estudos referentes à juventude que vive em assentamentos rurais.

Os dados são reveladores, no que diz respeito à incipiência de pesquisa no âmbito da juventude que vive em assentamentos rurais de reforma agrária, sendo que, de 100 pesquisas realizadas no Brasil somente 4% envolvem a juventude do campo, já que é principalmente a região Centro-Oeste, a que mais carece no estudo dessa temática⁵.

Refletindo a esse respeito, compreendo que o estudo sobre a juventude do campo apresenta ampla relevância para o avanço nas reflexões que envolvem movimentos sociais, famílias do campo, educação do e no campo, relações de gênero e poder enfim, para a análise da vida nos assentamentos. Por isso, considero importante a efetivação de estudos sobre a juventude do campo, com ênfase nas reflexões acerca dos dilemas vividos por este grupo, a fim de compreender as concepções que orientam suas escolhas, assim como as alternativas e estratégias encontradas para a permanência ou renúncia nesta terra.

Sabe-se que para a efetivação de políticas públicas para a juventude, é utilizado a definição dada pelo Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE)⁶, órgão que definiu que são considerados/as jovens aqueles/as cidadãos/as que se encontram entre os 15 e 29 anos. No entanto, paralelo a esta definição, é preciso levar em consideração prioritariamente, as especificidades e transformações que envolvem a juventude, no entanto, observa-se uma grande distância desta análise quando da efetivação de políticas públicas.

Nas análises de Heloisa Helena Souza Martins (2002), é interessante notar as considerações acerca do trabalho com a juventude: “[...] quando se trabalha com a questão da juventude é preciso considerar a diversidade social, econômica e cultural que a categoria juventude encobre” (p. 20). Portanto, na análise da juventude do campo, tenho considerado três aspectos importantes: sua diversidade e transformação observando o lugar em que os/as jovens estão inseridos; o tempo de constituição, ou seja, o tempo em que se encontram no assentamento; e as relações sociais que os envolvem.

⁵ Com base nas referências dos dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios, e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE, 2007), apresentados durante o II Seminário Internacional Sobre Cultura, Imaginário e Memória da América Latina – Imaginários Juvenis Latinoamericanos: Participação, Cultura e Sociabilidade, realizado na Universidade Federal do Paraná (UFPR) em outubro de 2009.

⁶ O Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE), juntamente com a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) foi criado no ano de 2005 e significa o reconhecimento da juventude, pelo Estado brasileiro, como grupo social com interesses e necessidades particulares. As ações desses órgãos têm o objetivo de realizar estudos e propor diretrizes para as políticas públicas voltadas aos jovens. A criação do Conjuve foi aprovada em lei, pelo Decreto n. 5.490, de 14 de Julho de 2005.

Em análise ao censo do ano de 2000, constata-se que o número de jovens no Brasil chega a “cerca de 34 milhões, o que representaria 20% da população brasileira, sendo que 80% estariam em áreas urbanas”. (UNESCO, 2004, p. 120). Esse dado mostra-se instigante, se buscarmos compreender quais os motivos reais que levariam mais da metade de jovens brasileiros/as a ocuparem o espaço urbano, visto nisso a migração de muitos/as jovens dos assentamentos rurais para as cidades.

De acordo com Castro (2005), os/as jovens dos assentamentos rurais estariam ocupando o espaço urbano, primeiro pela própria desvalorização da cultura camponesa, e segundo pela constante atração que os estilos da cidade despertam nos/as jovens. Percebe-se então, que não são todos/as os/as jovens que desejam permanecer no assentamento. Dessa forma, os significados construídos nesses espaços não são os mesmos, já que por vezes, são enaltecidos do viver na terra, por vezes negam esse viver diante de inúmeros obstáculos.

No que diz respeito, as reflexões que envolvem campo-cidade, há uma diversidade de interpretações que perpassam a compreensão sobre rural-urbano. Em diferentes períodos da história, esses espaços, por vezes considerados dicotômicos, mostraram-se no cotidiano imbricado por relações diferentes, dado suas particularidades e especificidades, todavia, compreendo indissociável a noção de ambos. Nessa perspectiva, concordo com Stropasolas (2006), quando este autor reconhece que não há uma ruptura e/ou separação entre rural e urbano, mas sim uma continuidade, dado a existência de um *continuum* entre o meio rural e o meio urbano.

Por conseguinte, os desejos de permanência, assim como os desejos de renúncia da juventude na vida do assentamento, demarcam uma heterogeneidade de visões de mundo, ao passo, que jovens-moças e jovens-rapazes apresentam concepções distintas relativas a esse vivido, marcadas por diversos anseios, necessidades, e avaliações sobre a vida no campo e na cidade.

Dessa forma, os/as jovens que apresentam uma concepção positiva de vida no assentamento, vivem em constante interação, não somente com o meio no qual residem – com os/as vizinhos e/ou amigos/as dos sítios aos redores –, mas também com os projetos mais amplos do assentamento, quando então, organizam e manifestam entusiasmo e vontade de transformar este espaço em um lugar mais produtivo proporcionando melhor qualidade de vida para as famílias assentadas. Esses/as jovens vão criando assim, alternativas de vida no campo, envolvendo-se em questões relacionadas ao trabalho com a terra, ao plantio da roça, e a organização dos lotes.

Por outro lado, os/as jovens que apresentam uma concepção negativa de vida no assentamento, para estes/as o significado da vida no assentamento se mostra confuso, ao passo, que são muitas dificuldades de permanência na terra. Não vêem perspectivas de desenvolvimento e crescimento no assentamento, e por isso almejam a vida na cidade, como forma de tornarem-se trabalhadores/as com carteira assinada, ou mesmo de cursarem uma universidade, oportunidades que se encontram distantes da realidade atual proporcionada nos assentamentos.

Estas análises se completam com as experiências em pesquisas de campo, ao passo, que se percebem muitos/as jovens saindo dos assentamentos rurais para procurar nas cidades alternativas que possibilitem maior crescimento profissional, como o direito a cursarem uma universidade, e ao trabalho remunerado com carteira assinada.

Nesse sentido, concordo com D' Aquino (1996, p. 05), quando esta autora concebe “os modos de ser e viver nos assentamentos como construções coletivas, a partir de experiências passadas (lembranças) e dos projetos de futuro (sonhos), numa dada conjuntura. Assim, os modos de ser e viver nos assentamentos expressa-se diante diferentes concepções das famílias e filhos/as que surgem a partir dos diferentes projetos, anseios, necessidades e habitus desses grupos.

As concepções assim, são produzidas de acordo com as identidades dos indivíduos. Ou seja, para as famílias de tradição camponesa, a terra simboliza a última instância possível para a reconquista do velho estilo de vida e de autonomia, já para trabalhadores/as urbanos a terra não adquiri o mesmo significado. Da mesma forma, se constrói a vida no assentamento para os/as jovens. Ora, o assentamento é considerado como um lugar maravilhoso e tranquilo, o resultado de uma luta realizada por suas famílias que deve ser valorizada com a permanência e o desenvolvimento no assentamento. Ora, muitos/as jovens ambicionam uma vida melhor, destacam não alcançarem melhorias significativas com relação ao trabalho e à educação, um dos maiores desafios nos assentamentos.

Também nos assentamentos rurais, é preciso compreender que os projetos de vida e os estilos estão em constante construção. O *olhar miúdo* pode vir a ser o *olhar longe*, a *vida fechada*, a *vida aberta*, ao passo que, o modo de vida se traduz no modo de olhar analisado por D' Aquino, como o “modo de olhar, o que expressa à relação corpo/casa/terra” (D' Aquino, 1996, p. 20). Sendo assim, a dimensão dos sonhos e esperanças da juventude do campo é diluída então, nas lembranças da memória daqueles/as que lutaram pela terra.

Na compreensão destas trajetórias que envolvem idas e vindas do campo para a cidade, torna-se importante refletir acerca da memória, ao passo, que as alternativas, estratégias e escolhas da juventude do campo perpassam o reconhecimento e as identidades, já que muitos/as desses/as jovens quando crianças também participaram da luta pela terra juntamente com seus/as pais/mães, e hoje em suas memórias reconstróem as marcas das lembranças que estes/as buscam no passado. (NEVES, 2000). Por isso, a memória aflora sentimentos por meio das inúmeras potencialidades, nas quais pode ainda:

Reacender utopias de um tempo anterior; Reconstruir ou reconstituir a atmosfera de um outro tempo; Representar diferentes correntes de pensamento; Reativar emoções políticas, individuais, coletivas; Rememorar convivências e conflitos ocorridos na dinâmica da história. (NEVES, 2000, p. 113).

No momento em que as convivências, emoções e utopias são lembradas, a trajetória das famílias e de suas lutas também é revivida na memória podendo, portanto, reacender e reanimar desejos de permanência nos lotes por esses significarem a conquista de suas lutas.

Indo ao encontro às idéias de Pollak (1989), compreendo a memória individual e coletiva enquanto permeada por representações sociais construídas pelas famílias e filhos/as. As análises deste autor, atenta também para o enquadramento da memória, sua seletividade, manipulação por meio do poder, momento em que destaca a “função do não dito”, ou seja, do oculto, das experiências, do vivido, do aprendido, do transmitido.

Quando trazidas essas reflexões para a compreensão da juventude do campo, percebe-se a importância não somente nas falas dos/as jovens, mas também na observação de seu cotidiano, nos lugares em que os silêncios, as pausas, e as lembranças atuam na subjetividade desses/as jovens expressas em seus desejos.

Portanto, “a memória é como um substrato da identidade” (NEVES, 2000, p. 113), e a identidade é o processo pelo qual os indivíduos se reconhecem. Por tudo isso, é possível notar que o sentimento de pertencer a terra e/ou a renúncia nesta terra caracteriza com significância as identidades dos/as assentados/as e de seus/as filhos/as. Daí a necessidade de reflexão dos significados produzidos por meio da memória e do reconhecimento das identidades para a compreensão das escolhas dos/as jovens do campo. Nesse sentido, é possível afirmar que as identidades são construídas, múltiplas e não se encerram. Segundo Castells (1999):

Por identidade, entendo o processo pelo qual um ator social se reconhece e constrói significado principalmente com base em determinado atributo cultural ou conjunto de atributos, a ponto de excluir uma referência mais ampla a outras estruturas sociais. Afirmação de identidade não significa

necessariamente incapacidade de relacionar-se com outras identidades (por exemplo, as mulheres ainda se relacionam com os homens) ou abarcar toda a sociedade sob essa identidade (por exemplo, o fundamentalismo religioso aspira converter todo o mundo). Mas as relações sociais são definidas vis-à-vis as outras, com base nos atributos culturais que especificam a identidade. (CASTELLS, 1999, p.57-58).

Dessa forma, compreendo as identidades não num caráter único e homogêneo do indivíduo, mas como analisa Castells (1999), numa “perspectiva múltipla” na qual se reconhece várias identidades culturais. Assim, as identidades são construídas e permeadas no cotidiano da vida rural, ao mesmo tempo, em que estas possibilitam o reconhecimento, a identificação e a organização social, a qual pode se manifestar de forma coletiva ou individual.

Refletindo a esse respeito, pode-se dizer que a vida dos/as jovens nos assentamentos rurais, é permeada por várias conquistas, que se efetivaram pela luta das famílias. Ou seja, num tempo de luta pela terra seus/as pais/mães também fizeram escolhas, construíram suas próprias estratégias de conquista, e hoje, numa luta pela permanência na terra os/as jovens revigoram alternativas para vencer. Daí a necessidade da compreensão dessa heterogeneidade de visões de mundo, e do sentimento de pertence à terra que reflete um olhar diferenciado de cada pai, cada mãe, e cada jovem no assentamento, ao passo, que a luta pela terra não é somente a “possibilidade de obter o domínio sobre a mesma, mas também sobre os homens que ali habitavam ou desejavam habitar”. (MOTTA, 1998, p. 39).

Todavia, para compreensão da juventude do campo dos assentamentos rurais do Estado de Mato Grosso do Sul, se faz necessário adentrar a reflexão sobre os movimentos sociais e sua organização, ao passo, que o nosso esforço deve permear a compreensão não somente das mudanças, mas dos lugares desses movimentos sociais na nova situação social e econômica, e no cenário político no qual se encontram.

Nesse sentido, as reflexões de Martins (2000), contribuem significativamente, ao passo que este autor tece críticas importantes no que diz respeito, há grande distância entre os ideais dos sindicalistas e dos movimentos sociais, e aqueles que realmente buscam o sistema, uma vez, que os movimentos sociais estariam enquadrados em modelos, ou seja, como referências construídas. Segundo Martins (2000):

No limite os movimentos sociais e as organizações populares passaram a negar a política, o debate, e a corresponsabilidade, que seriam próprios da sociedade civil que tivesse evoluído na direção de assumir o fortalecimento da sociedade em face do Estado. Ao contrário, organizam-se como Estado. (p. 80).

Por essa reflexão, percebe-se que atualmente não há o devido confronto que realmente deveria existir entre a sociedade civil e o Estado, e quando tal confronto existe parece ter mais o caráter manipulador, do que articulado socialmente. Ou seja, os movimentos sociais mostram-se frágeis, no momento em que utilizam a política para justificar as necessidades dos próprios sujeitos sociais, e não para o questionamento e o debate sobre a vida social. Sendo assim, percebe-se a carência de políticas que justifiquem as reais necessidades dos sujeitos sociais que buscam os movimentos sociais, e não somente carência no que tange as políticas para juventude do campo, ao passo, que falta também expressão política para que os movimentos sociais se afirmem como tais.

Apontada por Sader (1988), essa fragilidade dos movimentos sociais tão cara na atualidade, é uma característica que já aparece desde os anos 70, todavia vinculada à diversidade das próprias condições em que tais movimentos emergem. Aliadas a heterogeneidade social, as diversas formas de manifestação e expressão popular vão criando assim, a necessidade da diversidade enquanto identidade dos sujeitos sociais e históricos.

Sendo assim, “os movimentos sociais tiveram que construir suas identidades enquanto sujeitos políticos precisamente porque elas eram ignoradas nos cenários públicos instituídos”. (SADER, 1988, p. 199). Talvez daí, resulte a determinação dos movimentos sociais com a criação de um novo sujeito social e histórico, - de que fala Sader (1988), - e a desconfiança que os sujeitos devem ter para com as instituições, que por vezes, estão em crise.

Por tudo isso, deve-se compreender que os movimentos sociais são constituídos por sujeitos, e que mais do que isso, os movimentos sociais necessitam de novos sujeitos sociais, novos lugares políticos e novas práticas, para que assim, o discurso dos movimentos que revela a ação, revele também os sujeitos envolvidos e reconheça as identidades múltiplas dos indivíduos.

Para tanto, reitero a necessidade de reflexão sobre as alternativas e estratégias utilizadas para permanência da juventude do campo em assentamentos rurais, uma vez, que tão importante quanto o estudo da reforma agrária, vem se tornando cada vez mais necessário compreender as relações sociais que envolvem os espaços cotidianos em que os sujeitos sociais vão modelando estratégias de vida.

Dessa forma, perceber-se que são múltiplas as representações que o meio rural evoca no cotidiano dos/as jovens. Essas representações do que é a vida no assentamento, e de quais as perspectivas para a juventude, inspiram uma série de significados que são

constituídos no campo, e significantes, os quais se constroem na trajetória de vida de cada indivíduo.

Assim os desejos, anseios e sonhos dos/as jovens do campo devem ser entendidos, respeitando o significado de vida no assentamento, como também a vontade de permanecer neste espaço para alguns/as, e a vontade de sair para outros/as, sem, no entanto, desconsiderar os motivos e os incentivos para tais escolhas. Já por isso afirma-se que a concepção de vida no assentamento não evoca uma visão única e nem linear de conquista, mas ambígua e conflituosa (FARIAS, 2002).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Elisa Guaraná de. *Entre Ficar e Sair: Uma Etnografia da Construção Social da Categoria Juventude Rural*. Programa de Pós-Graduação de Antropologia Social (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS, 2005.

D'AQUINO, Terezinha. *A Casa, os Sítios e as Agrovilas: Uma Poética do Tempo e do Espaço no Assentamento Das Terras de Promissão –SP*. XX Encontro da ANPOCS. Caxambu, outubro de 1996.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. *Assentamento Sul Bonito: As Incertezas da Travessia na Luta pela Terra*. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista. Araraquara.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. As Representações Sociais em Assentamentos Rurais de Reforma Agrária. Algumas Reflexões. *In: XII Congresso Brasileiro de Sociologia*, SBS. Belo Horizonte, 2005.

FERRANTE, Vera Lúcia Botta. Diretrizes Políticas dos Mediadores: Reflexões de Pesquisas. *In: Assentamentos Rurais: Uma Visão Multidisciplinar*. MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. ESTERCI, Neide (Orgs). São Paulo: UNESP, 1994. p. 127-144.

MARTINS, Heloisa Helena S. T. A Juventude no Contexto da Reestruturação Produtiva. *In: ABRAMO, Helena Wendel; FREITAS, Maria Virginia de; SPOSITO, Marilia Pontes*. (orgs). *Juventude em Debate*. São Paulo: Cortez, 2002. p.17-40.

MARTINS, José de Souza. *Reforma Agrária – O Impossível Diálogo*. São Paulo: Edusp, 2000. p. 73-85.

MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. Assentamentos Rurais: Perspectivas ou Final de um Ciclo? *In: Simpósio Sobre Reforma Agrária e Assentamentos Rurais 2010 – Assentamentos Rurais: Controvérsias e Alternativas de Desenvolvimento*. IV, 2010, Araraquara-SP. Mesa-Redonda (Palestra Proferida). Araraquara-SP: UNIARA, 2010. p.03-04.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas Fronteiras Do Poder – Conflito e Direito à Terra no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do estado do Rio de Janeiro, 1998. p.15-59.

NEVES, Lucília de Almeida. Memória, História e Sujeito: Substratos da Identidade. História Oral. In: *Associação Brasileira de História Oral*, n.3, junho de 2000. p.109-116.

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos: Rio de Janeiro. vol. 2, n. 3, 1989. p. 03-15.

SADER, Eder. *Quando Novos Personagens Entraram Em Cena: Experiências, Falas e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. *O Mundo Rural no Horizonte dos Jovens*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

UNESCO. *Políticas Públicas De/Para/Com as Juventudes*. Brasília, 2004.



AS FORMAS DE DOMINAÇÃO E RESISTÊNCIA NO COTIDIANO DOS TRABALHADORES MIGRANTES NOS CANAVIAIS EM SÃO PAULO.

Maciel Cover UFCG - Marilda Aparecida de Menezes UFCG
macielcover@gmail.com - menezesmarilda@gmail.com

Grupo de Trabalho 2: “Trabalho Rural e Migrações”

Pretendemos neste trabalho analisar as relações de dominação e resistência no cotidiano dos trabalhadores migrantes da Região Nordeste, sobretudo oriundos dos estados da Paraíba e do Ceará, nas usinas de cana-de-açúcar da região de Piracicaba/SP. Descrevemos como ocorre o processo de dominação dos trabalhadores migrantes a partir de diversos funcionários que estão em posição de mando na estrutura hierárquica da usina. Ao mesmo tempo, observaremos as formas de dominação utilizadas, especialmente as racionais que são orientadas por regras de controle do trabalho e as formas fundamentadas em redes de amizade e parentesco, como as exercidas pelos turmeiros que são das localidades de origem dos migrantes. Se, de um lado, a dominação é exercida cotidianamente nos micro-espacos e tende a controlar o tempo e a vida dos trabalhadores, de outro lado, observamos, também, práticas cotidianas de insubordinação. Isso nos permite problematizar a afirmativa de que os trabalhadores migrantes paraibanos e cearenses estão mais aptos às regras de dominação devido ao seu contexto social de pobreza rural. O presente texto é baseado numa etnografia realizada nos meses de maio e outubro de 2010, em lavouras de cana-de-açúcar dos municípios da região paulista de Piracicaba e também em entrevistas realizadas com trabalhadores, turmeiros, fiscais, chefes de fiscais.

Maciel Cover. Mestre em Ciências Sociais/UFCG (2011), Doutorando em Ciências Sociais/UFCG.

Marilda Aparecida de Menezes. Mestre em Sociologia Rural pela Universidade Federal da Paraíba (1985), PhD - University of Manchester (1997), Pós-Doutorado na Yale

University (2004-5), Pós-Doutorado no Depto. Antropologia-UNICAMP (2011). É professora Associada III da UFCG. Foi membro da Diretoria da ABHO e da Associação Internacional de História Oral. É membro e fundadora da Rede Nacional de Estudos Rurais. Participa dos conselhos editoriais das Revistas Travessia, Raízes, RURIS (UNICAMP), IDEAS (CPDA/UFRRJ) e da Série Estudos rurais da Editora UFRGS.

Este artigo pretende descrever formas de dominação nas relações de trabalho no cotidiano de cortadores de cana-de-açúcar, migrantes nordestinos, no agronegócio canavieiro paulista. O texto é baseado numa etnografia realizada nos meses de maio e outubro de 2010, em canaviais dos municípios da região paulista de Piracicaba e, também, em entrevistas realizadas com trabalhadores, turmeiros, fiscais e chefes de fiscais.

A prática das usinas de cana-de-açúcar contratar trabalhadores migrantes dos estados de Minas Gerais e da Região Nordeste tem início pela década de 1970 e se intensifica nos anos 2000. Na usina que desenvolvemos esta pesquisa, os trabalhadores são oriundos do sertão da Paraíba e Ceará e moram durante os meses de dezembro e março nas suas localidades de origem, inseridos em atividades de agricultura familiar e nos meses de abril a novembro se dirigem aos canaviais paulistas para a colheita da cana-de-açúcar, morando em pensões ou alojamentos próximos as usinas.

O foco deste artigo é identificar no cotidiano de trabalho destes migrantes formas de dominação, impostas por parte das usinas contratantes de sua força de trabalho, que originam uma organização hierárquica complexa e operativa a fins da reprodução do capital investido nos empreendimentos.

A dominação no processo de trabalho

Partimos do pressuposto de que a organização do trabalho é regida pelo processo de acumulação do capital, pela lógica capitalista de poder. Há centros de decisão do poder diferenciados na cadeia produtiva da cana-de-açúcar, expressos por diversos agentes que compõem o agronegócio canavieiro: neste contexto temos o Estado que financia parte do processo produtivo e, também, busca regular as relações de trabalho; os bancos privados que também financiam parte deste processo; as cooperativas e associações de produtores que entre outras tarefas organizam a comercialização do açúcar e etanol junto ao

“mercado” e as *trades* (multinacionais que comercializam commodities agrícolas); os fornecedores de matéria prima e equipamentos; as empresas terceirizadas de carregamento e transporte; os trabalhadores da indústria e do canavial.

Silva (1999) descreve que nas usinas canavieiras, há três espaços distintos e interligados: o escritório, a indústria e o talhão/canavial. O escritório é o espaço do trabalho intelectual e se localiza anexado à indústria. Ali trabalham os gerentes e seus auxiliares, que fazem a relação com os agentes exteriores: financiadores; compradores dos derivados da cana; vendedores de matéria-prima e insumos; agentes do Estado: vigilância sanitária, receita federal, fiscalização trabalhista e etc.

O escritório é a porta de entrada do migrante no canavial, com já descreveu Silva (1999). É ali que ficam seus documentos. É ali que está o “poder central” da usina. Se o trabalhador for demitido, tem que passar pelo escritório para pegar seus documentos. É do escritório também que são emitidas as ordens aos trabalhadores das frentes de plantio e colheita, indicando, por exemplo, que talhão cortar em cada dia.

A indústria é o espaço onde acontece a transformação da cana em açúcar e etanol. As exigências de qualidade da indústria refletem no cotidiano do trabalho do canavial. O ritmo de trabalho também. Se uma máquina no interior da usina quebrar, o corte de cana é suspenso até o conserto.

O terceiro espaço no complexo agroindustrial é o talhão, forma de organização do canavial que, de acordo com Silva (1999), também faz parte da fábrica/indústria, já que o trabalho é organizado desde as necessidades fabris. No talhão, o trabalho é organizado em duas frentes: a de plantio e a de “corte” (colheita). A frente de plantio é responsável pelo cultivo da terra, adubação, plantio, aplicação de herbicidas. A frente de “corte” que é responsável por cortar a cana e entregá-la até a indústria (usina) organiza-se em três setores: o corte; o carregamento e o transporte.

Os trabalhadores migrantes são inseridos fundamentalmente no plantio e no corte; em atividades manuais que exigem um grande dispêndio de energia física. Este estudo se limita aos trabalhadores do “corte da cana”, setor que absorve a grande maioria dos migrantes. Estes trabalhadores são contratados diretamente pela usina. Já, as atividades de carregamento e de transporte são terceirizadas a outras empresas.

Como exposto acima, o processo agrícola segue a lógica do processo industrial. Neste contexto é que se desenvolvem as relações de poder, as práticas de dominação e as práticas cotidianas de resistência, no agronegócio canavieiro atual.

As transformações ocorridas no mundo do trabalho em geral, com adoção de novas técnicas de gestão e controle, têm afetado também o setor sucroalcooleiro no meio rural. (POCHMANN, 2009). A disciplinarização da força de trabalho é fundamental para o aumento da produtividade e, portanto para o processo de extração de mais valia ter êxito. Basta recordar com dados de Alves (2007) que a média de produtividade de um cortador de cana, no mesmo período de dia trabalhado, dobrou de 1980 para os anos 2000ⁱ

Dessa maneira, o tempo em que os migrantes estão em São Paulo, é regido por uma racionalidade orientada pela busca do lucro. Envolve além de técnicas de controle no processo de trabalho; práticas de controle comportamental nos espaços de moradia e de controle político referente à sindicalização ou a greve (COVER, 2011; CANDIDO, 2011; SILVA, 2011) Isso caracteriza um processo de exploração-dominação, que analiticamente pode ser separado, porém acontece simultaneamente no dia a dia.

Há vários elementos para serem analisados no que tange ao processo de trabalho. O salário por produção é um método fundamental no processo de exploração. Uma das conseqüências dessa forma de pagamento da força é de estimular a produção, partindo do pressuposto de que quanto mais o trabalhador produzir, mais vai ganhar. E, nos canaviais esse pressuposto tem sido válido, visto que essa forma de pagamento é hegemônica. (Novaes & Alves, 2007).

Se o salário por produção é um agente externo e invisível no eito, há outros agentes visíveis que estão no controle do processo de trabalho. É o caso dos arregimentadores e das hierarquias que veremos a seguir.

As hierarquias no agronegócio canavieiro

Alves (2007) chama atenção para um elemento importante a considerar na constituição do atual agronegócio canavieiro, que foi a abertura da concorrência interna no mercado, pois até 1998 quem determinava o preço do açúcar e o álcool era o Estado, através do Instituto do Açúcar e Alcool – IAA. Dessa maneira as usinas tinham uma média de lucro garantida, pela política de preços do estado.

A livre concorrência exigiu das usinas programarem inovações na produção, para aumentar sua taxa de lucro. Para atingir eficiência as usinas adotaram um novo paradigma de produção, baseado nas seguintes perspectivas:

- a) Mecanização do plantio e corte da cana crua;

- b) Automação no controle do processo de produção industrial;
- c) Busca de uniformidades dos produtos;
- d) Inovações no sistema de logística para transportar a cana de açúcar do campo;
- e) Aumento da sacarose na produtividade agrícola;
- f) Aumento da produtividade industrial instalada;
- g) Aumento da produtividade do trabalho, com redução de postos de trabalho e técnicas de gestão;
- h) Pagamento da força de trabalho via salário por produção;

Dentro desse paradigma de produção, a empresa agrícola passou a se organizar a partir dos princípios da racionalização dos processos produtivos e do trabalho. Ou seja, influenciada pelos padrões toyotistas de produção. Portanto, o processo de subcontratação de mão-de-obra passou a ser freqüente (POCHMANN, 2009).

A lógica empresarial industrial em que as usinas canavieiras se inserem tem como características a incorporação dos princípios de gestão do toyotistas, hegemônicos na gestão empresarial e na organização do trabalho contemporâneo.

Para abordar este tema da gestão do trabalho, presente no universo do agronegócio canavieiro, nos baseamos em Antunes (2002), que explica que os paradigmas de gestão do trabalho, no modo de produção capitalista, têm como objetivo final a extração cada vez mais elevada de mais-valia, para obter mais acúmulo de capital para a empresa. Para Antunes:

similarmente ao fordismo vigente ao longo do século XX, *o toyotismo reinaugura um novo patamar de intensificação do trabalho*, combinando fortemente as formas *relativa e absoluta* da extração da *mais valia*. (ANTUNES, 2002, pg. 34).

O toyotismo passa a ser hegemônico na gestão do trabalho na década de 1970. Esse método foi criado no Japão, nas fábricas da empresa automobilística Toyota, permitindo uma acumulação de capital maior do que as empresas estadunidenses, que se baseavam no método fordista/taylorista. Antunes (2002) sintetiza o que vem a ser o Toyotismo:

Tentando reter seus traços constitutivos mais gerais, é possível dizer que o padrão de *acumulação flexível* articula um conjunto de elementos de *continuidade e descontinuidade*, que acabam por conformar algo relativamente distinto do padrão taylorista/fordista de acumulação. Ele se fundamenta num padrão produtivo organizacional e tecnologicamente avançado, resultando de

introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, bem como da introdução ampliada dos computadores no processo produtivo e de serviços. Desenvolvem-se numa estrutura produtiva mais flexível, recorrendo frequentemente, a desconcentração produtiva, as empresas terceirizadas etc. Utiliza-se novas técnicas de gestão da força de trabalho, do trabalho em equipe, das “células de produção”, dos “times de trabalho”, dos grupos “semi-autônomos”, além de requerer ao menos no plano discursivo, o “envolvimento participativo” dos trabalhadores, em verdade uma participação manipulatória e que preserva na seqüência as condições de trabalho alienado e estranhado. O “trabalho polivalente”, “ multifuncional”, “ qualificado”, combina com uma estrutura mais horizontalizada e integrada entre as diversas empresas, inclusive nas empresas terceirizadas, tem como finalidade a redução do tempo de trabalho. (ANTUNES, 2002, pg. 28-29)

É possível identificar este método de gestão no agronegócio canavieiro, a partir dos seguintes elementos:

- a. Produção vinculada à demanda do mercado consumidor: o açúcar e etanol são vendidos antes mesmo de serem produzidos, nas Bolsas de Valores. Assim, nas usinas, o estoque de produção é apenas o suficiente para cobrir os meses da entressafra (Dezembro-Fevereiro)ⁱⁱ.
- b. Mecanização e automação flexível, de acordo com as necessidades de mercado: apesar de existirem máquinas colheitadeiras de cana-de-açúcar, desde a década de 1990, este setor ainda não foi completamente mecanizado pelo fato de que é mais rentável a subcontratação de mão-de-obra, em determinadas ocasiões. (ALVES, 2009).
- c. Melhor aproveitamento possível do tempo de produção - (Just in time), produzindo somente a mercadoria necessária, no tempo necessário: o corte de cana é determinado pela necessidade da usina, até pelo fato de que a cana perde qualidade se depois de colhida demorar a ser esmagada. Outro exemplo é a própria racionalização da moradia dos trabalhadores migrantes em alojamentos, o que permite otimizar o tempo de trabalho.
- d. Estrutura de trabalho horizontalizada baseada na *teoria do foco*, ou seja, a empresa produz sua especialidade, terceirizando grande de parte do processo produtivo. Assim, as frentes de carregamento e transporte são terceirizadas. A frente de plantio e colheita não é terceirizada legalmente, pelo fato das constantes denúncias e fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, porém no cotidiano do trabalho, atuam de maneira autônoma. Dessa maneira, as

operações da lavoura não são preocupação do foco da usina, que é produzir os derivados da cana-de-açúcar.

- e. Inserção da ideologia de “vestir a camiseta da empresa”, buscando o controle não só da força física, mas também da produção cognitiva. Essa constante é percebida nos discursos tanto de cortadores como de fiscais expressa numa frase de seu Chico: “a empresa é como um corpo depende do meu trabalho e do trabalho de todos, para que todos ganhem. Se a empresa vai bem eu também vou bem”. (Seu Chico, migrante paranaense estabelecido, fiscal-motorista).

É este modelo de gestão da força de trabalho que orienta a contratação de trabalhadores migrantes, provenientes de áreas rurais de Minas Gerais e de diversos estados da região Nordeste brasileira, como é o caso que estudamos na Usina Peperoni em Santa Barbara d’Oeste, onde todos os cortadores de cana são migrantes temporários oriundos dos estados da Paraíba e Ceará. A implementação das técnicas de gestão da força de trabalho nas usinas de cana de açúcar é realizada através de agentes da produção situados numa hierarquia de posições. No canavial é possível identificar os seguintes agentes: cortadores de cana, medidores, fiscais, encarregados gerais, motoristas, tratoristas. A seguir descreveremos algumas características de cada uma dessas posições.

➤ **O cortador de cana e o processo de exploração**

A função do cortador no canavial é cortar cana. As canas são plantadas em fileiras, também chamadas de ruas. Cada cortador tem cinco ruas pra cortar. Então o trabalhador chega ao canavial e em primeiro lugar amola o facão. Depois segue a instrução do fiscal que irá lhe indicar que “eito” pegar. O método de distribuição das ruas (dos eitos) é diferenciado, variando em cada usina. Na usina pesquisada o fiscal segue uma escala circular, por ordem alfabética. Dessa maneira, todos os trabalhadores terão a oportunidade, de começar no primeiro eito, o que é uma vantagem de tempo, já que a distribuição dos trabalhadores por vezes leva até 15 minutos.

Estando já no seu eito para cortar a cana, o cortador com um braço abraça um feixe de aproximadamente cinco canas e com o outro braço dispara golpes de facão para cortar rente ao chão. Em seguida, dá um giro de 180 graus e arremessa a cana para um monte, que de acordo com as regras da usina, deve ser organizado de maneira perpendicular as ruas, e centralizado. A localização do monte é determinada pelo setor de carregamento, que

é mecanizado. A cada um ou dois metros avançado, o cortador deve voltar e cortar as pontas, para eliminar as folhas da cana.

E o cortador de cana ali segue seu dia de trabalho. Repete este movimento diversas vezes durante o diaⁱⁱⁱ, o que exige um dispêndio de energia elevado, comparado a um atleta corredor fundista (ALVES, 2007). O cortador está subordinado diretamente ao fiscal/turmeiro, único agente que lhe dá ordens. A relação com outros trabalhadores sejam cortadores, motoristas, e tratoristas é pouco comum, e acontecendo se dá de maneira simétrica, do ponto de vista da relação de trabalho, porém há hierarquias diferenciadas por estados de origem e temporalidade na cana, o cortador de cana é, em geral, um nordestino e os demais trabalhadores são paulistas ou migrantes estabelecidos (principalmente paranaenses que migraram para São Paulo na década de 1980).

O cortador de cana não manda em ninguém, só tem que obedecer. Tira o sustento da família com suas podadas. Aliás, da sua família que está no “norte”; da família do fiscal; do encarregado geral; do proprietário da usina; dos investidores na bolsa de valores. Ou seja, por estar na chamada “ponta da cadeia produtiva”, se porventura este trabalho parar, toda a cadeia pára.

Como já mencionamos a remuneração para esta força de trabalho é realizada através do salário por produção. Primeiramente, é assinado um contrato de trabalho entre o cortador e a usina, em que os dois primeiros meses são de experiência, se o trabalhador não atingir as metas estabelecidas de corte, o contrato não é renovado e o trabalhador é demitido. Caso o cortador atinja as metas (geralmente acima de cinco toneladas ao dia, de acordo com a usina e com o tipo de cana a ser cortada), sua carteira é assinada com um salário mínimo, e com o adicional da produção, baseado na quantidade de cana cortada por dia. O preço da tonelada de cana varia de acordo com o tipo de cana, entre três a quatro reais. Assim, no final da jornada é medida a quantidade de metros que cada trabalhador cortou em cinco ruas. A mensuração é realizada por um método chamado “campeão”, que implica em:

antes do corte (da cana), um técnico da usina recolhe três amostras de cana de cada talhão (área plantada). Estas canas são levadas para a usina e pesada. A partir daí são fixados os valores correspondentes de metros e toneladas, segundo estimativas baseadas nas amostras colhidas (MENEZES, 2009, p.53).

Devido à pressão e fiscalização exercida por instituições da sociedade civil (Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Comissão Pastoral da Terra) sobre os órgãos do Estado (Ministério do Trabalho e Emprego e pelo Ministério Público do Trabalho^{iv}), o trabalhador tem um salário mínimo estabelecido na carteira de trabalho. Porém se, em dois

meses o cortador não atingir as metas estabelecidas de cortar no mínimo cinco toneladas por dia, o mesmo é demitido. Em média, os cortadores ganham de R\$ 800,00 a 1.200,00 por mês. E cortam na faixa de 8 a 20 toneladas por dia. Guanais (2010), ao analisar o método alternativo de pagamento chamado de quadra fechada (experiência localizada, desenvolvida com mediação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais) em Cosmópolis/SP, descreve o processo de exploração atual nas Usinas Canavieiras:

Pensando em atender as exigências atuais de produtividade e qualidade impostas pelo mercado, as empresas redefinem as suas estratégias administrativas, isto é, investem seus esforços em duas direções na gestão dos recursos humanos: de um lado, racionalizam o uso de recursos introduzindo modificações nos processos de trabalho, valendo-se, principalmente, de inovações tecnológicas poupadoras de força de trabalho – a mecanização das atividades agrícolas e automatização do controle dos processos em geral -; de outro lado, procuram formar um contingente de trabalhadores fixos, disciplinados, tecnicamente qualificados e, sobretudo, “envolvidos” com a produção sucroalcooleira. Tal envolvimento é condição fundamental para garantir a continuidade do processo de racionalização através do uso de tecnologia poupadora de força de trabalho e deve ocorrer no sentido de integrar e direcionar os diferentes esforços para atingir as metas de produtividade e qualidade (GUANAIS, 2010, pg. 32-33).

Há, de acordo com Guanais (2010), duas estratégias de relação com os cortadores de cana por parte dos agentes administrativos da usina: estratégias de controle e estratégias de envolvimento.

No que tange às estratégias de envolvimento, as técnicas utilizadas são o treinamento; o programa de participação dos resultados e as premiações aos cortadores que tiverem os melhores desempenhos no trabalho, fatos também verificados pela pesquisa de Menezes (2002) na zona da Mata Pernambucana.

No que tange às estratégias de controle, há diversas técnicas que buscam organizar e aproveitar ao máximo o tempo e a força de trabalho: pagamento por produção, pagamento por média, suspensão a trabalhadores não obedientes e fiscalização permanente.

O salário por produção consiste numa forma de pagamento da força de trabalho executada a longa data. Marx, ao analisar este tipo de salário afirma que:

Dado o salário por peça, é naturalmente do interesse pessoal do trabalhador aplicar sua força de trabalho o mais intensamente possível, o que facilita ao capitalista elevar o grau normal de intensidade. Do mesmo modo, é interesse pessoal do trabalhador prolongar a jornada de trabalho, pois com isso sobe seu salário diário ou semanal (MARX, 1988, p.135).

Diversos autores em trabalhos recentes (ALVES, 2007; NOVAES, 2007; SILVA, 1999; GUANAIS, 2010; TAVARES & LIMA, 2009) tem afirmado que a sistemática do salário por produção é um mecanismo que proporciona o aumento da produtividade do trabalho, de maneira absoluta com o aumento da jornada de trabalho e de maneira relativa,

com a intensificação do trabalho. Funcionando, também, como um método de autocontrole de introversão da disciplina, o que caracteriza um processo de dominação.

No trabalho de campo desta pesquisa, no eito com os cortadores durante o trabalho os abordávamos de maneira breve, sem se estender para não ocupar o tempo do trabalhador e, também, para não sermos repreendidos pelo fiscal. Fizemos a seguinte pergunta: *No que você pensa enquanto corta cana?* E a resposta da grande maioria era: “Penso apenas em cana” ou “não dá pra pensar em outra coisa né! tem que prestar atenção no serviço”. Isso pode ilustrar o nível de disciplinamento tanto do corpo quanto da mente do cortador durante o processo de trabalho.

➤ **Os medidores ou “apontadores”**

A função do medidor, como o nome já sugere é medir a quantidade de metros que cada cortador realiza durante o dia. O medidor também é chamado de apontador, pelo fato de apontar no eito a metragem de cana cortada. Para trabalhar, o medidor conta com um instrumento chamado de cambão, que consiste em duas barras de madeira, que formam um triângulo que tem dois metros. Além disso, ele anota a metragem num caderno, e no final do dia digitaliza essas anotações num aparelho eletrônico chamado de mensurador, uma espécie de microcomputador parecido com um aparelho de GPS. Os dados ali digitalizados são descarregados nos computadores do escritório, onde ficam contabilizados, de onde será a base para o pagamento mensal.

Além deste trabalho, o medidor também atua como ajudante do fiscal, fazendo as tarefas de distribuir comida e soro; montar a lona, cadeiras e mesas para o almoço; fazer a relação dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) que os trabalhadores necessitam.

Na hierarquia, o medidor está na mesma posição patamar do cortador. O medidor não chama atenção do cortador, nem orienta como se faz o corte. Ele apenas anota os metros de cana cortados.

➤ **Os fiscais: turmeiros e motoristas**

Tem funções do comando sobre os cortadores e medidores. Suas tarefas no canavial consistem em distribuir as ruas para cada cortador; fiscalizar uma turma de aproximadamente 40 homens; observar e chamar a atenção do cortador para o corte de cana ser executado dentro dos padrões exigidos pela usina (tamanho do toco, distância do primeiro monte em relação à estrada, tamanhos das pontas, entre outros); fazer os trabalhadores cumprirem os horários de alimentação e descanso; distribuir os alimentos, soros; encaminhar os doentes ao atendimento médico; distribuir os Equipamentos de

Proteção Individual – EPI; ser responsável pelo cumprimento das normas da usina no alojamento.

Na hierarquia, o fiscal está um “degrau acima” dos cortadores e medidores, por suas atribuições e responsabilidades. Há dois tipos de fiscais de turma: os turmeiros e os motoristas.

Os turmeiros são agentes que se configuram como um intermediário na relação de trabalho, entre os donos dos meios de produção (usineiros) e os detentores da força de trabalho (cortadores). São estes agentes que organizam as turmas nas localidades de origem. Menezes (2002, pg. 129-130) ao analisar o sistema de recrutamento dos trabalhadores migrantes paraibanos em usinas da zona da mata pernambucana, define estes trabalhadores como arregimentadores, que atuam como *uma espécie de empreiteiro*. Para Menezes:

Segundo definição de um dos gerentes da Usina São José, o arregimentador *faz a ligação entre capital e trabalho*. Em geral é uma pessoa proveniente do local de origem dos migrantes, e atua como intermediário entre a usina e os trabalhadores, no que diz respeito ao recrutamento do trabalho a vida nos alojamentos. Normalmente é um corumba^v que conseguiu ganhar a confiança dos gerentes da usina, e é respeitado entre os migrantes. Os escolhidos para esta função são considerados *bons trabalhadores*, classificação que identifica aqueles que trabalham arduamente, não reclamam nem reivindicam e aceitam as condições de trabalho e vida que lhes são impostas (MENEZES, 2002, pg.129-130).

O *turmeiro* que geralmente é um ex-cortador de cana, que organiza a turma a partir dos seus amigos, parentes e de trabalhadores que “não dêem problemas”, “não se envolva em confusão”. O *turmeiro* é um colaborador do *gato*, que como mostraremos a seguir, este segundo foi incorporado com novas roupagens pelas usinas (SILVA, 1999).

O turmeiro é remunerado por duas formas. Em primeiro lugar é um funcionário registrado com um salário-hora fixo. Em segundo lugar, o turmeiro ganha uma comissão pelo rendimento da turma, o que em tese, o estimulará a zelar pelo rendimento dos trabalhadores a ele subordinados. O outro tipo de fiscal são os motoristas de ônibus. Estes por sua vez não são nordestinos. São habitantes do estado de São Paulo (geralmente migrantes oriundos do processo de mecanização das lavouras no Paraná na década de 1980). O diferencial destes para os fiscais que vem do nordeste é que eles são fichados como motoristas, porém também recebem comissão sobre os rendimentos dos cortadores.

Pelo vimos em campo, os fiscais trabalham sincronizadamente dividindo tarefas entre si. A relação entre os motoristas e os fiscais nordestinos é simétrica, estão no mesmo degrau da hierarquia. Porém, quem fica com a tarefa de resolver problemas de ordem do

trabalho ou comportamental com os trabalhadores são os fiscais nordestinos, pelo fato de serem próximos afetivamente, como também pela relação que já vem estabelecida do nordeste. Até por que, este fiscal organizou a turma na Paraíba e conhece a família dos cortadores, tem uma relação afetiva instituída. Isso permite que os fluxos de ordens a serem impostas, sejam recebidos de maneira atenuada pelo cortador. Assim, expôs Neimar, um cortador em relação ao fiscal Paulo Henrique “valorizo muito a amizade, e Paulo Henrique é meu amigo desde o tempo de colégio. Ele é muito asilado^{vi} e sabe conversar com a peonada”. (Neimar, 23 anos, branco).

Como relatou um interlocutor (Seu Galvão), que já fora encarregado geral, a vantagem de ter fiscal nordestino é a comunicação que o mesmo estabelece com seus iguais; o fato de saber lidar, não ser grosso, conceder pedidos. A relação de amizade é aproveitada pela usina como meio de atenuar os conflitos da relação de trabalho e evitar possíveis atos (como paralisações ou greves) que venham a afetar a produção.

Mas uma pergunta que surge é: por que os motoristas têm também função de fiscal, já que quem efetiva essa função é o fiscal nordestino. Uma primeira interpretação pode ser a de que os proprietários não confiam totalmente nos fiscais nordestinos, e, portanto, colocam estes agentes para ficarem na fiscalização do fiscal. Uma segunda possibilidade é de aproveitar o trabalho destes motoristas. Conforme o Sr. Vitor, encarregado geral da usina, “os motoristas ficariam o dia todo no ônibus vadiando”, portanto, é mais proveitoso para a usina que estas horas ociosas do motorista sejam utilizadas na fiscalização da turma.

➤ **O encarregado geral e a metamorfose do gato**

Na hierarquia das relações de trabalho das usinas de cana de açúcar, o encarregado geral, se encontra um “degrau acima” dos fiscais. É responsável geral pelo processo de trabalho dentro do canavial, no que tange ao corte da cana e ao alojamento, já que o carregamento e o transporte são terceirizados.

Recebe ordens diretamente do escritório, dos gerentes, principalmente do gerente agrícola e do gerente de recursos humanos. O encarregado é responsável pela atividade de queima da cana, realizada sempre na noite anterior ao corte. Para tal, há uma equipe especializada em queimadas, subordinadas ao encarregado.

Durante o dia o encarregado circula entre todas as turmas da usina. Observa se o trabalho está sendo bem executado. Se perceber alguma irregularidade ele chama a atenção do fiscal. O encarregado dificilmente dirige ordens diretamente aos cortadores.

O encarregado é fichado na usina. Recebe pagamento por hora e também pelos rendimentos das turmas. Mora numa casa próxima ao alojamento. É branco ou mestiço e também é um migrante estabelecido (seja do Paraná, de Minas Gerais ou do Nordeste).

O encarregado geral já fez o papel do “gato”. Inclusive na usina pesquisada, o encarregado geral, seu Vitor, trabalhava como “gato” na cidade de Monte Mor/SP. Sua experiência como “gato” lhe serviu para ser o encarregado geral da usina. Maria Aparecida de Moraes Silva (1999) analisa a metamorfose do “gato” em agenciador (empreiteiro). Momento em que se altera o cenário, mas se mantêm os atores, que são os mesmos, embora revestidos de outras roupagens.

No palco, apenas a mudança da roupa. Retiram-lhe a de ‘gato’ e revestem-no com a de agenciador: figura séria, responsável, seguidora da lei, contratada pela usina, fazenda, indústria e prestadora de serviços a elas (...). Figura engendrada pela usina, situada espacial e socialmente próxima dos trabalhadores. Figura insubstituível, jamais extinta, mas igualmente contraditória (SILVA, 1999, p. 119-120).

Com a negatividade do papel do gato, visto com um agente que está à margem da lei, as usinas incorporaram este agente, mudando de nome, porém mantendo a função de comandar a força de trabalho no canavial.

Dessa maneira, seu Chico, que já trabalhou com “gatos” e hoje é fiscal-motorista da usina, explicou que antes o “gato” até tinha motivo pra pagar o peão a um valor menor por hora de trabalho, pois dali era o seu sustento. Mas agora, como ele é registrado na usina, com carteira assinada e a garantia dos direitos trabalhistas é pouco provável que o agenciador logre o peão, pois essa diferença não ficará mais com o gato e sim com a usina.

a) Os agentes ausentes no canavial: funcionários do escritório e acionistas

O escritório tem outra função no processo de trabalho. São dali que são dirigidas as ordens para o talhão. O escritório é o espaço do trabalho intelectual. Evidentemente, há hierarquias internas no escritório, mas cabe aqui registrar que na hierarquia do processo de trabalho o escritório está em posição de ordenação em relação ao canavial. O trabalho intelectual comanda o trabalho manual. E dentro do escritório trabalham os gerentes e seus auxiliares. É comum por parte dos cortadores, identificarem os trabalhadores como um bloco homogêneo, dos que trabalham numa atividade limpa e protegida do sol. Mas é necessário ressaltar que existem heterogeneidades. Silva (1999) ao analisar o escritório das empresas agrícolas de São Paulo explica que:

O escritório com seus *moços e moças*, representa o poder da empresa. Não só é uma parte da arqueologia deste poder como a medula dos dispositivos de poder, segundo Foucault. É daí que brotam as normas de vigiar e punir. É uma

organização que segundo princípios panópticos para remodelar, regenerar física e moralmente os corpos para o trabalho (SILVA, 1999, pg. 149).

No capitalismo contemporâneo, os agentes da classe que detém os meios de produção também são chamados de acionistas. Nas usinas, geralmente o quadro de acionistas é composto por familiares dos fundadores. No caso da usina pesquisada, eram três irmãos que fundaram e hoje são mais de 40 acionistas. Ali estão os filhos e netos dos três fundadores. Há usinas de capital aberto, onde as ações são compartilhadas entre os membros das famílias e grandes multinacionais, como a Bunge, a Cargill, a Dreyfus e bancos como o Bradesco, Santander, etc.

Estes agentes não estão presentes no canavial, pois a hierarquia social é organizada de uma maneira que consegue combinar os interesses de todos os envolvidos, e isso garante a reprodução do capital aplicado. Assim, o cortador tem o interesse de vender sua força de trabalho para garantir o sustento de sua família; da mesma maneira o fiscal, o encarregado e os gerentes, que estão em posição de comando e se diferenciam dos outros trabalhadores pela remuneração; e os acionistas aplicam e gerem os investimentos, correndo o risco de o negócio quebrar (o que é improvável, pois é comum do estado arcar com os prejuízos do setor) e ficando com os dois tipos de mais valia produzida neste processo de trabalho: a absoluta (larga jornada de trabalho); a relativa (intensificação e aumento da produtividade).

É evidente que não se trata apenas de uma simples combinação de interesses. É necessário levar em consideração a constituição histórica dos agentes que hoje detém os meios de produção e dos que necessitam vender a força de trabalho para sobreviver. A aparente combinação de interesses é mais um mecanismo de controle, que é, constantemente, utilizado no canavial pelos fiscais e encarregados, que ao dirigir ordens aos subordinados usam a frase “sou pago para fiscalizar e dar ordens”, como justificativa da opressão e controle que está exercendo e, também, como estratégia para garantir o consenso da dominação e exploração em favor dos proprietários dos meios de produção.

Considerações Finais

As estratégias de dominação das usinas evidenciam que as relações de trabalho no espaço dos canaviais não se configuram como uma imposição das regras de dominação e controle sobre os trabalhadores, mas é uma trama de tensões sociais disputada cotidianamente nas interações entre os atores sociais – trabalhadores migrantes, cortadores de cana - e seus superiores: chefes de turma, fiscais, chefes de fiscais, gerente de produção, e outros superiores. Desse modo, os canaviais não podem ser vistos apenas

como um lugar da produção, mas, também, como lócus da luta contínua entre os trabalhadores e aqueles interessados em extrair-lhe mais trabalho. Essa luta assume uma variedade de formas, que são tributárias tanto da experiência desses atores quanto do ambiente político quer a nível institucional, quer a nível societário mais amplo.

Em outros artigos (Menezes, 2011; Silva e Menezes, 2008) analisamos as práticas cotidianas de resistência. No entanto, é importante considerar que, muitas vezes, essas práticas não têm alterado as condições de exploração do trabalho e resultado em conquista de direitos. Há indicações de que os agentes da dominação das usinas – turmeiros – fiscais – encarregado de fiscais – têm conhecimento de algumas estratégias de resistência, como as formas de driblar as exigências de qualidade do corte da cana, a baixa produtividade e o absenteísmo. As usinas tendem a implantar novas formas de dominação e controle do trabalho, como o tempo de experiência, equivalente aos três meses iniciais do contrato de safra e a lista negra. É cada vez mais recorrente na fala de trabalhadores e *chefes de turma* a menção ao período de experiência, tempo utilizado pela usina para detectar e dispensar os trabalhadores “improdutivos”.

Como agenda de pesquisa, entendemos que seja importante articular a compreensão das formas de resistência cotidianas, que, em geral, são praticadas por indivíduos e invisíveis aos olhos dos agentes da dominação, com as formas de resistência coletivas, institucionais ou não, que apresentam um objeto público de reivindicação, como as greves, as paralisações por melhores salários, condições de trabalho, alimentação, segurança.

Nesses tempos de incerteza em que o medo ronda a mente de cada trabalhador, a luta aberta torna-se uma opção remota, o que não significa que os trabalhadores aceitem o nível de dominação e exploração ao qual estão exposto. Tal aceitação, embora aparente, é uma ilusão que, inclusive, os poderosos do mundo, nos querem fazer acreditar. Todavia, um olhar atento sobre o cotidiano do mundo do trabalho, é capaz de revelar que tal aceitação é apenas aparente e que a luta não deixou de existir, apenas se faz em outros planos. Nesse sentido, embora tenham como lócus próprio os bastidores, há sempre a possibilidade de que essas formas cotidianas de resistência irrompam no palco, na cena pública, o que tem sido atestado pelos inúmeros episódios de greves, paralisações, acesso a justiça trabalhista, protagonizados pelos trabalhadores migrantes.

ⁱ “Se na década de 1980, um cortador, em média cortava seis toneladas de cana em um dia de trabalho, nos anos 1990 e na presente década os trabalhadores tem declarado que cortam no mínimo dez toneladas por dia, para se manterem empregados. Caso os trabalhadores não consigam manter essa média nos dois primeiros meses de experiência, eles são substituídos por outros. A média de produção diária em grande parte das usinas da Região de Ribeirão Preto passou a ser 12 toneladas de cana por dia de trabalho” (Alves, 2007, p.23)

ⁱⁱ Os dados destas informações se baseiam em fontes empresariais, acessadas nos sites ligados ao setor como:

- 1) <http://www.blogindustrial.com.br/index.php/2010/01/18/grande-parte-do-estoque-de-acucar-foi-exportado-em-2009/> 2) <http://www.noticiasagricolas.com.br/noticias.php?id=82025> 3) <http://www.unica.com.br/content/show.asp?cntCode={D6C39D36-69BA-458D-A95C-815C87E4404D}>

Todos os acessos em 30/01/2011.

ⁱⁱⁱ A Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo, em estudo realizado durante o período de 2007-2010, e publicado no dia 6 de janeiro de 2011, demonstra que: “A cada um minuto trabalhado são feitas 17 flexões de tronco pelo cortador, aplicados 54 golpes de facão, o joelho fica todo o tempo semiflexionado e há extensão da cervical. Não há sombra nos canaviais e o cortador não se hidrata adequadamente. Por dia, são cortadas e carregadas em média 12 toneladas de cana e percorrido um percurso de quase nove quilômetros. No final de um dia de trabalho, o cortador perdeu oito litros de água. Os trabalhadores normalmente já levam de casa a água para consumo na lavoura e depois reabastecem nos reservatórios dos ônibus quando possível. Esses reservatórios não são refrigerados e apresentam péssimas condições de armazenamento e higiene. A água fornecida não vem de fontes tratadas em 40% dos casos e, por isso, nem sempre atende aos requisitos de potabilidade. Quanto à alimentação, os trabalhadores também não têm local adequado para realizarem refeições e nem local apropriado para acondicionar a refeição. Enquanto trabalham, os cortadores carregam consigo suas marmitas. Muitas vezes, o alimento fermenta ou azeda. Porém, como o trabalho consome muita energia, eles acabam consumindo a comida mesmo que esteja estragada.” Disponível via internet em <http://portal.saude.sp.gov.br/content/dutenehuji.mmp> acessado em 25/01/2011.

^{iv} Com a Portaria nº 550 de 14 de junho de 1995, foi criado o Grupo Especial de Fiscalização Móvel para agir diretamente nos casos de prática de trabalho escravo diante das denúncias providas de vários pontos do território nacional. Dessa maneira, as usinas que não cumprirem com as obrigações trabalhistas podem ser autuadas com multas e entrar para a lista do trabalho escravo. (GONÇALVES, 2000)

^v Corumba é a denominação do cortador de cana migrante na Zona da Mata Pernambucana. Ver Menezes (2002).

^{vi} Asilado: nos dicionários de língua portuguesa este termo significa “pessoa internada em asilo” ou refugiada política”, porém este termo é utilizado entre os cortadores de cana-de-açúcar como sinônimo de “malandro”, “esperto”, “brincalhão”, “conversador”, “galante”, “sábio”.

Referências Bibliográficas.

ALVES, Francisco. Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte de cana em São Paulo: será esse um fenômeno casual ou recorrente da estratégia empresarial do Complexo Agroindustrial Canavieiro? In: NOVAES, Roberto e ALVES, Francisco (Org's). **Migrantes: trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (Os heróis do Agronegócio Brasileiro)**. São Paulo: Ed. UFSCar, 2007.

ANTUNES, Ricardo. As novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas do estranhamento (alienação). **Caderno CRH**, Salvador, n.37, p. 23-45, jul./dez 2002.

CANDIDO, Paulo. **O etanol e os conflitos**. UFCG/PB, 2011. (Tese de Doutorado).

COVER, Maciel. O “**tranco da roça**” e a “**vida no barraco**”: **um estudo sobre trabalhadores migrantes no setor do agronegócio canavieiro**. UFCG0PB, 2011. (Dissertação de Mestrado).

GONÇALVES, Vera Olímpia. Dados do Grupo Especial de Fiscalização Móvel. **Estudos Avançados** 38, 2000.

GUANAIS, Juliana B. **No eito da cana, a quadra é fechada: estratégias de dominação e resistência entre patrões e cortadores de cana em Cosmópolis/SP**. UNICAMP/SP, 2010. (Dissertação de Mestrado).

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política – volume I, livro primeiro: o processo de produção do capital [1867]**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MENEZES, Marilda Aparecida de. Juventudes rurais do nordeste: trabalho, migração e movimentos sociais. Campina Grande/PB. **Edital Universal MCT/CNPq 02/2006**. (Relatório Acadêmico Sintético – Fevereiro, 2009).

MENEZES, Marilda Aparecida de. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes**. Rio de Janeiro: Relume Dará/ João Pessoa: UFPB, 2002.

MENEZES, Marilda. Estratégias, táticas e resistência no cotidiano dos canaviais. In: **Mobilidades, Redes Sociais e Trabalho**. Marilda A. Menezes e E.P. Godoi (orgs.) Sp. Ed. Annablume, 2011

NOVAES, Roberto e ALVES, Francisco (Org's). **Migrantes: trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (Os heróis do Agronegócio Brasileiro)**. São Paulo: Ed. UFSCar, 2007.

NOVAES, José Roberto Pereira. Trabalho nos canaviais: os jovens entre a enxada e o facão. **RURIS**, Volume 3, n°1, Campinas-SP, 2009.

POCHMANN, Marcio. **Força de trabalho e tecnologia no Brasil: uma visão de historia com foco atual na produção de cana-de-açúcar**. Rio de Janeiro: Revan, 2009.

SILVA, Marcelo S. & MENEZES, Marilda A. Entre o trabalhar e “dar trabalho”: as formas de resistência dos migrantes paraibanos nos canaviais do estado de São Paulo. Trabalho apresentado no **3º Encontro da Rede de Estudos Rurais**, realizado entre os dias 09 e 12 de setembro de 2008, Campina Grande – PB.

SILVA Marcelo S.. O espaço dos canaviais paulistas: territórios contestados. In: **Mobilidades, Redes Sociais e Trabalho**. Marilda A. Menezes e E.P. Godoi (orgs.) Sp. Ed. Annablume, 2011

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do Fim do Século**. São Paulo. Editora da Unesp, 1999.

TAVARES, Maria Augusta & LIMA, Roberta Oliveira Trindade. A “liberdade” do trabalho e as armadilhas do salário por peça. **Revista Katál**. Florianópolis v.12 n.2 170-177 jul./dez.2009.



MIGRAÇÕES INTERNAS NO SERTÃO DAS GERAIS: “A ESPERANÇA DE MELHORIA DE VIDA”

Andréa Maria Narciso Rocha de Paula-UNIMONTES
andreapirapora@yahoo.com.br

Joycelaine Oliveira- UFU
Joyce_sertao@yahoo.com.br
Grupo de trabalho: “Trabalho Rural e Migrações”

Resumo:

Este trabalho apresenta reflexões sobre o a dinâmica migratória interna - rural no Brasil, com ênfase para o Norte de Minas Gerais. A esperança dos migrantes na “melhoria de vida” e a importância das migrações para a compreensão das relações sócio-espaciais, especialmente na cidade de Montes Claros. Sob o enfoque das transformações das relações sociais decorrentes da mobilidade espacial, este artigo pretende discutir a dinâmica migratória no Norte de Minas Gerais, que embora pertença a região mais próspera do país, o Sudeste, é reconhecidamente uma das áreas mais pobres, tendo, inclusive, incentivo do poder público Federal, como se do Nordeste fizesse parte. O Norte de Minas Gerais é considerado com área de transição entre o Nordeste e o Sudeste brasileiro. A área é considerada pelo Estado como Região Mineira do Nordeste em função das características climáticas e de vegetação, bem como, sua realidade sócio-econômica corresponde a pobreza dos Estados nordestinos. Sendo considerado então como Região Mineira do Nordeste (RMNE). A investigação principal deste artigo refere-se ao processo de inserção no mercado de trabalho pelos migrantes rurais; principal motivo de levá-los à migrarem para o meio urbano da cidade de Montes Claros. É o Norte de Minas Gerais considerado um dos maiores pólos exportadores de trabalhadores migrantes, principalmente para o Triângulo Mineiro e interior de São Paulo. Deixam famílias inteiras para trás. Totalmente subordinados ao capital, pela necessidade de sobreviverem, os migrantes funcionam como "exército de reserva" de mão-de-obra. Os trabalhadores que retornam ao sertão mineiro, voltam desprovidos de recursos financeiros e de motivação e quase sempre não regressam aos seus municípios de origem, muitos permanecem em Montes Claros, que de cidade de passagem para o Sul, torna-se centro receptor de migrantes rurais.

Palavras-chaves: migração interna, relações sociais, mercado de trabalho, desemprego, políticas públicas.

Andréa Maria Narciso Rocha de Paula, graduada em ciências sócias, com mestrado e doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia. Professora do Departamento de Política e Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES

Joycelaine Oliveira, graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Montes Claros-MG, doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia, sob a orientação do professor Dr. Carlos Rodrigues Brandão. Pesquisa os velhos vaporzeiros e remeiros do Rio São Francisco no Norte de Minas Gerais.

INTRODUÇÃO

Migrar (...) é viver, em espaços geográficos diferentes (...) é viver como presente e sonhar como ausente. É, até mesmo, partir sempre e não chegar nunca.

José de Souza Martins

Sentado à espera de atendimento no Posto do SINE - Sistema Nacional de Emprego, em Montes Claros, o Sr. José relembra a “roça” de algodão deixada em Porteirinha, pequena cidade no Norte de Minas, onde a seca “castigou” e nada foi possível colher. As informações de que em Montes Claros teria um emprego na construção civil impulsionaram sua vinda, e de toda a família, para a casa de um primo, que está na cidade há alguns anos. O Sr. José tem 39 anos, 05 filhos e uma companheira. Está há um mês na cidade e até agora “nada” de trabalho. Ele vem todos os dias ao Posto do SINE para saber das vagas oferecidas: *“Sabe dona, não tenho estudo, mas tenho braços forte de plantar roça”*. Quando perguntado porque veio para a cidade, responde: *“Na roça acabou tudo, não tem trabalho, não tem comida, e a terra já não é nossa, tivemos que saí. Falaram prá esperar, que vai vim um tar dum programa, que vai te melhora, mas.. já é velha esta história. E de esperança agente veve, de expectativa não”*.

Quase 26 milhões de brasileiros deixaram seus municípios, segundo o IBGE, na década de 80. As idas e vindas da população têm os mais variados motivos, mas todos em busca da melhoria de vida: melhores oportunidades de trabalho, melhores condições de

educação, de saúde, de serviços públicos, enfim, uma busca por um lugar melhor para se viver.

O mundo rural tornou-se um “novo mundo rural” decorrente do processo de industrialização da agricultura, que modifica as relações sociais causando transformações no que tradicionalmente denominava-se meio rural e meio urbano.

No mundo do trabalho as modificações na agricultura transformam e aumentam a produtividade provocando a liberação de grande número de trabalhadores rurais. São novas formas de produção baseadas na tecnologia e no aumento da produtividade; são velhas formas de dominação onde os pequenos agricultores e trabalhadores rurais tornam-se totalmente subordinados ao capital.

A consolidação deste processo, através dos CAI- Complexos agroindustriais, não superou a dicotomia no mundo rural: de um lado, a concentração de terra; do outro, a exclusão e a expulsão da população rural. A migração interna continua a ocorrer, com novas características. Segundo dados preliminares do censo 2000, as pessoas passaram a migrar mais em suas próprias regiões. No início do século XXI, famílias inteiras de trabalhadores rurais, camponeses, pequenos agricultores continuam “correndo trecho”, buscando fugir da miséria, tentando manter a esperança de algum dia voltar ao campo, ao município de origem. Sonhando com a possibilidade de ascensão social e econômica na cidade; de um jeito ou de outro chegam e partem ávidos por condições dignas de vida.

Entende-se por migração o deslocamento espacial das pessoas: este ir e vir em busca de melhores oportunidades. Souza (1980:35) define o migrante como “sendo aquele indivíduo de qualquer classe social, que resolveu abandonar o seu município de nascimento para fixar residência noutra”. Wanderley (1999:23-53) coloca que a migração funciona com duas faces: “esperança e fracasso”.

Becker (1997) chama atenção para a necessidade de entender o processo migratório através dos enfoques neoclássico e neomarxista. A autora enfatiza que a mobilidade espacial neoclássica caracteriza-se pelos fatores pessoais dos migrantes - o desejo pessoal de migrar, desconsiderando a complexidade social. A mobilidade espacial neomarxista aborda o contexto “histórico-estrutural” considerando o processo social e entendendo a migração como resultante da introdução das relações capitalistas de produção no campo, da expropriação dos trabalhadores rurais.

A mesma autora destaca que os enfoques neoclássico e neomarxista tendem à explicações profundamente gerais, sendo portanto necessário o estudo dos níveis microrregionais e locais. Importante a análise do “não migrar” como forma de resistência dos trabalhadores aos conflitos sociais nas áreas de origem.

Sob o enfoque das transformações das relações sociais decorrentes da mobilidade espacial, este artigo pretende discutir a dinâmica migratória no Norte de Minas Gerais, que embora pertença a região mais próspera do país, o Sudeste, é reconhecidamente uma das áreas mais pobres, tendo, inclusive, incentivo do poder público Federal, como se do Nordeste fizesse parte. Sendo considerado então como Região Mineira do Nordeste (RMNE). A investigação principal deste artigo refere-se ao processo de inserção no mercado de trabalho pelos migrantes rurais; principal motivo de levá-los à migrarem para o meio urbano da cidade de Montes Claros.¹

1 DINÂMICA MIGRATÓRIA NO BRASIL: CONCENTRAÇÃO DE TERRAS E RESISTÊNCIAS DOS TRABALHADORES.

Ao longo da história do Brasil vem se consolidando uma estrutura fundiária fortemente concentradora. As capitâneas hereditárias, as sesmarias, o fim da escravidão e as leis de terras de 1850, incentivaram uma distribuição desigual da terra. Grandes extensões de terra foram entregues a poucos proprietários. "O cativo humano termina, começa o cativo da terra", (FERNANDES:2001:2).

O modo de produção capitalista, desde o capitalismo mercantilista privilegiava determinado produto de exportação em detrimento de outros produtos. Com o capitalismo Industrial também não foi diferente, a polarização em determinadas regiões aumentou as disparidades regionais elevando o fluxo migratório em direção aos centros urbanos. De 1964 aos anos 90 ocorreu um intenso processo de modernização das atividades agrícolas com base no paradigma tecnológico da Revolução Verde, que beneficiou mais uma vez as grandes propriedades. Este modelo de desenvolvimento adotado a partir da década de 1960 resultou numa efetiva penetração do capitalismo no meio rural.

¹ Este artigo baseia-se na Pesquisa: "Integração dos Migrantes Rurais no Mercado de Trabalho em Montes Claros, Norte de Minas Gerais: A esperança de Melhoria de Vida."; Tema da dissertação a ser apresentada no mestrado em Geografia na Universidade Federal de Uberlândia e vinculada também ao grupo de Pesquisa em Políticas Públicas da UNIMONTES.

A Constituição dos “Complexos Agroindustriais”-CAIs, incentivados pelo Estado, modernizou a agricultura, concentrou ainda mais as terras e liberou grande contingente de agricultores, pequenos proprietários e trabalhadores rurais. O desenvolvimento da agricultura passa a depender da dinâmica da indústria. Neste processo, as transformações na base técnica são irreversíveis e o processo do trabalho também sofre modificações profundas. A passagem da subordinação indireta à subordinação direta do trabalho ao capital diminui a absorção de mão-de-obra no campo, contribuindo enormemente para o aumento do êxodo rural. O homem do campo migrou para as cidades(VER TAB.1), transformando o país agrícola em uma nação urbana.

TABELA 1

POPULAÇÃO RESIDENTE NO BRASIL, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E POR SEXO
/1940-2000

ANO	TOTAL		URBANA		RURAL	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
1940	20.614.088	20.622.227	6.164.473	6.715.709	14.449.615	13.906.518
1950	25.885.001	26.059.396	8.971.163	9.811.728	16.913.838	16.247.668
1960	35.055.457	35.015.000	15.120.390	16.182.644	19.935.067	18.832.356
1970	46.331.343	46.807.694	25.227.825	26.857.159	21.103.518	19.950.535
1980	59.123.361	59.879.345	39.228.040	41.208.369	19.895.321	18.670.976
1991	72.485.122	74.340.353	53.854.256	57.136.734	18.630.866	17.203.619
1996	77.442.865	79.627.298	59.716.389	63.360.442	17.726.476	16.266.856
2000	83 576 015	86 223 155	66 882 993	71 070 966	16 693 022	15 152 189

População presente - FONTE: - "Estatísticas Históricas do Brasil"/volume 3 - Rio de Janeiro: IBGE, 1987; "Anuário Estatístico do Brasil"/IBGE - Rio de Janeiro, volume 56, 1996; "Contagem da População 1996"/ Rio de Janeiro:IBGE,1997,volume 1.

Conforme mostra a Tabela 1, a partir da década de 1960, observamos a ocorrência de um intenso processo migratório campo-cidade no Brasil em consequência da mecanização do campo. Os dados revelam que a década de 80, também chamada de “década perdida”, foi marcada por intenso fluxo migratório rural-urbano dada a estagnação econômica aliada ao

forte papel do Estado nas políticas desenvolvimentistas. Assim, o capitalismo foi consolidado no campo e intensificou-se a urbanização desordenada.

O papel centralizador do Estado nesta política de desenvolvimento agrícola foi caracterizado por Bernardo Sorj (1986:65-83), cronologicamente, da seguinte forma: No período de 1961 a 1964, as estratégias estatais eram baseadas em dois projetos: o primeiro projeto favorecia um caminho distributivista, ou pelo menos de eliminação dos setores latifundiários mais atrasados. O segundo projeto orientou-se fundamentalmente para a integração vertical (setores dependentes) e para o incremento da produção através do aumento da produtividade. Do período de 1964 a 1969 não houve efetivação de políticas de reforma agrária; de 1970 a 1973 ocorreu a substituição de uma proposta de reforma agrária por programas localizados, orientados para resolver problemas fundiários em locais específicos. De 1973 a 1978, inverteu-se os termos do problema fundiário, como este sendo causado pelo minifúndio.

O autor destaca que o sentido fundamental das políticas públicas tem sido o de articular a expansão agrícola com o complexo agroindustrial, as necessidades de abastecimento interno e as exportações através de um conjunto de medidas entre as quais o crédito rural ocupa um lugar privilegiado.

O avanço do o avanço do capitalismo não modificou as antigas relações de dominação e exploração, mas, “balizaram, suscitaram, motivaram a consolidação mundial do Estado”, (LEFEBVRE apud MARTINS,1996:56).

Constata-se a inevitável concentração de renda, a política assistencialista governamental e as conseqüências deste modelo: metropolização da pobreza, mercado informal de trabalho, êxodo rural como forma de sobrevivência e esperança. O “Estado Mínimo” agora tenta viabilizar políticas públicas de emprego, renda, agricultura para manter o homem no campo ou apoiá-lo na cidade. A constatação de grande parte da população em situação de pobreza extrema demonstra que as políticas públicas ainda não trouxeram resultados que mereçam comemorações. A modernização agrícola baseada no grande latifúndio representou um processo de crescimento econômico, visto que a produtividade das matérias primas agrícolas para a indústria e para a exportação cresceu aceleradamente a partir da década de 60. No entanto esse modelo foi, e continua sendo, obstáculo ao processo de

desenvolvimento social. A maioria da população não pode adquirir produtos essenciais à sua sobrevivência.

Por outro lado, o setor urbano industrial não está capacitado para absorver o crescente contingente da força de trabalho provocado pelo fluxo descontrolado de trabalhadores rurais “expulsos” do campo.

A integração da economia ao processo de globalização e a conquista da “estabilidade financeira” foram os fatos marcantes dos anos 90². Em decorrência dessa dinâmica, o emprego e a força de trabalho se deslocam, essencialmente, do setor secundário para o comércio e prestação de serviços (economia informal), o homem do campo continua a migrar para as grandes cidades e temos uma nova forma de inserção no mercado de trabalho: categorias de empregadores e de empregados transformam-se em “autônomos”.

Os estratos empobrecidos da população, não conseguem ter acesso ao mercado de trabalho. Os impecilhos não se referem somente as políticas do Estado, como, também, as barreiras sociais. A sociedade se fecha, restringindo as possibilidades de mobilidade sócio-espacial das pessoas.³ Essa expulsão do homem do campo para a cidade, reforçada por qualificação profissional deficiente e baixo nível escolaridade, faz do desemprego um dos mais graves problemas atuais do Brasil.

O desemprego vem elevando a cada dia o número de pessoas sem teto, sem escola e sem comida. São famílias inteiras nas ruas das grandes, médias e pequenas cidades, “empurradas” por falta de oportunidades e iludidas com falsas perspectivas. A maioria desinstalada geograficamente, moralmente, e com fome: de comida, de trabalho. Ativamente, ou como vítimas, passam a contribuir para elevar os índices de violência, de prostituição, alimentando outras marginalidades sociais.

A problemática do desemprego é um fenômeno global, mas que manifesta suas particularidades no lugar. Considerando Santos, (1999) “cada Lugar é a sua maneira, o

2 Para Santos (1999) temos três tipos de globalização: a fábula (discurso político, aldeia global) a perversidade (os excluídos, os sem-terra, os sem- teto) e a possibilidade (construir um mundo melhor, a humanização, a resistência). E a realidade social representa a fábula e a perversidade, mas sempre existe a possibilidade dos povos se unirem por um mundo melhor.

3 Mobilidade Social define-se aqui de acordo com Sorokin apud LAKATOS (1988:229): “por mobilidade social entende-se toda a passagem de um indivíduo ou de um grupo de uma posição social para outra, dentro de uma constelação de grupos e estratos sociais

“mundo”, ou seja, um fenômeno global manifesta-se também no local. “A uma maior globalidade, corresponde uma maior individualidade.” (Ibidem: 12). Os problemas locais são influenciados pelas decisões globais, aos pobres, aos não-naturais das cidades resta a tentativa de sobreviver, porque bem-estar é algo que vai ficando cada dia um sonho mais distante. O lugar se transforma, através da *praxis* dos homens, que são totalmente alienados ao capital, através da ideologia de uma sociedade urbana, mundializada, tecnicizada e ilusoriamente "promissora". A busca de um lugar de trabalho, provoca a mobilidade espacial em busca de algo que não sabem aonde encontrar, mas que sabem não podem aguardar no meio rural. Incessantemente, permanecem chegando e partindo na procura de trabalho, de "bicos", de alguma forma de sobreviver. Não escolhem ocupações, aceitam qualquer tipo de serviço. "(...) Severino, retirante, o meu amigo é bem moço, sei que a miséria é um mar largo, não sei como qualquer poço; mas sei que para cruzá-la vale bem qualquer esforço(...)".(MELLO NETO,1997:506)

O Norte de Minas Gerais é considerado com área de transição entre o Nordeste e o Sudeste brasileiro. A área é considerada pelo Estado como Região Mineira do Nordeste em função das características climáticas e de vegetação, bem como, sua realidade sócio-econômica corresponde a pobreza dos Estados nordestinos.

No final dos anos 50, com a intervenção do Estado, através do investimento no problema da seca foi que se efetivou estratégias governamentais de combate ao "subdesenvolvimento" das regiões atingidas: o Nordeste do Brasil e o Norte e Nordeste de Minas Gerais.

A SUDENE, hoje ADENE- Agência de Desenvolvimento do Nordeste, foi parte de uma política pública que visava ações que possibilitassem o desenvolvimento do Nordeste e Norte de Minas Gerais, possuía dois objetivos principais: “coordenar a ação do governo Federal e administrar os recursos transferidos para a região”.(RODRIGUES,2000:119)

Com o regime militar, a SUDENE e demais órgãos de fomento, desviam seus objetivos e direcionam suas ações para a “valorização do grande capital” (ibidem:170).

É o momento dos programas localizados, com público alvo de pequenos produtores. O Programa de Apoio ao Pequeno Produtor- PAPP- financiado pelo Banco Mundial, é um exemplo de um destes programas específicos. O PAPP visava o fortalecimento

da pequena produção através do associativismo e cooperativismo, com o atendimento de demandas locais e política de emprego e renda para e nas localidades rurais. Os trabalhadores através de suas representações votavam nos projetos prioritários, mas o caráter assistencialista do programa foi aos poucos desarticulando os trabalhadores e concentrando o poder decisório aos técnicos do Estado responsáveis pela execução e avaliação do mesmo.

A política pública para desenvolvimento da região não tem demonstrado eficiência, uma vez que as empresas que se instalam na região motivadas pela isenção de impostos e demais facilidades oferecidas pelo Estado, ficam nos municípios norte-mineiros por período determinado (enquanto vigoram os incentivos fiscais) e depois partem para outras regiões do país.

O IDH- Índice de Desenvolvimento Humano- para a região verifica ainda índices que constata que a região continua entre as mais pobres do país. Afirma a Fundação João Pinheiro que: “As piores condições de vida do Estado concentram-se nos municípios das regiões Norte e Nordeste de Minas Gerais e são similares aqueles prevalentes no Nordeste brasileiro,” (FLP, 1996:22-23).

Os projetos localizados e direcionados pelo Estado em parcerias com organismos internacionais de capitais, não irão modificar estruturas sociais tradicionais. Para Celso Furtado (1981), é necessário entender as causas, para se atuar no local, percebendo todas as dimensões globais dos fenômenos sociais.

Os dados de IDH para o Norte de Minas, revelam aspectos que devem ser ressaltados: como o avanço significativo que a população experimentou com relação à esperança de vida ao nascer. Entre 1960-1970, o residente na região vivia, em média, apenas 56,2 anos, e na década seguinte 63,7 anos, esperança de vida superior à média do Nordeste (59,1 anos). Nos mesmos períodos o indicador de mortalidade infantil também apresentou melhorias. O avanço na educação também é bastante significativo, segundo OLIVEIRA (2000:81), o índice de analfabetismo em 1980 era para região de 45,27%, parecida com a do Nordeste e Montes Claros a taxa era na mesma época de 22,17%. De 1970 até 1991 observa-se que a taxa de crescimento da população urbana evoluiu em nível bem superior à rural. Em 1970 o contingente urbano era de 27,6% da população total; em 1991, alcançou 54,7%, evidenciando o rápido processo de urbanização da região.

É o Norte de Minas Gerais, a região considerada uma dos maiores pólos exportadores de trabalhadores migrantes, principalmente para o Triângulo Mineiro e interior de São Paulo. Os trabalhadores sazonais em sua maioria são transportados em condições irregulares e com míseros salários. Muitos são mantidos como escravos, em cativeiros, trabalhando para pagarem dívidas de medicamentos, alimentação e moradia. Deixam famílias inteiras para trás. Totalmente subordinados ao capital, pela necessidade de sobreviverem, os migrantes funcionam como "exército de reserva" de mão-de-obra. Os trabalhadores que retornam ao sertão mineiro, voltam desprovidos de recursos financeiros e de motivação e quase sempre não regressam aos seus municípios de origem, muitos permanecem em Montes Claros, que de cidade de passagem para o Sul, torna-se centro receptor de migrantes rurais.

A realidade destes migrantes que permanecem em Montes Claros demonstram que a eles são oferecidas as piores vagas de emprego em função da baixa qualificação. Aqueles que conseguem ascensão social e econômica geralmente concentram-se no setor de comércio e serviços⁵.

Ao migrante sempre fica o desejo que neste “novo” lugar, agora na sua própria região poderá haver novas oportunidades. As expectativas se foram, fica a esperança.

2- MONTES CLAROS: A MIGRAÇÃO MUDA DE ROTA: ENTRE CONTINUAR E PERMANECER- DA CIDADE DO SERTÃO PARA CENTRO REGIONAL URBANO

Que beleza, Montes Claros,
Como cresceu Montes Claros.
Quanta Indústria em Montes Claros.
Montes Claros cresceu tanto,
Ficou urbe tão notória,
Prima-rica do Rio de Janeiro
Que já tem cinco favelas
Por enquanto, e mais promete.

Carlos Drummond de Andrade

As migrações Norte Mineira e Nordestina para o Sudeste, ocorriam no período de 1930-1940 de duas formas: 1º- através da “estrada líquida” ou seja, o Rio São Francisco; 2º- através da cidade de Montes Claros que já era o maior ponto de concentração de trabalhadores com destino ao Sul do país. De acordo com o Boletim do Serviço de Imigração e Colonização

⁵ De acordo com dados da pesquisa de campo que está sendo realizado em Montes Claros para fins de obtenção de título de Mestre na Universidade Federal de Uberlândia

de 1941, os municípios de Urandi e Condeúbas no Estado da Bahia, eram os principais municípios que exportavam trabalhadores, principalmente, para São Paulo, através de Montes Claros:"(...) nesta cidade, não só se modificam os meios de locomoção, como também o indivíduo migrante começa a receber a assistência por parte do governo.(DANTAS,1941:84).

O trabalhador que desloca para Montes Claros, parte de sua localidade para uma outra próxima, onde se reúne com uma maior quantidade de trabalhadores e continuam a viagem, alugando caminhões para levá-los para a cidade. A viagem era feita sempre de forma muito desagradável, tumultuada e perigosa, conforme relatos na Revista do Boletim de Serviço de Migração e Colonização (1941). No trajeto, costumavam pernoitar em barracões rústicos. Nessa época, as migrações ocorriam com grupos numerosos de famílias. Quando chegavam a Montes Claros, os migrantes ficavam em pensões, quartos alugados ou mesmo em copas de árvores, enquanto aguardavam a ida para São Paulo.

As décadas de 1960 e 1970, foram marcadas pelas migrações para o Sul. O campo se esvaziou. Montes Claros além de cidade-rota para a migração, começa a receber também seus novos cidadãos.

No período de 1970 a 1996, a população urbana de Montes Claros aumentou 297%, a população rural diminuiu drasticamente em 59%; confirmando a hipótese que a modernização agrícola proposta com estratégia governamental para o meio rural não atendeu a população de pequenos produtores, trabalhadores do campo, pressionando para que deixem o meio rural e sejam levados a "caminho da cidade".

Uma população que cresce demasiadamente em função do deslocamento dos trabalhadores que para seguirem a rota do Sul do país passam por Montes Claros, e muitos ficam na cidade fazendo com que a mesma funcione como cidade "dique", que faz com que os migrantes não prossigam a viagem para as capitais e permaneçam na região, agora na cidade que se torna Centro regional.

É em Montes Claros que se concentra os melhores indicadores de qualidade de vida da região, embora continue com índices baixos quando comparados com outras cidades/pólo do Estado. "Do total das famílias montes-clarense, 28,1% podiam ser consideradas pobres em 1980, e 15,49% numa situação de indigência".(OLIVEIRA,2000:97). Depoimentos de pessoas da família ou amigos que vieram para a cidade, incentivam que

novos migrantes venham. Fazendo com que haja uma rede de informação que funcione também para receber em suas casas os novos moradores e apresentá-los a cidade.

A ação do Estado incentiva a migração do homem do campo para a cidade, uma vez que na cidade está escola, o emprego, o médico, enfim a melhoria de vida; enquanto no campo os grandes projetos de irrigação e reflorestamento concentram as terras e liberam famílias inteiras de trabalhadores rurais para a incessante busca oportunidades no mercado de trabalho urbano.

Os migrantes rurais em Montes Claros, transformam o espaço urbano, trazem uma grande diversidade cultural, introduzem costumes, modificam valores, participam da vida política, fazem história, mas permanecem a margem em sua maioria do mercado de trabalho. Empregadas domésticas que trabalham pela comida e moradia, trabalhadores da construção civil com precárias condições de trabalho, são alguns dos muitos exemplos encontrados em depoimentos de trabalhadores rurais no SINE- posto de Montes Claros.⁶

Analisando os dados do Sistema Nacional de Emprego- SINE/ Montes Claros, constata-se o intenso aumento em busca de vagas e emissão de carteiras de Trabalho, requerimento de seguro desemprego e o decréscimo do número de vagas, balizando a hipótese que o intenso fluxo migratório transforma as relações de trabalho, uma vez que grande parte dos que chegam por falta de escolaridade, oportunidade e poder econômico passam a fazer "bico" e engrossam o mercado informal. A demanda por serviços no meio urbano aumenta, mas os dados demonstram a falta de eficiência e eficácia do programa SINE, que é o eixo principal da Política Pública de Emprego e Renda no país, financiado com recursos do trabalhador através do FAT- Fundo de Amparo ao trabalhador.⁷

O Brasil hoje é uma nação urbana, em decorrência das migrações. Se em outras décadas os migrantes encontravam apoio e incentivo para deixarem seus municípios de origem, agora, a mobilidade espacial é a todo o momento "barrada". As cidades montam

⁶ O Sistema Nacional de Emprego foi criado em 8 de outubro de 1975, através do Decreto Lei N.º 76.409, ratificado na Constituição Federal de 1988, artigo 22, inciso XVI. A implantação, em Minas Gerais, ocorreu em 1977. De lá para cá muita coisa mudou, com os serviços cada vez mais informatizados e o atendimento ampliado e modernizado. Atualmente há 59 postos no Estado de Minas Gerais. Dentre suas linhas de ação do SINE, destaca-se o Programa de Intermediação de Emprego. O serviço oferece aos trabalhadores desempregados, por meio de colocação, "recolocação" e qualificação, possibilidades no mercado de trabalho

⁷ Conferir em AZEREDO, Beatriz; TEIXEIRA, Aloísio. Impactos sobre o emprego dos Programas apoiados pelo FAT. In: POSTHUMA, Anne Caroline(org). *Abertura e Ajuste do mercado de Trabalho no Brasil: Políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade*. São Paulo: ed.34,1999.p.295-322.

fronteiras, barreiras, para não receberem os migrantes. E estes quando “conseguem chegar” são incentivados a prosseguirem, através da concessão de passagens pelo próprio poder público (municipal, estadual), no intuito que não permaneçam ali:

“ninguém quer mendigos ou biscateiros em nossa cidade, então auxiliamos com a passagem para eles continuem viajando, às vezes não temos passagem para a cidade que ele quer ir, então encaminhamos para uma próxima”.⁸

A consolidação do *agrobusiness* não reduziu a migração rural, não beneficiou os pequenos produtores e não diminuiu as disparidades econômicas, sociais nem no campo e muito menos na cidade. A industrialização do campo, não modificou as relações de dominação do capital, e subordinou as populações rurais na cidade a condições precárias de vida. As políticas públicas viabilizadas no espaço urbano não auxiliam a integração do migrante rural ao mercado de trabalho. São velhos problemas enfrentados no meio rural que retira o homem do campo e são novos problemas que enfrentam na vida urbana.

Temos à nossa frente um duplo processo ou, se preferir, um processo com dois aspectos: industrialização e urbanização, crescimento e desenvolvimento, produção econômica e vida social. Os dois aspectos deste processo, inseparáveis, têm uma unidade, e no entanto o processo é conflitante. Existe, historicamente, um choque violento entre a realidade urbana e a realidade industrial...este processo dialético, longe de ser elucidado, está também longe de ter terminado (...).
(LEFEBVRE, 1991: 9).

São muitas as falas dos trabalhadores rurais, homens, mulheres, famílias inteiras que migram para Montes Claros em busca de melhoria de vida, que sempre quer dizer trabalho, fator sempre almejado como fator de resgate da cidadania. No início deste artigo relatou-se a história do Sr. José, uma história como outras de tantos Josés do nosso sertão mineiro. *“É dona de esperança a gente vêve, de expectativa não”*. As expectativas das políticas públicas rurais não se cumpriram, deslocando famílias inteiras para as cidades na busca da esperança. Esperança de sobrevivência dia após dia. Para o professor José Souza Martins a "esperança só é como possível, o que pode ser, o que ainda não é mas está anunciado nas próprias condições sociais que os seres humanos foram capazes de construir até aqui, no esforço de todos e não só de alguns", (2002:12). Que todos os trabalhadores rurais, meeiros, posseiros, pequenos produtores, famílias camponesas, trabalhadores sazonais, possam ter esperança em uma ampla e real reforma agrária e que na cidade tenham também o

8 Depoimento de uma técnica da Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Esporte de Minas Gerais/SEDESE em MOC.

respeito e as possibilidades dos cidadãos que constituem o espaço urbano. Dizia Guimarães Rosa: **“é preciso sair do sertão, mas só se sai do sertão, tomando conta dele adentro”**., que os migrantes rurais consigam sair do sertão da miséria e possam tomar conta do sertão, através do acesso a terra, ao trabalho, a educação, a saúde, enfim a “melhoria de vida”. Que seja um estado de esperança de todos nós, sertanejos!

REFERÊNCIAS:

ANDRADE, Carlos Drummond de. *O Corpo*. Rio de Janeiro: Record, 1984.

ANDRADE, Manuel Correia de. *O Nordeste E A Questão Regional*. São Paulo: Ática, 1988.

BECKER, Olga Maria Dchild, Mobilidade Espacial da População: Conceitos, Tipologia, Contextos. In: CORREA, Roberto Lobato (org). *Explorações Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CORREA, Roberto Lobato. *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

DANTAS, Humberto. Movimento de Imigrações Internas em Direção do Planalto Paulista. *BOLETIM DO SERVIÇO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO*. São Paulo, Sec. da Agricultura Ind. e Comércio do Estado de São Paulo, Nº3, 1941.

FORRESTER, Viviane. *O Horror Econômico*. São Paulo: Unesp, 1997.

FURTADO, Celso. *Pequena introdução ao desenvolvimento*. 2.ed. São Paulo: Nacional, 1981.

FERNANDES, Mançano Bernardo. *Brasil: 500 anos de Luta pela Terra*. Disponível em <http://w.w.culturavozes.com.br/revistas>. Acesso em 04 de maio de 2001.

FJP-Fundação João Pinheiro/IPEA. *Condições de Vida nos Municípios de Minas Gerais-1970-1980-1991*. FJP/IPEA. Belo Horizonte. Dez/1996.

GRAZIANO DA SILVA, José. *A nova Dinâmica da Agricultura Brasileira*. Campinas: UNICAMP, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE. Disponível no Site *IBGE/cidades*<<http://www.ibge.gov.br/ibge/default>> acesso em 10 de maio de 2001.

_____, *Censo Demográfico*, 1996.

LAKATOS, Eva Maria, *Sociologia Geral*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1982.

LEFEBVRE, Henry. *O Direito à Cidade*. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Moraes Ltda., 1991.

_____, *Estrutura Social: a reprodução das relações sociais*. In: FORRACHI, Marialice Mencarini; MARTINS, José de Souza. *Sociologia e Sociedade*. 21 ed. São Paulo: LTC, 1999.

MARTINS, José Souza. *Não Há Terra Para Plantar Neste Verão*; 2 ed. Petrópolis: VOZES, 1988.

_____, *Henri Lefebvre e o Retorno da Dialética*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____, *Os Camponeses e a Política no Brasil*. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____, *A Sociedade Vista do Abismo: Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 2002.

MELLO NETO, João Cabral. *Serial e Antes*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de (orgs). *Formação Social e Econômica do Norte de Minas Gerais*. Montes Claros: Unimontes, 2000.

RODRIGUES, Luciene. *Formação Econômica do Norte de Minas e o Período Recente*. In: *Formação Social e Econômica do Norte de Minas Gerais*. OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de (orgs). Montes Claros: Unimontes, 2000.

ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

SANTOS, Milton. *O lugar e o cotidiano*. Disponível em: <<http://terravista.pt/copacabana/3103/artigos/milton/lugar>>, acesso em: 12 out.2000.

_____, *Entrevista Com Milton Santos*. Site UFMG 2000. Disponível em: <[http://icb.ufmg.br/Ip/Entrevista-com-Milton Santos.html](http://icb.ufmg.br/Ip/Entrevista-com-Milton_Santos.html)>, acesso em: 12 out.2000.

_____, *A Natureza Do Espaço: espaço e tempo: razão e emoção*. 3ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, Gilmar Ribeiro dos (Org). *Trabalho, Cultura e Sociedade no Norte/Nordeste de Minas: Considerações a partir das Ciências Sociais*. Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997.

SORJ, Bernardo. O Novo Padrão de Desenvolvimento Agrícola: Caráter da Intervenção Estatal In: *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.p.67-117.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org).2ªed. *Agricultura familiar: Realidades e Perspectivas*. Passo Fundo:Ediuepe,1999.

WEBER, Max. Ação Social e Relação Social. In: FORRACHI, Marialice Mencarini;

MARTINS, José de Souza. *Sociologia e Sociedade*. 21.ed. São Paulo:LTC,1999.



HAITI: NEO-COLONIALISMO, PATRIARCADO E MIGRAÇÃO URBANA FEMININA

Michaëlle Desrosiers, UNICAMP
micharosier@yahoo.fr
Reitoria da UNICAMP
“Trabalho rural e Migrações”

Resumo

Recentemente, o Haiti foi devastado por um terremoto de 7.2 na escala Richter. O número de mortos chegou aos 300 000, e, o dos desabrigados à mais de 1 milhão e meio. A explicação das graves consequências desse desastre não deve ser procurada somente no grau do terremoto, mas sim nas condições sociais, históricas produtoras da superlotação da cidade de Porto Príncipe naquele momento. Com efeito, terremotos de grau superior ao que destruiu aos 80% a capital haitiana, tais como o de Chile em dezembro de 2010 (8), ou o do Japão (8.9) (março de 2011), tiveram repercussões menores em termos de perda de vidas humanas. Assim, neste trabalho, pretendemos analisar os processos históricos de exploração do trabalho camponês e de opressão às mulheres no campo que produziram o chamado êxodo rural feminino no Haiti. A demonstração do papel fundamental desse êxodo rural, ou seja, da sua principal consequência, a superlotação de Porto Príncipe, na quantidade de mortos no terremoto de janeiro de 2010 constitui um dos nossos objetivos. Nesta altura, cabe frisar o papel imprescindível das políticas neocoloniais estadunidenses na expropriação camponesa e na destruição gradual da produção agrícola haitiana ao longo do século XX. Tal processo se intensificou no final da década de 70, para as necessidades da formação de uma força de trabalho barata para as maquiladoras na capital haitiana em particular e, na América Central, de modo geral. Neste quadro, a migração feminina que, anteriormente, era menor em comparação à masculina, acentuou-se, tendo como principal destinação as cidades. Neste ponto, as costumes e tradições patriarcais, relativas à propriedade no

campo, à herança familiar, contribuíram no processo de migração forçada e, em massa, das camponesas pauperizadas para as cidades, principalmente, Porto Príncipe.

Michaëlle DESROSIERS é graduada em Serviço Social pela Université d'État d'Haïti (2006). Possui mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), obtido em 2010. Está no segundo ano do seu doutoramento em sociologia pela Universidade estadual de Campinas (UNICAMP). Título da tese em andamento: “*Operárias das zonas francas e ONGs feministas ditas progressistas no Haiti: A práxis feminista haitiana contemporânea entre cidadania abstrata e emancipação humana*”.

Introdução

Nos dias seguintes ao terremoto que acelerou o processo de pauperização e desumanização das classes populares haitianas, os cálculos oficiais computarizam cerca de 300.000 mortes e de 1.5 milhões deslocadas e deslocados. Entre eles, como para a população haitiana em geral, a maioria é feminina. A cidade de Porto-Príncipe destruída à quase 70% é uma cidade originalmente construída para abrigar 500.000 pessoas. Porém, no momento do sismo, lá viviam, se referimo-nos aos dados do recenseamento geral da população (2003), cerca de 3.000.000 pessoas. Considerar que a maioria desta população é feminina e reencontra-se nas classes populares não seria um abuso de linguagem. Chamar a atenção nesta mesma veia que a população operária haitiana é feminina aos 70% pode ser edificante. Com efeito, de acordo com este mesmo recenseamento realizado em 2003, mais de 51% da população haitiana é feminino. Mas como Porto-Príncipe encontrou-se à este ponto superlotado e, isto, por mulheres? Porque estas majoritariamente são empobrecidas apesar do fato do Haiti possuir a taxa de mulheres ativas mais importante da região do Caribe e das Américas do Sul (NEPTUNE-ANGLADE,1986)?

Para compreender a origem social das mulheres moradoras dos abrigos dos campos em Porto-Príncipe, é necessário ir até a história das relações agrárias haitianas. Isto porque as migrações tanto internos como externas são, seja o produto da resistência camponesa perante a exploração do seu trabalho, seja o resultado de políticas liberalizantes e neo-colonialistas que visam a criação de uma força de trabalho de vil

preço. A esse respeito, sob a ocupação estadunidense do país (1915-1934), os haitianos são incentivados com vivacidade a deixar o país tanto para a República Dominicana como para Cuba. Isso, para as necessidades da exploração de cana de açúcar no Caribe. Os Estados Unidos preferiram instalar as fábricas “sofisticadas” de transformação da cana de açúcar em Cuba e na República Dominicana. Países, onde, diziam, o investimento seria menos caro para os Estados Unidos. Nesta grande vaga migratória, as camponesas permanecem nos meios rurais para ocupar-se da família, cultivar as terras e comercializar os alimentos.

Assim, ao longo deste artigo, pretendemos analisar as causas da migração feminina urbana haitiana. No entanto, defendemos a hipótese segundo a qual, a dita migração é um produto de décadas de exploração sub fundo de neo-colonialismo e de machismo. Tentamos procurar as raízes do machismo no Haiti, dito machismo inseparável da exploração das mulheres pauperizadas das classes populares e trabalhadoras. Por isso, iremos até a colonização européia para poder, em seguida, entender como a reprodução do padrão machista de exploração colonial no Haiti pós-independência propiciou a resistência camponesa, por sua vez, materializada, na contemporaneidade, pela migração urbana feminina.

I. A COLONIZAÇÃO MACHISTA EUROPEIA E A SUA REPRODUÇÃO PÓS-INDEPENDENCIA COMO PRELÚDIO À MIGRAÇÃO URBANA FEMININA

As nativas e os nativos de Ayiti, Quisqueya ou Bohio (terra montanhosa em língua indígena) costumavam viver em comunidades onde a apropriação das riquezas era coletiva. Viviam da caça e da colheita, mas a principal fonte de subsistência se constituía na agricultura. Portanto, entre os e as indígenas, reinava tanto a mulher como o homem. A esse respeito, até agora, Anacaona, uma cacique do Ayiti antes da invasão espanhola, permanece muito famosa tanto como guerreira e como poeta indígena. Assim, se pode supor que, no Ayiti pré-escravizado, comunista, existia a igualdade entre os sexos. Os estudos antropológicos sobre as comunidades primitivas na história da humanidade, sobre os quais se apóiam tanto Engels, Bebel e Kollontai, nas suas

análises sobre o surgimento do gênero na humanidade, nós permitem emitir a hipótese da inexistência da opressão sexista na comunidade indígena Ayitiana, cuja sobrevivência dependia, sobretudo, da agricultura.

Deste modo, a partir da invasão européia, sobretudo francesa no Ayiti, e, por conseguinte, da relação de exploração do trabalho no Ayiti, as mulheres se tornaram objetos de estupro e de depravação por parte dos invasores. A esse respeito, Jean Fouchard nos informa que:

Uma criança que acabou de andar é posta em serviço, quando não é, ainda bebe, vítima do preguiço das crianças brancas ao qual foi entregue como brinquedo ou que ainda pequena, o senhor não lhe havia tirado a virgindade ou não a havia pervertida ou treinada, em vítima prematura das piores depravações, no inferno da prostituição. (FOUCHARD, 1988, p. 100)

Contudo, a maioria dos alforriados, filhos de estupros que, conforme aos seus interesses de classe, de raça e de sexo se identificaram com seus pais colonos, escravizadores, estupradores e brancos em vez das mães, escravizadas e negras. A necessidade de fugir da brutalidade das *plantations* forçou os *marrons* guerrilheiros a constituírem comunidades comunistas, denominadas mais tarde na historiografia haitiana e, por costume de *lakou*¹ nas montanhas haitianas. O *lakou*, apesar de ser um instrumento de luta tanto contra as *plantations* como contra a grande propriedade pós-independência, não rejeitou a dominação e a exploração das mulheres. A esse respeito, Louis-Juste, nos termos seguintes, afirma:

O *lakou* é a primeira forma de organização da família no Haiti. Constrói-se no *marronage* que antecede e sucede o triunfo da revolução negra. E a família ampliada parece ser uma estratégia de *marrons* para se beneficiar ao máximo do rendimento de numerosas capacidades de trabalho, visto que a ferramenta agrícola é rudimentar. Ademais, a concentração familiar parece também responder à necessidade de defesa em caso de ataque do exército dos *grandons* urbanos, que fazia certas *razzias* nas montanhas para fornecer às *plantations* das planícies mão de obra. De qualquer modo, a instituição do *lakou* não provocou a liberação sexual das mulheres;

¹ O *lakou* seria o equivalente dos Quilombos negros brasileiros. O *lakou* é uma comunidade focalizada em volta do pai, apesar de que a sobrevivência ficasse a cargo das mulheres enquanto cozinheiras, reprodutoras biológicas e sociais, lavadeiras, entre outros. Aliás, o *lakou* constitui um espaço cultural, onde as tradições e o culto do *vudu* são sagrados. Apesar de ter conhecido várias mudanças por conta da pauperização crescente dos pequenos camponeses e/ou camponesas sem terra, da migração interna e externa, o *lakou* constitui uma das mais antigas “instituições” haitianas.

testemunha a existência das esposas-jardim² encarregadas de cuidar das terras do seu patriarca e de procriar para fornecer a mão de obra necessária à perpetuação da sua dominação. (Louis Juste, 2009) (grifos nossos)

Portanto, a independência haitiana não destruiu a exploração-dominação das mulheres. Aliás, a manutenção do sistema das grandes *plantations* após a independência perpetua a opressão das mulheres antigamente escravizadas. De um lado, o Código Rural de Boyer³, além da constituição da camada de grandes camponeses sob o governo de Soulouque, iniciou a pauperização das antigas escravizadas e provocou, por extensão, a sua dominação-exploração através da prática de esposas-jardins gerentes docilizadas e não remuneradas, para o lucro de médios proprietários camponeses. De outro lado, a ocupação americana (1915-1934), através das expropriações e do aumento das taxas sobre a produção do álcool no meio rural contribuiu para a migração massiva dos homens. O código rural de Boyer é uma notável ilustração do caráter explorador das reformas agrárias. Com efeito, obrigava os / as cultivadoras a trabalhar exclusivamente nas grandes *plantations*, mediante a violência militar dos *maréchaussées*, milícia criada, especificamente para tal finalidade. Assim,

certos direitos que tinham sido reconhecidos aos cultivadores sem terra foram anulados pelo código rural de 1826. [...]. Com o código rural publicado sob Boyer, os trabalhadores são, **por contrato**, ligados à *plantation* e não podem deixá-la durante todo o período do contrato. Ademais, a compressão extra-econômica é novamente utilizada e o pequeno comércio individual proibido. (DOUBOUT, 1973, p. 9)

Cabe sublinhar que no Haiti,

² Morando geralmente longe dos jardins, esses camponeses médios proprietários, casados legalmente, se uniram com algumas mulheres para explorá-las pela mediação de uma relação de “amor”. Nesses casos, a mulher-jardim cuida da alimentação do “marido” quando está de passagem, reproduz a sua “mão de obra” pela procriação, e supervisa o trabalho dos trabalhadores e das trabalhadoras agrícolas empregados e empregadas por ele.

³ Jean-Pierre Boyer: presidente haitiano [1818-1843], ele aceita a pagar a chamada dívida da independência à França no ano 1825. Implantou o grandonarcismo no Haiti pela distribuição de grandes quantias de terras aos seus próximos e grandes oficiais do exercito, na sua maioria, mestiços. Nisso, ele se ataca a pequena propriedade camponesa, muito estimada pelos.as antigos.as escravizados.as. Com efeito, a pequena propriedade simboliza a autonomia e, era, de fato, a base real da libertação geral dos.as antigos.as escravizados.as em 1793. Com o assassinato de Dessalines, general do exercito indígena (nome do exercito dos.as escravizados.as) e fundador da pátria haitiana, no dia 17 de outubro de 1806, o projeto de distribuição equidável das terras entre todos, como base da livre individualidade dos.as novos.as libertadas morre. Pelo menos oficialmente, pois as lutas populares haitianas contra a grande propriedade, até a invasão hábil do meio rural pelas ONGs, a partir de 1948, testemunham do apego dos.as antigos.as ao projeto de livre individualidade dos marrons.

as relações entre a grande propriedade e a pequena propriedade são fundamentalmente determinadas pelo mercado exportador. São os grandes proprietários que encaminham os gêneros aos negociantes dos portos. A proibição do pequeno comércio nas regiões rurais, o controle exercido pelos grandes proprietários sobre os meios de transporte, a insegurança e a repressão, tudo isso coloca a pequena propriedade sob a dependência do *grand "don"*, não somente para o escoamento dos seus produtos, mas também para a aquisição de alguns produtos de primeira necessidade que lhes são indispensáveis. O grande proprietário é, ao mesmo tempo, especulador, comerciante, agiota. É, sobretudo, por esta dependência comercial que a grande propriedade estabelece a sua dominação sobre a pequena. (DOUBOUT, 1973. p. 10)

A essa altura, está colocada em pauta a questão fundamental da “questão social” haitiana, a saber, a questão agrária. A relação contraditória entre grande e pequena propriedade expressa a contradição fundamental através da qual é ilustrada, na formação social haitiana, a relação de exploração entre capital e trabalho. Com efeito, através da história haitiana, sobretudo das lutas populares, a questão principal é a questão agrária. Além do fato que até hoje, a maior contribuição ao PIB haitiano é feita pela agricultura, isto é, a produção camponesa explorada tanto pelo Estado quanto pelos latifundistas-burgueses. Com efeito, um dos principais mecanismos de tal exploração se encontra no comércio desigual, ou seja, nas relações desiguais entre os produtos agrícolas (gêneros de exportação e alimentos) e os produtos importados no mercado haitiano. Louis-Juste (1993, p. 54) destaca que “o preço das outras mercadorias aumentam seis vezes mais rapidamente que o preço dos alimentos cultivados pelos camponeses”. A esse respeito, o café, principal gênero de exportação do Haiti até os anos 1980 sobre o qual se constrói a riqueza dos latifundistas-burgueses e dos grandes funcionários haitianos e comerciantes estrangeiros, constitui o centro da exploração histórica dos/das pequenos/ pequenas camponeses/camponesas.

Louis-Juste (idem), nota que Gusti Klara Gaillard, “demonstra que a produção de café é saqueada pelo Estado, pelos negociantes haitianos, pelos governos estrangeiros: através da questão das taxas indiretas, dos baixos preços, das balanças falsamente reguladas, do endividamento”. Através desta exploração, os/as pequenos/ pequenas camponeses/camponesas pagaram os custos da “dívida da independência”. Deste modo, cabe destacar que as mulheres, além de participar do trabalho na semeadura e nas colheitas, são responsáveis pela venda dos víveres nos mercados, tanto no campo como nas cidades. Desse modo, elas percorrem, muitas vezes, o país inteiro, indo aos principais mercados para a comercialização dos produtos da terra e também

para a compra dos produtos importados necessários tanto à produção agrícola como à própria casa. Neste sentido, elas estão no centro do comércio desigual de víveres e, portanto, elas são diretamente atingidas pela exploração do trabalho rural haitiano.

Assim pode se entender que as pequenas camponesas ocupam um lugar destacável na luta contra a cultura dos gêneros em resistência ao seu roubo. Com efeito, no Haiti, a produção alimentar e, sobretudo a sua supervalorização, em resistência contra a pilhagem sistemática dos gêneros pelos credores, os negociantes-exportadores e o Estado coloca as mulheres no centro da comercialização agrícola dos alimentos (produtos originalmente destinados ao consumo dos.das seus.suas produtores.produtoras). O que põe as mulheres camponesas no meio da resistência contra as relações agrárias abusivas. Contudo, a pilhagem sistemática da produção de café camponesa, as expropriações sob a ocupação americana, a queda das exportações haitianas provocaram o fenômeno *Boat people*⁴, além da migração para os *bateys*⁵ dominicanos e, ao nível interno para as cidades.

II. A MIGRAÇÃO URBANA FEMININA HAITIANA: PRODUTO DO MACHISMO E DA EXPLORAÇÃO NEOCOLONIAL

Para compreender os motivos reais da migração urbana feminina é imprescindível ter em mente não somente a centralidade da questão agrária na formação social haitiana como também a histórica relação de dominação das mulheres reinando no país em geral como no campo em particular. A histórica exploração da produção agrícola, justamente por conta da opressão sexista, se expressa com mais acuidade sobre as mulheres. Com efeito, as práticas costumeiras influenciam desfavoravelmente na aquisição de terras pelas pequenas camponesas e contribuírem, de certa maneira, no êxodo rural das mulheres, além das condições históricas gerais de produção desse fenômeno.

Conforme aponta Neptune-Anglade (1986, p. 144): “A ausência de casamento legal, a indivisão jurídica forçada e as costumes relativas à herança em geral constituem

⁴ Boat people é um nome inglês para designar os frágeis navios, sobrecarregados de pessoas, tentando entrar ilegalmente nos Estados-Unidos.

⁵ As plantações de cana de açúcar norte-americanas na República Dominicana.

elementos da marginalização das mulheres e catalisadores para o êxodo rural feminino”. No final das contas, as mulheres acabam sendo as mais pobres do campo. Em geral, a herança dos bens do pai ou do conjugue, por pequeno que fosse, é apropriado por um homem da família. Seja pelo fato, justamente, da indivisão da terra, muitas vezes, muito pequena entre os filhos, que no caso fica com um homem da família, isso, com ou sem o assentimento das mulheres. Seja pelo fato da mulher não ser casada legalmente. Nesses casos, se ela não tiver filhos com o conjugue, embora ela tivesse trabalhado para a aquisição dessas terras ou as trabalha, à morte daquele, ela não pode usufruí-lás. Ora, somente 15% das uniões são legais no campo (Neptune-Anglade, idem, p. 145). Desta maneira, quando pela intermediação da ocupação americana ocorreu outra campanha de expropriação de pequenos.as camponeses.as, pode-se entender que elas constituem as mais atingidas por tais políticas.

Durante a ocupação americana houve certa vaga de industrialização para a transformação de frutas. Por isso, anteriormente, os camponeses e as camponesas foram expulsados.as das suas terras ao benefício de companhias americanas. De acordo com Suzy Castor, citada por Neptune-Anglade (1986, p.140-1): “271600 acres (108640 hectares) na época foram concedidos à doze companhias norte-americanas. O autor menciona, além disso, o nome de uma dezena de outras companhias que teriam recebido concessões”. Assim, os.as camponeses.camponesas passarão a trabalhar como trabalhadores e operárias agrícolas sobre as suas próprias terras. Isto é incrível! Se nos países capitalistas “clássicos” a expropriação se fez para os benefícios da industrialização nacional, pelo menos, em proveito dos novos bourgeois-proprietários, em Haiti, este processo fez-se ao custo dos haitianos, ainda mais, dos camponeses e camponeses pauperizados.as. Os primeiros “verdadeiros” industriais Haitianos são estrangeiros e brancos. Isto se tornou possível pela abolição de um dos mais categóricos decretos da primeira constituição haitiana pós-independência (1805): A proibição feita a qualquer estrangeiro de tornar-se proprietário em Haiti. A ocupação americana conseguiu derrubar uma das maiores conquistas da revolução haitiana: a abolição da propriedade colonial.

Aliás, os ocupantes vangloriaram-se desse sucesso. Na compreensão deles, fizeram-no para o bem do Haiti. A esse respeito, Chomsky, no capítulo oito intitulado: “*La tragédie d’Haïti*”, o seu livro o ano 501: *La conquête continue*, publicada em 1993, diz-nos:

A Constituição concebida pelos Estados Unidos anulava as leis que impediam os estrangeiros se de tornar proprietários de terras, o que permitiu as sociedades americanas tomar que queriam. [...] [...] Em 1927, o secretariado de Estado reconheceu que os Estados Unidos tivessem utilizado métodos bastante tirânicos para fazer adotar o povo haitiano a Constituição ' (99,9% de SIM num referendo organizado pelas Marinhas, com uma taxa de participação da população inferior à 5%). Mas estes métodos eram inevitáveis: Era evidente que se a nossa ocupação devesse ser benéfica ao Haiti e favorecer o seu progresso, era necessário fazer vir no Haiti varios capitais estrangeiros [...] ele podia dificilmente esperar-se que os Americanos colocam o seu dinheiro em plantações e grandes empresas agrícolas em Haiti se não pudessem ser eles mesmos proprietários do terreno onde ia-se gastar o seu dinheiro. “Foi em virtude de um desejo sincero de ajudar os pobres Haitianos que os Estados Unidos forçaram-no a autorizar os investidores americanos a apreender-se do país, explicou o secretariado de Estado. É a forma habitual que toma a benevolência”. (Chomsky, 1994).

Nada obstante, nesta fase, a emigração interna feminina é um fenômeno disperso. Os homens, geralmente, emigram para as indústrias agrícolas. Em contrapartida, a partir da segunda metade do século XX, sobretudo, após as trinta gloriosas do período pós-segunda guerra mundial, quando o capitalismo central começou a entrar em crise, uma vez mais, o Norte conta com o Sul para reconstituir-se e continuar a viver na opulência destrutiva. Haiti, como o resto do Caribe e a América Latina, faz parte do quintal dos Estados Unidos, como o define a doutrina de Monroe desde 1823. Assim, no início dos anos 80, os Estados Unidos golpeiam fatalmente, mais uma vez, o campesinato haitiano: em nome da febre suína cujo foco estaria no Haiti, ordenaram proceder ao abatimento do rebanho haitiano. Isso, como condição para a obtenção de um empréstimo ao governo haitiano. As mulheres que, em conformidade com a divisão sexual do trabalho no campo, criavam geralmente os porcos, são as primeiras vítimas desta operação.

Portanto, Em 1982, o rebanho suíno haitiano é abatido totalmente. Em contraparte, os pequenos camponeses recebem uma picadinha para comprar porcos estadunidenses, cuja criação é mais dispendiosa e mais laboriosa. Este fenômeno incentivou uma das maiores vagas migratórias internas da história haitiana. A maioria dos migrantes é mulheres. Com efeito, após ter sofrido e/ou ter assistido à emigração e/ou a fuga dos homens, as camponesas pauperizadas também começam a abandonar o campo para emigrar para as cidades. Vítimas designadamente dos costumes sexistas, patriarcais ligados à distribuição das terras ancestrais, e/ou à herança das terras dos seus cônjuges, sobretudo quando estavam em união livre com aqueles antes da sua morte. As

leis haitianas, praticamente não reconhecem a livre união. Mas o custo alto do casamento legal, sobretudo para os.as pequenos.as camponeses.as, resulta numa proliferação da livre união que, na prática como nas leis, não dá aos conjugues e, mesmo aos descendentes o direito à herança dos seus cônjuges e pais. Estes elementos, associados às políticas neo-colonialistas dos latifundistas e governantes haitianos e de potências neocolonialistas como os Estados Unidos, contribuem para levar as camponesas a emigrar para as cidades, particularmente Port-au-Prince, à busca de atividades extras- agrícolas.

Mireille Neptune Anglade (idem, 149), considera a emigração urbana como a forma típica de emigração feminina. “Este tipo de migração compreende duas vezes mais mulheres que de homens”. Mais distante (idem, p. 150), afirma:

“No Haiti, o exodo rural feminino, em direção das cidades e provenientes de todas as regiões do país é manifesto; A taxa de feminidade é claramente mais elevada na população urbana que na população rural independentemente do departamento considerado”.

Assim, perseguidas pela exploração e a opressão machista inscrita nos costumes e nas leis, as camponesas resistem, emigram para Port-au-Prince, principalmente, à procura de um emprego numa fábrica de subcontratação ou de uma vaga numa casa como faxineira, ou, doméstica. As fábricas de subcontratação, no fim dos anos 70, graças aos bons cuidados EUA, estão bastante presentes em Haiti. Os famosos *sweet shop* não poderiam encontrar melhor espaço do que Haiti ou o Panamá. A finalidade do *Caribbean bassim Initiative* de Reagan era clara: transformar as Caraíbas e/ou a América Central vasta numa reserva “de mão de obra” barata. O abatimento dos porcos crioulos no contexto das (contra) reformas neoliberais, como a liberalização do mercado haitiano pelo ditador Jean Claude Duvalier contribui, de modo objetivo, no caso haitiano, ao sucesso da iniciativa.

Contudo, dado a impossibilidade para o sistema capitalista de fornecer pleno emprego, e, isto, ainda mais, num país capitalista periférico e dependente como Haiti, número destas mulheres não consigam, durando certo tempo ou nunca, a entrar como operária numa fábrica. O trabalho doméstico é a segunda opção e a mais comum. Esta é geralmente temporária e deve fornecer um pequeno fundo para montar um pequeno comércio. Aliás, muitas mulheres que trabalham nas fábricas, fazem-no também

esperando constituir um pequeno fundo para um comércio. Tendo em conta que, nas fábricas instaladas nos países periféricos no fim dos burros 70, as condições de trabalho são extremamente precárias. Vale salientar que nas fabricas haitianas prevalece o salário por peça, fonte de assédio sexual e de exploração à excessão das operárias. Deste modo, os/as operários/operárias não se vêm fazendo carreira como tais. Por conseguinte, para elas como para eles, recentemente, o pequeno comércio “autonomo” torna-se a melhor opção. Daí, a feminização do termo “pequeno comercante” no Haiti. Com efeito, o equivalente deste termo é: *ti machann* em creole ou *petite marchande* em francês.

Cabe sublinhar que o fenômeno de “crianças de ruas”, deshistoricizado pelas ONG, tanto Internacionais como nacionais, no Haiti, tornou-se visível a partir deste período. Números de mulheres, sobretudo mais velhas, e homens idosos, terminam na rua como mendicantes. Números de mulheres grávidas abandonadas pelo pai das suas crianças terminam nas ruas e, certamente lá dão à luz. Estas mulheres que, chegando à capital, quase têm nenhum meio para pagar-se um alojamento, habitam inicialmente com parentes. Ao longo dos anos, com o seu pequeno comércio, ou o emprego precário na fábrica, alugam um alojamento, ou constroem-se uma casa precária num bairro popular. Entretanto, elas apóiam economicamente o resto da sua família restante em província, que, gradualmente, vai emigrar completamente, na maioria dos casos, para Porto-principe. A emigração forçada pela exploração e pela dominação conduziu estas mulheres em Porto-principe onde, apesar das condições difíceis, a solidariedade familiar permitiu-lhes residir num primeiro momento.

Assim, construíram-se as favelas de Porto-Principe: precariamente, pelos.pelas trabalhadores e trabalhadoras, pequenos.pequenas comercantes, trabalhadoras domésticas e desempregados permanentes. São estas mulheres, os seus cônjuges e os seus filhos e as suas filhas que, majoritariamente pereceram no dia 12 de Janeiro de 2010, e que são vítimas de estupro e de violência econômica pública no Haiti atualmente. Desse modo, quando encontramos as filhas e netas destas pequenas camponesas pauperizadas em campos degradados em 2010, no nosso ponto de vista, é evidente que isto é o produto de uma inter-relação histórica de exploração capitalista, de dominação machista e de opressão racista neo-colonial. Embora, o desastre natural tinha servido como certo catalisador para destacá-lo. Destarte, no próximo item, pretendemos apresentar as condições de trabalho e de vida das migrantes internas.

III. AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E DE VIDA DAS MIGRANTES NA CIDADE DE PORT-AU-PRINCE

A migração maciça das mulheres e, sobretudo a incapacidade das novas indústrias de absorver a massa de camponeses e camponesas expropriados, contribuírem para a formação e desenvolvimento do chamado comércio informal. No chamado comércio informal, as migrantes trabalham na distribuição de produtos manufaturados importados pela burguesia comercial. Sendo, desse modo, exploradas indiretamente pela burguesia compradora haitiana, uma vez que estão assumindo o papel de distribuidoras de produtos importados sem serem remuneradas. No entanto, mesmo longe da casa, as pequenas comerciantes - antigas cultivadoras - continuam sendo provedoras de alimentos, de roupas e de dinheiro para o resto da família. Cabe destacar que neste cenário, por conta da impossibilidade das maquiladoras de empregar um número significativo de camponesas expropriadas e pauperizadas, o comércio informal e o trabalho doméstico constituem as únicas “saídas” para as mulheres das classes populares.

É necessário assinalar que, às vezes, as pequenas comerciantes e pequenos fornecedores de serviços continuam sendo cultivadores e cultivadoras. Com efeito, apesar de trabalhar na cidade, eles/elas voltam para o campo no período da semeadura e das colheitas. Nesses casos, o outro cônjuge, às vezes um parente, fica no campo sendo responsável pela cultura e do gado e da criação dos/das filhos/ filhas em geral. Por enquanto, o que vem morar na cidade aproveita a casa em produtos manufatureiros, roupas e dinheiro também. Nessas condições, as mulheres das classes populares em maior quantidade nessa faixa e, muitas vezes, chefes de família monoparentais, esgotam a sua saúde. Elas trabalham muito, além de serem responsáveis pela reprodução da família e em condições de saúde muito precárias.

No Haiti, o trabalho doméstico é um dos mais baixos remunerados. Com efeito, nenhuma lei fixa o preço do trabalho doméstico. A remuneração das empregadas domésticas e dos porteiros é deixada à disposição dos donos e das donas de casa. A essa altura, entram em consideração na fixação dos “salários”, o bairro, o número dos quartos e o número de crianças que moram na casa. O último reajuste salarial⁶ não levou

⁶ Pelo último reajuste salarial, o salário mínimo passou de 70 *gourdes* a 125 *gourdes*. 1 dólar americano equivale 40 *gourdes*. Não é supérfluo assinalar que a votação desse reajuste foi feita sob fundo de revoltas

em consideração essa categoria de trabalhadoras. Se para todos e todas assalariados e assalariadas no Haiti, a jornada de trabalho é de oito horas, as empregadas domésticas, segundo a última disposição tomada pelo Parlamento haitiano no ano de 2009, é de 12 horas. Assim, a super-exploração das mulheres das classes populares nos espaços de trabalho e, portanto, os agravos repetitivos à saúde constituem fatos objetivos.

As minorias que conseguiram um emprego nas maquiladoras são super-exploradas. Com efeito, se antes do golpe de Estado de 1991, a população operária era estimada em 46000 pessoas, atualmente no Haiti, ela é estimada em 25000 indivíduos. Representando 70% da população operária, as mulheres estão presas na espiral das quotas de produção arbitrariamente modificadas pelos patrões a cada reajuste salarial. A esse respeito, cabe assinalar que o emprego “maciço” de mulheres nas maquiladoras responde às necessidades de super-lucro dos empresários-gerentes haitianos. Com efeito, um estudo realizado em 1991, relata o seguinte:

Interrogados a respeito da sua mão de obra, os empregadores industriais afirmam contratar prioritariamente as mulheres por conta da habilidade manual delas, mas, sobretudo por conta do que eles percebem como a sua maior docilidade. [...] Esta atitude patronal foi confirmada no momento de um inquérito com as empresas onde o efetivo feminino é superior ao dos homens e onde mais da metade dos responsáveis entrevistados tinham citado como principal critério de recrutamento das mulheres o fato de que elas não atrapalham com os sindicatos. (Tardif, 1991, p. 146)

Portanto, a sub-industrialização do Haiti não impediu ao sistema capitalista aproveitar os preconceitos e a “socialização” docilizante das mulheres para gerar mais lucros. Além da fixação arbitrária e incontrolada de quotas pelos patrões, as mulheres são regularmente objeto de assédio moral por parte dos supervisores. O salário miserável das mulheres operárias ajuda a cuidar dos filhos, do aluguel e da alimentação da própria trabalhadora. Não é necessário enfatizar que o trabalho assalariado da operária não pode reproduzir a própria força de trabalho. Sub-alimentadas, humilhadas, pressionadas as migrantes-operárias haitianas, na maioria dos casos, só aspiram a entrar no pequeno comércio. Com efeito, o pequeno comércio informal constitui a meta tanto das operárias como das empregadas domésticas, em geral, no Haiti. Portanto, se pode

populares e de aprisionamentos de estudantes e trabalhadores nas ruas para reivindicar o reajuste de 200 *gourdes* como previsto no Projeto de Lei.

entender que as políticas neoliberais têm sido cruéis e irreversíveis para as mulheres pobres do campo. Intensificaram a sua pauperização, a sua migração para uma capital onde têm que escolher entre várias situações de miserabilidade.

O fato de o homem abandonar os filhos, além das difíceis condições de vida, contribui para o fenômeno da poligamia em serie ou sucessiva. Com efeito, a mulher pobre em busca de ajuda para cuidar dos filhos se junta ou desenvolve uma amizade com um homem. Entretanto, nessa nova relação ela engravida de outro filho e por aí vai. Deste modo, as mulheres das classes populares têm um maior número de filhos que a media das demais mulheres. O abandono sistemático de filhos às mulheres contribuiu na reprodução de um fenômeno próprio às mulheres das Antilhas, portanto do Caribe chamado matri-focalidade.

A categoria diz respeito ao fenômeno do foco na figura da mãe. Ou seja, a família, de geração em geração, fica girando em volta de uma mãe que, muitas vezes, cuida dos filhos, seja de maneira financeira seja emocionalmente. Desenvolvida desde o tempo da escravidão, essa pratica solidária entre mães, filhas e netas permite que tanto filhos e filhas como netos/ netas conheçam uma única figura de mãe: a avó ou uma bisavó enquanto a genitora fica nos mercados ou na capital trabalhando, seja numa maquiladora ou no pequeno comércio, ou como empregada doméstica. Muito mais comum é ficar sem ocupação renumerada. Às vezes, as mulheres camponesas que deixam o campo para vir morar nas cidades, não tendo nenhuma opção viável, caem na mendicância. Isso não impede a reprodução sexual das mulheres cujos filhos e filhas vão inflar as filas das crianças de ruas. Se pode entender que o fenômeno de crianças de rua, no Haiti, começou a partir do final dos anos 1970, para se desenvolver depois do massacre dos porcos camponeses, visto que estes constituíam, muitas vezes, as únicas poupanças das camponesas e dos camponeses, e da retirada gradual do estado na subvenção da produção agrícola de víveres conforme os princípios neoliberais.

Conclusão

Assim, a pauperização crescente dos cultivadores e das cultivadoras, a sua manutenção no analfabetismo, o menosprezo pela sua saúde e a dos seus filhos e das suas filhas contribuem, além do machismo reinante, a cada dia, para uma maior fragilidade das mulheres pobres do campo, que hoje representam a maior parte das

populações das favelas de Porto-Príncipe. Além disso, as tentativas de sobrevivência diante do roubo da sua produção vêm colocando as mulheres em condições de trabalhar tanto para si e para o genitor dos seus filhos, que, em geral, abandonam a família, seja por causa da busca de meios de sobrevivência nos *bateys* dominicanos ou na capital, seja simplesmente por covardia, por machismo.

O machismo é comum a todas as sociedades, porém, as suas expressões se revestem de peculiaridades inerentes a cada formação social. Na sociedade capitalista dependente haitiana, a opressão-dominância-exploração das mulheres se expressa tanto através da inserção subalternizada no comércio informal ou nas maquiladoras, na contemporaneidade, como através da violência doméstica. Tal violência se erige em princípio, tanto nas relações amorosas como nas relações sociais na família. Relações parentais onde o patriarca representado pelo pai, tanto nos *lakous* como nas favelas, pode, conforme sua vontade, decidir participar ou não da criação dos filhos. A esse respeito, a nossa experiência no trabalho com mulheres vítimas de violência doméstica havia demonstrado que a maioria das mulheres das classes populares, em contato com a organização, o fazia em busca de ajuda judiciária, tanto contra um genitor ausente como contra a violência conjugal. Assim, constituindo a maior parte da população das favelas da cidade de Porto-príncipe, as migrantes vivem em condições muito precárias, além de fazer parte da camada de trabalhadores a mais explorada da força de trabalho haitiana.

O terremoto do dia 12 de janeiro de 2010 mostrou, mas uma vez a distancia existente entre a burguesia exploradora e as classes populares urbanas constituídas, na sua maioria de mulheres ao mesmo tempo trabalhadoras rurais e comerciantes ou empregadas domésticas, e/ou antigas trabalhadoras rurais. As moradoras de favelas que depois do terremoto passaram a morar nos campos miseráveis, e cujas filhas e elas mesmas estão sendo estupradas, nasceram no campo. Elas foram forçadas a migrar tanto pelo machismo como pela exploração neocolonial internacional e nacional. Isto mais uma vez nos coloca na posição de entender a inter-relação das relações de exploração e de opressão-dominância e conseqüente necessária inter-relação das lutas contra tais relações. Ou seja, o gênero não pode ser indexado isoladamente da relação de classe e de raça, a cidade de modo nenhum pode ser analisada como independente do campo. Na análise das condições de vida das classes trabalhadores do dito Terceiro-mundo, a centralidade da relação de exploração-dominância constituída pela neo-colonialidade como fundante de tais condições deve sempre ser ressaltada.

REFERÊNCIAS

CHOMSKY, Noam. La tragédie d'Haïti in L'an 501. la conquête continue. In http://chomsky.fr/livres/an501_08.html. Acesso no dia 10/01/2011.

DOUBOUT, Jean-Jacques. **Haïti: féodalisme ou capitalisme?** Port-au-Prince: ABÉCÉ. 1973.

FOUCHARD, Jean. **Regards sur le temps passé : Les marrons de la liberté.** Port-au-Prince : Ed. Henri Deschamps, 1988.

JOACHIM, Benoit. **La formation sociale d'Haïti des conquistadores aux marines : les racines du sous-développement.** Port-au-Prince : Prix Deschamps, 1979.

_____. **Famille patriarcale « indépendante » et Société capitaliste dépendante en Haïti : quelles médiations sociales ?** Disponível em www.alterpresse.org . Acesso em 10/08/09

LOUIS-JUSTE, Jn Anil. **Internacional Comunitária: ONGs chamadas alternativas e Projeto de livre individualidade. Crítica à parceria enquanto forma de solidariedade de espetáculo no Desenvolvimento de comunidade no Haiti.** 2007. 353 f. Tese (pós-graduação em serviço social)- Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

Lwijis, Janil. **Entè OPD: Kalfou pwojè.** Port-au-Prince: Imprimeur II, 1993.

NEPTUNE-ANGLADE, Mireille. **L'autre moitié du développement.** Montréal : CIDHICA, 1986.

TARDIF, Francine. **La situation des femmes haïtiennes.** CIFD. Port-au-Prince: le Natal, 1991.



ESTRATÉGIAS DE TRABALHADORES RURAIS MIGRANTES FRENTE À MECANIZAÇÃO DO CORTE DA CANA NA AGROINDÚSTRIA PAULISTA

Thais Mesquita Favoretto, Unicamp; Fernando Antonio Lourenço, Unicamp.

thaisfavoretto@gmail.com; fernandolourenc@unicamp.br

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior

GT 2 : “TRABALHO RURAL E MIGRAÇÕES”

Com a intensificação da mecanização do corte da cana na agroindústria paulista, principalmente na região de Ribeirão Preto, se observa a progressiva dispensa de trabalhadores em relação ao corte manual da cana nos últimos anos. Grande parte desses trabalhadores, originários da região Nordeste e de Minas Gerais, migram sazonalmente a São Paulo para essa atividade. As condições de vida e trabalho no local de destino são geralmente precárias, sendo frequentes as denúncias de trabalhadores encontrados em condições análogas à escravidão. Apesar de tais condições, a migração aos canaviais paulistas se apresenta enquanto estratégia reprodutiva adotada por diversos trabalhadores frente tanto à expropriação da cultura de subsistência nas regiões de origem quanto à escassez das possibilidades de assalariamento nesses locais. Além dessas condições estruturais, as representações, expectativas e ações dos próprios migrantes são fundamentais para a realização do processo migratório, assim como a formação de redes sociais que incluem desde parentes até representantes da agroindústria canavieira. As novas estratégias dos trabalhadores rurais migrantes frente à mecanização do corte da cana na agroindústria paulista são também marcadas por essas condições e fatores presentes na migração como processo social. Desse modo, embora muitos trabalhos se proponham à análise dos impactos da mecanização do corte sobre esses trabalhadores, é necessário um estudo que parta dessa perspectiva, considerando o papel dos sujeitos na construção de suas histórias.

Migrações aos canaviais paulistas

Grande parte dos cortadores de cana são trabalhadores rurais que migram sazonalmente de Minas Gerais e da região Nordeste para os canaviais paulistas. Majoritariamente jovens e pertencentes ao sexo masculino¹, esses migrantes se deslocam anualmente, permanecendo cerca de nove meses nos canaviais, ao fim dos quais retornam às regiões de origem. Esse deslocamento é realizado por meio da inserção desses sujeitos em consolidadas redes sociais, envolvendo amigos, parentes, agenciadores de mão de obra e inclusive representantes da agroindústria canavieira paulista². Popularmente conhecidos como “gatos” ou “turmeiros”, os agenciadores são responsáveis pela mediação entre trabalhadores e representantes da agroindústria canavieira, efetuando a terceirização das relações de trabalho (SILVA, 1999). Dessa forma, são responsáveis pelo transporte e negociação da contratação, “serviços” pelos quais muitos migrantes se endividam já na região de origem.

A região de Ribeirão Preto, no estado de São Paulo, se destaca enquanto destino desses trabalhadores, sendo referência nacional na atividade sucroalcooleira, que marca a dinâmica populacional e econômica do local³. Enquanto trabalhadores da agroindústria canavieira, a maioria desses migrantes tem sua vida marcada por condições precárias de moradia, alimentação e transporte⁴, vivendo até mesmo em condições análogas à escravidão (NOVAES, 2007; SILVA, 2008). Quanto ao trabalho no corte da cana, diversas associações e estudiosos da área têm denunciado essa atividade em relação ao expressivo aumento da produtividade exigida, baseado no pagamento por produção. Esse nível de

¹ NOVAES, José Roberto. Trabalho nos canaviais: os jovens entre a enxada e o facão. **Ruris**. v. 3 n. 1. Campinas: Unicamp/IFCH, 2009.

² MENEZES, Marilda. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes. Um estudo de famílias de camponeses – migrantes**. RJ: Relume Dumará, JP: Ed. UFPB, 2002.

³ BAENINGER, Rosana. [et al.]. **Pólos regionais – São José dos Campos, Sorocaba e Ribeirão Preto** Campinas: Núcleo de Estudos de População/Núcleo de Estudos de Políticas Públicas/Instituto de Economia - Unicamp, 2010.

⁴ Se por uma lado de verifica melhoras nas condições de vida, a situação de precariedade ainda marca muitos trabalhadores migrantes. Ver: Basaldi, Otavio Valentim. Mercado de trabalho assalariado na cultura da cana-de-açúcar no período 1992-2006. **Rev. de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 57, n. 1, p. 91-110, jan./jun. 2010.

produtividade é responsável por sérios danos à saúde dos trabalhadores, podendo inclusive levá-los à morte⁵.

A aceitação dessas condições de vida e trabalho pelos migrantes está relacionada às dificuldades de sobrevivência em suas regiões de origem, decorrentes do processo de modernização do campo no Brasil⁶. Em Minas Gerais, principalmente na região do Vale do Jequitinhonha, ocorre a partir dos anos 1960 um movimento expropriatório marcado pelo uso da lei enquanto forma de efetuar o roubo velado das terras comuns e camponesas⁷. A desarticulação da *morada* nos anos 1970, relação tradicional do meio rural em estados como Pernambuco e Paraíba, é exemplo desse movimento de modernização na região Nordeste⁸. Mais recente é o processo de expropriação vivenciado pelos trabalhadores dos estados do Maranhão e Piauí, no qual as terras começam a ser cercadas pelas propriedades privadas e as florestas de babaçu são destruídas⁹. Tais transformações acabam por dificultar as condições de vida na região de origem: à escassez de oportunidades de trabalho nesses locais soma-se a insuficiência da cultura de subsistência para o sustento da família.

⁵ Ver: ALVES, Francisco. Por que morrem os cortadores de cana. **Saúde e Sociedade**, v. 15, nº 3, set.-dez. 2006. NOVAES, José Roberto Pereira. Campeões de produtividade: dores e febres nos canaviais paulistas. **Estudos Avançados** [online]. 2007, vol.21, n.59, pp. 167-177 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n59/a12v2159.pdf>

⁶ Esse processo é marcado pela desarticulação das relações tradicionais e expropriação dos trabalhadores da cultura de subsistência. Ver, por exemplo: MARTINS, José de Sousa. **Expropriação e violência**. São Paulo: Hucitec, 1980.

⁷ RIBEIRO, Eduardo. "As histórias da terra do Jequitinhonha e Mucuri". Em: **Lembranças da terra: Histórias do Mucuri e Jequitinhonha**. Contagem: CEGRAC, 1995. SILVA, Maria. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

⁸ GARCIA JR., Afrânio. **O Sul - caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Marco Zero, Brasília DF: Editora da UnB, MCT-CNPq, 1989. SIGAUD, Lygia. **Os clandestinos e os direitos: estudo sobre os trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco**. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

⁹ ALVES, Francisco. Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte da cana em São Paulo. In: NOVAES, José Roberto e ALVES, Francisco. Orgs. **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EdUFSCAR, 2007. SILVA, Maria. Expropriação da terra, violência e migração: camponeses maranhenses no corte da cana em São Paulo. **Cadernos CERU** [online]. 2008, vol. 19, no. 1, p. 165-180. Disponível em <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/ceru/v19n1/12.pdf>

A migração temporária aos canaviais paulistas, diante dessas condições, passa a constituir-se como estratégia reprodutiva de muitos desses sujeitos. Esse movimento só é possível devido à crescente demanda por força de trabalho no corte da cana, devido à expansão da agroindústria canavieira com a modernização da agricultura no estado de São Paulo (VEIGA FILHO, 1998). A contratação de trabalhadores migrantes sazonais para essa atividade mostra-se vantajosa aos usineiros, uma vez que possibilita maior exploração, com o pagamento de salários mais baixos que aos trabalhadores locais (MARTINS, 1986). É nesse contexto que a migração temporária se constitui não apenas enquanto estratégia dos trabalhadores rurais, em busca de sobrevivência, como também dos usineiros da agroindústria paulista, visando à manutenção de baixos salários na atividade.

Apesar da importância dessas condições objetivas para a constituição da migração temporária de trabalhadores rurais de Minas Gerais e Nordeste ao corte da cana em São Paulo, elas são insuficientes para a compreensão desse fenômeno. Segundo Silva e Menezes (2006), é necessário interpretar a migração como um *processo social*¹⁰, compreendendo-a não apenas a partir da diferença econômica entre as regiões como também das representações e estratégias dos próprios migrantes, enquanto agentes desse processo. Se a busca pela satisfação das necessidades materiais básicas à sobrevivência imbuí a migração aos canaviais paulistas de um caráter compulsório, este estará sempre acompanhado por aspectos subjetivos, permeado por simbolismos e expectativas, como em todo processo migratório¹¹.

Do ponto de vista dos trabalhadores migrantes, a migração temporária aos canaviais apresenta significados diversos. Ela pode constituir-se em parte do ciclo de vida do campesinato (WOORTMAN, 1990) e/ou fonte de acumulação de recursos (GARCIA JR, 1989), principalmente quando o local de origem permite a manutenção das condições básicas de sobrevivência. Quando o roçado se torna insuficiente ao sustento da família, possibilidade mais verificada atualmente, o trabalho no corte da cana pode significar uma

¹⁰ “O principal eixo das preocupações gira em torno da análise a partir da ótica dos sujeitos envolvidos nos processos migratórios. Partimos da idéia de Marx, segundo a qual, os sujeitos fazem a história, porém em condições determinadas” (SILVA, 2008, p. 4)

¹¹ Para a demonstração da importância desses aspectos subjetivos no processo migratório internacional, ver: SASSEN, Saskia. **Sociologia da globalização** (trad. Ronaldo Cataldo Costa). Porto Alegre: Artmed, 2010, p.113-138; SASSEN, Saskia. **Los espectros de la globalización** (trad. Irene Merzari). Buenos Aires : Fondo de Cultura Económica, 2003, p. 37-107.

forma complementar e necessária à sobrevivência (SILVA, 1999). A migração temporária, além disso, pode ser uma forma de adquirir reconhecimento e diferenciação no local de origem¹².

Além desses diferentes significados, que podem se apresentar na realidade sobrepostos, deve-se considerar a importância das redes sociais¹³ constituídas nesse processo para a realização de estratégias familiares e construção e recriação de elementos de identidade e resistência¹⁴ entre os migrantes (FONTES, 2008). Esses mesmos aspectos da migração devem ser considerados na análise dos impactos da intensificação da mecanização do corte da cana na agroindústria paulista sobre o movimento migratório e as condições de vida e trabalho dos sujeitos migrantes.

O processo de mecanização do corte da cana

A mecanização do corte da cana em São Paulo tem início na década de 1970, com a utilização das colheitadeiras em escala comercial, sendo que seu avanço esteve relacionado à falta ou abundância de trabalhadores nos canaviais, assim como à organização política destes¹⁵. Nos anos 1970, as colheitadeiras eram utilizadas apenas no início da safra como ameaça ao emprego, para que os trabalhadores aceitassem menores salários¹⁶. Na década seguinte, se verifica a viabilidade econômica do corte mecanizado, sendo que seu avanço significava uma *resposta patronal às greves*, realizadas pelos trabalhadores do corte em resistência à imposição de mudanças no processo produtivo. Já nos anos 1990, a mecanização se coloca como prioridade diante não apenas da nova dinâmica do complexo

¹² Ver, entre outros: SILVA, Maria. Expropriação da terra, violência e migração: camponeses maranhenses no corte da cana em São Paulo. **Cadernos CERU** [online]. 2008, vol. 19, no. 1, p. 165-180. Disponível em <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/ceru/v19n1/12.pdf>

¹³ Tomamos como referência para o conceitos de rede a análise presente em: TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, 2008, v. 20, n. 1. p. 199-218.

¹⁴ Uma das principais referências para a compreensão desses aspectos é: THOMPSON, E. P. **Costumes em comum** (trad. Rosaura Eicheberg). São Paulo : Companhia da Letras, 1998.

¹⁵ Ver: ALVES, Francisco. **Modernização da agricultura e sindicalismo: as lutas dos trabalhadores assalariados rurais na região canavieira de Ribeirão Preto**. Tese de doutoramento, IE/UNICAMP, Campinas, 270 p. 1991. ALVES, Francisco. Políticas públicas compensatórias para a mecanização do corte da cana crua: indo direto ao ponto. **Ruris**. v. 3 n. 1. Campinas: Unicamp/IFCH, 2009.

¹⁶ São as chamadas “máquinas de vitrine” (GRAZIANO DA SILVA, 1981).

agroindustrial canavieiro como também da reivindicação pelo *fim da queima da palha da cana*¹⁷.

A partir de 2002, se inicia uma nova fase expansiva da agroindústria canavieira paulista. Além da reivindicação pelo fim da queima da palha da cana, os países potenciais importadores de álcool brasileiro estão condicionando suas compras a que o complexo agroindustrial canavieiro demonstre a realização de boas práticas sociais, trabalhistas e ambientais (ALVES, 2009). A mecanização do corte se torna desejável, então, pois resolve essas três questões de uma só vez. Sem a necessidade de queimadas, mitiga os prejuízos ao meio ambiente e, com a eliminação do corte manual, “resolve” a questão social e trabalhista. Por essa razão, além de sua rentabilidade¹⁸, verifica-se um avanço considerável da mecanização em São Paulo, especialmente na região de Ribeirão Preto, chegando a 60% das lavouras (MORAES, 2007).

Esse processo, por se tratar de uma transformação na base técnica da produção sem gerar alterações nas relações de trabalho, é chamado por Alves (1991) de *Modernização Perversa*. Dele decorrem tanto a intensificação do trabalho no corte manual da cana – a produtividade exigida dobrou nas últimas décadas¹⁹ – como a dispensa de trabalhadores dessa atividade. Quanto ao segundo processo, diversos estudos revelam que há significativa redução dos postos de trabalho no corte manual da cana. Moraes apresenta alguns dados bastante ilustrativos em relação ao território nacional²⁰. Quanto ao estado de São Paulo, os estudos de Baccarin (2010) mostram a redução de 12,7% dos postos de

¹⁷ Ver: GONÇALVES, Daniel Bertoli. **A regulamentação das queimadas e a mudança nos canaviais paulistas**. Dissertação de Mestrado. IE/UNICAMP. Campinas: 2001. RIBEIRO, Helena e FICARELLI, Thomas Ribeiro de Aquino. Queimadas nos Canaviais e Perspectivas dos Cortadores de Cana-de-açúcar em Macatuba, São Paulo. **Saúde Soc.** São Paulo, v.19, n.1, p.48-63, 2010.

¹⁸ O corte mecanizado da cana apresenta rentabilidade de 33% em relação ao manual (RAMOS, 2007)

¹⁹ Ver, por exemplo: ALVES, Francisco. Trabalho nos canaviais: os jovens entre a enxada e o facão. **Ruris**. V. 3 n. 1. Campinas: Unicamp/IFCH, 2009.

²⁰ “Segundo os dados da PNAD (que contemplam os empregados formais e informais), verificou-se uma redução de 23% dos empregados do setor de cana-de-açúcar entre 1992 e 2005 (...) Essa redução foi provavelmente impulsionada pela mecanização, já que no período houve um crescimento da produção de cana da ordem de 54,6%” (MORAES, 2007, p. 901)

trabalho de 2007 a 2009, o equivalente a cerca de 23 mil postos de trabalho a menos no corte da cana em três anos²¹.

Esses dados sobre a ocupação de trabalhadores no corte da cana geram controvérsias entre pesquisadores quanto à possibilidade da mecanização total do corte, com a extinção do corte manual nas áreas mecanizáveis. Ramos (2007) prevê para 2015 a possibilidade de uma redução drástica de postos de trabalho no corte manual da cana. Afirma o autor: “é muito provável que no futuro próximo a maior parte, se não a totalidade, da penosa e danosa tarefa de cortar cana queimada seja extinta” (p. 70). Novaes (2009), de outro modo, afirma que não haverá extinção do trabalho manual no corte enquanto este, por meio de intensa exploração, constituir-se como possibilidade rentável. Além disso, a produtividade crescente do trabalho manual em função do avanço da mecanização também é responsável pela redução de postos de trabalho no corte da cana: “a convivência entre corte mecanizado e corte manual (...) impõe uma redução dos postos de trabalho em virtude das novas formas de seleção, gestão, organização e controle do trabalho manual” (idem, p. 114).

No capítulo “A máquina: o descarte da bagaceira”, Silva (1999) analisa a dispensa massiva de trabalhadores frente à mecanização como um processo inevitável, que se apresenta enquanto uma nova forma de expropriação dos trabalhadores:

Verifica-se, assim, um segundo processo de acumulação primitiva destes proletários. No primeiro momento, arrancam-lhes a roça de subsistência, a morada, a posse, as chapadas, as grotas. Agora, arrancam-lhes o único elemento restante, a capacidade para o trabalho. Com isso, negam-lhes a condição humana, dilaceram-lhes a cidadania (p. 312)

Estratégias frente à mecanização

Apesar das divergências em relação aos limites e impactos desse processo, verifica-se uma dispensa massiva de trabalhadores da atividade do corte manual da cana em função da intensificação da mecanização na região de Ribeirão Preto – SP. Diante de tal cenário, é necessário entender de que forma essa dispensa tem transformado a vida de milhares de trabalhadores rurais migrantes na região de destino. Para a investigação das

²¹ O autor se baseia em dados da RAIS, CAGED e MTE. Ver: BACCARIN et al. **Boletim – ocupação formal sucroalcooleira em São Paulo**. Joticabal (SP), Número 10, março de 2010. Professor da UNESP Joticabal, Baccarin apresenta análises interessantes sobre a ocupação sucroalcooleira em seus boletins resultantes de projeto de extensão da UNESP. Ver: <http://www.fcav.unesp.br/baccarin/>.

novas estratégias adotadas, retomamos o conceito apresentado por Bourdieu em *As coisas ditas*, enquanto mediação entre escolha e constrangimentos:

A noção de estratégia é o instrumento de uma ruptura com o ponto de vista objetivista e com a ação sem agente que o estruturalismo supõe (recorrendo, por exemplo, à noção de inconsciente). Mas pode-se recusar a ver a estratégia como o produto de um programa inconsciente, sem fazer dela o produto de um cálculo consciente e racional” (BOURDIEU, 1990, p. 81)

O que se pretende é analisar esse processo a partir do entendimento de que os trabalhadores migrantes, frente às condições objetivas postas, possuem papel ativo na construção de suas histórias²². Algumas questões devem nortear essa investigação: de que forma os trabalhadores migrantes percebem e interpretam a dispensa massiva em função da mecanização do corte? É possível verificar a continuidade da migração à São Paulo apesar da progressiva dispensa em função da mecanização do corte? Quais seriam as razões da continuidade desse movimento migratório? Quais estratégias estão sendo adotadas pelos trabalhadores no local de destino diante da dispensa em relação a essa atividade? Nesse sentido, de que forma o atual processo de dispensa de trabalhadores em função da mecanização do corte da cana vem alterando as condições de vida e trabalho no local de destino?

Frente à continuidade das dificuldades de sobrevivência nas regiões de origem, decorrentes dos processos expropriatórios (MARTINS, 1980) as condições objetivas para a migração ainda se colocam para os trabalhadores, ex-cortadores de cana. Quanto à região de Ribeirão Preto-SP como local de destino, deve-se notar a importância da participação dos trabalhadores rurais em consolidadas redes sociais. Em um primeiro momento, quando da expropriação dos trabalhadores em relação a cultura de subsistência, a participação destes em redes sociais tornou possível a migração aos canaviais. Diante da mecanização do corte da cana, esse mesmo contato com familiares, colegas e agenciadores de força de trabalho permitiria a mobilidade ocupacional²³ desses trabalhadores na região de destino. Quanto às estratégias no local de destino, retomamos Silva (1999) em sua interpretação da

²² Uma referência exemplar é o estudo: FONTES, Paulo. **Um nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Paulista (1945-66)**. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2008.

²³ Esta hipótese, além da bibliografia apresentada, está baseada na pesquisa de iniciação científica financiada pela PIBIC/CNPq realizada por nós junto a um grupo de pesquisadores entre 2010 e 2011, intitulada: **Trajetórias sociais dos trabalhadores rurais migrantes na agroindústria paulista**, orientada pelo Prof. Dr. Fernando Lourenço.

dispensa de trabalhadores frente à mecanização do corte da cana como uma segunda forma de expropriação. Se no primeiro momento de expropriação, em relação à terra, esses trabalhadores adotaram estratégias em que buscavam manter seu modo de vida camponês, seria possível novamente encontrar esse sentido nas estratégias adotadas diante da mecanização. Dessa forma, poderia-se verificar duas principais estratégias no local de destino: o assalariamento, permanente ou temporário, e a busca pelo acesso a terra.

A região de Ribeirão Preto, além de destacar-se em relação à atividade sucroalcooleira, apresenta demanda por força de trabalho em diversas atividades, no meio rural ou nas cidades, por ser uma região economicamente desenvolvida (BAENINGER, 2010). Sendo assim, seria possível aos trabalhadores migrantes, ex-cortadores de cana, a inserção em atividades como o trabalho em outras lavouras, em cargos criados pela mecanização na agroindústria canavieira²⁴, e principalmente na construção civil, que vem apresentando expressivo crescimento na região²⁵.

Quanto à busca pelo acesso a terra, pela simples posse ou compra seria difícil de verificar-se, uma vez que há intenso processo de valorização da terra na região e se observa o esgotamento da fronteira agrícola no estado de São Paulo²⁶. Portanto, a forma mais frequente dessa busca seria o ingresso dos trabalhadores rurais migrantes em movimentos sociais de luta pela terra²⁷. Frente ao desemprego, o acesso a terra poderia se apresentar como forma que possibilita desde as condições materiais básicas de sobrevivência, como moradia e alimentação, até reprodução de um modo de vida camponês na região de destino.

²⁴ Sobre a criação de novos cargos em função da mecanização ver: MORAES, Márcia. Indicadores do Mercado de Trabalho do Sistema Agroindustrial da Cana-de-Açúcar do Brasil. **Est. econ.**, São Paulo, 37(4): 875-902, out-dez 2007. RAMOS, Pedro. O futuro da ocupação da agroindústria canavieira do Brasil: uma discussão dos trabalhos disponíveis e um exercício de estimativa. **Informações Econômicas**, SP, v.37, n.11, nov. 2007.

²⁵ Ver: Governo do Estado de São Paulo. Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho do Estado de São Paulo. Região Administrativa de Ribeirão Preto. **Foco**, 2010. E o artigo: **Construção civil recruta cortador de cana**. In: http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20100912/not_imp608643,0.php

²⁶ SZMERECSÁNYI, Tamás et. al. **Dimensões, riscos e desafios da atual expansão canavieira**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008 (Texto para Discussão, 32). Disponível em http://www.incra.gov.br/portal/arquivos/noticias/Texto-32_19-11-08.pdf

²⁷ Ver: **Ex-cortadores de cana ingressam na luta pela reforma agrária** http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_secao=8&id_noticia=147696

Considerações finais

Este trabalho resulta de uma pesquisa de Mestrado em andamento, motivo pelo qual apresentamos as estratégias dos trabalhadores rurais migrantes frente à dispensa pela mecanização como hipóteses, pois baseadas apenas na revisão bibliográfica. Partindo de uma metodologia qualitativa pretendemos analisar a dimensão desse processo principalmente a partir das representações e ações dos próprios trabalhadores dispensados do corte manual.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Francisco. **Modernização da agricultura e sindicalismo: as lutas dos trabalhadores assalariados rurais na região canavieira de Ribeirão Preto**. Tese de doutoramento, IE/UNICAMP, Campinas, 1991.

_____. Por que morrem os cortadores de cana. **Saúde e Sociedade**, v. 15, nº 3, set.-dez. 2006.

_____. Políticas públicas compensatórias para a mecanização do corte da cana crua: indo direto ao ponto. **Ruris**. v. 3 n. 1. Campinas: Unicamp/IFCH, 2009.

BACCARIN et al. **Ocupação formal sucroalcooleira em São Paulo**. Jaboticabal: FCAV/UNESP, mar. 2010 (Boletim n. 10). Disponível em: <http://www.fcav.unesp.br/baccarin/>

BASALDI, Otavio Valentim. Mercado de trabalho assalariado na cultura da cana-de-açúcar no período 1992-2006. **Rev. de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 57, n. 1, p. 91-110, jan./jun. 2010.

BEAUD, Stéphane e WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BAENINGER, Rosana. [et al.]. **Polos regionais – São José dos Campos, Sorocaba e Ribeirão Preto** Campinas: Núcleo de Estudos de População/Núcleo de Estudos de Políticas Públicas/Instituto de Economia-Unicamp, 2010.

BOURDIEU, Pierre. Das regras às estratégias. In: **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. Compreender e Pós-escrito. In: **A miséria do mundo**. Petrópolis, RJ : Vozes, 1997, p. 693-736.

EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Unicamp, 1977.

FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina (org.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FONTES, Paulo. **Um nordeste em São Paulo**: trabalhadores migrantes em São Paulista (1945-66). Rio de Janeiro : Editora FGV, 2008.

GARCIA JR., Afrânio. **O Sul - caminho do roçado**: estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero, Brasília DF: Editora da UnB, MCT-CNPq, 1989.

GONÇALVES, Daniel Bertoli. **A regulamentação das queimadas e a mudança nos canaviais paulistas**. Dissertação de Mestrado. IE/UNICAMP. Campinas: 2001.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho do Estado de São Paulo. Região Administrativa de Ribeirão Preto. **Foco**, 2010.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Progresso técnico e relações de trabalho na lavoura canavieira**. São Paulo: Hucitec, 1981.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política – volume I, livro primeiro: o processo de produção do capital [1867]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. (Cap. A maquinaria e a indústria moderna).

MARTINS, José de Sousa. **Expropriação e violência**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **Não há terra para plantar nesse verão**: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1986.

MENEZES, Marilda. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes. Um estudo de famílias de camponeses – migrantes**. RJ: Relume Dumará, JP: Ed. UFPB, 2002.

MINTZ, Sidney W. Encontrando Taso, me descobrindo. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, vol. 27, n. 1, 1984, p. 45-58.

MORAES, Márcia. Indicadores do Mercado de Trabalho do Sistema Agroindustrial da Cana-de-Açúcar do Brasil. **Est. econ.**, São Paulo, 37(4): 875-902 out-dez 2007.

MORAES, Márcia. Migração de trabalhadores na lavoura canavieira paulista: uma investigação dos impactos sócio-econômicos nas cidades de Pedra Branca, Estado do Ceará, e de Leme, Estado de São Paulo. **Rev. de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 56, n. 2, p. 21-35, jul./dez. 2009.

NOVAES, José Roberto e ALVES, Francisco. Orgs. **Migrantes**: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos: EdUFSCAR, 2007.

_____. Campeões de produtividade: dores e febres nos canaviais paulistas. **Estudos Avançados** [online]. 2007, vol.21, n.59, pp. 167-177 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n59/a12v2159.pdf>

_____. Trabalho nos canaviais: os jovens entre a enxada e o facão. **Ruris**. v. 3 n. 1. Campinas: Unicamp/IFCH, 2009.

RAMOS, Pedro. O futuro da ocupação da agroindústria canavieira do Brasil: uma discussão dos trabalhos disponíveis e um exercício de estimação. **Informações Econômicas**, SP, v.37, n.11, nov. 2007.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. “As histórias da terra do Jequitinhonha e Mucuri”. Em: **Lembranças da terra: Histórias do Mucuri e Jequitinhonha**. Contagem: CEGRAC, 1995.

RIBEIRO, Helena e FICARELLI, Thomas Ribeiro de Aquino. Queimadas nos Canaviais e Perspectivas dos Cortadores de Cana-de-açúcar em Macatuba, São Paulo. **Saúde Soc.** São Paulo, v.19, n.1, p.48-63, 2010.

SASSEN, Saskia. **Sociologia da globalização** (trad. Ronaldo Cataldo Costa). Porto Alegre: Artmed, 2010.

SASSEN, Saskia. **Los espectros de la globalización** (trad. Irene Merzari). Buenos Aires : Fondo de Cultura Económica, 2003.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade** (trad. Cristina Muracho). São Paulo : Edusp, 1998

SIGAUD, Lygia. **Os clandestinos e os direitos: estudo sobre os trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco**. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

_____. Expropriação da terra, violência e migração: camponeses maranhenses no corte da cana em São Paulo. **Cadernos CERU** [online]. 2008, vol. 19, no. 1, p. 165-180. Disponível em <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/ceru/v19n1/12.pdf>

SILVA, Maria Aparecida de Moraes e MENEZES, Marilda Aparecida de. Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões. **NEAD**, 2006.

STOLCKE, Verena. **Cafeicultura, homens, mulheres e capital** (1850-1980). São Paulo: Brasiliense, 1986.

SZMERECSÁNYI, Tamás et. al. **Dimensões, riscos e desafios da atual expansão canavieira**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008 (Texto para Discussão, 32). Disponível em http://www.incra.gov.br/portal/arquivos/noticias/Texto-32_19-11-08.pdf

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum** (trad. Rosaura Eichemberg). São Paulo : Companhia da Letras, 1998.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, 2008, v. 20, n. 1. p. 199-218.

VEIGA FILHO, Alceu. **Mecanização da colheita da cana-de-açúcar no estado de São Paulo: uma fronteira da modernização tecnológica na lavoura**. Dissertação de Mestrado. UNICAMP. Campinas, 1998.

VEIGA FILHO, Alceu, SANTOS, Zuleima, VEIGA, José Eduardo, OTANI, Marimília, YOSHII, Regina. Análise da mecanização do corte da cana-de-açúcar em São Paulo. **Informações Econômicas**, SP, v.24, n.10, out. 1994.

WOORTMAN, K. **Migração, família e campesinato**. Revista Brasileira de Estudos de População, January-June 1990, p. 35-51, 1990.



MULHERES DE CANISTAS: UM OLHAR SOBRE AS RELAÇÕES DE GÊNERO EM FAMÍLIAS DE CAMPONESES MIGRANTES DA PARAÍBA

Maria Marília Vieira Lucas – Universidade Federal de Campina Grande
Marilda Aparecida de Menezes – Universidade Federal de Campina Grande
Monalisa Borges Gomes – Universidade Federal de Campina Grande
marilialucaspb@gmail.com
menezesmarilda@gmail.com
monalisa_geo@yahoo.com.br
CAPES
GT2: “Trabalho Rural e Migrações”

RESUMO

A partir dos últimos anos da década de oitenta, vem ganhando expressividade, sobretudo em alguns Estados do Nordeste, a exemplo da Paraíba, a migração de um grande contingente da força de trabalho masculina local para o interior do Estado de São Paulo, tendo como destino as usinas canavieiras. Trata-se de uma migração sazonal, já que está relacionada ao período da colheita da cana-de-açúcar, embora seja considerada, por alguns estudiosos, como *permanentemente temporária*. Sem muitas alternativas de acesso a trabalho e renda em seus locais de origem os habitantes do mundo rural, tendo como centralidade seu lugar de moradia, tendem a se mobilizarem em busca de acesso a trabalho e renda que lhes permita a satisfação de suas necessidades e, em última instância, a reprodução do seu grupo familiar. A proposta desta comunicação é lançar um olhar sobre as mulheres esposas, mães e/ou namoradas dos trabalhadores-migrantes aqui em foco, buscando compreender de que forma tais mulheres vivenciam o período da safra, quando os homens estão geograficamente distantes e quais as consequências dessa vivência sobre suas identidades de gênero, sobretudo, considerada em sua relação com a figura masculina. Tomando como unidade de análise o município de Tavares, na Paraíba, focalizaremos as estratégias de dominação utilizadas pelos homens visando o exercício do controle, especificamente sobre o corpo feminino, e por outro lado, as táticas de resistência pelas quais tais mulheres vão abrindo

brechas e assumindo novas formas de gestão de si mesmas. Nosso pressuposto é que a migração sazonal implica numa redefinição das técnicas de controle masculinas, sobretudo em consequência da distância geográfica, mas implica em novas formas de gestão de tempo e do corpo pelas próprias mulheres.

Palavras-chave: Migração; Cana-de-açúcar; Relações de gênero; Sertão paraibano.

INTRODUÇÃO

Na análise de um fenômeno social, algumas mudanças, por serem taciturnas, só são notadas a partir do momento em que a nova realidade se instala. A migração masculina de paraibanos para o interior do Estado de São Paulo, em busca de trabalho nas usinas canavieiras, parece estar levando as mulheres que ficam no lugar de origem a uma reconfiguração de sua posição nas relações com estes homens, ao assumirem atividades de produção e gerência de espaços no mundo rural, entre outros fatores, como o acesso a benefícios do Governo Federal, a renda obtida pelo trabalho assalariado e a sua participação em instituições comunitárias. Apesar da diversidade de perspectivas na sociologia a respeito desse tipo de migração, a realidade é que poucos estudos se detiveram à especificidade das questões referentes às mulheres (mães, esposas, filhas e namoradas) nesse processo migratório. Queremos focar, neste artigo, como essas mulheres vivenciam o *tempo de ausência*, refletido no *tempo de presença* dos homens migrantes, envoltos de relações de poder que (re) criam formas de dominação e resistência, de ambas as partes.

Tomaremos como base os dados da nossa pesquisa de mestrado em curso (2010/2012) no município de Tavares, Estado da Paraíba. Nossa metodologia se baseia no método etnográfico e na História Oral, tomando como referência inicial a perspectiva clássica da migração como estratégia de reprodução da família camponesa, cunhada por pesquisadores como Afrânio Garcia Júnior, Marilda Menezes e Klass Woortmann, desde a década de 1980. A partir daí, alguns questionamentos nos são colocados: Se há mais de 20 anos famílias rurais planejam que os homens migrem em busca de trabalho assalariado e as mulheres fiquem com a função manter a identidade camponesa, haveria hoje mudanças no modo como essas mulheres experienciam esse processo social? Essas mudanças, que podem ser características da modernidade, seriam percebidas por meio de um aprofundamento cuidadoso das noções de tempo e espaço? Essas mulheres estão passando por um processo autonomização ao ficarem responsáveis, temporariamente “sozinhas”, pelos/as filhos/as, pelo patrimônio da família e pelas relações com a parentela e a comunidade?

EM BUSCA DE UM PONTO DE PARTIDA NA TEORIA DA MIGRAÇÃO COMO LÓGICA DE REPRODUÇÃO FAMILIAR CAMPONESA

Durante a década de 1970, uma equipe de pesquisadores ligados ao Departamento de Antropologia do Museu Nacional (UFRJ) desenvolveu o Projeto Emprego e Mudança Socioeconômica do Nordeste, que investigou intensamente, em sua primeira parte, os trabalhadores rurais, focando nas variantes da *plantation* nos Estados de Pernambuco, da Paraíba e de Alagoas, e no campesinato do Sertão e do Agreste do Maranhão e do Ceará. Esse projeto foi pioneiro nas discussões sobre migrações e ruralidades na sociologia brasileira.

A antropóloga Beatriz Heredia, uma das pesquisadoras membro desse Projeto, publicou o livro *A Morada da Vida* (1979), onde observou a organização social da família camponesa nordestina, que tinha como base o modelo de divisão do trabalho pelo sexo, de maneira rigorosa e bipolar. Segundo Heredia (1979), o roçado se configurava a unidade de produção de domínio masculino e a casa era a unidade de consumo de domínio feminino. Apenas as atividades desempenhadas no roçado eram consideradas como trabalho por garantirem o consumo da família, ao contrário das tarefas domésticas. E mesmo que mulheres trabalhassem no roçado, esse serviço não era considerado como trabalho, mas apenas como uma *ajuda*. Por meio de uma combinação de estratégias que são guiadas por regras de precedência hierárquica, essa família camponesa se dividia, assumindo funções/papéis díspares que se complementavam e garantiam a sua reprodução.

Tanto esta, quanto outras publicações da época sobre a temática, como o livro *À Caminho da Cidade: A Vida Rural e a Migração para São Paulo* (1978), da antropóloga Eunice Durham, que afirmava que a família rural do Brasil sempre se estruturara da mesma maneira em relação à subordinação feminina aos homens, exteriorizada em “atos de respeito” da esposa para com o marido, influenciou várias pesquisas realizadas nas décadas de 1980 e 1990 sobre a migração de camponeses para o trabalho em usinas canavieiras, seja para as Zonas da Mata paraibana, pernambucana e alagoana, seja para os Estados do Sudeste do país, como São Paulo. A partir dessas investigações, cunha-se a perspectiva da migração como uma prática frequente entre camponeses que desejam permanecer e reproduzir em sua terra de origem.

Os estudos de Parry Scott (1986), Garcia Jr (1989), Menezes (1985; 2002) e K. Woortmann (1990), nos Estados de Pernambuco e Maranhão, da Paraíba e do Sergipe, apontam a *migração temporária* de um ou alguns membros da família como uma forma encontrada pelos camponeses para atender às suas necessidades de reprodução. Para os autores, esse projeto familiar nos levaria a ultrapassar a ideia da migração apenas como um meio de solucionar dificuldades financeiras das famílias de áreas rurais, que consistia somente numa mudança de trabalhadores de regiões “menos desenvolvidas” para outras “mais desenvolvidas”, numa passagem definitiva do campo para a cidade.

A proposição colocada por esses autores é encontrada em muitas pesquisas recentes sobre regiões de intensa migração para o trabalho no corte de cana em São Paulo. Entre elas, destaco dois: o trabalho de Maria Aparecida de Moraes Silva (2010), no leste do Maranhão; e de Marilda Menezes (2010), no Alto Sertão da Paraíba. No entanto, o que esses estudos mostram a respeito da experiência das mulheres que ficam no lugar de origem dentro desse processo migratório? Afinal, como explicar a estratégia das mulheres ficarem? Essas pesquisas estão alcançando as mudanças que estão se dando nas relações dentro dessa família de camponeses-migrantes, através da história, das diferenças e dos conflitos, especialmente nas relações de gênero?

Para Silva (2010), as mulheres envolvidas nesse processo são “como elo que une os dois espaços”, ou seja, o lugar de origem e o de destino dos migrantes. No município de Timbiras-MA, a maioria das mulheres que não migram com os homens, e que por motivo do processo histórico de expropriação do campesinato dessa região estão morando em bairros periféricos, têm trabalhado na quebra do coco babaçu, além de desempenhar outras atividades, como domésticas, produtoras de farinha, rendeiras e no cuidado com as crianças. Silva (2010) observa que “quebrar coco” é uma tarefa essencialmente feminina, de forte representação simbólica no que se refere à sua importância como sustento da família, mesmo que os homens migrem. “Se verifica que a condição camponesa da família ainda é assegurada graças ao trabalho da mulher na roça, no ‘coco’ e à migração do marido e filhos” (SILVA, 2010, p. 336). Entretanto, a autora relata que nesse cenário as relações de gênero são perpassadas pela violência e abandono dos maridos, e pela resistência feminina à migração dos homens, usando da gravidez “para impedir que o marido vá embora com outra ou, até mesmo, que ele deixe de ser violento” (SILVA, 2010, p. 337).

Para Menezes (2010), diante das observações feitas no Município de São José de Piranhas-PB, há uma reafirmação da migração de homens agricultores nordestinos para trabalhar no corte de cana em São Paulo como uma estratégia de reprodução social, tanto familiar, quando individual. A autora afirma que esse é um processo que afeta toda a família do migrante, sobretudo as esposas que assumem o papel de “chefe de família”, responsabilizando-se com a educação dos filhos, as tarefas domésticas e ainda com o trabalho no roçado, se a família tiver propriedade. No relato de uma esposa e mãe de migrantes, mostra as doenças que aparecem nas mulheres atribuídas à migração e o tempo de ausência masculina como um período de retraimento.

Nadi Fortunato, esposa e mãe de cortador de cana relata: “Não é nada bom ter o esposo e o filho longe de casa, choro muito quando um deles está longe, cheguei a pegar uma depressão, não comia e nem dormia direito, hoje tenho gastrite nervosa de tanta preocupação”. Murray *apud* Menezes (1981:157) explica que as experiências das mulheres casadas deixadas pelo marido podem variar da “relativa segurança à frustração amarga”. (...) As mulheres de cortadores de cana não costumam sair de casa na ausência dos companheiros, saindo apenas para fazer a feira e em situações de extrema necessidade. Esposa de cortador de cana, sítio catolezinho relata: “É uma vida de prisão, a de esposa de cortador, somos apontadas na rua como ladrão, o povo fala: lá vem a mulher do cortador de cana o marido trabalhando e ela passeando”. O cotidiano das esposas na ausência dos homens, chefes de família, passa por uma grande vigilância familiar e social, a relação que a mulher “faz à prisão” é porque elas se sentem presas e controladas perante a falação do povo. (MALAGODI; MARTINS; MENEZES, 2010, p. 10-11).

CONTEXTUALIZANDO O ESTUDO: AS MULHERES DE TAVARES E O PROCESSO DA MIGRAÇÃO PARA O CORTE DE CANA EM SÃO PAULO

Tavares, município tomado como lócus da nossa pesquisa, tem sido observado por Marcelo Saturnino Silva, desde 2006, como “um celeiro, não apenas de camponeses, mas também de migrantes” (SILVA, 2006, p. 91). Apesar da dificuldade de saber quando essas migrações começaram, Silva (2006) afirma que não são recentes. Sabe-se apenas que: nas décadas de 1950-60 foi predominante a migração chamada “definitiva” de toda a família para a cidade; e entre 1970-80 foi considerável a migração “sazonal” de jovens solteiros para o Sudeste e de homens casados para os canaviais da Paraíba, de Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte. Porém, dentre outros fatores, diante da reestruturação do setor sucroalcooleiro no interior paulista desde o fim da década de 1970, as correntes migratórias

foram sendo intensificadas e redefinidas a partir de 1980-90, o que atraiu significativo número de trabalhadores de Tavares e região. (SILVA, 2006, p. 113-115).

Segundo os primeiros dados do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Tavares é um município habitado por 14.103 pessoas, em sua maioria mulheres (50,12%) e residentes na zona rural (53,09%), o que ressalta a importância da agricultura familiar ao registrar que a maior parte da sua população é constituída por rendeiros, pequenos proprietários rurais e foreiros.



Mapa 1: Localização do Município de Tavares no Estado da Paraíba (Jéferson C. Barreto).

Silva (2006) verificou que as migrações sazonais são protagonizadas por pequenos proprietários de terras, rendeiros e seus filhos que vendem temporariamente a sua força de trabalho com o intuito de complementar a pequena renda familiar e evitar a migração definitiva para a cidade. É uma migração essencialmente masculina. Enquanto os homens saem, as mulheres permanecem, apesar de haver algumas que acompanham maridos e/ou filhos para lhes prepararem as refeições, limpar a “casa” e lavar as roupas. As mulheres que ficam são encarregadas de se dedicar ao roçado, ao trabalho doméstico e cuidar dos/as filhos/as menores. A migração sazonal masculina aqui é compreendida por Silva (2006) como um anseio de autonomia dos jovens, relacionado à renda e à relação hierárquica dentro da família.

Os jovens migram, sobretudo, motivados por projetos de autonomia, pela afirmação de suas identidades de jovens e de gênero que passa hoje pelo

acesso a certos serviços e bens de consumo: a participação em práticas culturais como as festas locais; a compra de motos e acessórios para este grupo etário: roupa, com, etc. (SILVA, 2006, p. 31).

Em recente pesquisa, Maciel Cover (2011) relatou sua percepção do momento do embarque dos homens migrantes no Município de São José de Piranhas, localizado também no Sertão paraibano. Em tom de romantismo, Cover (2011) nos sugere que este é o momento do início do tempo de ausência dos homens, que será perpassado pelo sofrimento emocional e a inconformidade das mulheres com a necessidade dos homens migrarem.

E no ronco do motor, a sensação era de que os corações batiam mais depressa. Era a hora da despedida, de ver a pessoa amada pela última vez no ano, pois agora esse “amor” seria visto somente em dezembro. Acenavam os que iam, choravam as que ficaram. Emoções nesta esquina de São José de Piranhas. Foi tudo muito rápido e muito intenso. Essa cena me faz pensar que a saída dos trabalhadores é um momento síntese no tempo. Demarca um tempo que terá como características a saudade, a espera, as traições, os longos telefonemas graças às promoções da operadora de telefones. E pra quem vai é tempo de acordar ao som de facões sendo afiados e dormir ouvindo o ronco dos caminhões que passam pelas rodovias de São Paulo. (...) O processo social por que estas pessoas atravessam lhes informa da *necessidade* desta prática, mas as pessoas não se conformam. As lágrimas que corriam no rosto das mulheres efetivavam essa hipótese de que ficar longe dos maridos e dos pais de seus filhos, não é algo natural. (COVER, 2011, p. 25).



Fotos: Marcos Almeida – 09/04/2010 (In: COVER, 2011, p. 26).

Quando as mulheres de Tavares migram sozinhas para São Paulo ou Brasília, procuram trabalhar no comércio, em fábricas, ou outros empregos urbanos, ajudadas por parentes ou amigos. A busca pelo acesso à educação é um dos principais motivos quando a migração é intrarregional, sobretudo pela falta de universidades e escolas de capacitação técnica. Observa-se também o frequente fluxo de jovens de Tavares para o município de Santa Cruz do Capibaribe – Estado de Pernambuco, aspirando tanto trabalhar no Pólo de Confecções de Caruaru - PE, como se empregar em casas de família, dedicando-se às tarefas domésticas (SILVA & MENEZES, 2010).

As primeiras observações da nossa pesquisa de mestrado mostram o cotidiano de mulheres de camponeses migrantes no período em que estão ausentes, entre os meses de março e novembro. De fato, muitas trabalham no roçado, porém, nem todas. As mulheres casadas que têm em média de 20 a 30 anos não têm trabalhado diretamente no roçado. Elas dizem que não gostam e os maridos não querem. Cuidam da limpeza da casa, da alimentação, de animais pequenos e roçado próximos à casa, da lavagem das roupas e dos filhos pequenos. Provavelmente migram com os maridos algumas vezes, principalmente se os filhos ainda não estão em idade escolar. Elas também não trabalham “fora” (de casa). Gerenciam o roçado no que se refere à sua supervisão, recebendo diariamente as instruções do esposo pelo o telefone celular. Percebemos que este grupo de mulheres vive sob um maior controle por parte dos maridos, através das ligações telefônicas e dos parentes. Um desses exemplos é uma família onde três irmãos casados migram frequentemente para trabalhar nos canaviais paulistas. A esposa com menos de 30 anos de idade, com um filho de cinco anos, já migrou duas vezes com o seu esposo. Não trabalha no roçado, nem assalariadamente. Mora próximo à casa da sogra e das esposas de seus cunhados. A relação entre elas, muitas vezes, é tensa e conflituosa, pois ela é tida pelos familiares do esposo como “diferente das outras”. Atribuem essa diferença às suas mudanças de comportamento quando retorna de São Paulo e por não trabalhar no roçado, como as outras duas esposas fazem se preciso for. Ela pouco sai de casa, apenas para visitar a casa de seus pais. Não frequenta a igreja, o clube, a associação, os eventos da escola, nem lava roupa no riacho com as outras mulheres. Nesse ponto, ela se diferencia de muitas esposas de migrantes que participam das atividades das igrejas, das reuniões da associação comunitária, dos eventos da escola, de festas nos clubes e bares, e dos jogos de futebol nos finais de semana, como espectadora. Outro fato interessante é que, como muitas, ela tem acesso à poupança bancária mantida com o salário do marido, mas “nunca” toca nesse dinheiro, a não ser em casos de extrema emergência.

O exemplo acima faz com que nos questionemos a respeito do que ocorre com essas mulheres no retorno dos homens ao lugar de origem: Será que, apesar dos conflitos e diferenciações entre si, o controle constante dos homens por meio do celular e do olhar da parentela não permitem que ocorram mudanças que gerem mais autonomia para essas mulheres? Será que esses tempos de ausência e presença dos homens não se comunicam?

À princípio, parece que nada se transforma. O caso de uma mulher de mais de 40 anos pode nos ajudar a pensar outras respostas para essas perguntas. Quando começamos a

pesquisa, esta senhora nos contou da migração do esposo e dos filhos. Enfatizou o quanto esse processo foi, inicialmente, doloroso para ela, tendo em vista que ficava completamente sozinha em casa. Na despedida sempre passava mal e passadas algumas semanas chegou a ter um diagnóstico de depressão em estágio inicial. Sem “meios” para impedir a migração, “distraia-se” estudando à noite. Após concluir um curso técnico, conseguiu um trabalho assalariado, sem deixar suas funções anteriores no roçado, em casa e na igreja. Este ano, ela não queria que o esposo “botasse” roça, pois já havia falado para ele que não iria cuidar do roçado como nos anos anteriores. Seria “muito trabalho”. Se ele quisesse “botar” roça, que deixasse outra pessoa cuidando, disse ela para o marido.

Outro caso observado significativo para esta reflexão é a de uma mulher com mais de 50 anos, mãe de muitas filhas solteiras. O marido migra todos os anos para cortar cana. Na ausência dele, ela é a “cabeça da roça”, conforme nos contou. Diz que gosta de trabalhar no roçado. E assim o faz mesmo quando o esposo está em casa. Quando ele e os filhos migram, segundo a vizinhança, mãe e filhas recebem visitas de amantes em casa. Todas as filhas são mães solteiras e não trabalham. Recebem a Bolsa Família e, às vezes, a pensão dos pais das crianças. Assim como estes fatos são do conhecimento da vizinhança, dos parentes e da comunidade, os homens que estão em São Paulo também ficam sabendo do que acontece no lugar de origem, mesmo que seja apenas como boato. E da mesma forma, segundo as mulheres, elas também sabem o que eles fazem de “certo” ou “errado” em terras paulistas. O celular é o principal meio de circulação dessas informações. Elas confiam que os parentes e amigos que trabalham com os maridos e namorados vão lhes contar sobre possíveis amantes e até filhos destes.

Estamos verificando que não há somente um controle unilateral, onde o homem domina e a mulher resiste. Só a partir da análise do gênero numa perspectiva relacional é que percebemos que o estudo das mulheres é indissociável ao dos homens, tendo em vista a necessidade de se pensar também o masculino. A historiadora americana Joan Scott é nosso referencial teórico clássico e inicial no uso da categoria gênero. Seu artigo *Gender: a useful category of historical analysis*, publicado em 1986, foi traduzido para vários idiomas, gerando conflitos de ideias entre pesquisadores/as do mundo inteiro. Porém, ainda hoje, é um texto base para todas/os que trabalham com o estudo do gênero. Nesse sentido, vamos expor com brevidade a concepção de Joan Scott a respeito de gênero.

Scott (1995) defende sua compreensão do termo *gênero* dividindo-a em duas partes e quatro elementos que se encontram relacionados entre si. A essência de sua definição de gênero envolve duas proposições que estão integralmente ligadas: “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86). Na primeira parte de sua definição, ela nos coloca quatro elementos que funcionam interligados, mas não ao mesmo tempo, com a intenção de esclarecer e apontar um jeito de se pensar qual é “o efeito do gênero nas relações sociais e institucionais” (SCOTT, 1995, p. 88). O primeiro elemento diz respeito aos símbolos que são disponibilizados pela cultura, invocando “representações simbólicas”, quase sempre contraditórias. O segundo trata dos “conceitos normativos” que difundem explicações dos sentidos dos símbolos, como “nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas”. O terceiro elemento fala do desafio de disseminar a “noção de fixidez”, de como desvendar a “natureza do debate ou da repressão que leva à aparência de uma permanência intemporal na representação binária do gênero”. E o quarto se refere à identidade subjetiva do gênero (SCOTT, 1995, p. 86-87). Na segunda parte de sua definição, Scott (1995) desenvolve a “teorização do gênero”. Ainda que não seja o único campo de articulação do poder, o gênero é a primeira instância dentro da qual, ou por meio da qual, o poder se articula. Com base em Bourdieu, no livro *Le Sens Pratique* (1980), a autora assegura que os conceitos de gênero estruturam tanto a percepção, quanto a organização de toda a vida social, influenciando as concepções, as construções, a legitimação e a distribuição do próprio poder.

Outros dois pontos interessantes para avançarmos em nossa reflexão, que se unem aos anteriores, são referentes às implicações do tipo de gerenciamento dado pelas mulheres ao roçado, no tocante à sua cosmovisão desse lugar, e à renda combinada entre roçado, trabalho assalariado dos homens (no corte de cana), trabalho assalariado das mulheres (como funcionárias públicas, faxineiras, babás ou acompanhantes de doentes), e benefícios advindos do Governo Federal, como o Programa Bolsa Família. Essas questões ligam *tempo e espaço* nas transformações das identidades dessas mulheres, e também desses homens, dentro desse processo social.

A partir da visão de David Harvey (1996), entendemos espaço e tempo como categorias essenciais em nossa experiência de mundo. O senso comum considera as categorias de espaço e tempo com naturalidade. Porém, o que se nota é uma multiplicidade

espantosa nas formas de pensar essas categorias. Dessa variedade nasce um lugar de debate entre diversos pontos de vista e, muitas vezes, de conflito. O conflito se apresenta entre indivíduos, grupos, povos, modos de vida, formas de observar o mundo, outros. Segundo Harvey, não existe um “sentido único e objetivo de tempo e de espaço”, tendo em vista que o estabelecimento de um “sentido único” convém à dominação. (Cf. HARVEY, 1996).

Harvey (1996) vem sugerir uma elucidação materialista, onde o desenvolvimento das compreensões de tempo e espaço é analisado pelas práticas e processos materiais de reprodução da vida social. A partir daí, Harvey (1996), na parte III de seu livro, intitulada “A experiência do espaço e do tempo”, nos faz entender uma das principais características dessas categorias: o aceleração dos processos globais faz-nos sentir que o mundo parece ser pequeno e as distâncias menos extensas, onde os acontecimentos em um determinado lugar trazem um imediato impacto sobre lugares e pessoas localizados a uma grande distância.

Percebemos que a migração sazonal possibilita a circulação entre novos e velhos espaços de reprodução tanto para as mulheres, quanto para os homens, o que também nos faz parecer que tal mobilidade ainda não evidencia a atividade das mulheres no roçado como trabalho, e muito menos a atividade doméstica, que antes da migração eram os principais espaços de reprodução familiar. Hoje, o trabalho realizado nesses espaços, onde as mulheres circulam, é tido, segundo as pesquisas, como *complementar*. Um ponto a ser analisado com mais acuidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em conta que ainda há muito a ser observar no cenário apresentado, por isso tantos questionamentos e poucas respostas, compreendemos que a literatura atual aponta para novas possibilidades de se pensar a ação da mulher diante do homem e da sociedade, tendo em vista que várias pesquisas (SCOTT, CORDEIRO & MENEZES, 2010) rejeitam a atitude passiva da mulher, mas a mostram como protagonista de sua história. Uma autonomia que vai sendo construída quase que imperceptivelmente através de atitudes cotidianas de resistência, que precisam ser melhores observadas.

Sendo assim, acreditamos que é importante dar um salto e transpor as pré-noções das temáticas envolvidas nesse movimento migratório, permitindo a abertura de chaves de pensamento que venham ajudar a elucidar como se definem papéis/posições/funções que

cada membro da unidade familiar assume a partir do momento em que se planeja a migração dos homens em busca de trabalho nos canaviais paulistas, e suas transformações individuais.

REFERÊNCIAS

COVER, Maciel. **O “tranco da roça” e a “vida no barraco”:** um estudo sobre trabalhadores migrantes no setor do agronegócio canavieiro. Campina Grande-PB: UFCG, 2011. (Dissertação de Mestrado).

DURHAN, E. R. **A caminho da cidade: A vida rural e a migração para São Paulo.** São Paulo. Perspectiva, 2ª ed. 1978.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna** (6ª edição). São Paulo: Edições Loyola, 1996.

HEREDIA, Beatriz. **A morada da Vida.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MALAGODI, Edgard A. MARTINS, Jaqueline M. F, MENEZES, Marilda Aparecida de. Relatório Final: **A migração temporária como estratégia de reprodução de famílias camponesas: um estudo em pequenos municípios do Sertão Paraibano.** Projeto de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq/UFCG: 2010.

MENEZES, Marilda A. **Da Paraíba para São Paulo, de São Paulo para a Paraíba: Migração, família e reprodução da força de trabalho.** Dissertação de Mestrado. UFCG, 1985.

PALMEIRA, Moacir (Org.) **Projeto Emprego e Mudança Sócio-Econômica no Nordeste.** Anuário Antropológico/76, 1977, PP. 201-38.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1995.

SCOTT, R. Parry, CORDEIRO, Rosineide & MENEZES, Marilda. **Gênero e Geração em contextos rurais.** Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.

SCOTT, R. Parry. **Migrações inter-regionais e estratégia doméstica.** In: Revista Brasileira de Estudos de População. Campinas, v.3 n. 1, p. 101-106, jan/jun, 1986.

SILVA, Marcelo Saturnino, & MENEZES, Marilda Aparecida. **Homens que migram, mulheres que ficam: cotidiano das Esposas, Mães e Namoradas dos Migrantes Sazonais do Município de Tavares-PB.** In: *Gênero e Geração em contextos rurais/* organizadores: Parry Scott, Rosineide Cordeiro e Marilda Menezes. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.

SILVA, Marcelo Saturnino. **Entre o bagaço da cana e a doçura do mel: migrações e identidades da juventude rural.** Campina Grande/PB: UFCG, 2006. (Dissertação de Mestrado).

SILVA, Maria Aparecida de Moraes, MELO, Beatriz Medeiros de, & APPOLINÁRIO, Andréia Perez. **Vidas em trânsito, mulheres dos cocais maranhenses nas periferias das cidades canavieiras paulistas.** In: *Gênero e Geração em contextos rurais/* organizadores:

Parry Scott, Rosineide Cordeiro e Marilda Menezes. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.

WOORTMANN, Klass. **Migração, Família e Campesinato (1990)**. In. WELCH, C.A; MALAGODI, E; CAVALCANTI, J.S.B; WANDERLEY, M.N.B (Orgs.) *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. Vol. I. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

www.ibge.gov.br



A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO E TRABALHO: TRAJETÓRIAS MIGRATÓRIAS ENTRE MONTE AZUL (MG) E RIO CLARO (SP)

Adriano Corrêa Maia – UNESP –campus Rio Claro
adrianocmaia@gmail.com
GT2: “Trabalho Rural e Migrações”

Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira – UNESP –campus Rio Claro
darlene-ferreira@uol.com.br”

Este trabalho tem a proposta de analisar a relação entre o espaço e a cultura, pela lente da ciência geográfica voltada para um grupo de agricultores oriundos da região norte do Estado brasileiro de Minas Gerais, mais particularmente, do município de Monte Azul, que migraram para o município de Rio Claro, localizado no estado brasileiro de São Paulo, com o objetivo de trabalhar na construção civil. Nesse contexto, a análise está focada na construção do espaço urbano pelo grupo, demonstrando como a cultura do local de origem dos migrantes se constitui num dos elementos estruturadores da construção do referido espaço. Através do desenvolvimento de um caminho teórico-metodológico (teoria espacial) relacionado com a empiria apresentada, expomos a comprovação de que elementos culturais presentes no espaço de procedência como o parentesco, o compadrio, a hierarquia familiar e as dinâmicas do trabalho são transportados para o espaço citadino. Desta forma temos que o espaço norte mineiro, que gera uma espacialidade singular, vai ser transladado conjuntamente com o migrante para o “novo” espaço urbano, constituindo-se no elemento central da sua estruturação. Assim, a cultura rural está presente na estruturação da vida cotidiana dos migrantes mineiros em vários elementos do ambiente urbano: a estadia, a organização do trabalho, o lazer, as relações sociais entre outras; se constituindo no seu principal ponto de referência. Decorrente desses componentes apresentados inferimos que para além da dimensão física e visível, a dimensão cultural e simbólica está presente na manutenção do “rural dentro do urbano”, do campo dentro da cidade, no qual a cultura representa um importante elemento ordenador das espacialidades do migrante norte mineiro em seu cotidiano, impondo signos e símbolos provenientes do local de origem, que são transportados para o seu novo contexto urbano.

Introdução

A migração do espaço rural para o citadino constitui um dos principais pilares sustentadores do desenvolvimento industrial e urbano no Brasil e no mundo, “... a

ordem da cidade sempre se alimentou da ordem rural, e a ordem da fábrica (ou do canteiro de obras) sempre se alimentou da ordem dos campos” (Sayad, 2000, p. 7). Na contemporaneidade, resultado desse processo, o imigrante rural torna-se, sobretudo, uma força de trabalho provisória, temporária, em transito, altamente explorada e expropriada da condições mínimas de cidadania (Sayad, 1998; Silva, 1999).

Dentro desse contexto, a análise do evento migratório está marcada por uma grande complexidade, uma vez que distintas dimensões - econômica, política, social, e cultural - estão intrinsecamente conectadas com o fenômeno.

Intentando uma contribuição para o entendimento da temática dos movimentos migratórios internos brasileiros, que seguem a direção do rural para o urbano, além da compreensão do auto grau de exploração que o trabalhador migrante é submetido, objetivamos examinar, sobre o foco espacial, a relação entre o fluxo migratório e o trabalho dentro de um grupo de migrantes oriundos da região norte do estado de Minas Gerais que consolidaram residência na cidade de Rio Claro, interior do estado de São Paulo, trabalhando na construção civil.

Enfatizando a relação entre espaço geográfico e trabalho, tencionamos mostrar ao longo do texto como o espaço rural norte mineiro vai moldar as características que serão estruturadoras das relações de trabalho e da construção do espaço urbano na cidade de Rio Claro.

Os migrantes norte mineiros: contexto, objetivos e migração

O migrante norte mineiro pertencente ao grupo estudado embarca no processo migratório na busca da superação das adversidades encontradas na área de origem¹. Dentro do referido empreendimento migratório, temos, portanto, a conexão entre dois espaços, com a saída da zona rural da região de Monte Azul e a chegada na cidade de Rio Claro (Figura 1).

Assim, o migrante sai do campo, com pouca escolaridade, quase sem nenhum capital monetário, mas com muita vontade de trabalhar, em direção a cidade de Rio Claro, dentro de uma rede de migração já estabelecida (MAIA, 2010, p. 88-99).

Dentro desse processo, temos um procedimento modelo que direciona o migrante nesta empreitada: a mobilização do seu círculo de relações, dentro das

¹ Desse modo, o indivíduo procura uma alternativa ao espaço de origem, principalmente a partir do momento que percebe a falta de possibilidades sociais, físicas e psicológicas de “... não poder melhorar de vida”.

instituições culturais do parentesco ou compadrio, oriundos na sua terra de origem (a “região de Monte Azul”), para o auxílio nas estratégias de sobrevivência no “novo” espaço.

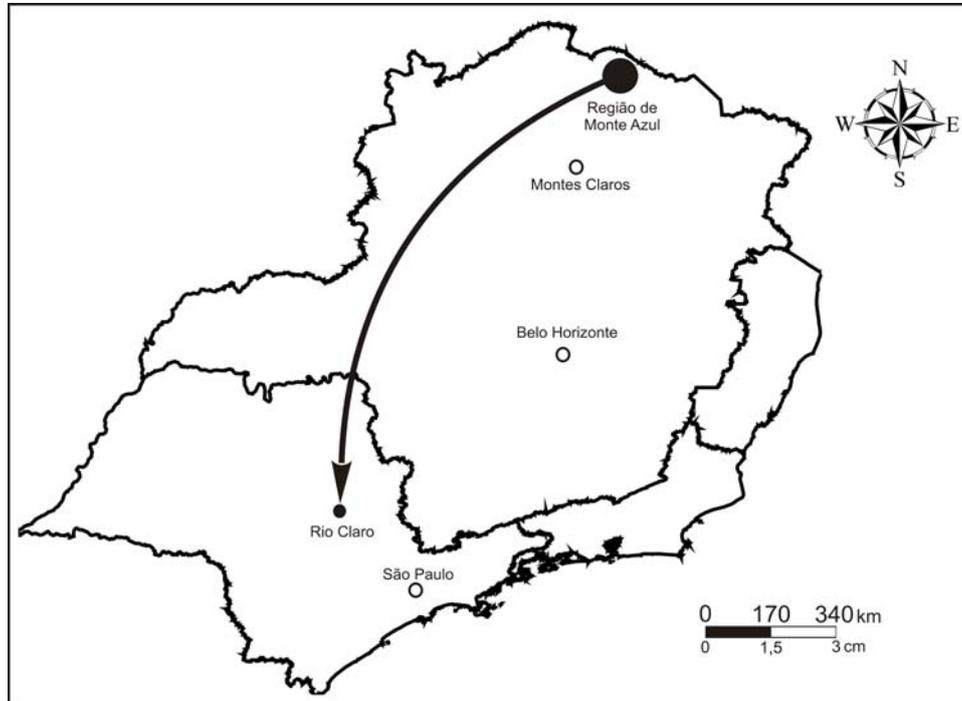


Figura 1 – Deslocamento no processo de migração
Organização: Adriano Corrêa Maia

No grupo este expediente consiste no encaixe do recém migrado em uma *turma* de trabalhadores que prestam serviços na construção civil na cidade de Rio Claro

Quando vim de Minas, já vim para trabalhar com o Agostinho. Eu conhecia a família dele de lá. Conhecia bem mais o irmão mais velho dele. Aí, quando ele foi para lá, conversei com ele sobre trabalhar na turma dele e depois de um mês eu vim. Fiquei num quarto alugado de outro mineiro que trabalhava com ele ... (CARLINHOS, servente geral, 27 anos)

No caso estudado o objetivo principal, do seu projeto migratório consiste na economia de dinheiro e bens materiais, que propiciem um acúmulo de capital, com a finalidade de obter um patrimônio, que possibilite um retorno para a terra natal em um patamar mais elevado financeiramente, “para voltar para Minas e viver tranquilo na velhice”².

² Fala nativa.

As coisas estão muito duras, a vida na cidade é cara, mas meu sonho, e ainda vou realizar se Deus quiser, é juntar um bom dinheiro na poupança, conseguir pegar uma aposentadoria e voltar para o norte de Minas, as terrinhas estão lá, não vendi não (...) Espero até lá ter saúde pra mim ainda poder construir uma casinha lá e viver a velhice tranquilo (...) (ZEZO, pedreiro, 51 anos)

Assim sendo, a meta principal do migrante na cidade de Rio Claro (SP) é alcançar um rendimento que lhe dê possibilidades de uma sobrevivência cotidiana digna e, ainda que permita a realização de uma “poupança para o futuro”³. Desse modo, observamos dentro do processo migratório analisado que todas as metas almejadas pelo migrante norte mineiro, têm como fundamento teleológico a preparação para um retorno ao espaço de origem.

Isto se reflete nas estratégias de sobrevivência em Rio Claro, ao que nos parece, inicialmente, passageira, apoiada basicamente no círculo fechado da *turma* anteriormente citada.

Dentro do quadro em tela, objetivando entender a relação entre o trabalho e a construção do espaço urbano pelo grupo de migrantes norte mineiros, vamos explicitar como se dá a conformação da sua vida cotidiana e suas espacialidades nesse espaço transitório que representa Rio Claro. Para isso, teremos como foco analítico as dinâmicas do processo de trabalho dentro da vida do indivíduo norte mineiro, pois, no espaço de destino a espacialidade migrante está restrita ao espaço de trabalho – o espaço da obra -, já que seu campo de circulação é muito diminuto no meio citadino.

Assim, para o entendimento da espacialidade do migrante neste “novo” espaço analisaremos as relações e dinâmicas do trabalho dentro da construção civil, entendendo suas etapas – a busca e a adaptação, a organização interna da equipe (a capacitação e a classificação) – com a finalidade de compreender as espacialidades do ser migrante no espaço urbano de Rio Claro (SP).

Os migrantes norte mineiros no espaço de Rio Claro: O trabalho como categoria analítica

Na dinâmica populacional estudada, a questão do trabalho no espaço de destino se constitui no elemento central do processo, já que o migrante vai concentrar suas referências e vivências nele, uma vez que vai estar conectada diretamente com o êxito da empreitada migratória, o “melhorar de vida” na fala dos migrantes.

³ Fala nativa.

Derivado desse panorama, para o estudo da construção do espaço urbano pelo grupo de migrantes vamos recorrer à categoria trabalho como um dos estruturantes principais do espaço geográfico, sendo que “... o ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço.” (SANTOS, 1978, p. 161). Então, o conceito de trabalho utilizado⁴ estará conectado à questão de transformação da natureza, constituindo-se numa composição inseparável entre a natureza objetiva com a natureza subjetiva do homem (GODOY, 2008). Portanto, o trabalho vai constituir o “princípio gerador” do homem e não apenas uma mera atividade produtiva, sendo o principal elemento constituidor da natureza objetiva e subjetiva do ser, com isso constituindo-se no elemento produtor da apreensão e transformação da realidade pelo homem (FROMM, 1979).

Através da análise do trabalho obtemos informações sobre as espacialidades e sociabilidades do migrante mineiro no ambiente urbano, com isso, buscando um entendimento do processo no qual os elementos do espaço de origem vão contribuir para a estruturação das novas espacialidades cidadina.

Portanto, a categoria trabalho vai estabelecer a forma de analisar e entender as *relações espaço/sociedade* (LEFEBVRE, 1991) entre estes migrantes no espaço urbano. Então, o trabalho enquanto categoria de análise não vai se reduzir à exploração apenas da natureza objetiva das condições materiais e imateriais da produção em geral destes migrantes mineiros, mas vai abrir uma janela para a compreensão do que está além da exteriorização da ideologia e das objetivações das formas concretas, o que conduz à compreensão da própria gênese cultural do ser migrante.

Derivada disso, a nossa concepção sobre a construção do espaço citadino pelo grupo de migrantes terá um sentido histórico e sócio-cultural, com o conceito de trabalho expressando também uma dimensão espacial (a espacialidade), a qual é definida no momento da objetivação do trabalho concreto e do trabalho abstrato do ser migrante. Dentro desse modo de análise, o trabalho é constituído como um processo que envolve investimentos cotidianos de longo prazo, subjetivos e econômicos, fornecendo uma perspectiva privilegiada para o estudo da experiência fenomenológica do migrante – e de sua consolidação – desde a perspectiva de seu entrelaçamento na trajetória de sujeitos sociais: o modo de trabalhar correspondendo a modos distintos de se estar no mundo.

⁴ O conceito de trabalho está ligado diretamente à concepção de Marx.

Assim, para a análise do trabalho dentro do grupo – compreendendo as ações do cotidiano e do projeto de migração - é necessário reconstruir o trajeto de transformações sociais e espaciais por que passam estes migrantes no espaço citadino, aspectos que, em muitos casos transcendem as aparências cotidianas; atentando para um contexto social e espacial mais amplo, de um lado, bem como para as narrativas e memórias locais de outro. Então, analisando o processo de adequação do migrante ao “novo” trabalho no contexto urbano, podemos capturar a essência dos processos sócio-espaciais pelo qual o migrante norte mineiro perpassa no local de destino.

O trabalho: os migrantes norte mineiros no espaço de Rio Claro

Com o projeto de migração em andamento, a primeira providência do migrante recém chegado, como já colocado, consiste na busca de um trabalho no local de destino. Para o indivíduo oriundo do norte mineiro o ato de trabalhar no espaço citadino consiste, inicialmente, em buscar alguma atividade, na qual, com sua limitada bagagem sócio-cultural, possa se enquadrar. No caso dos migrantes que compõem o grupo estudado, esta opção já é pré-determinada no espaço de origem, o indivíduo parte para Rio Claro incumbido de trabalhar na construção civil.

Aqui em Rio Claro, a maioria dos mineiros que vem de Monte Azul trabalha de pedreiro ou servente. Isso porque lá em Minas, muitos já sabiam trabalhar na construção de casa. Lá para fazer uma casa todo mundo se reúne, geralmente cada um sabe um pouquinho de pedreiro e faz a casa. Então quando chega aqui, o cabra já sabe alguma coisa do serviço de construção (DOMINGOS, empreiteiro, 54 anos).

Desse modo, o trabalho na construção civil, constitui a única opção na trajetória do migrante norte mineiro pertencente ao referido espaço, devido aos mecanismos do processo de migração de que participa. Os indivíduos do grupo não possuem outra opção de escolha, pois não disponibilizam meios - qualificação e relações sociais - para o enquadramento em outras ocupações e atividades. O limitado capital sócio-cultural, conjuntamente com o contexto específico da referida migração, no qual está inserida num referencial onde o parentesco e o compadrio são os principais elementos organizadores, dão conformidade ao processo de inserção no trabalho citadino para o migrante norte mineiro.

Com isso, temos a consolidação de uma rede solidária de migração entre os norte mineiros da “região de Monte Azul”, que explicitam o papel dos parentes e dos

compadres no processo de deslocamento. No trabalho de campo, os migrantes descrevem a forma como sobreviveram inicialmente em Rio Claro, percebemos a ligação com conterrâneos, parentes e amigos que migraram anteriormente, que garantiram abrigo, alimentação e trabalho.

Assim, a função principal da rede de migração estabelecida, está consiste na inserção do migrante oriundo da zona rural da região de Monte Azul dentro do contexto urbano de Rio Claro, atraindo, conectando e relacionando o espaço de destino ao espaço de origem dos referidos migrantes.

Acho que vou para São Paulo o ano que vem quando eu fizer 18 anos. Meu pai já conversou com o Domingos, que é primo dele. Deixou tudo certo. No começo vou dormir num quartinho que o Domingos tem no fundo da casa dele. Sabe, até eu ajeitar as coisas [...]. Ele também acertou para eu trabalhar de ajudante na turma que o Domingos tem junto com o Agostinho em São Paulo. (GABRIEL, agricultor, 17 anos)

Então, o singular contexto migratório, a cultura específica do grupo e o espaço geográfico norte mineiro formam um tripé sustentador para a formação na cidade de Rio Claro de uma “turma” fechada de trabalhadores da construção civil constituída somente por indivíduos pertencentes a referida área de Monte Azul (figura 2).

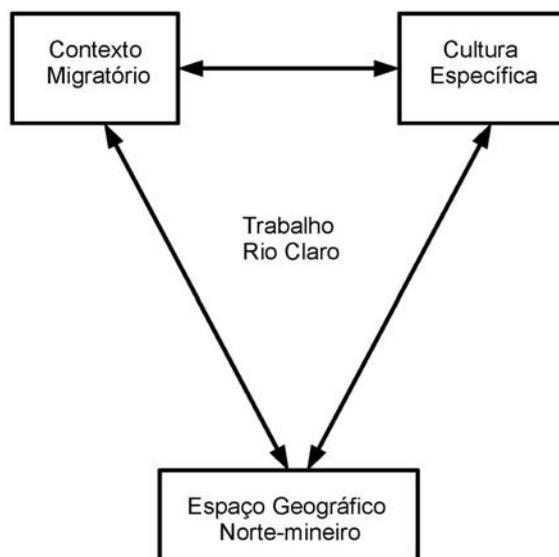


Figura 2 – Elementos balizadores para a formação de uma turma de trabalhadores da construção civil
Organização: Adriano Corrêa Maia

Resultante desse tripé balizador, dentro processo de incorporação do migrante norte mineiro no trabalho urbano, a estruturação dessa específica “turma” de trabalho está pautada em um contexto singular de relações entre trabalhadores (patrão-

empregado, empreiteiro-empreatado) dentro do mercado da construção civil. De acordo com o relato dos migrantes estudados, é uma relação personalista e patriarcal, com o lado contratual sendo sempre deixado de lado.

Aqui entre os mineiros da turma não tem esse negócio de ficar colocando no pau [*processar na esfera jurídica*], a gente paga certinho, até o carnê do INSS a gente paga [...]. Isso de justiça não acontece não, como eu disse, a turma é só de parente e compadre, e como vão para a justiça, com que cara vão ficar depois! (AGOSTINHO, empreiteiro, 38 anos.)

Desse modo, a sociabilidade informal no trabalho da construção civil – o grupo de amizade, a relação de proximidade, união dos conterrâneos e o parentesco – torna o trabalho urbano muito semelhante ao trabalho rural, impondo poucas dificuldades de adaptação ao migrante recém chegado. Essas relações flexíveis de trabalho criam, inicialmente, uma situação favorável para o migrante norte-mineiro, sendo que, não exigindo uma transformação radical dos hábitos de trabalho, permitem um ajustamento às condições urbanas de vida.

A partir dessa situação inicial, o migrante vai enriquecendo gradativamente os conhecimentos técnicos exigidos para o trabalho no meio urbano, construindo uma trajetória que possibilite a sua “evolução na profissão”⁵, com isso, abrindo maiores possibilidades para o êxito de seu projeto migratório, com a acumulação de capital para o seu retorno ao espaço de origem.

Assim, o migrante oriundo da zona rural da região de Monte Azul, inicia sua trajetória como trabalhador cidadão na construção civil como ajudante de serviços de pedreiro, para, a partir dessa condição, ter a possibilidade de tornar-se pedreiro, encanador, eletricitista entre outros. O migrante vai adquirir, no próprio espaço do trabalho, um mínimo de qualificação para a sua sobrevivência e a realização de seus objetivos no ambiente cidadão.

Sobre uma ótica panorâmica, as mudanças nas técnicas e na organização do trabalho para os migrantes norte mineiros no contexto urbano, não são drásticas, ao contrário, são práticas encontradas na zona rural de Monte Azul, imbuídas nos indivíduos pela cultura e pelo espaço rural local.

Como colocado anteriormente, o migrante norte mineiro recém chegado a Rio Claro (SP) ingressa no mercado de trabalho urbano (em uma “turma”), através dos relacionamentos de parentesco e compadrio originários do espaço e da cultura norte

⁵ Fala nativa.

mineira, sem nenhuma capacitação formal prévia para o trabalho na construção civil, mas, com o passar do tempo, estes trabalhadores vão se habilitando gradualmente, “evoluindo na carreira”⁶. Segundo os depoimentos, a ausência de uma capacitação específica para o mercado da construção civil jamais comprometeu a capacidade de trabalho do migrante norte mineiro, pois as ferramentas utilizadas no ofício são praticamente as mesmas encontradas no espaço de origem, e como quase todos os entrevistados apontam, a capacitação vai ser feita no próprio espaço do trabalho, a obra.

Quando cheguei aqui não tinha experiência nenhuma em construção de casa, como se sabe, lá em Monte Azul, a gente ajudava os parentes e os compadres a fazer, eu geralmente ia na hora de bater a laje, que é a hora que precisa de mais gente. Então eu cheguei aqui, meu irmão [Agostinho] falou para eu ir trabalhando de servente, que logo aprenderia a fazer as coisas de pedreiro. Assim, fui observando como era feito, o jeito que fazia, e não deu dois meses eu já tava assentando tijolo. Hoje em dia posso falar que sei praticamente construí uma casa inteira, desde o serviço de pedreiro até o de eletricitista e encanador. Veja a casinha onde moro, foi eu que fiz (ZEZO, pedreiro, 51 anos)

Como podemos observar na citação antecedente, o trabalho rural e o trabalho urbano, no caso da construção civil, não empregam instrumentos que apresentem aspectos com grande diferenciação: pás, enxadas, picaretas, carrinhos-de-mão que são as ferramentas básicas para o trabalho de um servente, se constituem nas mesmas utilizadas na “labuta da roça”⁷. Com isso, não se apresenta uma diferenciação tão acentuada entre o trabalho urbano e rural para o migrante, pois os referidos instrumentos de trabalho e o esforço físico empregados na zona rural de Monte Azul, pelo menos dentro do trabalho inicial de servente, não apresentam grandes disparidades.

Portanto, sendo uma ocupação quase que puramente física, a adaptação do migrante ao trabalho citadino ocorre sem nenhum problema, mesmo que apresente um limitado capital sócio-cultural para a vida no meio urbano. Processo este, facilitado pelas técnicas utilizadas na realização da maioria dos trabalhos da construção civil, que foram criadas para serem consumidas em larga escala (BORGES, 1981), sendo que sua compreensão torna-se muito mais simples que a maioria dos ofícios encontrados no espaço rural.

A principal alteração verificada entre o trabalho na roça e o trabalho na construção civil está na organização das tarefas a serem executadas na construção civil,

⁶ Este processo é idêntico ao *saber-fazer* no meio rural no qual se refere Woortamann (1981) a respeito dos *sitiantes* *sergipanos*.

⁷ Fala nativa.

onde o trabalhador passa a receber, muitas vezes, cotas diárias de tarefas, as quais devem cumprir em determinado período de tempo ou mediante certa remuneração já combinada. Desta forma, as tarefas constituem uma fração do serviço total, diferente do que ocorre no espaço norte mineiro ⁸, onde o trabalho não possui esta fragmentação.

Após ingressarem no trabalho citadino, conforme o processo mostrado anteriormente, os migrantes norte mineiro vão se afeiçoar gradativamente ao ritmo, aos códigos e às normas do trabalho na construção civil. Os trabalhadores do espaço rural de Monte Azul, dentro da turma estudada iniciam um lento processo de adaptação e capacitação (semelhante aos observados nos espaços do norte de Minas) para o trabalho urbano, que progride, a partir, de seus próprios esforços e relações pessoais, obtendo uma razoável mobilidade ocupacional, que permitirá a continuidade de seu projeto de migração e retorno.

Donde eu cheguei de Minas não sabia nada de trabalhar em obra. Naquela época eu tinha é muita vontade de trabalhar, como eu tava acostumado a trabalhar pesado na roça eu sujeitava a trabalhar com qualquer coisa aqui na cidade. Então comecei como servente, fazendo massa e empilhando tijolo para o pedreiro assentar. Aí, com o tempo eu fui aprendendo a fazer ferragem com um ferreiro que o Agostinho contratava. Hoje já ganho como pedreiro porque toda ferragem que o Agostinho faz nas obra é eu quem faço. Me tornei meio que um especialista em ferragem, é só dar a planta de engenharia que tem a ferragem que eu faço ... (FRANCISCO, armador, 48 anos)

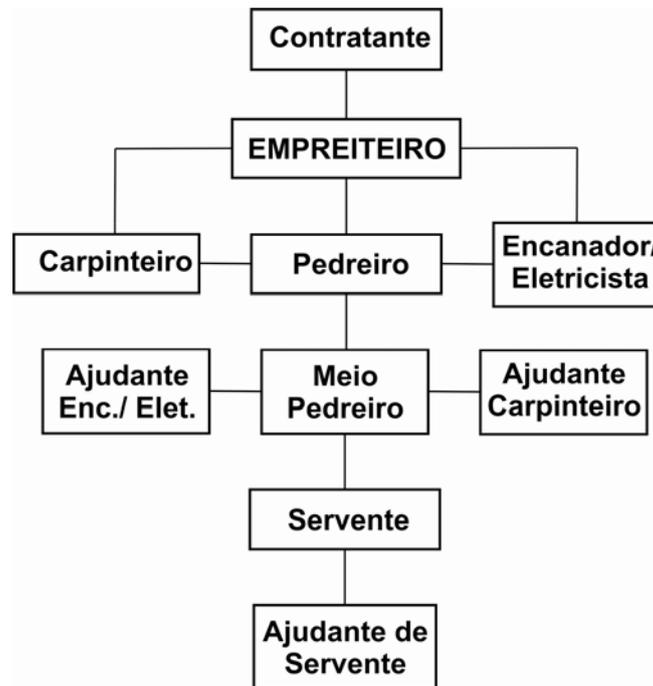
Quando “entram para a turma”⁹, geralmente não possuem nenhuma capacitação específica anterior; se iniciando na condição de ajudante de servente, o qual corresponde à função de nível hierárquico mais baixo. Após algum tempo, passam a ser classificados como servente, de servente a meio pedreiro, daí a pedreiro, e alguns atingem, finalmente a posição de empreiteiro, grau máximo de hierarquia dentro da turma (Organograma 1).

No decorrer do caminho dessa progressão é necessário ao trabalhador aprender/apreender as habilidades ou qualidades necessárias para a realização das funções referentes a cada ocupação, indicando assim, a posse de conhecimento para a realização de determinada tarefa. Este reconhecimento da posição ocupada pelo

⁸ Esta liberdade nos contratos era estratégica para ajustar a força de trabalho: servia para apresentar o trabalho urbano simplificado, reduzido à sua expressão mais elementar, a um trabalhador que desconhecia o objetivo final do trabalho, mas sabia a seu critério executar as tarefas. Por isso as firmas não precisavam contratar pessoas especializadas e podiam fichar lavradores, que trocavam de ambientes de trabalho, mas não de ferramentas, mudavam a relação com o trabalho, mas não a rotina de esforço.

⁹ Fala nativa.

migrante na sua carreira de trabalhador urbano é estabelecida através da sua “fama”¹⁰, que corresponde à notoriedade da capacidade expressa perante o grupo. Assim, dentro da dinâmica da turma as habilidades do trabalhador não são testadas, mas são “espalhadas” através de conversas entre os pares, o trabalhador tem a “fama”, sendo este o ponto de avaliação do trabalhador.



Organograma 1 – Ocupação em uma turma de construção civil
Organização: Adriano Corrêa Maia.

Desse modo, através dos elementos relacionados com a organização do trabalho - capacitação, hierarquia, “fama” e rendimentos – podemos observar como os elementos culturais e espaciais norte mineiros são importantes para a estruturação do espaço urbano de Rio Claro. Estes elementos são a base constituidora das engrenagens de funcionamento da turma de trabalho, assim, estão diretamente conectados com as especialidades e sociabilidades presentes no espaço norte mineiro.

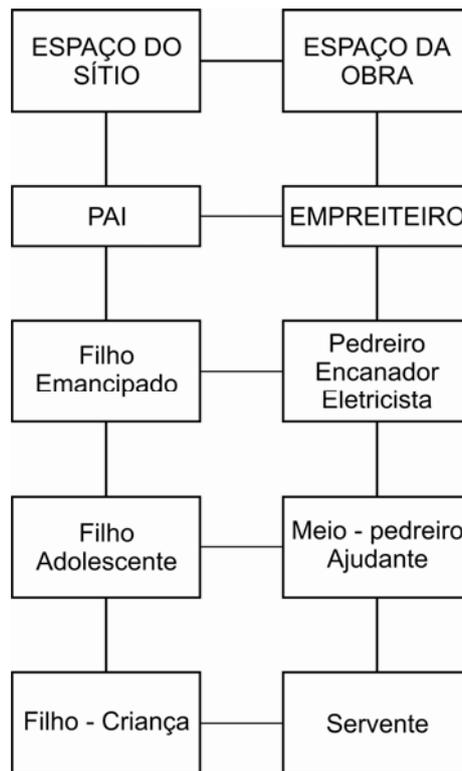
A especialidade no trabalho do migrante: a interação entre espaços

Podemos observar que a capacitação para o trabalho em Rio Claro, dentro do grupo de migrantes estudado, segue um padrão semelhante ao ocorrido na zona rural de Monte Azul (MAIA, 2010, p. 81). O processo de aprendizado, nos dois casos, se

¹⁰ Fala nativa.

assemelha aos processos artesanais de trabalho, durante o qual o aprendiz recebe o ensinamento de um mestre, que guia sua mão no ofício, formando aos poucos um profissional, que por fim será considerado um igual.

Dentro dessa dinâmica de qualificação e classificação observamos um paralelo entre os processos ocorridos no espaço rural da região de Monte Azul com o espaço urbano de Rio Claro (Organograma 2).



Organograma 2 – Dinâmica de qualificação e classificação no espaço rural e no urbano
Organização: Adriano Corrêa Maia.

Os trabalhadores que iniciam sua carreira na construção civil no espaço citadino são destinados à posição de ajudantes de serventes – feitos as crianças nas lavouras familiares – guiados pelo empreiteiro (ou carpinteiro ou encanador/eletricista) que possuem todo conhecimento necessário para o ofício (no sítio é a função do pai). Após, certo tempo na labuta diária do trabalho, o empreiteiro passa a classificar o migrante como servente (no sítio esta passagem corresponde ao momento no qual o pai começa a levar o filho para a roça). Trabalhando na função de servente, a próxima classificação na hierarquia da “turma”, dependendo principalmente da sua capacidade individual de aprendizagem, corresponde à de pedreiro ou meio/pedreiro (que no sítio corresponde ao

momento em que o filho se emancipa), mas dentro da sistemática da turma o migrante continua sobre a dependência do empreiteiro (isso também ocorre em relação ao pai).

Assim, através desse processo de capacitação do migrante, idêntico ao presente no espaço norte mineiro, podemos expor um sistema hierárquico produzido na/e a partir da própria turma de migrantes¹¹, que transforma quase que naturalmente – e, principalmente com base num determinado contexto espacial e em um capital sócio-cultural específico – trabalhadores rurais sem qualificação para o trabalho citadino, em dedicados pedreiros, armadores, carpinteiros, encarregados, mestres-de-obras.

Desse modo, para obter uma mobilidade funcional no trabalho é fundamental para o migrante norte mineiro possuir apenas boa-vontade e sobretudo interesse em aprender: este é o diferencial, que é manifestado no comprimento correto das tarefas colocadas pelo empreiteiro.

Como a capacitação de trabalhadores ocorre dentro do espaço da própria obra e dentro da dinâmica da turma; os migrantes que se tornaram empreiteiros certamente conheceram e passaram por todas estas etapas de aprendizado – na condição de servente, meio oficial ou oficial – conhecendo todas as dificuldades do trabalho. Portanto, a mobilidade profissional possui um caráter consensual, que depende, basicamente, do reconhecimento vertical e horizontal dos méritos do trabalhador.

(...) já passei por tudo nessa vida de obra, já fui servente, já fui pedreiro, que fazia de reboco a colocar piso. Hoje posso dizer que sei bastante coisa sobre construção. Não foi fácil, quando vim de Minas não sabia nada, só sabia carregar peso, mas a vida em Rio Claro me ensinou bastante, aprendi muito com meu irmão Tonho, mas aprendi observando os outros fazer, o engenheiro ensinando com ele queria (DOMINGOS, empreiteiro, 54 anos)

Podemos observar, decorrente de toda essa dinâmica de trabalho presente dentro do grupo de migrantes estudados, uma situação que relaciona o espaço rural norte mineiro e o espaço urbano rioclarense. Isso está expresso nos vários elementos estruturadores da organização do trabalho na turma: a entrada na turma; a forma de

¹¹ Na construção civil as funções eram ordenadas pelo saber, de uma forma parecida com aquela que existia nas corporações de ofício medievais e existe nas universidades e na agricultura das populações tradicionais. Nesses sistemas o aprendiz ingressa sem conhecimentos; mas, tendo vontade de aprender, recebe o apoio dos oficiais, progride na carreira, no ofício e no salário. Os oficiais conheciam os aprendizes da construção que eram mais aptos.

aprendizado; a hierarquia; a qualificação; a chefia; o comportamento individual e coletivo dentro da turma (direito e obrigações).

Esses itens constituem a base do ser migrante, os quais são oriundos da cultura rural norte mineira, produtos de uma espacialidade singular e resultado de uma conjunção de espaços presentes no local de origem dos migrantes norte mineiros.

“Lá influencia aqui, isso é lógico...”: Relações do espaço rural presentes no meio citadino

Como demonstrado ao longo do texto, o espaço rural de Monte Azul (MG) (as espacialidades de origem dos migrantes) vai estar presente na estruturação da vida cotidiana do migrante norte mineiro e, conseqüentemente, na sua espacialidade coetânea no meio urbano.

Deste modo, toda a formação do ser migrante, resultado da espacialidade, sociabilidade e historicidade (SOJA, 1996) vão impor elementos culturais específicos que fornecerão subsídios para a estruturação do tipo de trabalho na cidade, contribuindo para que os níveis de exploração do trabalhador sejam altos comparativamente com os de origem urbana.

Dessa forma, através da análise das dinâmicas do trabalho e do espaço da obra temos a demonstração de como a cultura rural está presente na cidade, influenciando e determinando vários aspectos de seu movimento de reprodução. Podemos observar como, em muitos casos¹², o ambiente urbano se apropria de uma cultura rural específica para uma maior exploração do seu trabalhador. Notamos este fato, relacionados aos migrantes estudados, na constatação de que vários direitos trabalhistas não estão acessíveis ao grupo, e em contrapartida, também não há uma “reclamação” da parte deles, devido às relações de trabalho, às quais são submetidos, ainda serem caracterizadas pela ordem sócio-espacial do interior de Minas, onde as relações pessoais (parentesco e compadrio) possuem um peso maior comparado com o direito civil.

Decorrente das dinâmicas sociais presentes no grupo, as relações de exploração desses trabalhadores são altas para o padrão urbano, ganham baixos salários, não possuem direitos trabalhistas e nem segurança no trabalho, mas trazem da cultura rural “normas” que tornam estes elementos de exploração “compreensíveis” dentro da sua cultura.

¹² Incluindo nosso caso estudado.

Não estamos colocando que a cultura rural permanece estática na conjunção com o espaço urbano, nitidamente sofre influências da cultura urbana, em muitos casos podendo haver uma (re) modelação do comportamento dos indivíduos com o surgimento de outras espacialidades, mas baseados nas análises do processo de incorporação do migrante mineiro ao meio urbano podemos afirmar que “... lá influencia aqui, isso é lógico (...)”¹³, naturalizando com isso as condições desfavoráveis presentes na vida do migrante meio citadino .

Referências

BORGES, Alberto de Campos. **Prática das Pequenas Construções** - Vol. I e II. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 1981.

FROMM, Erich. **Conceito marxista de homem**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

GODOY, Paulo Roberto Teixeira. A produção do espaço: uma reaproximação conceitual da perspectiva lefebvriana. **GEOUSP** - Espaço e Tempo, São Paulo, n. 23, p. 125 - 132, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. Oxford: Blackwell, 1991.

MAIA, Adriano Corrêa. **A construção de espaço e cultura: Trajetórias migratórias entre Monte Azul (MG) e Rio Claro (SP)**. 2010. 169f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2010.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: Hucitec; Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

_____. O Retorno: elemento constitutivo da condição do migrante. In: **Travessia – Revista do Migrante**, São Paulo, número Especial, 2000.

SILVA, M. A. M. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

SOJA, Edward. W. **Thirdspace: journeys to Los Angeles and other real-and-imagined places**. Oxford: Blackwell, 1996.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. O Sítio Camponês. **Anuário Antropológico**, 1981.

¹³ Fala nativa.



PRÁTICAS MIGRATÓRIAS EM FAMÍLIAS CAMPONESAS: UMA ETNOGRAFIA DO IR E VIR CAMPONÊS

Resumo

Os estudos sobre famílias camponesas nos revelam serem as práticas migratórias alternativas históricas e constitutivas de sua reprodução. Destaca-se o papel dessas práticas na busca de recursos materiais fora da terra de origem. Por outro lado, paralelamente à necessidade de buscar recursos alhures, o sair da terra é uma prática inserida numa lógica camponesa, e nesse sentido, revestida de uma dimensão simbólica e ritual. Partindo de uma pesquisa etnográfica com famílias camponesas de Aracatú, município do Nordeste do Brasil, que há mais de uma década se deslocam para trabalhar em fazendas de café de Minas Gerais e de São Paulo, o objetivo desse texto é demonstrar a presença de uma lógica camponesa na configuração do processo migratório vivenciado por essas famílias. Por contrapartida, propõe-se pensar as práticas migratórias como importantes fatores na reprodução da própria campesinidade das famílias migrantes.

Introdução

Assim como tantos outros municípios do Nordeste brasileiro, Aracatú, no sul do estado da Bahia, pode ser definido como um lugar de migrantes. Ter *saido*¹ alguma vez ou ter algum parente, vizinho ou conhecido vivendo fora de casa é a regra dentre as famílias de Aracatú. As trajetórias migratórias das famílias caracterizam-se ademais dentro de um

¹ *Sair* no contexto pesquisado significa deslocar-se fisicamente para viver e/ou trabalhar em outro lugar fora da *fazenda* em Aracatú. Entre camponeses de Sergipe, outro estado da região Nordeste brasileira, Klaas Woortmann encontrou também a expressão “sair” como esse mesmo significado de deslocamento migratório, e ainda outra expressão verbal, o “viajar”; enquanto “sair” faz referência a uma “emigração definitiva”, “viajar” revela um caráter temporário ou circular da migração, mais especificamente o que o autor classifica como “migração pré-matrimonial” (do filho) e “migração do pai” (WOORTMANN, 2009).

padrão mais ou menos homogêneo, com seus membros se deslocando para o estado de São Paulo, em especial para os municípios de Campinas e Artur Nogueira, locais onde há mais de uma década vivem seus parentes e conterrâneos (migrantes mais antigos), e para fazendas de café no sul do estado de Minas Gerais e de Campinas. São em maioria pessoas de famílias camponesas e pobres do sertão nordestino, região brasileira de clima semi-árido, com índices pluviométricos insuficientes para uma agricultura ou produção agropecuárias viáveis. Um local carente de investimento público, ou mesmo privado, no sentido de implantação de projetos de contenção de águas de chuva e de irrigação para as lavouras.

Percorrendo a literatura sobre famílias camponesas, mais especificamente aquelas que têm “sítio”, “chão de roça” e “morada” em contextos rurais nordestinos, os deslocamentos migratórios são descritos como práticas históricas e recorrentemente utilizadas para a reprodução das famílias na terra de origem (cf. ANDRADE, 1980, GARCIA JÚNIOR, 1989, SILVA, MAM, 1999, SCOTT, 2009).

Atualmente em Aracatú o processo migratório vem se pautando, básica e analiticamente, por duas formas de movimentação de pessoas no espaço: os deslocamentos de caráter temporário para o trabalho na colheita do café, e os deslocamentos para os médios e grandes centros urbanos, com o intuito de nestes permanecer por um período de tempo maior que o de uma colheita, muitas vezes por um período de tempo não determinado². Contudo, trata-se de diferentes modalidades migratórias que se mesclam e se sucedem de forma não linear ou necessária, no sentido de uma delas não servir de trampolim ou passagem obrigatória para alcançar uma segunda³.

Estou a falar de homens e mulheres, rapazes e moças, e até mesmo crianças, que deixam de suas terras (*fazendas*) em Aracatú, viajam cerca de mil quilômetros de ônibus fretados até o sul de Minas Gerais e Campinas, ambas na região Sudeste do Brasil, e nesses lugares passam cerca de quatro meses (de maio a agosto) morando em alojamentos localizados interior das fazendas de café ou, em menor proporção, em casas da periferia urbana nos municípios próximos às fazendas cafeeiras. No sul do estado de Minas gerais,

²Os deslocamentos para buscar recursos fora das fazendas de Aracatú são práticas nada recentes para as famílias do local. Não obstante, são práticas que se atualizam no tempo e no espaço, tendo havido mudanças na forma de migrar, nos lugares para onde se deslocam, e mesmo das pessoas da família que deixam a terra familiar.

³Isso se diferencia do relatado por Marilda Menezes (2002) em seu trabalho com “camponeses-trabalhadores-migrantes” que se deslocam do agreste paraibano para o corte da cana-de-açúcar na zona da mata pernambucana, no qual a autora embora fale de diferentes tipos de migração presentes nas trajetórias das famílias, os concebe como etapas migratórias lineares e sucessivas, sendo o deslocamento para Pernambuco uma primeira etapa, para a chegada posterior à região Sudeste do Brasil.

as fazendas de café estão concentradas na região de Poços de Caldas, basicamente nos municípios de Ibiraci, Alfenas, Paraguaçu e Machado. Em Campinas há somente uma fazenda cafeeira, a Monte D'Este, que recebe todos os anos *turma* de migrantes vindas de Aracatú.

Neste texto, que é parte de minha pesquisa de doutoramento intitulada “*Sair pelo mundo: a conformação de uma territorialidade camponesa*” (NOGUEIRA, 2010), o propósito é analisar uma das mais importantes modalidades de deslocamento realizado no tempo presente por famílias camponesas⁴ de Aracatú, aquela que denomino como “migração para o café”⁵, ou seja, o ir e vir de camponeses entre suas *fazendas*⁶ de Aracatú e os cafezais do Sudeste do Brasil. Partindo de um estudo etnográfico com algumas famílias camponesas de Aracatú, marcadas por um importante processo migratório, evidencia-se a presença de uma lógica camponesa na constituição e na organização das práticas migratórias.

Por fim, embora ainda como uma discussão preliminar, propõe-se pensar as práticas migratórias atuando na reprodução de uma “campecinidade”, no sentido dado a este termo por Klass Woortmann (2009), como uma subjetividade muito mais que uma objetividade camponesa.

A “migração para o café”: os que vão e os que ficam

*Sair para o café*⁷ é uma prática a que recorre grande parte dos moradores de Aracatú para *ganhar a vida*⁸. No campo as *saídas* para o café são onipresentes. Um lugar

⁴ Por “famílias camponesas” entendo famílias que detém pouca extensão de terra e uma produção agrícola quase que exclusivamente voltada ao consumo próprio, sendo poucos itens ou pouca quantidade o excedente produzido e eventualmente comercializado. Famílias que compõem o que Mendras (1978) denominou de uma sociedade camponesa, marcada por relações de proximidade e interconhecimento, por certa autonomia em relação ao mercado e com suas relações mediadas por poderosos locais.

⁵ Advirto que a análise apresentada neste texto não contempla toda a etnografia constante da tese acima referida acerca do tema da “migração para o café”, como por exemplo, cito a ausência da etnografia realizada nas fazendas de café do Sudeste. Sobre este tema remeto o leitor para o capítulo intitulado “Sair para o café” da referida tese (NOGUEIRA, 2010)

⁶ Fazenda é a forma local como são chamadas as propriedades de terra em Aracatú, no estado da Bahia. É uma forma de nomeação utilizada indistintamente não importando o tamanho da propriedade. Sugere-se que seja resquício de uma época em que as propriedades eram grandes, ou ainda, de uma época em que era intensa a prática da criação de animais, caprinos e bovinos em áreas compartilhadas entre várias propriedades, no caso, em fazendas. Quando me referir a essas fazendas sertanejas, e para diferenciá-las das fazendas de café do Sudeste brasileiro, a partir desse ponto passo a grafá-las sempre em itálico.

⁷ *Sair para o café* é uma forma específica de *sair* (expressão anteriormente mencionada) que tem como destino as fazendas de café do Sudeste brasileiro.

⁸ Forma coloquial, e muito utilizada em Aracatú, que significa ganhar dinheiro para viver.

que fica vazio, que *fica só solidão*, pois a maioria de seus moradores *sai* todos os anos. Grande parte das casas é fechada; algumas permanecem com somente um ou dois moradores, que ficam para tomar conta da *roça*, da criação, das crianças pequenas e dos idosos, e de outros afazeres que não podem ser interrompidos durante a colheita do café. Há sempre um familiar ou vizinho que fica para tomar conta do rebanho e da criação. No que toca à lavoura, faz-se um cálculo para que o trabalho possa ser interrompido, ou ao menos diminuído para poder ser realizado apenas pelos familiares que ficam.

O tempo de *sair* para o café está condicionado ao período das colheitas na região Sudeste, que a princípio é um tempo do outro, do fazendeiro do café. Por outro lado, a organização do trabalho nas *fazendas* da Bahia obedece ao compasso das *saídas e* retornos para o café. Dentro do permitido pelas leis da natureza e dos recursos disponíveis, as famílias camponesas fazem um planejamento para que o plantio e a colheita das culturas agrícolas aconteçam fora do período em que a maior parte de seus membros estão no café (entre setembro-outubro e março-abril), ou mesmo optam por não *botar roça*, num ou noutro ano. Ademais, o *dinheiro do café*, que é como é chamado o pagamento recebido pelo trabalho realizado nos cafezais, é esperado para a compra de sementes, adubos, agrotóxicos, ferramentas de trabalho, e outros bens a serem utilizados na própria *fazenda*, nas plantações, na criação e no pequeno rebanho. Se de um lado o processo migratório obedece a um “tempo biológico”, que é o do ciclo vegetativo do café, de outro há um “tempo do café”⁹, definido pelo primeiro, que também articula e redimensiona outros tempos da vida social. Um tempo que não é somente cronológico e definido pelo calendário das colheitas de café, mas um tempo que é de espera, de solidão, de saudades e de coragem. Um tempo que parece parar a vida no sertão, somente reavivada com o

⁹ Trato aqui de uma noção de tempo que dialoga com outros tempos analisados pela literatura antropológica desde o clássico “Os Nuer” onde Evans- Pritchard ({1940}2002) nos remete a duas temporalidades nativas determinadas: o “tempo ecológico” e o “tempo estrutural”. O primeiro decorre das relações do grupo com o meio ambiente e o segundo das próprias relações dos indivíduos entre si. Um tempo que Marcel Mauss define como marcador da vida social. Em seu ensaio “Sur les variations saisonnières des sociétés Eskimós” ({1904} 2003), identifica formas de sociabilidade relacionadas basicamente com duas estações do ano: “verão” e “inverno”, duas estações que se relacionam e marcam distinções em aspectos fundamentais da vida social, como na vida moral, jurídica, religiosa e na doméstica. Também um tempo social que Norbert Elias (1998) tem como desvinculado de um dado da natureza independente do ser humano, o significando como um quadro de referência que organiza os acontecimentos, as fases e os fluxos nos grupos humanos. Já numa literatura nacional mais recente, há o “tempo da política”, categoria que Moacir Palmeira (2002) identificou como nativa entre populações camponesas do Nordeste brasileiro, e que nomeia um período de subversão no cotidiano dessas populações, onde se observa um rearranjo nas posições sociais. Por fim, mas sem a pretensão de esgotar as aparições da categoria tempo na literatura, cito o “tempo de acampamento”, categoria encontrada entre os sem-terra identificados e a analisados por Nashieli Loera (2009), que funciona como um código social que organiza e ordena as relações no “mundo das ocupações de terra” no Brasil.

retorno dos migrantes, quando “retornam” também as festas, as aulas, as plantações, a construção das casas, o movimento no comércio, enfim, a vida social.

O deslocamento das famílias aracatuenses para o café é atualmente realizado tanto por homens como por mulheres, casadas ou solteiras¹⁰, e até por crianças pequenas¹¹. O casamento não corresponde como antes a um passaporte para que moças e mulheres casadas deixem as *fazendas* do sertão, sendo as mesmas aceitas quase que indistintamente nas *turmas* de migrantes que seguem para os cafezais. Há famílias que continuam a exigir que as moças¹² sejam acompanhadas do pai ou de um irmão, e as mulheres casadas de seus maridos. Por outro lado, poucos são os fazendeiros do café que fazem algum tipo de objeção ao trabalho feminino, considerado inclusive mais diligente que aquele realizado pelos homens.

Não obstante o grande aporte de aracatuenses que todos os anos *saem* para o café, há sempre os que ficam nas *fazendas*: as crianças, os idosos, os inválidos, e aqueles que no dizer local “não têm coragem” ou “têm mérito”. Não *saem* para o café os que não podem trabalhar por causa da pouca ou avançada idade, ou os que não têm condições físicas, os deficientes e doentes; também não precisam partir os que “têm mérito”, ou seja, uma pequena elite local seja por terem nascido em famílias abastadas ou por serem funcionários públicos.

Mas para *sair* é preciso também ter coragem. Coragem de *sair pelo mundo*¹³ e deixar a casa e os filhos para trás, de trocar um cotidiano conhecido no sertão onde se é “senhor” de sua vida, e principalmente de seu tempo de trabalho, pelo de um trabalhador rural temporário que passa a laborar infindáveis horas que se transforma o tempo nos

¹⁰ Maria Aparecida Moraes Silva (1989) distingue a migração de mulheres para a colheita do café daquela para os canaviais. Assinala que somente nos cafezais aparece a “ajuda” dos filhos pequenos, que com suas mães “*dividem o pano*”, bem como o costume das mulheres de carregar consigo bebês de colo, muitos ainda mamando no peito, e de deixá-los embaixo dos pés do café enquanto trabalham. Observa a autora, que a situação muda quando os deslocamentos são dirigidos aos canaviais, para onde as mulheres somente podem ir sem filhos, sem crianças, o que também nos mostra Silva, MAM (1989) e Pereira (2007).

¹¹ Nota-se nos últimos anos uma sensível diminuição do número de crianças que acompanham seus pais, em especial as mães, nos cafezais do Sudeste. Por um lado, a cada ano diminui o número de fazendas de café que admitem a presença de crianças em seus alojamentos, como decorrência da crescente formalização dos contratos de trabalho e da maior fiscalização do trabalho. Por outro lado, e provavelmente o motivo central da diminuição da ida de crianças para os cafezais, foi a implantação do programa Bolsa-família pelo Governo Federal, que prevê o pagamento de um benefício financeiro mensal a famílias carentes. Pois, como requisitos para o recebimento desse benefício, além da comprovação da situação de carência econômica da família, é exigido dos pais que levem seus filhos regularmente aos Postos de Saúde e que assegurem a eles uma frequência mínima à escola. No caso da “migração para o café”, o período da colheita, que pode chegar a três meses, ultrapassa o número máximo de dias que os estudantes podem ficar fora da escola, segundo os requisitos do citado programa.

¹² Moças é a forma local como se denominam mulheres solteiras.

¹³ Outra expressão local que denomina deslocamento migratório.

cafezais, e que sofre em alojamentos frios e improvisados, onde vivem precariamente durante dois ou três meses. Trata-se de uma ideia de coragem associada com a de sofrimento; somente os que têm coragem para sofrer partem, os que não a têm *ficam parados*. Não *saem* para o café, ficam parados no tempo e no espaço, no compasso de espera dos que *saíram*, ficam como o sertão, *triste*.

Mas o sofrimento está presente também para os que ficam, para aqueles que precisam ter coragem para enfrentar a solidão das *fazendas vazias*, lugares *tristes* onde *o tempo não passa nunca*. Entre os jovens ficar parece ser ainda mais penoso. É separar-se dos amigos que foram para o café, é não fazer como dizem *um passeio pro lado do café*, e ficar na Bahia só com os velhos e com as crianças, quase sempre um aborrecimento.

No que se refere aos deslocamentos de jovens para o café, sejam rapazes ou moças, supõe-se que por volta dos dezesseis anos - quando se tornam capacitados legalmente perante a Lei brasileira-, estão *formados* para a lida no café¹⁴. O fato dos jovens estarem em idade escolar, e no meio do período letivo, não tem muito peso na decisão de sua ida para o café, pois o calendário escolar das escolas é modificado para que os alunos que *saem* possam continuar a estudar.

De forma análoga ao que acontece com a produção agrícola e com a criação nas *fazendas sertanejas*, as *saídas para o café* pautam a organização doméstica das famílias camponesas de Aracatú, sendo várias as “combinações de estratégias de uso diversificado da mão-de-obra familiar” (SCOTT, 2009, p. 245). Um exemplo disso é o acionamento das redes familiares e de vizinhança visando encontrar pessoas para cuidar do que, e dos que ficam. Outro é o cálculo familiar para que a lida na terra familiar não coincida com o “tempo do café”. Há situações nada incomuns de famílias que optam inclusive por não cultivar sua própria terra num dado ano, para que mais membros familiares se liberem para a colheita do café do Sudeste, contentando-se com uma pequena horta doméstica e uma criação.

Os arregimentadores do café

Sair para o café é uma prática que não se faz individualmente ou em pequenos grupos de parentes e vizinhos, como acontecia nos anos 1970, quando os aracatuenses se

¹⁴ Nesse caso, a maioria trabalhista, uma prescrição legal ditada pelo Poder Público, é incorporada por essas famílias e por elas reelaborada, passando a fazer sentido para a própria dinâmica da família, que a partir disso definindo os que já podem migrar e aqueles que não devem ainda partir.

“aventuravam” pelo “meio do mundo” (SCOTT, 2009). Trata-se mais propriamente de um negócio organizado, que tem o arregimentador de migrantes como figura central. É este quem segue na frente e faz o contato com os fazendeiros do café do Sudeste que demandam mão-de-obra temporária para seus cafezais; na sequência ele volta á Aracatú, reúne sua turma de migrantes, organiza a viagem até os cafezais.

O arregimentador de migrantes é sempre um conterrâneo dos migrantes, um parente, um vizinho ou conhecido, que age como um intermediário entre eles e os fazendeiros do café. Sua função é reunir trabalhadores e leva-los até os cafezais, com os quais permanece durante o tempo da colheita, como o responsável pela *turma*. O arregimentador difere do fiscal, que é um funcionário da própria fazenda, o responsável pela definição da área a ser trabalhada no dia, pela pesagem da colheita e pelo preenchimento do vale do pagamento. O arregimentador também não é o responsável pelo pagamento da *turma*, cabendo esta função ao fazendeiro ou a um encarregado, mediante a apresentação dos vales pelos trabalhadores.

Portanto, diferentemente dos fiscais, do gerente ou de qualquer outro funcionário da fazenda de café, o arregimentador é também um migrante, embora ocupe um lugar hierárquico mais elevado. Como os demais trabalhadores da *turma*, é remunerado diretamente pelo dono da fazenda de café (ou por seus encarregados), embora receba um valor mais elevado que aquele pago aos primeiros, calculado não sobre a quantidade de café por ele próprio colhida (normalmente não trabalham diretamente na colheita, embora eventualmente alguns cheguem a realizar também esta função), mas em percentual sobre a quantidade de café total colhida pela *turma*.

De forma análoga ao tratado pela literatura em outros cenários migratórios brasileiros (SILVA, M.A.M., 1999, SILVA, V., 2005, MACHADO, 1992), em Aracatú os arregimentadores de migrantes têm uma trajetória de vida pregressa associada ao trabalho na *roça*, na terra natal ou fora. Entre aqueles com os quais tive interlocução durante a pesquisa, assim como daqueles que tive conhecimento através de terceiros, todos eram nascidos em famílias camponesas de Aracatú, e trabalhavam, ou já haviam trabalhado parte da vida com atividades agrícolas. Antes de começarem a trabalhar como arregimentadores de migrantes, eram somente camponeses e migrantes.

Ser chefe de *turma* é tornar-se chefe de *turma*, é deixar de ser um “mero” camponês agenciado por outrem para trabalhar fora de suas *fazendas* sertanejas, e tornar-se aquele que passa a levar os “seus” próprios trabalhadores. É ter o ofício de arregimentador de migrantes. Um ofício que se aprende na prática com outros arregimentadores, para os quais

trabalha e com os quais tem algum tipo de relacionamento próximo. Um ofício que não raro é um “negócio de família”, passado de pai para filho.

Os arregimentadores de migrantes normalmente começam trabalhando para outras pessoas e depois mudam de categoria, passando de trabalhadores de *turma*, a uma posição hierarquicamente superior, dotada de maior prestígio e poder, que é a de chefe de *turma* (ou de arregimentador de migrantes). Porém, essa passagem não é fácil para todos, ou ao menos, é mais para uns que para outros. Para os “novatos” no ofício, ou seja, para aqueles que não possuem pai ou parente próximo que lhes transmita o ofício, essa passagem mostra-se bem mais difícil e demorada. Para ser um arregimentador é necessário ter uma relação direta com o proprietário da fazenda (ou seu gerente) para onde se pretende levar os migrantes. Relações que chegam a durar vários anos, e são as responsáveis pelos sucessivos retornos de “sua” *turma* às mesmas fazendas de café, criando-se uma espécie de exclusividade de mercado para os que já são chefes de *turma* em relação aos “novatos”. Portanto, para o ingresso dos “novatos” no ofício é exigido sua inserção nas redes tecidas entre os “veteranos” no ofício e os fazendeiros do café, ou ao menos, que eles próprios tenham novas redes, caminho este bem mais difícil que os trilhados pelos que herdaram o ofício de um parente mais velho.

Dialeticamente relacionado à posição social dos arregimentadores de migrantes, há o prestígio daquele que neste ofício é investido. De um lado, é preciso ter prestígio perante um grupo de migrantes (uma *turma*) para se tornar seu chefe; de outro, uma vez investido e atuante no ofício, tem-se seu prestígio perpetuado.

Em Aracatú o que se observa é a existência de relações de dominação pessoal dos arregimentadores em relação aos migrantes. Estes dependem dos primeiros para arrumar trabalho nas fazendas de café. Cabe aos arregimentadores a escolha de quem comporá sua *turma*. Ir *depressa a procura de um gato*, como expresso no verso de um poeta local, mostra a primeira providência dos aracatuenses para poder *sair* para o café. A ação pode partir tanto dos próprios migrantes que saem literalmente à procura de um arregimentador como deste que faz saber aos seus conterrâneos, que procura pessoas para compor sua *turma*. De qualquer modo, o que importa é que a decisão final é do arregimentador, que tem o poder para decidir quem vai e quem fica.

Ter uma boa relação familiar, de vizinhança ou de proximidade com um arregimentador é uma condição primeira para poder estar na *turma*. Além disso, ter já trabalhado antes com um dado arregimentador, tendo cumprido diligentemente as obrigações de um bom trabalhador, é também condição para a renovação da sua vaga na

turma do ano seguinte. Aliás, a regra é a permanência, em anos seguidos, em *turmas* de um mesmo chefe, configurando-se uma espécie de fidelidade recíproca.

Inspirada nas análises de Lygia Sigaud (2004) acerca das relações entre os “moradores” dos engenhos e seus patrões, sugiro existir entre os arregimentadores e os migrantes que leva para a colheita do café, uma forma aproximada da “dominação tradicional”¹⁵ weberiana. Uma modalidade de dominação exercida em virtude da dignidade do arregimentador, e reiterada pela tradição, por fidelidade dos migrantes em relação a ele. Um tipo de dominação influenciada diretamente por valores morais e éticos¹⁶, característicos de sociedades onde predominam relações de interconhecimento e proximidade, como as sociedades camponesas, e não por algum tipo de ordenamento legal ou burocrático que caracterizaria a “dominação legal”. Nesse sentido, uma relação de dominação que nem sempre é percebida pelos migrantes, seja porque o arregimentador é alguém que lhes é próximo, e a quem chamam pelo nome¹⁷, alguém da família ou da vizinhança, seja por ser alguém que lhes proporciona uma vida melhor, na medida em que lhes arruma trabalho remunerado. Pode-se falar mesmo num sentimento de dívida dos migrantes em relação aos “generosos” arregimentadores, em razão da ajuda que deles recebem. *Ajudas* que não são vistas como obrigações, mas como dons, que dimensionam o prestígio e o poder dos arregimentadores perante os migrantes, seus familiares e toda uma população que deles dependem para *ganhar a vida* fora.

Ademais, observa-se que o prestígio e o poder dos arregimentadores permeiam praticamente todas as esferas da vida das famílias camponesas de Aracatú. Ele não é somente aquele que *leva gente para o café*. É também quem tem recursos financeiros para comprar um caminhão para *fazer linha* entre as *fazendas* e o centro urbano de Aracatú, aquele que consegue se eleger vereador, seja na Bahia ou em Artur Nogueira, onde mora um grupo grande de aracatuenses, ou simplesmente aquele que é conhecido e respeitado como um “bom baiano”.

A bagagem dos “migrantes do café”: presentes e notícias

¹⁵ Cf. Max Weber (1964) a respeito dos três tipos de dominação: legal, tradicional e carismática.

¹⁶ Sobre o tema da autoridade moral dos arregimentadores de migrantes, ver também Menezes, 1998.

¹⁷ Embora tenha feita a opção pelo termo arregimentador para me referir no texto àquelas pessoas que reúnem os migrantes e os conduzem para o trabalho nos cafezais, observo que este termo não é o corrente dentre as famílias de Aracatú (o mesmo não ocorrendo com o termo “gato”, tão presente em outros contextos e situações migratórias brasileiras). O mais comum em Aracatú é chamar essa pessoa (o arregimentador de migrantes) pelo seu próprio nome, que como mencionado acima, é uma expressão da relação de proximidade que existe entre esses e os trabalhadores de sua *turma*.

Depois de acertado com um arregimentador a vaga em sua *turma*, que em breve seguirá para o café, o próximo passo é ajeitar a bagagem. O embarque acontece na sede urbana de Aracatú, onde no dia marcado para a viagem, pode-se ver, desde bem cedo, migrantes e suas muitas malas, sacolas, caixas, latões¹⁸ e colchões. Levam roupas, apetrechos para cozinha e para alimentação nos cafezais, como garrafas e as marmitas térmicas, e mantimentos para a viagem e primeiros dias no alojamento, e por fim, mas não menos importante, portam presentes para os parentes que moram em *São Paulo*.

Para além de uma forma alternativa de trabalho e renda fora da terra familiar, *sair* para o café representa uma oportunidade para visitar parentes que estão a viver em Campinas, Artur Nogueira e outros municípios paulistas, próximos às fazendas de café onde vão colher café. Nesse sentido, são visitas que se caracterizam como reencontros familiares, nos quais o ato de presentear aparece como prática central, esperada e obrigatória para os participantes.

Ao final do trabalho da colheita, a última semana antes de retornar fica reservada às visitas aos parentes que vivem na região de Campinas¹⁹, e também às compras, sejam itens para si mesmos ou encomendas do pessoal que ficou na Bahia, ou presentes que nunca podem ser esquecidos. Para estas visitas os migrantes trazem presentes da Bahia para os parentes que vivem em cidades do estado de São Paulo (migrantes mais antigos), Destes recebem presentes como retribuição. Ademais, os migrantes têm também a importante função familiar de “portadores de presentes”, ou seja, a obrigação de portar presentes dos parentes que estão em Aracatú para parentes que estão em São Paulo e vice-versa.

Os presentes trazidos pelos migrantes são basicamente gêneros alimentícios, produzidos nas *fazendas*, ou comprados nos mercados de Aracatú²⁰. Presentes que não se configuram somente como bens materiais, mas transportam consigo um pouco de Aracatú, e das pessoas que lá ficaram para os que vivem alhures com saudades de casa. Num

¹⁸ Nesses latões os aracatuenses transportam carne de porco ou de bode salgadas para serem consumidos nos alojamentos, e principalmente para serem dados aos parentes que moram fora.

¹⁹ Embora sejam frequentes os encontros entre os “migrantes do café” e seus parentes e conterrâneos que seguem vivendo em cidades paulistas, o que ocorre normalmente nos finais de semana e na área dos alojamentos na própria fazenda, é na última semana antes do regresso à Aracatú, que os migrantes vão até as casas dos parentes de Campinas, Artur Nogueira e outras cidades paulistas.

²⁰ Quando um aracatuense não tem em sua própria *fazenda*, no momento da partida, algum produto que deseja levar aos parentes como, por exemplo, feijão e milho, é comum pedir um pouco a algum vizinho, devolvendo em outra oportunidade. Um produto que nunca se deixa de levar, pois muito apreciado pelos familiares de fora, é o requeijão, uma espécie de queijo cozido caseiro. Como não são todas as pessoas que sabem fazê-lo, há um corre-corre para comprá-lo de vizinhos ou de pequenos comerciantes, que nessa época do ano ficam sobrecarregados de tanta encomenda.

sentido contrário, em São Paulo os “migrantes do café” são presenteados pelos parentes com artigos comprados no comércio, como roupas de vestir e de cama, calçados, basicamente artigos comprados em casas comerciais de Campinas e de Artur Nogueira.

Pelas redes constituídas nos movimentos migratórios circulam ainda as *ajudas* familiares, como por exemplo, aquelas prestadas por migrantes mais antigos àqueles que chegam posteriormente nas cidades do Sudeste, como as *ajudas* com hospedagem inicial, com arregimentação de trabalho e com apoio afetivo que os novos migrantes recebem dos mais antigos, seus familiares, nos novos lugares onde aportam²¹.

Observe-se que tanto o alojamento inicial de aracatuenses nas casas dos parentes que antes deles chegaram a *São Paulo*, como a *ajuda* que destes tiveram na arregimentação de trabalho e no conforto sentimental no novo e desconhecido lugar, são fenômenos descritos não raro pela literatura nacional e internacional sobre migração, como práticas importantes à tessitura das redes de relações entre migrantes e os parentes, conhecidos e vizinhos que ficaram no lugar de origem, como das redes constituídas também nos novos lugares de destino dos migrantes (DURHAM, 2004, GARCIA JR., 1989, MAMDAMI, 1998, MENEZES, 2002, SAHLINS, 1997b, SAYAD, 1998).

As notícias aparecem como um dos mais valiosos bens trocados entre os que *saíram pelo mundo* e seus familiares que ficaram em Aracatú. A ausência da circulação de *presentes* e de *ajudas* nas redes familiares, assim como a demora em visitar os familiares, são práticas que se justificam em alguns casos, como por exemplo, em situações de dificuldade financeira daqueles de quem se espera o *presente*, a *ajuda* ou a visita; já a falta de notícias não é admitida nas famílias. O envio de notícias caracteriza-se como uma obrigação inescusável a todos os aracatuenses que *saem pelo mundo* mas desejam continuar inseridos na rede familiar, uma espécie de termômetro da continuidade ou ruptura das relações entre os que *saíram* e os que ficaram na *fazenda*. O bom filho é aquele que telefona sempre aos pais, que lhe envia notícias.

Estou a falar de presentes, visitas, notícias, *ajudas* entendidos como dádivas, dadas, recebidas e retribuídas dentro de um sistema familiar de trocas obrigatórias (MAUSS, 1988). Trocas que por sua vez, são centrais e necessárias à tessitura e atualização das redes familiares, por onde circulam esses mesmos bens, e principalmente as pessoas em seus trajetos migratórios.

²¹ Estes são exemplos mais diretamente relacionado àquelas situações em que os migrantes optam em permanecer no Sudeste, não retornando para Aracatú com sua *turma*.

Conclusão

As famílias camponesas de Aracatú convivem há pelo menos meio século com os deslocamentos migratórios. Nesses movimentos pelo espaço, famílias (ou parte delas) *saem* para Campinas, Artur Nogueira e outras cidades do interior do estado de São Paulo, enquanto outras permaneceram na Bahia, nas *fazendas* no sertão, como guardiãs da terra familiar. Na última década as *saídas* para o café se tornaram a modalidade migratória principal, e fator central na organização e reprodução das famílias e das terras camponesas de Aracatú.

Principalmente para os mais jovens, *sair* para colher café vem se mostrando a principal alternativa para ganhar dinheiro e continuar sua vida no sertão. Seja para adquirir terra, construir uma casa, botar uma *roça* e assim poder constituir família fora da casa dos pais, ou simplesmente para comprar bens de consumo que antes tinham acesso somente os que *saíam* para morar e trabalhar em *São Paulo*²².

Alguns desses jovens são solteiros ou jovens casais com filhos que, a despeito de anteriormente já terem morado em *São Paulo*, retornaram para suas *fazendas* na Bahia, e começaram a *sair* ano após ano para o café. Um retorno condicionado, em grande medida, à certeza de que mesmo voltando para a Bahia, continuariam a *ganhar a vida* fora, no café. Uma volta que se tornou possível por causa do café. Outros são jovens que nunca tiveram a experiência de morar fora do sertão, embora todos os anos migrem para colher café, e assim pensam continuar fazendo. Mudar-se para *São Paulo* e arrumar um emprego fora da agricultura não é mais a *galinha dos ovos de ouro* para muitos deles, ou ao menos não é a única alternativa para ingressarem no mundo adulto.

Porém, mais do que uma alternativa de trabalho e renda para as famílias camponesas de Aracatú, as práticas migratórias aparecem também como forma de reprodução de sua “campesinidade”, no sentido de uma subjetividade e de uma cosmologia camponesa (WOORTMANN, 2009). Por “campesinidade” estou a referir a algo mais

²² São Paulo é a denominação local para se referir às diferentes localidades da região Sudeste. O termo *São Paulo* tem um significado análogo ao *Sul* trazido por Afrânio Garcia Júnior (1989) em sua pesquisa realizada com migrantes paraibanos, ou seja, se refere a um local na região Sudeste brasileira, para onde se costuma migrar em busca de melhores condições de vida, em especial, de um trabalho remunerado, e ainda, um local interligado com o de sua região de origem por redes de relações formadas entre os migrantes e os que ficaram.

amplo que um modo de vida camponês, definido classicamente como um sistema de trabalho familiar numa terra familiar, mesmo porque em muitas famílias camponesas de Aracatú a terra deixou de representar um lugar de trabalho para se tornar mais propriamente um lugar de moradia, seja para os parentes que seguem ali vivendo de forma atual, ou para aqueles que se espalham para *São Paulo* e um dia almejam retornar.

Paralelamente ao clássico problema sucessório enfrentado pelas famílias camponesas, que é o da insuficiência de terras para todos os seus descendentes, e aos problemas enfrentados pelos camponeses que vivem em áreas pobres do sertão nordestino, castigadas pela falta d'água e carentes de políticas públicas ou privadas que possibilitem vida digna, como é o caso das *fazendas* de Atacatú, as *saídas* para o café têm o condão de deslocar o trabalho agrícola para fora das terras familiares. Nesse sentido, a *fazenda* do sertão muito mais do que um lugar de trabalho, se desvela a casa da família camponesa, o lugar de onde se é, o lugar de sua campesinidade, aquele que é reproduzido no processo migratório analisado.

Referências

- ANDRADE, Manoel Correia de Andrade. A terra e o homem no Nordeste. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.
- DURHAM, Eunice. Migrantes rurais In: Thomaz, O. R. **A dinâmica da cultura** – ensaios de antropologia. São Paulo: Cosacnaify, 2004, p. 181-201.
- ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- EVANS- PRITCHARD, E.Edward. **Os Nuer**. São Paulo: Perspectiva, {1940}2002.
- GARCIA JUNIOR., Afrânio. **O sul: caminho do roçado** – estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora Universidade de Brasília: MCT: CNPq, 1989.
- MACHADO, Eduardo. **Trajetórias da migração rural da Bahia**. 1992. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Campinas, SP.
- MANDANI, Mahmood .**Ciudadano y súbdito**. África contemporánea y el legado del colonialismo tardío. México: Siglo XXI Editores, 1998.
- MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. Lisboa: Edições 70, {1923-1924}1988.
- _____. Essai sur les variations saisonnières des sociétés Eskimos. Étude de morphologie sociale In **Sociologie e Anthropologie**. Paris: Quadrige, Presses Universitaires de France, {1904-05} 2003).
- MENDRAS, H. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MENEZES, Marilda Aparecida. **Redes e enredos nas trilhas dos imigrantes**: um estudo de famílias de camponeses-migrantes. Rio de Janeiro: Relume-Dumara; João Pessoa: EDUFPB, 2002.

_____. **Interações sociais em alojamentos de trabalhadores migrantes** (o caso dos *corumbas* na plantation canavieira de Pernambuco). Texto apresentado no **XXII Encontro Anual da Anpocs, de 27 a 30 de outubro de 1998, Caxambu, MG, mimeo.**

NOGUEIRA, Verena Sevá. A “venda nova das imigrantes”: relações de gênero e práticas sociais do agroturismo. 2004. **Dissertação** (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, SP.

PALMEIRA, Moacir. Política e tempo: nota exploratória In Mariza Peirano (Org.), **O dito e o feito**: ensaio de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

PEREIRA, José Carlos Alves. À procura de viver bem: jovens rurais entre campo e cidade. 2007. **Dissertação** (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, SP.

SAYAD, Abdelmalek. Elghorba: o mecanismo de reprodução da imigração In: SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998, p. 25-44.

SCOTT, Russel Parry. Famílias camponesas, migrações e contextos de poder no Nordeste: entre o “cativeiro” e o “meio do mundo” In Emília Pietrafesa de Godoi; Marilda Aparecida Menezes; Rosa Acevedo Marin (Orgs.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias, v.2: estratégias de reprodução social. São Paulo: Unesp; Brasília, DF: Nead, 2009, p 245-267.

SIGAUD, Lygia. Armadilhas da honra e do perdão: usos sociais do direito na mata pernambucana. **Mana**. n.10, v. 1, p. 131-163, 2004

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundação editora UNESP, 1999.

_____. **Quando as andorinhas são forçadas a voar**. Texto apresentado no XIII Encontro Anual da Anpocs, de 23 a 27 de outubro de **1989**, Caxambu, MG, mimeo.

SILVA, Vanda Aparecida. **Menina carregando menino...**: sexualidade e família entre jovens de origem rural num município do Vale do Jequitinhonha (MG). 2005. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Campinas, SP.

WEBER, Max. *Economía y sociedad*. México: Fondo de cultura econômica, 1964.

WOORTMANN, Klas. Migração, família e campesinato In Clifford Andrew Welch *et al* (Orgs.) **Camponeses Brasileiros**: leituras e interpretações clássicas, v1. São Paulo: Unesp; Brasília, DF: Nead, .2009, p. 217-238.



TRAJETÓRIAS DE VIDA, TRABALHO E PRÁTICAS DE DESLOCAMENTO DOS ASSALARIADOS DO CAFÉ NO MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO (MG) – UM OLHAR A PARTIR DA EXPERIÊNCIA EM UM ABRIGO DE TRABALHADORES

Roberta Novaes – mestre pelo CPDA/UFRRJ
rb_novaes@yahoo.com.br
Pesquisa financiada pelo CNPQ/Fundação Ford
GT2: Trabalho Rural e Migrações

O objetivo desta pesquisa que deu origem à minha dissertação de mestrado foi investigar as trajetórias, as experiências de trabalho e as práticas de deslocamento dos trabalhadores contratados temporariamente para as diversas etapas da produção do café, sobretudo para a colheita, no município de Patrocínio, localizado na região do Alto Paranaíba, em Minas Gerais. Este tema se justifica pela importância da realização de novos estudos sobre os trabalhadores temporários e sua inserção na moderna (e cada vez mais mecanizada) agricultura de larga escala, contribuindo para o seu entendimento. A investigação das múltiplas faces desse modelo produtivo se faz necessária para entender como as condições de trabalho e vida de cada um dos diferentes atores e as relações entre os mesmos se tecem em torno do que no vocabulário corrente têm-se definido como agronegócio. Os trabalhadores do café foram acompanhados em dois espaços: em um bairro de trabalhadores, onde residia boa parte daqueles que haviam se mudado em definitivo para a cidade, e em um abrigo construído pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais para abrigar aqueles que iam à cidade à procura de trabalho no período da safra. O artigo ora apresentado dará ênfase à análise derivada da minha experiência no abrigo do Sindicato. Para além das diferenças percebidas entre os grupos de trabalhadores nas duas situações, constatou-se que o modelo produtivo do café, ainda que pautado em um projeto de mecanização crescente, ainda não pôde se livrar do “inconveniente” da mão de obra, na perspectiva dos cafeicultores. Para os trabalhadores, o trabalho no café representa cada vez

menos uma oportunidade de emprego e de possibilidade de alguma acumulação para a compra de uma terra, casa, moto ou para abastecer a despensa por um bom tempo.

Trajetórias, experiências de trabalho e práticas de deslocamento entre os assalariados do café no município de Patrocínio (MG) – Um olhar a partir da experiência em um abrigo de trabalhadores

Apresentação

O objetivo desta pesquisa que deu origem à minha dissertação de mestrado foi investigar as trajetórias, as experiências de trabalho e as práticas de deslocamento dos trabalhadores contratados temporariamente para as diversas etapas da produção do café, no ano de 2008, no município de Patrocínio, localizado na região do Alto Paranaíba. Este tema se justifica pela importância da realização de novos estudos sobre os trabalhadores temporários e sua inserção na moderna (e cada vez mais mecanizada) agricultura de larga escala, desvendando suas especificidades e contribuindo para o seu entendimento.

Os trabalhadores do café foram acompanhados em dois espaços, especialmente: em um bairro de trabalhadores, onde residia boa parte daqueles que haviam se mudado em definitivo para a cidade, e em um abrigo construído pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais para abrigar aqueles que iam à cidade à procura de trabalho no período da safra. O artigo ora apresentado dará ênfase à análise derivada da minha experiência no abrigo do Sindicato.

Importante destacar que todos os nomes utilizados nesse artigo são fictícios.

O universo da pesquisa

Esse negócio de a gente vir pra cá é muito sofrimento demais (...). O café você pode esquecer, é só ilusão. O patrão não te dá valor (...). Tem dois anos que eu saí da minha cidade. Só trabalhando... E enchendo a barriga de fazendeiro. Eles deixam a gente mais pobre e ficam cada vez mais ricos. (...) A vida da gente vira uma ilusão... Atrás de dinheiro e nunca conseguimos aquilo que a gente quer. (Viriato)

A fala acima reproduzida foi proferida por um migrante paranaense que estava há dois anos fora de sua cidade, longe de sua casa e de sua família. Durante todo esse tempo ele esteve viajando pelo Brasil em busca de trabalho nas mais diversas lavouras, como

soja, cana, laranja e café. Sua trajetória e a maneira como a percebe são bastante ilustrativas das histórias que me foram contadas pelos trabalhadores os quais conheci no abrigo ou albergue, como costumavam chamá-lo.

Como a colheita de café em Patrocínio atrai um elevado contingente de mão de obra, o abrigo, localizado no entorno da rodoviária, foi construído pelo sindicato dos trabalhadores rurais aproximadamente há 15 anos para abrigar os que vão à cidade à procura de emprego. Há alguns anos, o local passou a ser gerido pela prefeitura, pois o sindicato não tem recursos para mantê-lo.

O abrigo funciona durante o ano inteiro, todos os dias da semana. Abre às 18 horas, horário a partir do qual chegam os viajantes que ali desejam pernoitar, até às 22 horas, quando se encerra a recepção. Às 6 horas da manhã seguinte, após servirem-se de pão e café, todos devem sair. Em tese, pode-se dormir três noites consecutivas por mês no abrigo, mas Igor, o zelador, sempre abre exceções para os mais idosos ou para aqueles que não lhe criam problemas.

O zelador não deixa os alojados entrarem para os quartos antes de tomarem banho e de serem cadastrados por sua mulher, Andréia. Na sala onde é feito este cadastro, Igor instalou uma portinhola de madeira de aproximadamente um metro de altura para impedir a entrada de “estranhos”. Seu objetivo é preservar sua esposa, pois acredita que “nunca se sabe quem é essa gente que anda pelo mundo e não pode deixar misturar com a família da gente”. Esta atitude reflete a opinião corrente em relação a esses trabalhadores: são potencialmente perigosos, uma gente “de fora”, sobre as quais não se tem referências.

Após serem cadastrados e revistados, os trabalhadores podem tomar banho e jantar. Invariavelmente, é servida uma sopa cujos ingredientes são macarrão, batata, cenoura, muita pimenta e às vezes, uma carne. Todas as tardes, aproximadamente às 18 horas, um funcionário municipal leva em um automóvel os imensos vasilhames com a refeição preparada por merendeiras da prefeitura. Quando a sopa não é suficiente para a quantidade de trabalhadores presentes, Igor serve pão e café aos que chegam por último.

Aos finais de semana, embora permaneça aberto, não há jantar para os trabalhadores no abrigo. Depois de alimentarem-se e de banharem-se, os viajantes alojados costumam assistir televisão ou ficam conversando e fumando. Por causa do dia cansativo que passam nas ruas, percorrendo os escritórios das fazendas em busca de trabalho ou em pé na rodoviária à espera de algum gato ou fazendeiro que os chamem para trabalhar, todos costumam deitar-se até às 21 horas. Após esse horário, poucos permanecem fora dos dormitórios.

Fui levada para conhecer o abrigo por Giovana, a advogada do sindicato dos trabalhadores. No dia seguinte à primeira visita, voltei sozinha para entrevistar Igor. Ele não quis dizer nada sem autorização de seu “chefe”, que em breve descobri ser seu próprio irmão. Ele pediu que eu o acompanhasse até a rodoviária, onde fica a sala do Centro de Triagem do Migrante, local onde seu irmão, José Reinaldo passa boa parte do tempo. José Reinaldo é funcionário da prefeitura e há dez anos está alocado na Secretaria de Ação Social da prefeitura.

Igor tem 50 anos, nasceu em Guimarães, mas reside em Patrocínio há muito tempo. Separou-se de sua companheira do primeiro casamento, com quem teve quatro filhos, que lhes deram cinco netos. Andréia, sua atual mulher, tem 33 anos. Este casal tem um bebê de quatro meses, uma menina de 6 anos e um garoto de 10 anos. Antes de trabalhar no abrigo, o zelador e sua esposa eram trabalhadores rurais. Segundo me contou, Igor era um excelente apanhador de café e já chegou a colher 120 sacas em um só dia. Com o dinheiro acumulado das safras, ele construiu uma casa em outro bairro da cidade, que está alugada.

Os trabalhadores, seus relatos e trajetórias

Nas primeiras vezes em que estive no abrigo, Igor, ao perceber que eu não sabia como me aproximar dos trabalhadores, pedia a atenção de todos e me apresentava como pesquisadora do Rio de Janeiro, dizendo que eu queria entrevistá-los. Estas primeiras situações foram muito embaraçosas, pois na intenção de me ajudar, ele desligava a televisão a qual os trabalhadores assistiam e interrompia outras atividades que porventura os distraísse. Como era visível o constrangimento de alguns em função destas circunstâncias, as primeiras entrevistas não fluíram bem. Decidi então não usar logo guardar o gravador e me aproximar de maneira mais informal.

Foi dessa forma que me aproximei de Sérgio, quando ele decidiu desabafar sobre os problemas que enfrentava. Este trabalhador havia sido surrado na rodoviária durante a noite e teve todos os seus documentos roubados, inclusive um álbum com as fotos de seus três filhos que moram com sua ex-mulher em Campos Altos. Ele havia ido a Patrocínio colher café, e também trabalha como tratorista. Nasceu em Guimarães e conhecia Igor da sua cidade. Sérgio já havia dormido três noites no abrigo, mas o zelador o deixou passar mais uma, enfatizando que estava abrindo uma exceção. O trabalhador tinha apenas a roupa do corpo, que estava bem suja. Igor lhe deu calça, cueca e blusa para trocar após o

banho e disse: “Você é trabalhador, não tem que tá passando por isso, não”. Esse apanhador de café pretendia ir à Secretaria de Ação Social pedir uma passagem de ônibus para visitar seus filhos.

Algumas vezes, Igor me indicava alguns trabalhadores para entrevistar. Geralmente isso acontecia com os trabalhadores que representavam um modelo ideal de trabalhador – esforçados, disciplinados – ou aqueles que eram o “oposto”, que chegavam bem alcoolizados ao abrigo, se metiam em confusões. O zelador lhes pedia que conversassem comigo e me contassem por que bebiam tanto.

Certa noite, Igor pediu que eu entrevistasse Eduardo, um paranaense de 65 anos, que trabalha há 13 anos nos cafezais de Patrocínio. Ele queria que este trabalhador me explicasse por que razão continuava trabalhando com “essa idade”.

Eduardo trabalharia apenas mais na colheita de 2008 e depois se aposentaria. Ele não viajava mais para trabalhar em outras regiões, saía do Paraná direto para Patrocínio e depois de terminada a safra do café, retornava a sua casa. Ele ainda trabalha porque acredita que isto “valoriza” a pessoa.

Após algum tempo freqüentando o abrigo, houve uma noite em que, ao chegar por volta das 19 horas a este local, deparei-me com um grupo de seis ou sete trabalhadores ao lado de fora. Todos estavam muito aborrecidos pelo abrigo estar fechado, pois estavam cansados e com fome. Um senhor que descobri depois ser da Paraíba, estava em especial muito indignado com esta situação. Ao ver-me conversando com os outros, deduziu que eu era assistente social e veio furiosamente me pedir explicações sobre aquela situação. Eu disse que não sabia de nada, pois havia acabado de chegar. Junto a eles estava também Ramiro, de 52 anos, natural de Itabuna, que eu havia conhecido outra noite no abrigo. Ramiro está no seu segundo casamento e teve quatro filhos com a primeira esposa, de quem se desquitou. Seus quatro filhos e sua ex-mulher moram em São Paulo, onde ele morou durante 25 anos. Este trabalhador mora com a atual esposa em Itabuna.

Na capital paulista, Ramiro trabalhava como pedreiro. Na Bahia, ele trabalha com cacau, pesca, açaí e café, e também já foi cortador de cana em Goiás. Ele prefere cortar cana a colher café.

Ramiro contou sobre o EPI usado nas fazendas de cacau na Bahia. De acordo com seu relato, neste tipo de lavoura, os trabalhadores não precisam pagar pelo material de proteção utilizado. Os fazendeiros apenas dizem que o descontarão dos seus salários para que eles zelem pelo equipamento, mas não o fazem realmente. Nos canaviais onde trabalhou, Ramiro também havia recebido o EPI completo sem ter de comprá-lo.

Segundo Ramiro, na colheita dos cafezais na Bahia, paga-se um real pela caixa de café, cuja medida é 20 litros. Em sua opinião, em Patrocínio ganha-se mais dinheiro trabalhando neste tipo de lavoura.

Se não encontrasse emprego em uma semana, Ramiro voltaria para a Bahia. Ele tinha o contato de uma pessoa que lhe arrumaria trabalho em uma fazenda em Patrocínio.

Foi este trabalhador que saiu em minha defesa na noite do mal-entendido no abrigo, e explicou a Josué, o paraibano, que eu não trabalhava para a prefeitura.

Uns quarenta minutos depois daquela confusão, Igor chegou com seu irmão José Reinaldo. A mãe deles, uma senhora bem idosa, havia desaparecido ao longo de todo o dia, e os dois haviam saído para procurá-la. Ela havia ido à casa de outro filho e não avisou a ninguém. Desfeito o mal entendido, o zelador abriu o portão para os trabalhadores entrarem.

Josué, de 64 anos, ao entrar, logo sentou-se e começou a conversar comigo. Ele disse que considerava Igor como um filho, contou-me que estava bebendo cachaça todo dia porque estava há muito tempo longe de sua família, e desatou a chorar. Josué levantou-se e não quis mais continuar a conversa. Pediu um prato de sopa a Igor e foi deitar-se. O zelador, jocosamente, disse que o paraibano estava “magoado” porque havia bebido “umas cachaças”. Os outros trabalhadores riram de sua brincadeira.

Muitos trabalhadores dormiam na rodoviária, próxima ao abrigo, quando não tinham conseguido emprego ou haviam esgotado as noites as quais tinham direito no abrigo. Manoel contou sobre sua experiência:

Passei uma noite ali na rodoviária para nunca mais... Eu quero ir embora. É um desespero. É muito perigoso, é muito frio. A gente quase perde a nossa vida. Já pensou uma pessoa, de 6 horas da manhã em pé até de noite? É um frio de doer os ossos. Você ficar de um lado pro outro em pé pra passar o tempo.

Para proteger-se do frio da madrugada, Manoel havia dormido dentro do banheiro da rodoviária. Ele saiu de Salvador, onde nasceu e mora, há um ano e durante todo este tempo não deu notícias à família. Alguns conhecidos viram sua mãe em um programa de televisão pedindo informações pelo filho desaparecido. Ao saber disso, Manoel decidiu ligar para casa. Ele queria voltar, mas não tinha dinheiro para pagar sua volta. Este trabalhador estava tentando conseguir uma passagem na Secretaria de Ação Social. De Patrocínio, não há ônibus direto para Salvador, somente para Feira de Santana. Para ir deste município até a capital baiana, Manoel teria que trabalhar para comprar uma nova

passagem. Este baiano de 37 anos tem um filho pequeno, mas não é casado. Ele trabalhou no corte de cana e na colheita de feijão.

Os trabalhadores queixavam-se muito de poderem passar apenas três noites no abrigo, o que os obrigava a dormir na rua, quando ainda não possuíam emprego e nem podiam pagar um lugar para ficar. Mauro, que passaria sua última noite no abrigo, caso não conseguisse trabalho no dia seguinte, iria à Secretaria de Ação Social pedir autorização para dormir lá mais algumas noites, conforme orientação do “guarda” Igor.

Mauro mora em Lapão, na Bahia, com a esposa e os filhos de 13 e 10 anos. Ele tem 30 anos. Sua mulher trabalha como faxineira. Seus pais estavam trabalhando em São Paulo quando ele nasceu. Seu pai trabalhava como pedreiro e sua mãe como doméstica. Voltaram para a Bahia para que os familiares ajudassem a cuidar de Mauro. Há alguns anos, sua mãe voltou para São Paulo, mas seu pai continua em Lapão. Nesta cidade, também moram os irmãos de Mauro, todos mais novos. Uma irmã trabalha em uma lanchonete e a outra trabalha em uma rádio. Seu irmão tem 15 anos e ainda não trabalha.

Era a primeira vez que Mauro ia a Patrocínio. Além de trabalhar no corte de cana, ele esteve em Luís Eduardo Magalhães colhendo algodão e soja, e em outros lugares da Bahia colhendo feijão. Ele sonhava em montar um comércio e trabalhar para ele mesmo, na sua roça, no seu mercadinho, em sua cidade, onde “conhece as pessoas”.

Viriato, que conversava com Mauro, disse que quando não podem mais ficar no abrigo e ainda não conseguiram trabalho, os trabalhadores ficam “jogados” na rua:

E se ficar muito jogado, a polícia chega e bate. Taca cassetete. E aí não tem lei pra nada.

Viriato tem 40 anos e nasceu em Lobato, no Paraná. Segundo o trabalhador, esse município fazia parte de Colorado, onde mora atualmente, mas agora se emancipou. É separado e tem uma filha de 13 anos e um menino de 14 anos. Seus filhos moram com sua mãe.

Este paranaense costuma cortar cana na cidade onde vive. Disse que agora está voltando o plantio de café em sua região e por isso ele não precisará mais ir à Minas Gerais para trabalhar. Viriato já trabalhou em uma carvoeira em Goiás e na colheita da cana e da laranja em São Paulo. Pensa em ter sua propriedade e uma pequena quantidade de gado, “para não trabalhar mais para patrão”.

Viriato está há dois anos fora de Colorado. Era a terceira vez que ia a Patrocínio, onde trabalhou em diversas propriedades.

Sobre a violência a qual se expunham na rodoviária, Manoel havia falado algo semelhante a Viriato. No entanto, Manoel achava que o fato de alguns trabalhadores envolverem-se com bebidas, drogas e brigas despertava a represália por parte da polícia, e todos acabavam prejudicados pelo comportamento da minoria. “Não se comportam, aí a maioria paga”.

Ramiro e Damião também comentaram sobre a brutalidade policial em relação aos trabalhadores. Além da agressão física, estes homens tinham constantemente suas bolsas reviradas e suas roupas e pertences eram jogados ao chão.

Mas ao mesmo tempo em que estes trabalhadores lamentavam-se das situações por que passavam na rodoviária, consideravam um privilégio poder estar ali durante o dia, pois era um local de encontro entre os que procuravam trabalho e os gatos e fazendeiros. Alguns trabalhadores também tinham o hábito de procurar pelos escritórios das fazendas que ficavam próximos a essa região.

Apenas homens circulavam pelo abrigo. Embora alguns estivessem viajando na companhia de amigos, quase todos viajam sozinhos. Nenhum deles levava consigo a esposa ou filhos, em virtude das incertezas da vida que levavam em busca de trabalho: não era sempre que se tinha algo para comer ou onde dormir. Conforme a explicação de André, uma criança não suporta passar por esse sofrimento.

André tem 35 anos e é natural de Pedras de Maria da Cruz, no norte de Minas Gerais. Ele e mais sete amigos haviam saído juntos dessa cidade à procura de trabalho. Há 10 anos ele colhe café em Patrocínio, onde morou durante um tempo. Ele e seus amigos estavam trabalhando em lavouras no município de Presidente Juscelino, mas “estava muito ruim”, pois não estavam conseguindo ganhar dinheiro. Estiveram em João Pinheiro, onde ficaram em um albergue para trabalhadores. Ganharam um dinheiro e conseguiram uma passagem até Patos de Minas, e de lá foram para Patrocínio.

André trabalhou em Magé, no Rio de Janeiro, por um ano, com charque e entregas. Foi a primeira vez que teve sua carteira assinada. Outras 17 pessoas de sua cidade também trabalharam para a mesma empresa. Ele voltou para o norte de Minas porque ficou com saudades de uma namorada, que não queria que ele viajasse. André tem dois filhos e desquitou-se há pouco tempo, mas está tentando reatar o casamento.

Assim como André e seus companheiros, Rafael e Ricardo também eram amigos em Irecê, de onde saíram juntos para ir a Patrocínio colher café. “É melhor que vir sozinho. Aqui não se faz amigo. Tem gente que diz que é amigo, mas não é”, afirmou Ricardo. Ambos haviam alugado uma pequena casa junto com outros colegas em Monte Azul.

Quando o dinheiro acabou e não puderam mais pagar o aluguel, foram para o abrigo, onde já haviam ficado em anos anteriores.

Rafael tem 22 anos, mora com a esposa e com o filho de um ano. Ricardo tem 24 anos, também é casado e tem uma filha de nove meses. Ele reside na casa de sua mãe, mas pensa que “quando se tem sua família, é preciso ter seu próprio canto”. Ricardo pretende juntar o dinheiro ganho com o café para construir sua própria residência. Os dois amigos nasceram e viveram sempre em Irecê.

Ricardo tem parentes em São Paulo e Uberlândia. Nesta última cidade, ele costuma trabalhar como ajudante de pedreiro e recebe 30 reais por diária. Ele diz que seus familiares tentam convencê-lo a mudar-se para Uberlândia, onde ele teria mais oportunidades de trabalho, mas ele só o fará se for possível levar sua esposa.

Ricardo pretendia ficar no máximo por dois meses em Patrocínio. Sua mulher não queria que ele viajasse. Ele estava há uma semana fora de casa e sentia muita vontade de voltar. Só saiu de sua cidade porque lá ganha-se muito pouco, apenas 15 reais por dia trabalhando em construções.

Há dois anos Ricardo ia a Patrocínio apanhar café. De acordo com o que me contou, a safra não foi muito lucrativa para os trabalhadores em 2007, mas ele acreditava que em 2008 seria melhor.

Depois de algum tempo, reencontrei Rafael. Ricardo havia conseguido trabalho, mas ele não. Apesar disto, Rafael não estava sozinho: ele havia encontrado Artur, outro baiano de Irecê, de onde se conheciam de vista. Esses dois jovens trabalhadores estavam voltando para a Bahia, pois não haviam conseguido bons trabalhos. Os pais de Artur iriam depositar o dinheiro do aluguel de sua casa para que ele pudesse comprar a passagem de volta. Este jovem, que aparenta ter em torno dos 25 anos, mora com seus pais e irmãos em Irecê. Ele separou-se de sua mulher e alugou a casa em que moravam.

Artur está desde o início do ano viajando em busca de trabalho. Foi para São Paulo, onde trabalhou como ajudante de pedreiro. Voltou para Irecê, e depois foi para Goiás, quando trabalhou em usinas de cana-de-açúcar. Por fim, foi a Patrocínio. A primeira vez que saiu de sua cidade para trabalhar foi em 2002, e depois em 2005, 2007 e 2008. Artur enfatizou que só faz isso porque em Irecê é “fraco de serviço”, pois “é muito ruim ficar tanto tempo longe da família”.

Artur trabalhou alguns dias em uma fazenda, cujo nome do dono ele não soube dizer, e pediu demissão. Ele estava ganhando muito pouco e achou o preço cobrado pela marmitta muito alto. Em São Paulo e Patrocínio, lugares onde costuma trabalhar, nunca

teve sua carteira assinada. Somente em Goiás foi registrado. Ele contou que nas fazendas menores nas quais a colheita dura 15, 20 dias, nunca se assina a carteira.

Alguns dos trabalhadores que encontrei, como Ricardo e Rafael, haviam saído de sua cidade diretamente para Patrocínio. Outros estavam há anos longe de casa e da família. Os que estavam há mais tempo sem retornar às cidades onde moravam são outros dois baianos: Roberto e Marcelinho.

Roberto tem 42 anos, nasceu e mora em Miguel Calmon, uma cidade baiana. Ele tem cinco filhas e um filho. Roberto mostrou-me um pequeno álbum com fotos de sua família. Ele foi para Patrocínio para “procurar serviço” pela primeira vez. Roberto colheu café em Luís Eduardo Magalhães e Barreiras, na Bahia. Antes de ir para o Alto Paranaíba, esteve no município de Boqueirão, na Paraíba, trabalhando em uma usina de cana de açúcar. Ele também já trabalhou em lavouras de feijão e em “serviços gerais”. Continuou em busca de emprego por lá, mas não encontrou, por isso decidiu ir para Minas Gerais. Este baiano está há três anos fora de sua casa e sente muitas saudades de sua mãe.

Quando conversamos pela primeira vez e eu expliquei sobre a pesquisa, Roberto agradeceu a Deus e a mim por eu estar ali o entrevistando. Ele também agradeceu a Igor, que estava presente, por tê-los recebido tão bem, tratando-os “com todo amor e com todo carinho”. Nas vezes em que o encontrei na rodoviária, ele sempre me apresentava aos outros trabalhadores aos quais tentava convencer sobre a importância de conversar comigo por eu estar interessada na vida deles.

Marcelinho, de aproximadamente 30 anos, saiu de Irecê, sua cidade natal, em 1999. Nesta época, sua filha tinha quatro anos e seu filho dois anos. Considerava-se casado, mas depois de nove anos sem dar notícias, não sabia se a mulher ainda esperava por ele. Ele mostrou-me as fotos de seu filho, de seus irmãos, de sua cidade e de sua casa. Marcelinho tinha um pequeno sítio, vizinho ao de seu pai, no qual plantava feijão, mandioca, jiló e melancia, “para não passar fome”. Este trabalhador circulou por diversos estados do sul e do sudeste, cortando cana e colhendo laranja e café. Ele havia passado um dia na Fazenda Santo Antonio e não quis mais trabalhar lá.

André, que estava fora de casa há 15 dias, contou sobre o irmão de um colega que há doze anos deixou a cidade natal e nunca mais retornou ou deu notícias à família. Este trabalhador e seus companheiros estiveram procurando por ele e não o encontraram.

Muitos desses trabalhadores se envolviam com mulheres, sobretudo prostitutas, durante suas viagens, alegando que passavam muito tempo longe de suas esposas. Manoel contou que havia conhecido uma “menina bonitinha” na rodoviária. Foi com ela para um

quarto de hotel, e quando chegou lá, ela estava com cocaína. Dispensou-a porque não queria envolver-se com drogas.

Quando Manoel me contou o seu envolvimento com uma prostituta, muitos riram constrangidos.

De acordo com o que me foi relatado por esses trabalhadores, não parece haver entre eles e as mulheres que conhecem nos municípios onde trabalham um envolvimento para além de um breve contato sexual. A maioria desses homens não cogitava formar novas famílias, por mais que tivesse perdido o contato com os filhos e esposas. Eles explicavam que não conseguiam nem manter a família que tinham deixado no lugar de origem, e, portanto, não tinham condições de formar novas famílias¹.

Alcoolismo e violência entre os trabalhadores

A ingestão de bebidas alcoólicas e de cachaça, em especial, era hábito comum entre esses trabalhadores. Porém, o consumo de álcool em excesso propiciava uma fama ruim, prejudicava a reputação. Os que bebiam demais, não raro eram objeto de piadas e gozações. Por outro lado, ninguém gostava de ser alvo dessas brincadeiras, que nunca eram consideradas apenas brincadeiras. Ser chamado de bêbado ou ouvir insinuações sobre ter o vício de beber ou de ter bebido era quase sempre uma grave ofensa moral.

Durante o período em que frequentei o abrigo, Manoel, André, Roberto e outros trabalhadores confessaram-me que haviam bebido ou haviam sentido vontade de beber, por causa das dificuldades que estavam enfrentando, embora não tivessem esse hábito. Os trabalhadores alcoolizados também ficavam mais vulneráveis a agressões e assaltos, como a história de Sérgio, contada no início deste artigo.

Em um dia no qual eu passava pela rodoviária, Manoel me chamou para contar que havia conseguido um emprego. Segundo o baiano, 16 homens haviam se candidatado a esse trabalho, mas somente cinco foram contratados. A razão para a dispensa teria sido o fato de que muitos haviam bebido e estariam com “bafo de cachaça”. Manoel criticou os trabalhadores que ficam bebendo nos bares da rodoviária. Se as dificuldades para conseguir um emprego já são muitas, se agravam ainda mais nestas circunstâncias.

¹Menezes (2002) registra casos de casamentos entre os trabalhadores migrantes e as mulheres da região canavieira de Pernambuco na qual pesquisou, embora também seja mais comum relacionamentos casuais sem envolvimento sério entre esses trabalhadores.

Em uma noite, André chegou quando eu conversava com Roberto e falou em tom de brincadeira: “Não conversa com esse cara aí não que ele bebeu muito hoje”. Roberto não gostou da piada: “E você está sadio, é?”.

Uma observação corrente feita pelos próprios trabalhadores era que muitos diziam não ter dinheiro para alimentar-se, mas tinham para beber. Eduardo, entre outros, criticava os que bebiam, argumentando que eles gastavam um real e 50 centavos em uma dose de cachaça.

O fato de os trabalhadores chegarem alcoolizados ao abrigo incomodava muito a Igor. Quando aqueles que haviam bebido estavam muito agitados ou se negavam a cumprir as “normas” do local, o zelador os ameaçava dizendo que não os hospedaria mais.

Presenciei uma dessas cenas com dois trabalhadores sergipanos. Eles eram caminhoneiros e haviam viajado por São Paulo e pelo Rio de Janeiro. Um deles, que estava completamente alcoolizado e falava muitos palavrões, reclamou muito quando Igor revistou sua bolsa de viagem. O zelador irritou-se e disse que se ele aparecesse bêbado novamente, não o deixaria mais ficar no abrigo. Igor também não permitiu que ele jantasse, dizendo que como ele havia bebido muito, a comida o faria vomitar no quarto, e o mandou ir dormir. Na noite seguinte, este sergipano apareceu alcoolizado de novo e Igor não o deixou entrar. O trabalhador começou a gritar palavrões e a chutar o portão de ferro do abrigo. Ele só parou quando o zelador ameaçou chamar a polícia.

As reclamações em relação à Fazenda Santo Antonio também envolviam a questão do consumo desenfreado da cachaça vendida pelo próprio gato. O comportamento violento era quase sempre associado aos excessos na bebida, que provocava brigas entre os trabalhadores. Eram comuns também relatos de que, nesta fazenda, os trabalhadores costumavam andar armados com facões.

Alguns episódios sobre brigas e facadas me foram narrados pelos trabalhadores no abrigo. Um paraibano contou-me sobre uma briga na qual se envolveu em um bar na Paraíba, com um sujeito que, sem motivo, “cismou” com ele e o esfaqueou. De acordo com o relato desse trabalhador, ele havia sido chamado de “veado”, o que não podia permitir. Após o término da história, ele levantou a blusa e mostrou-me as cicatrizes das facadas no abdômen. Eram duas, uma enorme e outra um pouco menor. A partir de então, ele passou a andar com uma faca para se defender.

José Luís, da Bahia, estava em um bar em Goiás, quando um sujeito começou a provocá-lo e a chamá-lo de “veado”. Eles brigaram e o baiano esfaqueou o outro. José Luís ficou preso por oito meses, o que achou muito injusto, pois o homem esfaqueado não teve

nenhum ferimento grave e ficou no hospital apenas por dois dias. José Luís tem aproximadamente 40 anos, é “sozinho no mundo” e não possui residência fixa.

Além das brigas e facadas, os trabalhadores também estavam sujeitos a outro tipo de violência física: os acidentes de trabalho causados pela ausência do equipamento de proteção ou por este ser inadequado.

Jairo tem 46 anos, é do interior de Santa Catarina e tem uma filha de quatro anos que vive com sua mãe, pois sua mulher morreu no parto. Atualmente, ele não sabe onde elas moram, pois sua mãe mudou-se com a neta e não lhe comunicou o novo endereço. Embora não veja a filha há um tempo, Jairo afirmou fazer uma poupança para a menina, para que “ela não pense que o pai esqueceu dela”. Jairo e um primo que viajava com ele trabalharam em uma carvoaria no Mato Grosso do Sul, fechada por problemas legais, deixando-os desempregados. Quando estavam trabalhando, sem carteira assinada, uma motosserra dilacerou parte da mão esquerda de Jairo, que não usava qualquer proteção. Ele foi levado para o hospital, mas não quis operar. O médico tentou persuadi-lo, explicando-lhe que se não se submetesse a uma cirurgia, ele poderia ter sua mão amputada, mas mesmo assim ele não quis. Na época em que o conheci, sua mão estava bastante inchada. Os pontos estavam arrebitando e o corte grande e profundo parecia estar inflamado. Ele havia perdido os movimentos do dedo mínimo e do anelar.

Após o acidente, seu patrão o procurou e pediu que ele não dissesse no hospital como havia se machucado, pois posteriormente ele o indenizaria. Jairo inventou que havia levado uma facada em uma briga e nunca recebeu qualquer indenização.

Jairo também trabalhou em São Paulo, onde tem alguns primos. Este trabalhador de Santa Catarina passou um tempo em um presídio, mas não contou o motivo pelo qual foi preso. O catarinense e seu primo após serem demitidos da carvoaria, foram procurar trabalho em Itumbiara, no estado de Goiás. Foram assaltados na rodoviária daquela cidade e ficaram sem documentos, roupas e dinheiro. Pediram carona na estrada e caminharam até chegar a Uberlândia, onde fizeram o boletim de ocorrência.

Após algum tempo freqüentando o abrigo, ficou nítido o papel que eu assumia para os trabalhadores. Se a princípio eles haviam me identificado como assistente social da prefeitura ou funcionária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, não demorou para que descobrissem que eu era uma pesquisadora do Rio de Janeiro interessada em lhes ouvir, o

que definiu os termos da nossa relação. De pessoa suspeita passei a “amiga” com quem podiam desabafar sobre as dificuldades encontradas em conseguir trabalho e sobre a tristeza que sentiam por estarem longe da família.

Eu ouvia queixas diárias sobre a violência com que os trabalhadores eram tratados pela polícia e do descaso do sindicato.

Havia também uma etiqueta de convivência entre os trabalhadores que circulavam pelo abrigo. Nesse contexto de grande estigmatização e precariedade, normas de comportamento precisavam ser respeitadas. O consumo de álcool em excesso, por exemplo, era sempre reprovável, assim como o desperdício de dinheiro com prostitutas ou relacionamentos extraconjugais. Ser moralmente correto significava enviar o dinheiro para a mulher e os filhos.

As mudanças de cidade entre os homens do abrigo não se faziam na companhia de familiares e raramente na de amigos. Os deslocamentos eram quase sempre solitários ou com conhecidos.

Esses homens possuem uma vasta experiência de deslocamentos em busca de trabalho, bem como uma inserção bastante diversificada no que se refere aos tipos de ocupação. Há uma espécie de cálculo em relação ao melhor momento de sair de um lugar e ir para o outro, que considera onde estão as melhores oportunidades de ganhar dinheiro, o clima, a distância de um lugar a outro, o transporte necessário, ou o quanto será preciso gastar para se deslocar, a combinação entre o término da safra de um cultivo, e o início de outra, quanto tempo será preciso ficar longe da família. Esse conhecimento sobre onde está se pagando melhor ou quais lugares são mais difíceis de conseguir trabalho é adquirido através da experiência própria e da troca das informações entre eles.

Há uma interface entre essas práticas de deslocamento em busca de trabalho e os arranjos matrimoniais e familiares. Esses arranjos resultam da escolha e da disposição desses trabalhadores a se distanciarem de suas famílias, de forma temporária ou permanente. É notável o grande número de casamentos desfeitos.

Um último aspecto a ser destacado é a ambigüidade que viviam entre ter clareza sobre os problemas e as limitações de cada trabalho – na cana, no café, no milho – e a “ilusão” de que esses mesmos ofícios poderiam tornar-se meios de ascensão e reconhecimento.

Bibliografia

GOFFMAN, E. Estigma. *Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan. 1988.

MENEZES, M. A. de. *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes. Um estudo de famílias de camponeses-migrantes*. Rio de Janeiro. Relume Dumará. João Pessoa. EDUFPB. 2002.

NOVAES, J. R. Idas e vindas: disparidades e conexões regionais. In: ALVES, F; NOVAES, J. R. *Migrantes. Trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)*. São Carlos. EDUFSCAR. 2007.

SAYAD, A. *Imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo. Edusp. 1998.

SCOTT, J. Everyday forms of peasant resistance. *The Journal of Peasant Studies*. v.13. p. 5-35, January, 1986.

SILVA, M. A. M. *Errantes de fim do século*. São Paulo. UNESP. 1999.

STOLCKE, V. *Cafeicultura. Homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo. Brasiliense. 1986.



MIGRAÇÕES INTERNAS NO SERTÃO DAS GERAIS:

“A ESPERANÇA DE MELHORIA DE VIDA”

Andréa Maria Narciso Rocha de Paula-UNIMONTES
andreapirapora@yahoo.com.br

Joycelaine Oliveira- UFU
Joyce_sertao@yahoo.com.br
Grupo de trabalho: “Trabalho Rural e Migrações”

Resumo:

Este trabalho apresenta reflexões sobre a dinâmica migratória interna - rural no Brasil, com ênfase para o Norte de Minas Gerais. A esperança dos migrantes na “melhoria de vida” e a importância das migrações para a compreensão das relações sócio-espaciais, especialmente na cidade de Montes Claros. Sob o enfoque das transformações das relações sociais decorrentes da mobilidade espacial, este artigo pretende discutir a dinâmica migratória no Norte de Minas Gerais, que embora pertença a região mais próspera do país, o Sudeste, é reconhecidamente uma das áreas mais pobres, tendo, inclusive, incentivo do poder público Federal, como se do Nordeste fizesse parte. O Norte de Minas Gerais é considerado com área de transição entre o Nordeste e o Sudeste brasileiro. A área é considerada pelo Estado como Região Mineira do Nordeste em função das características climáticas e de vegetação, bem como, sua realidade sócio-econômica corresponde a pobreza dos Estados nordestinos. Sendo considerado então como Região Mineira do Nordeste (RMNE). A investigação principal deste artigo refere-se ao processo de inserção no mercado de trabalho pelos migrantes rurais; principal motivo de levá-los à migrarem para o meio urbano da cidade de Montes Claros. É o Norte de Minas Gerais considerado um dos maiores pólos exportadores de trabalhadores migrantes, principalmente para o Triângulo Mineiro e interior de São Paulo. Deixam famílias inteiras para trás. Totalmente subordinados ao capital, pela necessidade de sobreviverem, os migrantes funcionam como "exército de reserva" de mão-de-obra. Os trabalhadores que retornam ao sertão mineiro, voltam desprovidos de recursos financeiros e de motivação e quase sempre não regressam aos seus municípios de origem, muitos permanecem em Montes Claros, que de cidade de passagem para o Sul, torna-se centro receptor de migrantes rurais.

Palavras-chaves: migração interna, relações sociais, mercado de trabalho, desemprego, políticas públicas.

Andréa Maria Narciso Rocha de Paula, graduada em ciências sócias, com mestrado e doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia. Professora do Departamento de Política e Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES

Joycelaine Oliveira, graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Montes Claros-MG, doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia, sob a orientação do professor Dr. Carlos Rodrigues Brandão. Pesquisa os velhos vaporzeiros e remeiros do Rio São Francisco no Norte de Minas Gerais.

INTRODUÇÃO

Migrar (...) é viver, em espaços geográficos diferentes (...) é viver como presente e sonhar como ausente. É, até mesmo, partir sempre e não chegar nunca.

José de Souza Martins

Sentado à espera de atendimento no Posto do SINE - Sistema Nacional de Emprego, em Montes Claros, o Sr. José relembra a “roça” de algodão deixada em Porteirinha, pequena cidade no Norte de Minas, onde a seca “castigou” e nada foi possível colher. As informações de que em Montes Claros teria um emprego na construção civil impulsionaram sua vinda, e de toda a família, para a casa de um primo, que está na cidade há alguns anos. O Sr. José tem 39 anos, 05 filhos e uma companheira. Está há um mês na cidade e até agora “nada” de trabalho. Ele vem todos os dias ao Posto do SINE para saber das vagas oferecidas: *“Sabe dona, não tenho estudo, mas tenho braços forte de plantar roça”*. Quando perguntado porque veio para a cidade, responde: *“Na roça acabou tudo, não tem trabalho, não tem comida, e a terra já não é nossa, tivemos que saí. Falaram prá esperar, que vai vim um tar dum programa, que vai te melhora, mas.. já é velha esta história. E de esperança agente veve, de expectativa não”*.

Quase 26 milhões de brasileiros deixaram seus municípios, segundo o IBGE, na década de 80. As idas e vindas da população têm os mais variados motivos, mas todos em busca da melhoria de vida: melhores oportunidades de trabalho, melhores condições de

educação, de saúde, de serviços públicos, enfim, uma busca por um lugar melhor para se viver.

O mundo rural tornou-se um “novo mundo rural” decorrente do processo de industrialização da agricultura, que modifica as relações sociais causando transformações no que tradicionalmente denominava-se meio rural e meio urbano.

No mundo do trabalho as modificações na agricultura transformam e aumentam a produtividade provocando a liberação de grande número de trabalhadores rurais. São novas formas de produção baseadas na tecnologia e no aumento da produtividade; são velhas formas de dominação onde os pequenos agricultores e trabalhadores rurais tornam-se totalmente subordinados ao capital.

A consolidação deste processo, através dos CAI- Complexos agroindustriais, não superou a dicotomia no mundo rural: de um lado, a concentração de terra; do outro, a exclusão e a expulsão da população rural. A migração interna continua a ocorrer, com novas características. Segundo dados preliminares do censo 2000, as pessoas passaram a migrar mais em suas próprias regiões. No início do século XXI, famílias inteiras de trabalhadores rurais, camponeses, pequenos agricultores continuam “correndo trecho”, buscando fugir da miséria, tentando manter a esperança de algum dia voltar ao campo, ao município de origem. Sonhando com a possibilidade de ascensão social e econômica na cidade; de um jeito ou de outro chegam e partem ávidos por condições dignas de vida.

Entende-se por migração o deslocamento espacial das pessoas: este ir e vir em busca de melhores oportunidades. Souza (1980:35) define o migrante como “sendo aquele indivíduo de qualquer classe social, que resolveu abandonar o seu município de nascimento para fixar residência noutra”. Wanderley (1999:23-53) coloca que a migração funciona com duas faces: “esperança e fracasso”.

Becker (1997) chama atenção para a necessidade de entender o processo migratório através dos enfoques neoclássico e neomarxista. A autora enfatiza que a mobilidade espacial neoclássica caracteriza-se pelos fatores pessoais dos migrantes - o desejo pessoal de migrar, desconsiderando a complexidade social. A mobilidade espacial neomarxista aborda o contexto “histórico-estrutural” considerando o processo social e entendendo a migração como resultante da introdução das relações capitalistas de produção no campo, da expropriação dos trabalhadores rurais.

A mesma autora destaca que os enfoques neoclássico e neomarxista tendem à explicações profundamente gerais, sendo portanto necessário o estudo dos níveis microrregionais e locais. Importante a análise do “não migrar” como forma de resistência dos trabalhadores aos conflitos sociais nas áreas de origem.

Sob o enfoque das transformações das relações sociais decorrentes da mobilidade espacial, este artigo pretende discutir a dinâmica migratória no Norte de Minas Gerais, que embora pertença a região mais próspera do país, o Sudeste, é reconhecidamente uma das áreas mais pobres, tendo, inclusive, incentivo do poder público Federal, como se do Nordeste fizesse parte. Sendo considerado então como Região Mineira do Nordeste (RMNE). A investigação principal deste artigo refere-se ao processo de inserção no mercado de trabalho pelos migrantes rurais; principal motivo de levá-los à migrarem para o meio urbano da cidade de Montes Claros.¹

1 DINÂMICA MIGRATÓRIA NO BRASIL: CONCENTRAÇÃO DE TERRAS E RESISTÊNCIAS DOS TRABALHADORES.

Ao longo da história do Brasil vem se consolidando uma estrutura fundiária fortemente concentradora. As capitâneas hereditárias, as sesmarias, o fim da escravidão e as leis de terras de 1850, incentivaram uma distribuição desigual da terra. Grandes extensões de terra foram entregues a poucos proprietários. "O cativo humano termina, começa o cativo da terra", (FERNANDES:2001:2).

O modo de produção capitalista, desde o capitalismo mercantilista privilegiava determinado produto de exportação em detrimento de outros produtos. Com o capitalismo Industrial também não foi diferente, a polarização em determinadas regiões aumentou as disparidades regionais elevando o fluxo migratório em direção aos centros urbanos. De 1964 aos anos 90 ocorreu um intenso processo de modernização das atividades agrícolas com base no paradigma tecnológico da Revolução Verde, que beneficiou mais uma vez as grandes propriedades. Este modelo de desenvolvimento adotado a partir da década de 1960 resultou numa efetiva penetração do capitalismo no meio rural.

¹ Este artigo baseia-se na Pesquisa: "Integração dos Migrantes Rurais no Mercado de Trabalho em Montes Claros, Norte de Minas Gerais: A esperança de Melhoria de Vida."; Tema da dissertação a ser apresentada no mestrado em Geografia na Universidade Federal de Uberlândia e vinculada também ao grupo de Pesquisa em Políticas Públicas da UNIMONTES.

A Constituição dos “Complexos Agroindustriais”-CAIs, incentivados pelo Estado, modernizou a agricultura, concentrou ainda mais as terras e liberou grande contingente de agricultores, pequenos proprietários e trabalhadores rurais. O desenvolvimento da agricultura passa a depender da dinâmica da indústria. Neste processo, as transformações na base técnica são irreversíveis e o processo do trabalho também sofre modificações profundas. A passagem da subordinação indireta à subordinação direta do trabalho ao capital diminui a absorção de mão-de-obra no campo, contribuindo enormemente para o aumento do êxodo rural. O homem do campo migrou para as cidades(VER TAB.1), transformando o país agrícola em uma nação urbana.

TABELA 1

POPULAÇÃO RESIDENTE NO BRASIL, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E POR SEXO
/1940-2000

ANO	TOTAL		URBANA		RURAL	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
1940	20.614.088	20.622.227	6.164.473	6.715.709	14.449.615	13.906.518
1950	25.885.001	26.059.396	8.971.163	9.811.728	16.913.838	16.247.668
1960	35.055.457	35.015.000	15.120.390	16.182.644	19.935.067	18.832.356
1970	46.331.343	46.807.694	25.227.825	26.857.159	21.103.518	19.950.535
1980	59.123.361	59.879.345	39.228.040	41.208.369	19.895.321	18.670.976
1991	72.485.122	74.340.353	53.854.256	57.136.734	18.630.866	17.203.619
1996	77.442.865	79.627.298	59.716.389	63.360.442	17.726.476	16.266.856
2000	83 576 015	86 223 155	66 882 993	71 070 966	16 693 022	15 152 189

População presente - FONTE: - "Estatísticas Históricas do Brasil"/volume 3 - Rio de Janeiro: IBGE, 1987; "Anuário Estatístico do Brasil"/IBGE - Rio de Janeiro, volume 56, 1996; "Contagem da População 1996"/ Rio de Janeiro:IBGE,1997,volume 1.

Conforme mostra a Tabela 1, a partir da década de 1960, observamos a ocorrência de um intenso processo migratório campo-cidade no Brasil em consequência da mecanização do campo. Os dados revelam que a década de 80, também chamada de “década perdida”, foi marcada por intenso fluxo migratório rural-urbano dada a estagnação econômica aliada ao

forte papel do Estado nas políticas desenvolvimentistas. Assim, o capitalismo foi consolidado no campo e intensificou-se a urbanização desordenada.

O papel centralizador do Estado nesta política de desenvolvimento agrícola foi caracterizado por Bernardo Sorj (1986:65-83), cronologicamente, da seguinte forma: No período de 1961 a 1964, as estratégias estatais eram baseadas em dois projetos: o primeiro projeto favorecia um caminho distributivista, ou pelo menos de eliminação dos setores latifundiários mais atrasados. O segundo projeto orientou-se fundamentalmente para a integração vertical (setores dependentes) e para o incremento da produção através do aumento da produtividade. Do período de 1964 a 1969 não houve efetivação de políticas de reforma agrária; de 1970 a 1973 ocorreu a substituição de uma proposta de reforma agrária por programas localizados, orientados para resolver problemas fundiários em locais específicos. De 1973 a 1978, inverteu-se os termos do problema fundiário, como este sendo causado pelo minifúndio.

O autor destaca que o sentido fundamental das políticas públicas tem sido o de articular a expansão agrícola com o complexo agroindustrial, as necessidades de abastecimento interno e as exportações através de um conjunto de medidas entre as quais o crédito rural ocupa um lugar privilegiado.

O avanço do o avanço do capitalismo não modificou as antigas relações de dominação e exploração, mas, “balizaram, suscitaram, motivaram a consolidação mundial do Estado”, (LEFEBVRE apud MARTINS,1996:56).

Constata-se a inevitável concentração de renda, a política assistencialista governamental e as conseqüências deste modelo: metropolização da pobreza, mercado informal de trabalho, êxodo rural como forma de sobrevivência e esperança. O “Estado Mínimo” agora tenta viabilizar políticas públicas de emprego, renda, agricultura para manter o homem no campo ou apoiá-lo na cidade. A constatação de grande parte da população em situação de pobreza extrema demonstra que as políticas públicas ainda não trouxeram resultados que mereçam comemorações. A modernização agrícola baseada no grande latifúndio representou um processo de crescimento econômico, visto que a produtividade das matérias primas agrícolas para a indústria e para a exportação cresceu aceleradamente a partir da década de 60. No entanto esse modelo foi, e continua sendo, obstáculo ao processo de

desenvolvimento social. A maioria da população não pode adquirir produtos essenciais à sua sobrevivência.

Por outro lado, o setor urbano industrial não está capacitado para absorver o crescente contingente da força de trabalho provocado pelo fluxo descontrolado de trabalhadores rurais “expulsos” do campo.

A integração da economia ao processo de globalização e a conquista da “estabilidade financeira” foram os fatos marcantes dos anos 90². Em decorrência dessa dinâmica, o emprego e a força de trabalho se deslocam, essencialmente, do setor secundário para o comércio e prestação de serviços (economia informal), o homem do campo continua a migrar para as grandes cidades e temos uma nova forma de inserção no mercado de trabalho: categorias de empregadores e de empregados transformam-se em “autônomos”.

Os estratos empobrecidos da população, não conseguem ter acesso ao mercado de trabalho. Os impecilhos não se referem somente as políticas do Estado, como, também, as barreiras sociais. A sociedade se fecha, restringindo as possibilidades de mobilidade sócio-espacial das pessoas.³ Essa expulsão do homem do campo para a cidade, reforçada por qualificação profissional deficiente e baixo nível escolaridade, faz do desemprego um dos mais graves problemas atuais do Brasil.

O desemprego vem elevando a cada dia o número de pessoas sem teto, sem escola e sem comida. São famílias inteiras nas ruas das grandes, médias e pequenas cidades, “empurradas” por falta de oportunidades e iludidas com falsas perspectivas. A maioria desinstalada geograficamente, moralmente, e com fome: de comida, de trabalho. Ativamente, ou como vítimas, passam a contribuir para elevar os índices de violência, de prostituição, alimentando outras marginalidades sociais.

A problemática do desemprego é um fenômeno global, mas que manifesta suas particularidades no lugar. Considerando Santos, (1999) “cada Lugar é a sua maneira, o

2 Para Santos (1999) temos três tipos de globalização: a fábula (discurso político, aldeia global) a perversidade (os excluídos, os sem-terra, os sem- teto) e a possibilidade (construir um mundo melhor, a humanização, a resistência). E a realidade social representa a fábula e a perversidade, mas sempre existe a possibilidade dos povos se unirem por um mundo melhor.

3 Mobilidade Social define-se aqui de acordo com Sorokin apud LAKATOS (1988:229): “por mobilidade social entende-se toda a passagem de um indivíduo ou de um grupo de uma posição social para outra, dentro de uma constelação de grupos e estratos sociais

“mundo”, ou seja, um fenômeno global manifesta-se também no local. “A uma maior globalidade, corresponde uma maior individualidade.” (Ibidem: 12). Os problemas locais são influenciados pelas decisões globais, aos pobres, aos não-naturais das cidades resta a tentativa de sobreviver, porque bem-estar é algo que vai ficando cada dia um sonho mais distante. O lugar se transforma, através da *praxis* dos homens, que são totalmente alienados ao capital, através da ideologia de uma sociedade urbana, mundializada, tecnicizada e ilusoriamente "promissora". A busca de um lugar de trabalho, provoca a mobilidade espacial em busca de algo que não sabem aonde encontrar, mas que sabem não podem aguardar no meio rural. Incessantemente, permanecem chegando e partindo na procura de trabalho, de "bicos", de alguma forma de sobreviver. Não escolhem ocupações, aceitam qualquer tipo de serviço. "(...) Severino, retirante, o meu amigo é bem moço, sei que a miséria é um mar largo, não sei como qualquer poço; mas sei que para cruzá-la vale bem qualquer esforço(...)".(MELLO NETO,1997:506)

O Norte de Minas Gerais é considerado com área de transição entre o Nordeste e o Sudeste brasileiro. A área é considerada pelo Estado como Região Mineira do Nordeste em função das características climáticas e de vegetação, bem como, sua realidade sócio-econômica corresponde a pobreza dos Estados nordestinos.

No final dos anos 50, com a intervenção do Estado, através do investimento no problema da seca foi que se efetivou estratégias governamentais de combate ao "subdesenvolvimento" das regiões atingidas: o Nordeste do Brasil e o Norte e Nordeste de Minas Gerais.

A SUDENE, hoje ADENE- Agência de Desenvolvimento do Nordeste, foi parte de uma política pública que visava ações que possibilitassem o desenvolvimento do Nordeste e Norte de Minas Gerais, possuía dois objetivos principais: “coordenar a ação do governo Federal e administrar os recursos transferidos para a região”.(RODRIGUES,2000:119)

Com o regime militar, a SUDENE e demais órgãos de fomento, desviam seus objetivos e direcionam suas ações para a “valorização do grande capital” (ibidem:170).

É o momento dos programas localizados, com público alvo de pequenos produtores. O Programa de Apoio ao Pequeno Produtor- PAPP- financiado pelo Banco Mundial, é um exemplo de um destes programas específicos. O PAPP visava o fortalecimento

da pequena produção através do associativismo e cooperativismo, com o atendimento de demandas locais e política de emprego e renda para e nas localidades rurais. Os trabalhadores através de suas representações votavam nos projetos prioritários, mas o caráter assistencialista do programa foi aos poucos desarticulando os trabalhadores e concentrando o poder decisório aos técnicos do Estado responsáveis pela execução e avaliação do mesmo.

A política pública para desenvolvimento da região não tem demonstrado eficiência, uma vez que as empresas que se instalam na região motivadas pela isenção de impostos e demais facilidades oferecidas pelo Estado, ficam nos municípios norte-mineiros por período determinado (enquanto vigoram os incentivos fiscais) e depois partem para outras regiões do país.

O IDH- Índice de Desenvolvimento Humano- para a região verifica ainda índices que constata que a região continua entre as mais pobres do país. Afirma a Fundação João Pinheiro que: “As piores condições de vida do Estado concentram-se nos municípios das regiões Norte e Nordeste de Minas Gerais e são similares aqueles prevalentes no Nordeste brasileiro,” (FLP, 1996:22-23).

Os projetos localizados e direcionados pelo Estado em parcerias com organismos internacionais de capitais, não irão modificar estruturas sociais tradicionais. Para Celso Furtado (1981), é necessário entender as causas, para se atuar no local, percebendo todas as dimensões globais dos fenômenos sociais.

Os dados de IDH para o Norte de Minas, revelam aspectos que devem ser ressaltados: como o avanço significativo que a população experimentou com relação à esperança de vida ao nascer. Entre 1960-1970, o residente na região vivia, em média, apenas 56,2 anos, e na década seguinte 63,7 anos, esperança de vida superior à média do Nordeste (59,1 anos). Nos mesmos períodos o indicador de mortalidade infantil também apresentou melhorias. O avanço na educação também é bastante significativo, segundo OLIVEIRA (2000:81), o índice de analfabetismo em 1980 era para região de 45,27%, parecida com a do Nordeste e Montes Claros a taxa era na mesma época de 22,17%. De 1970 até 1991 observa-se que a taxa de crescimento da população urbana evoluiu em nível bem superior à rural. Em 1970 o contingente urbano era de 27,6% da população total; em 1991, alcançou 54,7%, evidenciando o rápido processo de urbanização da região.

É o Norte de Minas Gerais, a região considerada uma dos maiores pólos exportadores de trabalhadores migrantes, principalmente para o Triângulo Mineiro e interior de São Paulo. Os trabalhadores sazonais em sua maioria são transportados em condições irregulares e com míseros salários. Muitos são mantidos como escravos, em cativeiros, trabalhando para pagarem dívidas de medicamentos, alimentação e moradia. Deixam famílias inteiras para trás. Totalmente subordinados ao capital, pela necessidade de sobreviverem, os migrantes funcionam como "exército de reserva" de mão-de-obra. Os trabalhadores que retornam ao sertão mineiro, voltam desprovidos de recursos financeiros e de motivação e quase sempre não regressam aos seus municípios de origem, muitos permanecem em Montes Claros, que de cidade de passagem para o Sul, torna-se centro receptor de migrantes rurais.

A realidade destes migrantes que permanecem em Montes Claros demonstram que a eles são oferecidas as piores vagas de emprego em função da baixa qualificação. Aqueles que conseguem ascensão social e econômica geralmente concentram-se no setor de comércio e serviços⁵.

Ao migrante sempre fica o desejo que neste “novo” lugar, agora na sua própria região poderá haver novas oportunidades. As expectativas se foram, fica a esperança.

2- MONTES CLAROS: A MIGRAÇÃO MUDA DE ROTA: ENTRE CONTINUAR E PERMANECER- DA CIDADE DO SERTÃO PARA CENTRO REGIONAL URBANO

Que beleza, Montes Claros,
Como cresceu Montes Claros.
Quanta Indústria em Montes Claros.
Montes Claros cresceu tanto,
Ficou urbe tão notória,
Prima-rica do Rio de Janeiro
Que já tem cinco favelas
Por enquanto, e mais promete.

Carlos Drummond de Andrade

As migrações Norte Mineira e Nordestina para o Sudeste, ocorriam no período de 1930-1940 de duas formas: 1º- através da “estrada líquida” ou seja, o Rio São Francisco; 2º- através da cidade de Montes Claros que já era o maior ponto de concentração de trabalhadores com destino ao Sul do país. De acordo com o Boletim do Serviço de Imigração e Colonização

⁵ De acordo com dados da pesquisa de campo que está sendo realizado em Montes Claros para fins de obtenção de título de Mestre na Universidade Federal de Uberlândia

de 1941, os municípios de Urandi e Condeúbas no Estado da Bahia, eram os principais municípios que exportavam trabalhadores, principalmente, para São Paulo, através de Montes Claros:"(...) nesta cidade, não só se modificam os meios de locomoção, como também o indivíduo migrante começa a receber a assistência por parte do governo.(DANTAS,1941:84).

O trabalhador que desloca para Montes Claros, parte de sua localidade para uma outra próxima, onde se reúne com uma maior quantidade de trabalhadores e continuam a viagem, alugando caminhões para levá-los para a cidade. A viagem era feita sempre de forma muito desagradável, tumultuada e perigosa, conforme relatos na Revista do Boletim de Serviço de Migração e Colonização (1941). No trajeto, costumavam pernoitar em barracões rústicos. Nessa época, as migrações ocorriam com grupos numerosos de famílias. Quando chegavam a Montes Claros, os migrantes ficavam em pensões, quartos alugados ou mesmo em copas de árvores, enquanto aguardavam a ida para São Paulo.

As décadas de 1960 e 1970, foram marcadas pelas migrações para o Sul. O campo se esvaziou. Montes Claros além de cidade-rota para a migração, começa a receber também seus novos cidadãos.

No período de 1970 a 1996, a população urbana de Montes Claros aumentou 297%, a população rural diminuiu drasticamente em 59%; confirmando a hipótese que a modernização agrícola proposta com estratégia governamental para o meio rural não atendeu a população de pequenos produtores, trabalhadores do campo, pressionando para que deixem o meio rural e sejam levados a "caminho da cidade".

Uma população que cresce demasiadamente em função do deslocamento dos trabalhadores que para seguirem a rota do Sul do país passam por Montes Claros, e muitos ficam na cidade fazendo com que a mesma funcione como cidade "dique", que faz com que os migrantes não prossigam a viagem para as capitais e permaneçam na região, agora na cidade que se torna Centro regional.

É em Montes Claros que se concentra os melhores indicadores de qualidade de vida da região, embora continue com índices baixos quando comparados com outras cidades/pólo do Estado. "Do total das famílias montes-clarense, 28,1% podiam ser consideradas pobres em 1980, e 15,49% numa situação de indigência".(OLIVEIRA,2000:97). Depoimentos de pessoas da família ou amigos que vieram para a cidade, incentivam que

novos migrantes venham. Fazendo com que haja uma rede de informação que funcione também para receber em suas casas os novos moradores e apresentá-los a cidade.

A ação do Estado incentiva a migração do homem do campo para a cidade, uma vez que na cidade está escola, o emprego, o médico, enfim a melhoria de vida; enquanto no campo os grandes projetos de irrigação e reflorestamento concentram as terras e liberam famílias inteiras de trabalhadores rurais para a incessante busca oportunidades no mercado de trabalho urbano.

Os migrantes rurais em Montes Claros, transformam o espaço urbano, trazem uma grande diversidade cultural, introduzem costumes, modificam valores, participam da vida política, fazem história, mas permanecem a margem em sua maioria do mercado de trabalho. Empregadas domésticas que trabalham pela comida e moradia, trabalhadores da construção civil com precárias condições de trabalho, são alguns dos muitos exemplos encontrados em depoimentos de trabalhadores rurais no SINE- posto de Montes Claros.⁶

Analisando os dados do Sistema Nacional de Emprego- SINE/ Montes Claros, constata-se o intenso aumento em busca de vagas e emissão de carteiras de Trabalho, requerimento de seguro desemprego e o decréscimo do número de vagas, balizando a hipótese que o intenso fluxo migratório transforma as relações de trabalho, uma vez que grande parte dos que chegam por falta de escolaridade, oportunidade e poder econômico passam a fazer "bico" e engrossam o mercado informal. A demanda por serviços no meio urbano aumenta, mas os dados demonstram a falta de eficiência e eficácia do programa SINE, que é o eixo principal da Política Pública de Emprego e Renda no país, financiado com recursos do trabalhador através do FAT- Fundo de Amparo ao trabalhador.⁷

O Brasil hoje é uma nação urbana, em decorrência das migrações. Se em outras décadas os migrantes encontravam apoio e incentivo para deixarem seus municípios de origem, agora, a mobilidade espacial é a todo o momento "barrada". As cidades montam

⁶ O Sistema Nacional de Emprego foi criado em 8 de outubro de 1975, através do Decreto Lei N.º 76.409, ratificado na Constituição Federal de 1988, artigo 22, inciso XVI. A implantação, em Minas Gerais, ocorreu em 1977. De lá para cá muita coisa mudou, com os serviços cada vez mais informatizados e o atendimento ampliado e modernizado. Atualmente há 59 postos no Estado de Minas Gerais. Dentre suas linhas de ação do SINE, destaca-se o Programa de Intermediação de Emprego. O serviço oferece aos trabalhadores desempregados, por meio de colocação, "recolocação" e qualificação, possibilidades no mercado de trabalho

⁷ Conferir em AZEREDO, Beatriz; TEIXEIRA, Aloísio. Impactos sobre o emprego dos Programas apoiados pelo FAT. In: POSTHUMA, Anne Caroline(org). *Abertura e Ajuste do mercado de Trabalho no Brasil: Políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade*. São Paulo: ed.34,1999.p.295-322.

fronteiras, barreiras, para não receberem os migrantes. E estes quando “conseguem chegar” são incentivados a prosseguirem, através da concessão de passagens pelo próprio poder público (municipal, estadual), no intuito que não permaneçam ali:

“ninguém quer mendigos ou biscateiros em nossa cidade, então auxiliamos com a passagem para eles continuem viajando, às vezes não temos passagem para a cidade que ele quer ir, então encaminhamos para uma próxima”.⁸

A consolidação do *agrobusiness* não reduziu a migração rural, não beneficiou os pequenos produtores e não diminui as disparidades econômicas, sociais nem no campo e muito menos na cidade. A industrialização do campo, não modificou as relações de dominação do capital, e subordinou as populações rurais na cidade a condições precárias de vida. As políticas públicas viabilizadas no espaço urbano não auxiliam a integração do migrante rural ao mercado de trabalho. São velhos problemas enfrentados no meio rural que retira o homem do campo e são novos problemas que enfrentam na vida urbana.

Temos à nossa frente um duplo processo ou, se preferir, um processo com dois aspectos: industrialização e urbanização, crescimento e desenvolvimento, produção econômica e vida social. Os dois aspectos deste processo, inseparáveis, têm uma unidade, e no entanto o processo é conflitante. Existe, historicamente, um choque violento entre a realidade urbana e a realidade industrial...este processo dialético, longe de ser elucidado, está também longe de ter terminado (...).
(LEFEBVRE, 1991: 9).

São muitas as falas dos trabalhadores rurais, homens, mulheres, famílias inteiras que migram para Montes Claros em busca de melhoria de vida, que sempre quer dizer trabalho, fator sempre almejado como fator de resgate da cidadania. No início deste artigo relatou-se a história do Sr. José, uma história como outras de tantos Josés do nosso sertão mineiro. *“É dona de esperança a gente véve, de expectativa não”*. As expectativas das políticas públicas rurais não se cumpriram, deslocando famílias inteiras para as cidades na busca da esperança. Esperança de sobrevivência dia após dia. Para o professor José Souza Martins a "esperança só é como possível, o que pode ser, o que ainda não é mas está anunciado nas próprias condições sociais que os seres humanos foram capazes de construir até aqui, no esforço de todos e não só de alguns", (2002:12). Que todos os trabalhadores rurais, meeiros, posseiros, pequenos produtores, famílias camponesas, trabalhadores sazonais, possam ter esperança em uma ampla e real reforma agrária e que na cidade tenham também o

8 Depoimento de uma técnica da Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Esporte de Minas Gerais/SEDESE em MOC.

respeito e as possibilidades dos cidadãos que constituem o espaço urbano. Dizia Guimarães Rosa: **“é preciso sair do sertão, mas só se sai do sertão, tomando conta dele adentro”**., que os migrantes rurais consigam sair do sertão da miséria e possam tomar conta do sertão, através do acesso a terra, ao trabalho, a educação, a saúde, enfim a “melhoria de vida”. Que seja um estado de esperança de todos nós, sertanejos!

REFERÊNCIAS:

ANDRADE, Carlos Drummond de. *O Corpo*. Rio de Janeiro: Record, 1984.

ANDRADE, Manuel Correia de. *O Nordeste E A Questão Regional*. São Paulo: Ática, 1988.

BECKER, Olga Maria Dchild, Mobilidade Espacial da População: Conceitos, Tipologia, Contextos. In: CORREA, Roberto Lobato (org). *Explorações Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CORREA, Roberto Lobato. *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

DANTAS, Humberto. Movimento de Imigrações Internas em Direção do Planalto Paulista. *BOLETIM DO SERVIÇO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO*. São Paulo, Sec. da Agricultura Ind. e Comércio do Estado de São Paulo, Nº3, 1941.

FORRESTER, Viviane. *O Horror Econômico*. São Paulo: Unesp, 1997.

FURTADO, Celso. *Pequena introdução ao desenvolvimento*. 2.ed. São Paulo: Nacional, 1981.

FERNANDES, Mançano Bernardo. *Brasil: 500 anos de Luta pela Terra*. Disponível em <http://w.w.culturavozes.com.br/revistas>. Acesso em 04 de maio de 2001.

FJP-Fundação João Pinheiro/IPEA. *Condições de Vida nos Municípios de Minas Gerais-1970-1980-1991*. FJP/IPEA. Belo Horizonte. Dez/1996.

GRAZIANO DA SILVA, José. *A nova Dinâmica da Agricultura Brasileira*. Campinas: UNICAMP, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE. Disponível no Site *IBGE/cidades*<<http://www.ibge.gov.br/ibge/default>> acesso em 10 de maio de 2001.

_____, *Censo Demográfico*, 1996.

LAKATOS, Eva Maria, *Sociologia Geral*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1982.

LEFEBVRE, Henry. *O Direito à Cidade*. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Moraes Ltda., 1991.

_____, *Estrutura Social: a reprodução das relações sociais*. In: FORRACHI, Marialice Mencarini; MARTINS, José de Souza. *Sociologia e Sociedade*. 21 ed. São Paulo: LTC, 1999.

MARTINS, José Souza. *Não Há Terra Para Plantar Neste Verão*; 2 ed. Petrópolis: VOZES, 1988.

_____, *Henri Lefebvre e o Retorno da Dialética*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____, *Os Camponeses e a Política no Brasil*. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____, *A Sociedade Vista do Abismo: Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 2002.

MELLO NETO, João Cabral. *Serial e Antes*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de (orgs). *Formação Social e Econômica do Norte de Minas Gerais*. Montes Claros: Unimontes, 2000.

RODRIGUES, Luciene. *Formação Econômica do Norte de Minas e o Período Recente*. In: *Formação Social e Econômica do Norte de Minas Gerais*. OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de (orgs). Montes Claros: Unimontes, 2000.

ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

SANTOS, Milton. *O lugar e o cotidiano*. Disponível em: <<http://terravista.pt/copacabana/3103/artigos/milton/lugar>>, acesso em: 12 out.2000.

_____, *Entrevista Com Milton Santos*. Site UFMG 2000. Disponível em: <[http://icb.ufmg.br/Ip/Entrevista-com-Milton Santos.html](http://icb.ufmg.br/Ip/Entrevista-com-Milton_Santos.html)>, acesso em: 12 out.2000.

_____, *A Natureza Do Espaço: espaço e tempo: razão e emoção*. 3ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, Gilmar Ribeiro dos (Org). *Trabalho, Cultura e Sociedade no Norte/Nordeste de Minas: Considerações a partir das Ciências Sociais*. Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997.

SORJ, Bernardo. O Novo Padrão de Desenvolvimento Agrícola: Caráter da Intervenção Estatal In: *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.p.67-117.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org).2ªed. *Agricultura familiar: Realidades e Perspectivas*. Passo Fundo:Ediuepe,1999.

WEBER, Max. Ação Social e Relação Social. In: FORRACHI, Marialice Mencarini;

MARTINS, José de Souza. *Sociologia e Sociedade*. 21.ed. São Paulo:LTC,1999.



OS SERTANEJOS E “OS DA RUA”: IDAS E VINDAS DO TRABALHO NOS CANAVIAIS ALAGOANOS

Alice Anabuki Plancherel*

Cícero Ferreira de Albuquerque**

Lúcio Vasconcellos de Verçoza***

Resumo: O processo de reestruturação produtiva da agroindústria canavieira no Brasil acarretou elevação do grau de exploração da força de trabalho do corte manual da cana-de-açúcar. Podemos sublinhar, dentre fatores que potencializaram essa elevação, significativas transformações no recrutamento dos trabalhadores, no processo de trabalho e na sua gestão. Essas transformações atingem tanto a organização técnica do trabalho e a taxa de mais-valia, quanto a socialização das diferentes formas de uso da própria força de trabalho. Isto porque só é possível efetivar as supracitadas transformações se paralelamente ocorrer uma reconfiguração do mercado laboral que altera o perfil daqueles que conseguem vender sua força de trabalho nessa atividade. No presente artigo objetivamos analisar a atual complexidade dessa (re)configuração composta pela socialização entre os trabalhadores canavieiros “da rua” (os do lugar) e os sertanejos migrantes, assim diferenciados entre si. Tal distinção torna-se relevante para também se analisar os recentes movimentos de resistências observados nessa categoria, mobilizada e organizada sobretudo por iniciativa desses últimos e à revelia dos sindicatos. Enquanto os primeiros residem nas periferias das cidades próximas às usinas, os segundos retornam ao sertão na entressafra da cana; no interior desses dois pólos da configuração do universo do trabalho canavieiro combina-se uma série de outras condições: sertanejo com terra e roçado próprio, sertanejo com terra e sem roça, sertanejo assalariado da área urbana. Tomamos como universo empírico a socialização do trabalho e a resistência de canavieiros de agroindústrias de Teotônio Vilela e Coruripe, municípios localizados na principal área produtora de cana no estado.

Palavras-chaves: trabalhador rural canavieiro sertanejo, migração, resistência, Alagoas.

* Alice Anabuki Plancherel - bacharel em Ciências Sociais/ PUC-SP; doutora em Sociologia/USP; docente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Ciências Sociais/Universidade Federal de Alagoas; líder dos Grupos de Pesquisa/CNPq 1) Trabalho e Capitalismo Contemporâneo e 2) Núcleo de Memória das Ciências Sociais / MEMORIAL.

** Cícero Ferreira de Albuquerque – graduado em História pelo Centro de Estudos Superiores de Maceió (CESMAC); mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); docente da Universidade Federal de Alagoas (UFAL); membro do Grupo de Pesquisa Trabalho e Capitalismo Contemporâneo e do Núcleo de Estudo do Semi-árido (NESAL).

*** Lúcio Vasconcellos de Verçosa - graduado em licenciatura e bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL); mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS-UFSCar); membro do Grupo de Pesquisa /CNPq *Trabalho e Capitalismo Contemporâneo* e do Grupo de Pesquisa /CNPq *Terra, Trabalho, Memória e Migrações*.

Introdução

O processo de reestruturação produtiva na agroindústria canavieira no Brasil acarretou, como um dos seus efeitos mais expressivos, a elevação do grau de exploração da força de trabalho do corte manual da cana-de-açúcar. Dentre diversos fatores que potencializaram essa elevação, podemos sublinhar as formas e os locais de recrutamento de canavieiros sobretudo migrantes, a sua socialização no trabalho rural assalariado e a sua gestão. Tais fatores resultam, conforme reiteradamente registrados na literatura sociológica, tanto das modificações na organização do processo de trabalho e no processo de produção de mais-valia, quanto no uso de uma força de trabalho, tão multifacetado e complexo atualmente quanto as mudanças similares ocorridas no universo do trabalho em geral, desde os anos 1970 do século XX, face a crise do capital sob o modelo fordista-taylorista.

As supracitadas modificações só podem efetivamente elevar o grau de exploração da força de trabalho em se desenvolvendo, simultaneamente, uma reconfiguração da (des)organização e (des)regulamentação jurídico-política do mercado laboral, por meio das quais altera-se, em conseqüência, o perfil do contingente daqueles que logram vender a sua força de trabalho numa determinada atividade, no caso, no corte da cana-de-açúcar.

No presente artigo objetivamos analisar a atual complexidade dessa (re)configuração composta pela socialização entre canavieiros “da rua” (os do lugar) e canaveiros sertanejos migrantes, entre si e reciprocamente assim diferenciados¹. Tal distinção torna-se igualmente relevante, a fim de se tentar apreender as especificidades dos

¹ Diferentemente do significado observado por Heredia (1988), segundo a qual designava-se *sertanejo* todos os trabalhadores não pertencentes ao “lugar”, entende-se aqui pela mesma expressão tão-somente aqueles migrantes oriundos de área fisiográfica conforme definida por geógrafos, ou seja, canavieiros cuja identidade espacial de origem baseia-se na região do Sertão ou, no limite, também do Agreste alagoano. A propósito, nos termos de um engenheiro agrônomo da Usina Santa Clotilde (Rio Largo/AL), por parte desta havia deliberada preferência por trabalhadores procedentes do Sertão, pois, estes, instalados durante a safra em alojamentos da Usina, caracterizavam-se por reduzido absentéismo e, conseqüentemente, por baixa apresentação de atestados médicos justificando ausências ao trabalho, ao contrário dos “da rua”, residentes com suas famílias no próprio município onde se localizava a usina e/ou a ela circundantes (cf. informações concedidas à autora e aos autores, em 12/11/2007).

recentes movimentos de resistência observados nessa categoria profissional de trabalhadores rurais, cuja ação de protesto, mobilizada e organizada por iniciativa dos cortadores de cana do Sertão alagoano e à revelia dos sindicatos, demonstram possibilidades efetivas de lutas nos canaviais alagoanos, a despeito de regras disciplinares e de dominação despótica mediarem a socialização daqueles sertanejos no trabalho rural assalariado² da região da Mata.

O perfil heterogêneo do trabalhador canavieiro

Enquanto os canaveiros “da rua” residem nas periferias das cidades próximas às usinas, caracterizam-se por uma desvalorização aparentemente mais acentuada da sua força de trabalho sazonal e se tornam, no período da entressafra, desempregados ou trabalhadores urbanos ocasionais (sobrevivendo eventualmente de “bicos”), estas mesmas condições não se aplicam à totalidade dos canaveiros sertanejos. Dentre estes últimos, entrelaçam-se atividades laborais multiformes:

1) produtores agrícolas domésticos³ em seus locais de origem e trabalhadores rurais temporariamente assalariados (canaveiros migrantes sazonais) nos locais de destino, que

² Apenas para efeito aqui de referência, “De acordo com a definição de D’Incao (1984), o trabalhador assalariado rural compreende desde o pequeno produtor que se assalaria temporariamente nas empresas agrícolas, durante os meses de safra, *para complementar a sua renda*, até o trabalhador totalmente expropriado da terra que reside nas cidades, que se assalaria durante a colheita e faz ‘bicos’ na entressafra. Segundo a autora, o que permite identificar estes trabalhadores é o caráter temporário e itinerante de seu trabalho, pois prestam serviços durante períodos determinados e se deslocam constantemente em busca de trabalho” (CORRÊA, 2008, p. 17 – grifos nossos); em contraposição a semelhante definição, de nossa parte, todavia, sem polemizá-las nos limites do presente artigo, vejamos ainda reflexões a respeito por parte de Yamamoto (2001, pp. 176-7): “[...] o trabalho assalariado não é mais *trabalho acessório ou complementar* para a recriação do migrante como ‘*camponês*’ ou produtor mercantil simples; [...]. *O recurso ao trabalho assalariado não tem mais o caráter complementar*, uma vez que o migrante já não mais pode prescindir do assalariamento ainda que sazonal para a reprodução da família, o que explica seu caráter reincidente. [...] na história recente do processo de proletarização no país, tem havido uma alteração do que é acessório: se em épocas anteriores tratava-se de um *campesinato pobre* para o qual o salário por tempo determinado tinha um caráter complementar à satisfação das necessidades básicas para a reprodução familiar, hoje é a produção agrícola familiar que se torna *complementar, embora insuficiente*. Dizendo de outra maneira: *a produção do tempo de trabalho socialmente necessário à reprodução da família já não se faz sem a mediação da produção de um tempo de trabalho excedente para o capital*. Mais ainda: *nem a produção agrícola familiar é suficiente para a sobrevivência e nem o assalariamento por tempo determinado também o é, o que explica a recusa pela migração definitiva.*” (grifos no original).

³ Entende-se, aqui, por pequena produção agrícola doméstica aquela diretamente destinada ao consumo familiar, portanto, ao provimento e à reprodução, ainda que de maneira precária, do próprio agricultor e de sua família; como base empírica a tal entendimento pode-se tomar entrevista de canavieiro migrante (34 anos), concedida no município de Teotônio Vilela, em 13/02/2011, à autora e aos autores: “fui ajudante de pedreiro durante oito anos, lá em Águas Belas (PE)... ganhava só um salário mínimo e sem nunca ter carteira assinada; antes, trabalhava em roçado próprio de milho, de feijão, que meu pai deixou... a gente cultivava só para o consumo da família; agora meu filho de 12 anos cuida dos animais da família... garrote, coelho, também só para o nosso consumo e não prá vender (a gente só vende quando precisa)... Corto cana na Usina Guaxuma desde 2005, em toda a safra até os dias de hoje; tiro uns dois salários por mês...”

retornam ao Sertão na entressafra da cana; expressivamente produtores agrícolas domésticos do Sertão alagoano, tornam-se ciclicamente socializados no trabalho canavieiro menos na condição de exerce-lo enquanto atividade complementar àquela de pequeno produtor agrícola (efetivo proprietário ou não da terra) senão, ao contrário, esta é que assume uma atividade secundária em relação ao trabalho assalariado (IAMAMOTO, 2001, p. 177);

2) produtores agrícolas domésticos (efetivos proprietários ou não da terra) e, simultaneamente, trabalhadores rurais eventuais (“bicos” na agricultura) em seus locais de origem (Sertão) e trabalhadores assalariados temporários no corte da cana na região receptora (zona da Mata);

3) ou, ainda, desempregados em seus locais de origem e canavieiros cíclicos e sazonais em seus locais de destino, os quais, na entressafra da cana, retornam à condição de desempregados no sertão ou de assalariados precarizados (sob contratos temporários de trabalho, por exemplo, na construção civil); constituem a superpopulação flutuante, nos termos de Marx (1975, 744), parte da qual migra seguindo a própria migração do capital (Idem, *ibid.*, 744); desempregados urbanos sertanejos têm, inclusive, conforme o precedente, migrado para canaviais em Goiás, Mato Grosso e Minas.⁴

No interior dessas configurações do universo do trabalho canavieiro migrante coexistem, portanto, combinadamente, uma série de distinções - sertanejo com terra e roçado próprios, sertanejo com terra e sem roça, sertanejo assalariado da área urbana -, cujas especificidades de seu movimento e reprodução cabem, aqui, ressaltar sob o processo de acumulação do capital agroindustrial açucareiro.

De uma parte, enquanto universo empírico da análise, se tomamos a socialização do trabalho rural no corte da cana e a resistência de canavieiros de agroindústrias de Teotônio Vilela e Coruripe (municípios localizados na zona da Mata, principal área canavieira e de produção açucareira no estado de Alagoas), de outra parte, precisamente a heterogeneidade dos sujeitos daquela socialização torna-os propícios à sua análise por meio de pressupostos de uma teoria da população que, em correspondência com uma determinada forma de

⁴ “Antes de cortar cana, trabalhava em São José da Tapera (sua cidade natal no Sertão alagoano) fazendo ‘bicos’ num sítio da família... era um ‘sítio de meia’ (dividia-se toda produção entre os familiares que nele trabalhavam); em 2010, trabalhei em Goiás numa usina... não foi bom porque a indústria parava muito por problemas na maquinaria, parando assim os trabalhos também nos eitos da cana, o que diminuía o pagamento, que era por diária. Faz três safras completas que trabalho na Usina Guaxuma (em Alagoas)... Lá tem uns 600, 700 sertanejos, todos contratados por tempo determinado; na entressafra, trabalho fazendo ‘bicos’, na diária (R\$ 25,00) e sem ‘ficha’... como servente, ajudante de pedreiro, erguendo massa, fazendo andaime...” (24 anos; entrevista concedida à autora e aos autores, em 12/02/2011, no município de Campo Alegre [AL]).

sociabilidade, encontra-se sugerida por Marx (1975). Nesse sentido, o suposto de que “todo modo histórico de produção tem suas leis próprias de população, válidas dentro de limites históricos. Uma lei abstrata da população só existe para plantas e animais, e apenas na medida em que esteja excluída a ação humana” (Marx, 1975, p. 733), implica em considerar os elementos de causalidade de uma população migrante laboral que, sobretudo de maneira intermitente, insere-se em atividades distintas, assim dificultando, aparentemente, entre seus sujeitos, o desenvolvimento de ações de resistência organizada contra o capital.

O deslocamento populacional, aqui recortada sob os termos de uma migração laboral especificamente cíclica e sazonal, vincula-se, portanto, ao próprio movimento do capital em seu processo de modernização e industrialização da agricultura, o qual, ao dela apoderar-se, torna-se-lhe necessária a formação de uma população trabalhadora disponível. Esta última, - ao capital insuficientemente fornecida apenas pela taxa natural de crescimento, ou seja, por meio da reprodução natural da classe trabalhadora -, subsume-se não apenas à lei absoluta das relações sociais capitalistas baseadas na produção do trabalho excedente não-pago, senão que subsume-se, igualmente, à lei da produção de uma população excedente; um reservatório de força de trabalho, tornando-se uma produção não menos necessária à reprodução ampliada do capital, disponibiliza-se de forma “permanentemente temporária”, por isso, constitutiva do que Marx denominou *superpopulação relativa estagnada* ou exército de trabalhadores ativos, embora de modo irregular, intermitentemente ocupados na indústria moderna (Marx, 1975, p. 746), tanto quanto na agricultura da qual aquela se apossa.

À luz, portanto, dos termos precedentes, a acumulação e reprodução ampliada do capital, bem como as relações sociais que lhes correspondem, inclusive sob o atual padrão de acumulação flexível e de mundialização do capital sob a hegemonia da ideologia neoliberal, presidem a socialização complexa, no universo canavieiro, de sujeitos laborais social e espacialmente heterogêneos, cujo trabalho assalariado e, inversamente, a ausência de trabalho sob a forma desemprego, constituem-se, contemporaneamente, em unidades do diverso.

Desemprego rural, migração laboral e intensificação do trabalho

Tornando-se a mobilidade espacial e laboral, especialmente a sazonal e a cíclica, um fenômeno recorrente em nossas pesquisas a respeito do *canavieiro sertanejo*, tal

processo, no tocante ao estado de Alagoas, leva-nos, por sua vez, a evocar reflexões a respeito por parte de Cícero Ferreira de Albuquerque (2009, pp. 88 e 89), pois, para o referido autor,

[...] é nos últimos vinte anos que se consolidam as condições objetivas necessárias pelo capital que impuseram, para além da proletarização, a mais completa expropriação do trabalhador rural. [...]

[...] o êxodo rural, em grande parte, é conseqüência de uma fase mais agressiva do capital e traz consigo a exigência de novas relações de trabalho. Novas formas de garantia precisam ser criadas pelos trabalhadores. Não importa se os meios para sobreviver serão buscados no ambiente urbano ou se continuarão vinculados ao campo, o fato é que uma nova modalidade de relação se impõe. Essa relação, analisando a ação dos trabalhadores que continuam vinculados ao campo, vai se tornar impessoal, especialmente no que diz respeito ao trabalho realizado para as usinas; mais formal, uma vez que as relações formais de trabalho estão cada vez mais consolidadas e, por fim, menos duradoura, pois os contratos de trabalho nas atividades de corte de cana, na sua grande maioria, são temporários.

Conforme a citação acima nos permite constatar, a migração laboral processa-se como um fenômeno fundamentalmente interligado com as mudanças sociais vividas pelos sujeitos em tempo e espaço determinados; dirigindo-se, sobremaneira no período 1940/60, às grandes cidades, estas, contudo, longe de, em si, exercerem uma atração sobre os trabalhadores rurais, indicam, contrariamente, a destruição das suas condições anteriores de existência objetiva e subjetiva, por conseguinte, a eliminação das condições de sua reprodução material e imaterial enquanto trabalhador agrícola vinculado ao acesso a terra.

É no referido contexto de mudança social, que se processa, simultaneamente, a produção do trabalhador rural assalariado e de um excedente de força de trabalho agrícola, cuja migração internamente à própria agricultura destaca-se, nas últimas duas décadas, como uma de suas características. Tais características, no entanto, se indicam uma permanência em termos da atividade laboral – *trabalhador rural lá e cá* -, de uma parte, de outra, indicam na mesma medida uma ruptura laboral, posto que, sob uma agricultura notadamente capitalista, convertem-se produtores rurais migrantes em trabalhadores assalariado sazonal e cíclico nos canaviais. Nestes últimos espaços laborais, enquanto lugar de destino, o capital agroindustrial socializa *canavieiros sertanejos* de distintas origens sociais e espaciais e os canavieiros locais, os “*da rua*”, interligando-os, como anteriormente dito, numa unidade do diverso, isto é, numa mesma intensificação do trabalho juridicamente desregulamentado⁵ e precarizado sob a acumulação flexível.

⁵ O contrato por tempo determinado não garante indenização após o fim do contrato (quarenta por cento do FGTS) e nem o direito ao seguro desemprego.

Com base ainda em observação empírica durante pesquisa de campo, ao longo dos últimos três anos no estado de Alagoas, é-nos, por fim, permitido levantar algumas questões: qual, afinal, a posição da produção agrícola doméstica, quer seja objetivamente na reprodução do canavieiro sertanejo e de sua família, quer seja em nível da sua própria representação simbólica como produtor rural? Sob quais termos beneficiar-se-á efetivamente o capital agroindustrial na demanda e na socialização do pequeno produtor agrícola no universo do trabalho assalariado nos canaviais? Em que medida a identidade sertaneja do canavieiro, em oposição ao canavieiro “da rua”, demarca distinções entre os sujeitos do trabalho precarizado diante do qual o primeiro manifesta recusa à própria tendência de desvalorização do seu trabalho tal qual visualiza na dos “da rua” (apenas comparativa e aparentemente mais acentuada)? Ao mesmo tempo que os próprios sujeitos do trabalho reforçam aquela mesma distinção - positivamente por parte do capital e dos próprios migrantes, mas negativamente por parte dos canavieiros locais -, reproduzindo assim fissuras na identidade coletiva de classe, qual parcela do trabalho precarizado no universo canavieiro tem, contraditoriamente, mobilizado e organizado mais formas de resistência ao capital agroindustrial açucareiro? Tais questões apontam, em suma, a uma migração laboral do trabalhador rural que, em sua mobilidade espacial e temporal, sazonal e cíclica, sintoniza-se com mudanças de natureza social consoante à dinâmica do próprio capital e da modernização da agricultura sob novos padrões produtivos, de acumulação capitalista e de gestão da força de trabalho.

Independentemente, em suma, da mobilidade territorial dos fluxos migratórios caracterizarem-se como interregional ou intraestadual, as diversas, heterogêneas e complexas formas de trabalho em suas regiões de origem, socializando-se, em suas regiões de destino, nos canaviais, unifica-os ainda sob uma autoidentificação social abrangente – *trabalhadores rurais* –, recusando-se, negando-se assim, subjetivamente, sua transformação e redução a tão-somente *cortadores de cana*. Esta última redução vincula-se, na verdade, a uma representação social bipartite nos canaviais: de uma parte, objetivamente adquire o caráter sinonímico de trabalho pesado, socialmente degradante, profissionalmente desqualificado e salarialmente aviltado; de outra parte, se à autoidentificação de *trabalhador rural*, acresce-se-lhe a qualificação de *sertanejo*, opera-se subjetivamente uma revalorização do trabalho canavieiro, posto que, do ponto de vista do capital agroindustrial, constrói-se uma representação social do canavieiro sertanejo como sendo mais produtivo, privilegiado no corte da cana de melhor qualidade (cana em pé, queimada e em solo mais plano), menos absenteísta no trabalho e, conseqüentemente,

auferindo melhor rendimento salarial; em função desses atributos em seu conjunto, tornam-se trabalhadores sobre os quais recai a predileção do capital agroindustrial.

Idas e vindas do trabalho nos canaviais

À primeira vista, se a predileção (por parte do capital agroindustrial) e a socialização de trabalhadores sertanejos no universo canavieiro deve-se mesmo à sua condição primeira de produtor rural procedente do Sertão, pela experiência já aptos à faina agrícola (ALVES, 2007, p. 44), uma observação mais atenta da sua realidade empírica vai de encontro àqueles aparentes fundamentos.

Não migrassem para o corte da cana na zona da Mata alagoana ou em outros estados, cuja safra coincide com a entressafra da produção agrícola doméstica no Sertão, passariam longo período desocupados ou subocupados. Força de trabalho, portanto, em massa que se disponibiliza sazonal e ciclicamente ao capital agroindustrial açucareiro, constitutiva de uma população trabalhadora excedente, de um exército agrícola de reserva que se move, assim, social, temporal e espacialmente no interior da própria agricultura. O desemprego ou a subocupação no Sertão alagoano, quer seja rural, quer seja urbano, entrelaçam-se, assim, com o desemprego de natureza estrutural e conjuntural, característico destas últimas décadas em âmbito nacional tanto quanto em nível mundial. Sob tal característica, operando-se a complexificação multifacetada do universo laboral, desenvolve-se ao mesmo tempo uma migração laboral notadamente investigada: da agricultura em direção à própria agricultura de outras regiões.

Ao fim do destino da mobilidade agrícola, altamente favorável ao capital agroindustrial açucareiro, a intensificação da exploração do trabalho canavieiro sertanejo é superior à dos “da rua”, posto que não apenas igualmente desregulamentado, precarizado e crescentemente rebaixado em seu valor de troca, mas sobretudo por encontrar-se direta e diuturnamente sob o controle do capital agroindustrial ao longo de toda a safra da cana de açúcar. Geralmente instalados em alojamentos localizados nos domínios da própria usina, a exploração da força de trabalho dos canavieiros sertanejos intensifica-se sob inúmeros mecanismos:

1) tornam-se triplamente explorados: como assalariados nos canaviais, como “locatários” dos alojamentos, à medida que a usina desconta mensalmente de seus rendimentos um valor pela “moradia”, e como trabalhadores domésticos, posto que preparam suas próprias refeições após o retorno dos canaviais, lavam seus utensílios

domésticos e suas vestimentas e ganham “prêmios” os que mantiverem mais higiênicas suas instalações (dormitórios);

2) em sendo cotidiana e matutidamente arregimentados e transportados, por prepostos da usina, de seus alojamentos aos canaviais, iniciam sua atividade laboral mais cedo (cerca de uma hora antes) que os canavieiros “da rua” e, em geral, o término de sua jornada de trabalho é posterior a dos canavieiros “da rua”, prolongando-se assim uma jornada de trabalho que amplia a exploração da força de trabalho sob a produção da mais valia absoluta⁶;

3) por meio do critério de divisão das turmas⁷, que separa os trabalhadores sertanejos dos “da rua”, estimula a fragmentação dos trabalhadores, servindo como mais um mecanismo adotado pelo capital agroindustrial canavieiro para dificultar ações de resistência construídas pelo conjunto dos trabalhadores canavieiros.

Como veremos mais adiante, ainda existem outros mecanismos de dominação e exploração nos canaviais que não foram mencionados acima. É diante desse cenário extremamente desfavorável para os trabalhadores canavieiros que indagamos: qual o curso atual da luta de classes nos canaviais de Alagoas? Como os canavieiros sertanejos e os “da rua” têm atuado nos últimos enfrentamentos com o capital agroindustrial canavieiro?

Trabalhadores “desenquadrados”: resistência laboral cotidiana em canaviais alagoanos

O advento do mais recente processo de reestruturação produtiva da agroindústria canavieira de Alagoas, em curso desde o início da década de 1990 (CARVALHO, 2010), acarretou um sistema rígido no padrão exigido na atividade do corte da cana com a finalidade de proporcionar “aumento do rendimento da cana, além da redução na impureza mineral e perda da matéria-prima” (GUIMARÃES *et al.*, 2008). Essas preocupações com o rendimento industrial da cana alteraram aspectos do processo de trabalho e do controle e disciplina da força de trabalho. Segundo trabalhadores canavieiros, há uma exigência relativamente recente de cortar “toco dentro da terra, palha afastada da esteira e o ponteiro tirado no ar”⁸. Esses três padrões técnicos de trabalho são apresentados e exigidos pelo

⁶ A jornada de trabalho varia, dentre vários entrevistados, de 10 a 12 horas – “até não restar ‘marimba’ (ponta, final de rua do eito)”.

⁷ Turma é a denominação do grupo de trabalhadores transportado no mesmo ônibus, que trabalha no mesmo talhão de cana e que é fiscalizado pelo mesmo cabo (ou fiscal de turma).

⁸ Cf. entrevistas de canavieiros concedidas aos autores, em abril de 2009, no município de Teotônio Vilela.

cabo (ou fiscal) logo nos primeiros dias de trabalho. Em determinadas usinas de Alagoas são realizados treinamentos, inclusive com exibição de vídeos, com a finalidade de orientar o trabalhador antes mesmo deste pisar no eito⁹.

“O toco dentro da terra” consiste em cortar a cana rente ao chão para evitar perda de sacarose¹⁰. “A palha afastada da esteira” significa arrumar a cana cortada em local bem afastado das palhas para que os guinchos recolham apenas a cana, evitando o processamento de minerais e vegetais indesejáveis. “O ponteiro tirado no ar” é a parte superior da cana (ponta), que deve ser cortada uma a uma em um local preciso, a fim de evitar prejuízos no teor de sacarose¹¹.

Essas mudanças, ao mesmo tempo que aumentam a produtividade industrial da cana, tendem a diminuir a produção do trabalhador, pois este terá de despender muito mais energia e tempo com movimentos que buscam produzir uma cana cortada inserida em determinado padrão de qualidade imposto pela usina sem, contudo, nenhuma recompensa adicional ao canavieiro. Como o salário no corte manual na cana não é condicionado pelo tempo de trabalho, mas somente pelo *quantum* de matéria-prima cortada, esses padrões técnicos tendem a rebaixar o salário do cortador de cana. Além disso, a imposição dessas exigências é acompanhada por um aumento do controle do processo de trabalho e da disciplina por parte do capital agroindustrial canavieiro. Caso constatado o não cumprimento do padrão exigido, existe o risco do trabalhador ser punido, e, como veremos mais adiante, nos casos mais extremos o trabalhador pode ser vítima do desemprego.

Mas será que o risco de punição acarreta cumprimento à risca dos padrões exigidos? Em caso de não cumprimento dessas normas pré-estabelecidas, quais as táticas utilizadas pelos trabalhadores para evitar punições? Os trabalhadores que burlam os padrões estão sujeitos a quais punições? Para elucidar essas questões, é interessante observar entrevista que parcialmente se segue, realizada com um cabo (fiscal) e recrutador de trabalhadores para uma usina próxima a cidade de Teotônio Vilela¹², mais especificamente, no momento em que perguntamos se todos os trabalhadores do corte da cana cumprem integralmente o padrão exigido pela empresa:

⁹ Informação colhida em entrevista com um cabo de uma usina próxima a área urbana de Teotônio Vilela, em fevereiro de 2011.

¹⁰ Um trabalhador entrevistado de Branquinha/AL nos relatou que o cabo exigia esse padrão sob os seguintes termos: “Quero andar por aqui e pisar no chão como se não tivesse havido uma cana”. Perguntamos se ele conseguia cumprir integralmente essa exigência; respondeu-nos ele ser impossível.

¹¹ Os três padrões técnicos descritos acima seguem as diretrizes da cartilha do Programa Cana Limpa (SENAR, 2009).

¹² Entrevista realizada em fevereiro de 2011, no município de Teotônio Vilela.

Entrevistado (E): Todas as turmas têm um [trabalhador] “maceteiro”¹³ [...]

Pesquisador (P): Mas quais são as técnicas que eles utilizam para tentar ludibriar [o cabo]...

E: Primeira é fazer o toco alto [não cortar a cana rente ao solo] na carreira do meio e depois cobre [com as canas cortadas]. Outros não deixam a cana atravessada, deixam ela no comprido e depois cobre com as outras... bem cobertinha... Por exemplo: A linha da carreira de cana é pra lá, então tem que cortar e deixar ela assim; atravessada [no sentido transversal a carreira de cana] para a carregadeira de cana pegar. Eles aqui saem derrubando elas retas. Por cima bota outras atravessadas que fica tão bem feito que não dá pra ver [as que estão por baixo na posição fora do padrão exigido].

P: Mesmo um cabo experiente pode ser enganado?

E: Pode. Porque às vezes é uma pessoa que não lhe deu problema nenhum. Aí você nem desconfia. Hoje ele faz bem feito, e amanhã ele faz mal feito. Ele começa o eito bem feitinho e amanhã ele faz mal feito. Então ele está assim “desenquadrado”.

Essas são algumas das ações dos trabalhadores com o objetivo de burlar o rígido padrão técnico do trabalho exigido pela usina. Entrevistamos trabalhadores que revelaram que tanto trabalhadores “da rua”, quanto sertanejos fazem uso dessas técnicas. Perguntamos ao cabo sobre o que acontece com o trabalhador que amiúde é flagrado burlando o padrão (trabalhador “desenquadrado”), ele nos respondeu que o mesmo é “eliminado”. Em geral a “eliminação” do trabalhador considerado “desenquadrado” ocorre por meio da recusa de emprego na safra seguinte. Portanto o trabalhador “desenquadrado” convive com uma grande incerteza de emprego na safra seguinte.

Essas formas de “resistência miúda” (SILVA, 2008) dos canavieiros, estariam no bojo do que Scott denominou como “formas cotidianas de resistência”, que consistem em “‘fazer corpo mole’, a dissimulação, a submissão falsa, os saques, os incêndios premeditados, a ignorância fingida, a fofoca” (SCOTT, 2002, p.12). Consideramos que essas formas de burlar o rígido padrão técnico do trabalho consistem em ações desesperadas dos trabalhadores em busca de elevação do salário e da diminuição do elevado grau de exploração da força de trabalho, entretanto essas práticas são deveras limitadas, pois não são capazes de alterar, tanto quantitativamente, quanto qualitativamente, as degradantes relações de trabalho atualmente vigente nos canaviais de Alagoas.

Greves e a participação dos trabalhadores sertanejos

¹³ O termo “maceteiro” é derivado da palavra macete, e neste caso é empregado para adjetivar os trabalhadores mais indisciplinados.

No tocante às formas de resistências de caráter público, as mais recentes greves de cortadores de cana da usina Guaxuma¹⁴ e da Seresta¹⁵ evidenciaram algo que vai de encontro a parte da literatura sobre o trabalho e migrantes nos canaviais¹⁶. O que, contudo, observamos na realidade, em Alagoas, é o protagonismo dos migrantes sertanejos em greves cuja organização ocorreu à revelia do Sindicato dos Trabalhadores Rurais dos respectivos municípios¹⁷ e sem o apoio, ou com uma participação secundária, dos canavieiros “da rua”. Padrão ao analisar a reestruturação produtiva numa das usinas localizadas no município de Coruripe, afirma que os trabalhadores sertanejos são vistos pela empresa como “os mais produtivos e disciplinados” (1997, p.140). No mesmo sentido, Francisco Alves sugere que o interesse da agroindústria canavieira paulista em empregar força de trabalho migrante, do Nordeste especialmente, está relacionada, dentre outros fatores, ao conjunto de pressões que o fazem ser considerados mais “tranqüilos, que não criam confusão, de trato fácil [...]” (ALVES, 2007, p. 46) Mesmo que Alves esteja analisando um caso de migração regional, que difere da migração intraestadual dos sertanejos que trabalham na Guaxuma e na Seresta, é válido sublinhar a existência de uma linha de argumentação que explica a preferência das usinas pelos trabalhadores migrantes não somente por sua suposta maior produtividade, mas também por sua maior docilidade à submissão, à exploração e à dominação quando comparados aos trabalhadores do lugar.

A mesma representação do migrante sertanejo como trabalhador dócil à submissão, de trato fácil, reaparece no estudo de Menezes sobre o trabalhador migrante da Paraíba e sua representação simbólica no discurso da gerência da usina e dos trabalhadores pernambucanos (os do lugar): “Os pernambucanos enfatizam que os paraibanos tendem a aceitar as condições impostas pela usina, porque procedem de lugares distantes, vivem em situação de miséria e, naturalmente, precisam manter seus empregos” (MENEZES, 2002, p.187). Todavia, Menezes adota uma perspectiva de questionamento dessa leitura (que a autora chama de “discurso dominante”) por meio da análise das práticas cotidianas de

¹⁴ A referida greve da Guaxuma ocorreu em fevereiro de 2011 e reivindicava o fim do contrato por tempo determinado para os trabalhadores canavieiros safristas.

¹⁵ A greve da usina Seresta ocorreu em janeiro de 2011 e também reivindicava o fim do contrato por tempo determinado para os trabalhadores canavieiros safristas.

¹⁶ Cf. lê-se, por exemplo, em Marilda Villela Iamamoto (2001, p. 163): “Também Andrade (1992: 213), ao estudar a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social, apresenta um panorama da mobilidade de trabalhadores assalariados migrantes no espaço nacional, alocados nesse setor produtivo, muitos dos quais, ‘em sua pobreza, ainda mantêm uma mínimo de propriedade’. São atraentes para o empresariado porque se dedicam mais ao trabalho e *são menos politizados*. Segregados em alojamentos comunitários no interior das usinas, enfrentam ainda a reação dos trabalhadores locais, *por não se integrarem às lutas* travadas por melhores salários e condições de vida” (nota 84 no original – grifos simples e duplos nossos).

¹⁷ Os trabalhadores da usina Guaxuma são representados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Coruripe, enquanto os trabalhadores da usina Seresta são representados pelo Sindicato Rural do município de Teotônio Vilela.

resistência e das greves. A análise das formas de resistências cotidianas demonstra que esses trabalhadores constroem formas de microrresistência, porém, quanto às greves analisadas, os canavieiros paraibanos em momento algum aparecem como protagonistas. Quando participam é sempre de forma subalterna. Mesmo quando foram o estopim de uma greve (por não aceitarem serem transportados em caminhões)¹⁸, esta foi dirigida desde o início pelo sindicato local.

A greve da usina Guaxuma nos parece paradigmática justamente por inverter o discurso que Menezes chamou de “dominante”: os migrantes sertanejos foram muito mais combativos do que os trabalhadores “da rua”, conforme demonstra o seguinte trecho da entrevista¹⁹ que realizamos com um canavieiro sertanejo:

Pesquisador (P): O pessoal da cidade de Teotônio, os “da rua”, como costumam ser chamados, foram para greve no dia do fechamento [da BR, rodovia federal]?

Entrevistado (E): Foram no outro dia [no segundo dia da greve deflagrada pelos sertanejos]. O pessoal se reuniu, entrou quarenta e cinco no ônibus e pararam doze ônibus [de trabalhadores ‘da rua’], aí levaram os doze ônibus para porta da usina. [...]

P: E eles [os ‘da rua’] participaram depois desse dia?

E: Não. eles só pararam um dia. Aí depois mandaram falar para gente: que eles não poderiam parar mais e que muitos pagavam aluguel mas tavam em acordo com a gente. Se a gente voltasse a trabalhar eles davam o maior apoio, mas se nós não quisesse eles davam mais ainda que era para a gerência sentir o que tava fazendo. Aí eu retornei a ligação para um deles, eu falei: ‘é, vocês tão no direito de vocês e nós estamos no nosso. Só que é aquela história, se vocês parassem dois dias facilitava melhor para gente.’

P: Porque era todo mundo junto...

E: Era, ‘mas já que vocês não querem... sigam em frente que nós vai seguir em frente também’.

Outros trabalhadores também nos confirmaram que os canavieiros “da rua” participaram apenas durante um dia ao longo de quase uma semana de greve na usina Guaxuma²⁰. O caso da usina Seresta foi diferente, a greve contou com a participação em massa tanto dos sertanejos quanto dos “da rua”.²¹ Entretanto nos chamou atenção o fato de um trabalhador “da rua” nos dizer que a greve da usina Seresta “começou por causa dos sertanejos”.²² Diante desse quadro é inevitável indagar porque os sertanejos, contrariando o corrente argumento da tendência de maior docilidade do trabalhador migrante, foram mais combativos nas referidas greves?

¹⁸ A referida greve ocorreu em dezembro de 1992, no município de Iguarassu/PE (MENEZES. 2002, p. 203).

¹⁹ Entrevista realizada em fevereiro de 2011 no município de Teotônio Vilela.

²⁰ A greve na usina Guaxuma teve duração de seis dias.

²¹ Esse fator talvez tenha sido fundamental para explicar porque a greve da Seresta foi vitoriosa (conseguiram o fim do contrato por tempo determinado) e a da Guaxuma foi derrotada (ocorreram demissões de 32 trabalhadores sertanejos e não logrou êxito no que tange à abolição do contrato por tempo determinado).

²² Entrevista realizada em fevereiro de 2011 no município de Teotônio Vilela.

Os limites do presente artigo não nos permitem aprofundar na referida questão, entretanto consideramos pertinente destacar quatro fatores que nos parecem relevantes para compreender a maior combatividade dos sertanejos nos supracitados casos:

1) influência das migrações dos sertanejos alagoanos para agroindústrias canavieiras de outros estados, bem como das respectivas formas de mobilização;

2) participação e influência dos sertanejos de Pernambuco, que são oriundos de um estado que detém um histórico maior de greves nos canaviais quando comparados a Alagoas, e que já migram ininterruptamente para usina Guaxuma há pelo menos nove anos;

3) maior leque de opções de trabalho para os sertanejos – por serem vistos como “bons” trabalhadores e por não terem a necessidade de procurar emprego somente em usinas próximas de suas casas – aliado a sua complexa configuração interna – não são compostos somente por pequenos produtores – faz com que eles temam menos a retaliação das usinas;

4) voltar ao sertão de mãos inteiramente vazias – sem o recurso da indenização pelo término do contrato temporário e sem o seguro desemprego – significaria um fracasso dos objetivos subjacentes à migração.

Esses fatores não se excluem mutuamente e requerem uma investigação mais aprofundada que leve também em consideração o conjunto das mais recentes greves ocorridas na agroindústria canavieira de Alagoas²³. Levando em consideração os limites do presente artigo, essa é uma tarefa que retomaremos em estudos posteriores.

Referências

ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira de. *Cana, casa e poder*. Maceió : EDUFAL, 2009.

ALVES, Francisco – Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte de cana em São Paulo – Será esse um fenômeno casual ou recorrente da estratégia empresarial do Complexo Agroindustrial Canavieiro?, in NOVAES, Jose Roberto e ALVES, Francisco (orgs.) – *Migrantes, trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)*. São Carlos : EdUFSCar, 2007, pp. 21-54.

CANDIDO, Paulo & MALAGODI, Edgard. *Mobilização de Trabalhadores Canavieiros e Ação Estatal no Setor Sucroalcooleiro do Nordeste Brasileiro*. Porto de Galinhas :GT 21 ALASRU, 2010. fonte: www.alasru.org. Acesso em 15 de fevereiro de 2011.

²³ Sobre às greves dos trabalhadores canavieiros durante o período de 2007 a 2010, ver Candido & Malagodi (2010).

CARVALHO, Cícero Péricles de Oliveira. *Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana*. Maceió: EDUFAL, 2009.

CORRÊA, Ellen Gallerani. Quadra fechada – Uma iniciativa dos cortadores de cana de Cosmópolis. In *Travessia* – Revista do Migrante/CEM – Centro de Estudos Migratórios (Federação dos CEMs J. B. Scalabrini). São Paulo : Maxprint Editora e Gráfica Ltda, Ano XXI, no. 61, Maio-Agosto/2008, pp. 16-19.

GUIMARÃES, J. C. et al. *Desenvolvimento de um programa de capacitação de mão de obra para profissionais do corte manual da cana-de-açúcar*. In: Anais do 9º Congresso Nacional da Sociedade dos Técnicos Açucareiros e Alcooleiros do Brasil. Maceió, Alagoas: Editora Q Gráfica. 2008.

HEREDIA, Beatriz Alasia de. *Formas de dominação e espaço social – A modernização da agroindústria canavieira em Alagoas*. São Paulo: Marco Zero; [Brasília, DF]: MCT/CNPq, 1988.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Trabalho e indivíduo social*. São Paulo : Cortez, 2001.

MARX, Karl. *O Capital (Crítica da Economia Política)*. Livro I, Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MENEZES, Marilda Aparecida. *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de família de camponeses-migrantes*. João Pessoa, PB: EDUEPB, 2002.

NOVAES, José Roberto. Idas e vindas: disparidades e conexões regionais – Um estudo sobre o trabalho temporário de nordestinos na safra da cana paulista. In _____ e Francisco Alves – op. cit., pp. 87-117.

PADRÃO, Luciano Nunes. *O TRABALHO NA CANA-DE-AÇUCAR reestruturação produtiva e novas práticas gerenciais*. Disponível em: http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v11n01/v11n01_14.pdf, 1997. Acesso em: 11 de dezembro de 2008.

SCOTT, James C. Formas Cotidianas da Resistência Camponesa. In: *Raízes: revista de ciências sociais e econômicas/* Universidade Federal de Campina Grande, Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Vol. 1, n. 01. Campina Grande, 2002.

SENAR. *Programa Cana Limpa: sistema de colheita manual*. São Paulo: SENAR, 2009.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Cortadores de cana e os (não)direitos. In *Travessia*, 2008, pp. 26-36.



REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E TRABALHO NO MEIO RURAL: O CASO DA AGROINDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA NO TRIÂNGULO MINEIRO/BRASIL A PARTIR DE 1990

Fabiane Santana Previtali – Universidade Federal de Uberlândia; Cílon César Fagiani – Universidade Federal de Uberlândia; Pablo Guilherme Marcelino Pereira – Universidade Federal de Uberlândia

fabianesp@netsite.com.br; cilsoncf@netsite.com.br; pablogmps@yahoo.com.br

Apoio: Fapemig

GT2: “Trabalho Rural e Migrações”

O artigo discute resultados de pesquisa que vem sendo realizada no setor sucroalcooleiro, Triângulo Mineiro/Brasil, problematizando-se a relação entre mudança tecnológica, trabalho e educação no bojo do processo de reestruturação produtiva deste setor agroindustrial e suas implicações sobre a classe trabalhadora local, envolvendo assalariados urbanos e rurais e assentados no que se refere à gestão/controle da força de trabalho, demandas de qualificação profissional, organização e representação política dos trabalhadores. Tradicionalmente a região do Triângulo Mineiro tem significativa participação na economia brasileira relacionada à produção agrícola. A expansão do setor sucroalcooleiro vem ocorrendo, em grande medida, em função de incentivos governamentais à produção do biodiesel como insumo alternativo ao petróleo. A metodologia utilizada envolve revisão de literatura sobre a temática e pesquisa empírica em usinas e junto ao movimento sindical rural no período 2009-2011. Resultados ainda preliminares da pesquisa, obtidos com base em entrevistas e observações diretas no local de trabalho e junto aos movimentos sindicais rurais demonstram um intenso processo de realocação geográfica de empresas localizadas em outras regiões do país, entre elas o interior do estado de São Paulo e do nordeste, para a região do Triângulo Mineiro. As mudanças introduzidas na base técnica e na divisão e organização do trabalho ao longo da cadeia têm se mostrado intensas, encontrando um movimento sindical ainda pouco organizado em suas práticas de resistência.

1 – Agroindústria Sucroalcooleira e Transformações no Meio Rural

Durante as últimas décadas as economias capitalistas desenvolvidas e em desenvolvimento têm sofrido profundas transformações, as quais têm sido significativas

no complexo agroindustrial sucroalcooleiro, particularmente a partir da segunda metade da década de 1980. Os motivos envolvem a crescente mecanização de fases do processo produtivo, a adoção de insumos biotecnológicos que garantem maior produtividade, as novas relações interfirmas que visam integrar unidades produtivas e produtores rurais, bem como a necessidade de reestruturação do setor, visando à conquista de mercados no Brasil e no exterior. Nesse contexto, novas formas de organização do trabalho têm atingido um conjunto amplo de trabalhadores que vêm experimentando mudanças tanto de ordem tecnológica quanto nas relações sócio-culturais de trabalho

A cana de açúcar está no Brasil desde a dominação colonial portuguesa passando por diversas fases de desenvolvimento. Merece destaque o processo de modernização do final do século XIX, fundamentado na política de garantia de juros, nos empréstimos públicos e na isenção de tarifárias na importação de equipamentos. O principal objetivo da política de modernização açucareira era aumentar a escala produtiva, reduzindo os custos de produção (FURTADO, 2007). Para abastecer a demanda dos engenhos centrais era preciso produzir e transportar matérias-primas de outras localidades, fazendo com que o engenho central passasse a depender não só de sua área de cultivo, mas também da cana-de-açúcar cultivada por terceiros (QUEDA, 1972). Dessa forma, a política de modernização da indústria açucareira resultou na criação de uma nova classe de agentes: os fornecedores de cana-de-açúcar que permanece até os dias atuais.

A produção dos fornecedores de cana seria destinada aos engenhos centrais e mais tarde às usinas de açúcar e álcool. De 1875 em diante os fornecedores de cana estiveram presentes nas políticas de incentivo e regulação da indústria de açúcar e álcool, especialmente no período do Estado Novo e da Ditadura Militar (QUEDA, 1972). De acordo com Queda (1972) a iniciativa pela separação das atividades agrícolas e industriais foi incentivada pelos próprios senhores de engenho, que optaram por manter seus negócios no cultivo da cana-de-açúcar para manter o domínio territorial em suas regiões de influência política.

Segundo Queda (1972), a característica fundamental na constituição dos engenhos centrais foi a separação, artificialmente determinada, entre a fase agrícola e a fase industrial. A instalação dos engenhos centrais implicou numa escolha forçada. Os empresários do setor que não se tornassem proprietários de engenhos centrais teriam a

opção de permanecerem na fase agrícola de produção, tornando-se fornecedores de cana, ou sair da atividade. Enraizados na tradicional cultura do poder fundiário e com pouca disponibilidade de capital, grande parte dos senhores de engenho permaneceu na fase agrícola da produção. A separação das atividades agrícola e industrial iniciou uma série de conflitos entre fornecedores de cana e industriais, que envolviam os valores a serem pagos pela cana, o volume de produção, a garantia de compra da cana-de-açúcar, entre outros aspectos (FARIA, 2010). Cumpre dizer que tais conflitos e divergências permanecem ainda hoje, como pode ser observado em pesquisa¹ realizada por PREVITALI (2011). As disputas de poder eram especialmente presentes no norte fluminense e na região nordeste, onde a cana-de-açúcar era uma cultura secular. O poder político dos antigos senhores de engenhos passou a ser exercido pelos novos fornecedores de cana. Ainda que não detivessem o poder econômico, agora com os engenhos centrais, os fornecedores de cana formavam uma classe influente no plano político (FARIA, 2010).

Durante quase todo o século XIX a maior parte da força de trabalho neste setor era escrava com baixo uso de instrumentos, técnicas e ferramentas na produção se comparado a outros países, como Cuba e Antilhas, por exemplo. Na segunda metade deste século, em virtude do ciclo do café na região Centro-Sul, os proprietários de engenho passaram a vender os escravos para as fazendas de café e a empregar o trabalho livre, como parceiros, diaristas assalariados e agregados. O excesso de força de trabalho, que se dedicava à agricultura de subsistência e à pecuária, obrigava os trabalhadores a se submeter às condições impostas pelos proprietários.

No século XX, as primeiras medidas em busca de modernização da economia brasileira podem ser observadas de forma mais sistemática a partir do modelo de industrialização dependente adotado em 1930, dirigido por Getúlio Vargas e pela burguesia industrial, cuja principal característica é a subordinação da agricultura à indústria (PEREIRA, 2009). Em decorrência da crise do café, no século XX, surgiu o interesse dos produtores na diversificação das atividades, sendo a cana uma alternativa viável. A industrialização por substituição de importações no pós-guerra no final dos anos 1950 e

¹ Os conflitos permanecem até hoje, especialmente quando os fornecedores são pequenos proprietários rurais. Cumpre ressaltar que entre os fornecedores de cana para as usinas na região do triângulo mineiro estão incluídos os assentados rurais.

início dos anos 1960 foi um dos responsáveis pelo êxodo rural, que vivia nas periferias das grandes cidades e se empregava de forma sazonal em atividades desqualificadas e de baixa remuneração (PEREIRA, 2009).

De acordo com Scopinho e Valarelli (1995), cuja análise detém-se sobre a modernização da agroindústria sucroalcooleira na região de Ribeirão Preto/SP, o ano de 1965 é marcado novamente pela política de intervenção desenvolvimentista do Estado na agricultura. A busca por maior produtividade deu-se através da implementação do sistema de créditos e incentivos à estrutura agrária – o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) – de forma a viabilizar a criação de programas regionais e estaduais que aceleraram a produção empresarial de alimentos e a de matérias-primas para a indústria.

Até então, na década de 1960, predominava-se no Brasil uma agricultura de organização primitiva, ou tradicional, do ponto de vista da base técnica e da divisão e organização do trabalho. Ou seja, fundamentavam-se no trabalho vivo, dependendo de uma base técnica frágil – movida principalmente pela força humana e animal – que sustentava relações sociais de cunho paternal ou até mesmo servil: o colonato. De acordo com a autora, o sistema de financiamento constituiu-se então, numa das principais alavancas da acumulação do capital agroindustrial, uma vez que os excedentes eram captados e distribuídos em favor da indústria e do comércio interno (SCOPINHO; VARALELLI, 1995).

Segundo Silva (1999), na década de 1960 há a expulsão de colonos, parceiros, arrendatários e pequenos produtores da agricultura do Estado de São Paulo sob influência da eficácia jurídica do Estatuto da Terra² (1964) e do Estatuto do Trabalhador Rural³ (1963), em tese criados para regulamentar a questão fundiária e as condições de trabalho no campo. Para a autora, a implantação dessas duas legislações é fruto dos conflitos sociais e do processo de modernização da agricultura sob chancela do Estado, que denomina como *modernização trágica*.

O aspecto mais significativo desse processo diz respeito à expulsão dos trabalhadores das fazendas. Visto que o empregador passou a pagar 27,1% sobre a jornada

² Promulgado no Governo João Goulart.

³ Promulgado no primeiro governo da ditadura militar.

de cada trabalhador permanente tornando-os mais onerosos, logo se deu a substituição por volantes, que regulamentou a intensificação da exploração da força de trabalho (SILVA, 1999). Para a autora, o fato da lei vigorar após o golpe militar, diz respeito a manutenção da propriedade privada da terra – elemento mais importante da garantia do poder da burguesia agrária – que compensava o “sacrifício econômico” imposto aos proprietários rurais⁴.

Quanto à composição das forças políticas que se voltaram para a organização dos setores populares no final da década de 1950, Stein (2008) destaca o Partido Comunista Brasileiro, Igreja católica e alguns grupos de menor expressividade nacional. Alguns marcos fundamentais para o processo de organização foram às primeiras conferências de trabalhadores agrícolas e lavradores que culminaram na formação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) e o surgimento das Ligas Camponesas, ambos em 1954. O auge deste movimento nacional pela cidadania foi o 1º Congresso de Trabalhadores e Lavradores – realizado em Belo Horizonte, 1961 –, a fundação do Comando Geral dos Trabalhadores – CGT, 1962 – e a realização da 1ª Conferência dos Bispos do Nordeste – Recife, 1956 (STEIN, 2008). Outro acontecimento importante foi à criação da CONTAG⁵ em 1963.

A Lei nº5.889 (1973) que substituiu o ETR não regulamentou a situação dos trabalhadores volantes, ou seja, o caráter de concessão moderado do congresso (STOLKE, 1986; FERRANTE, 1976 apud SILVA, 1999, p.65) não estendeu direitos aos volantes, regulamentando a expulsão dos trabalhadores do campo, principalmente o regime que até então era predominante no interior paulista: o colonato.

De acordo com o levantamento bibliográfico realizado por Stolke (1986, apud SILVA, 1999), as mudanças nas relações de trabalho não se explicam *per se* assentadas sob aspectos econômicos, sendo essencial para a análise vincular os processos econômicos aos conflitos de classe e às mudanças políticas que ocorreram no meio rural neste período, ou seja, o peso da ideologia desenvolvimentista sobre as transformações em voga.

⁴ A Lei n. 5.889 (1973) que substituiu o ETR tornou evidente os privilégios da burguesia agrária, pois não regulamentou a situação dos trabalhadores volantes, da mesma forma que não aplicou o uso da arrecadação dos 27% com gastos sociais aos trabalhadores (SILVA, 1999, p.65).

⁵ Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

Assim, no seio das mudanças no campo a partir dos anos 1950, merece destaque para Silva (1999), o papel do Estado como interventor direto na erradicação dos cafezais e diversificação das culturas agrícolas durante os anos 1960 e 1970. Segundo a autora, a ideologia desenvolvimentista ocupava o centro do discurso das classes dominantes e condenava o atraso no campo. O discurso ideológico foi legitimado por meio de diagnósticos⁶ dos cafezais, servindo como justificativa a intervenção direta do Estado na maneira de produzir e nas mudanças nas relações de trabalho. Esse período foi marcado por inúmeras greves, além da expulsão de mais de 2,5 milhões de pessoas do campo paulista no período que abrange 1960-1980 (SILVA, 1999, p.63).

Após o período de modernização, em 1975, o censo agropecuário demonstrou que 52% dos estabelecimentos rurais do país tinham menos de 10ha, ocupando apenas 2,8% de toda a terra utilizada. Em contrapartida, 0,8% dos estabelecimentos possuíam mais de 1000 ha, ocupando 42,6%. Ou seja, a concentração fundiária resumia-se a mais da metade da terra pertencente a menos de 1% dos proprietários (MARTINS, 1980, p.45).

Os objetivos iniciais que trouxeram a cana-de-açúcar para o Brasil foram sendo renovados ao longo do desenvolvimento da econômica capitalista no país, mantendo a fonte segura de extração de lucros e a estrutura fundiária desigual. De acordo com o censo agropecuário realizado em 2006⁷, o número de estabelecimentos rurais em comparação com 1996 havia aumentado em 7,1%. A área total também aumentou de 353.611.246 para 354.865.534 hectares. No entanto, a quantidade de pessoas ocupadas⁸ é a menor de todos os censos já realizados (conforme mostra a Tabela 1), o que aponta para algumas hipóteses já comprovadas, quais sejam, o alto índice de mecanização no campo e a não realização da reforma agrária.

Tabela 1 – Evolução da Quantidade de Pessoas Ocupadas no Campo

⁶ Diagnósticos realizados em 1957 pela FAO, CEPAL e IBC (PAIVA, 1961 apud SILVA, 1999).

⁷ Resultados preliminares da pesquisa.

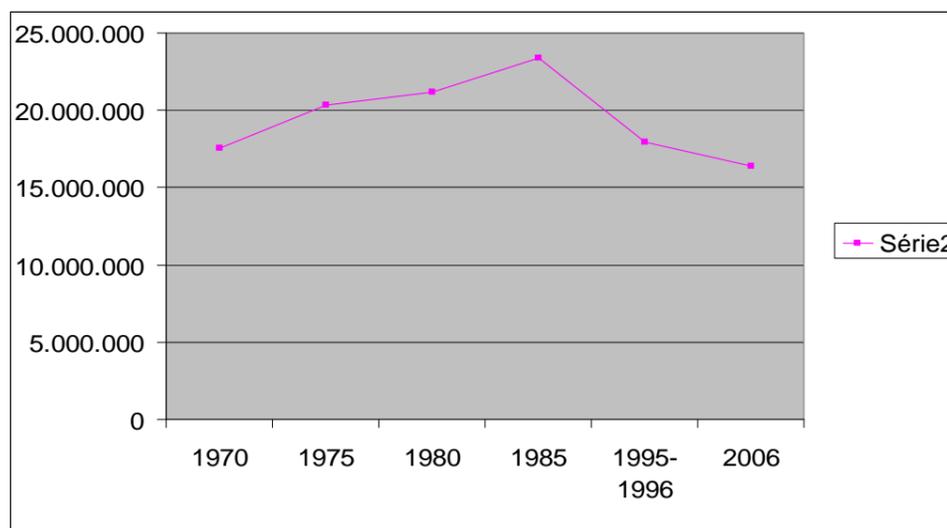
⁸ Foram considerados como pessoal ocupado no estabelecimento todos os que trabalharam em atividades agropecuárias ou em atividades não-agropecuárias de apoio às atividades agropecuárias, tais como: motorista de caminhão, cozinheiro, mecânico, marceneiro, contador e outros, bem como os produtores ou administrador de explorações comunitárias, juntamente com as pessoas que tinham laços de parentesco com eles e que estiveram trabalhando no estabelecimento, no período de referência.

Qtde de pessoas ocupadas	Censos					
	1970	1975	1980	1985	1995-1996	2006
	17.582.089	20.345.692	21.163.735	23.394.919	17.930.890	16.414.728

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1970/2006

A partir dos dados censitários, podemos observar no Gráfico 1, a tendência decrescente de pessoas ocupadas no campo, que teve início na década de 1980.

Gráfico 1 – Evolução da Quantidade de Pessoas Ocupadas no Campo



Fonte: Elaboração Própria a partir de dados do IBGE.

Conforme a Tabela 2 ainda é possível verificar que a diminuição do pessoal ocupado foi equilibrada nos dois tipos de relações que as caracterizam, quais sejam: relações de trabalho empregatícias e relações com laços de parentesco. Visto que as relações de trabalho com laços de parentesco representam 76%, constata-se ainda a diminuição da tradição familiar que o meio rural carrega.

Tabela 2 – Distinção Categórica do Pessoal Ocupado

Pessoal Ocupado	1995-1996	2006
Com laços de parentesco com o produtor	13.607.876	12.810.591

Empregados contratados sem laços de parentesco com o produtor	4.322.977	3.557.042
---	-----------	-----------

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1995/2006.

De acordo com Faria (2010), vivencia-se atualmente mais uma contradição gerada pela modernização capitalista no campo. Ao mesmo tempo em que ocorre a expansão das áreas cultiváveis e das fronteiras agrícolas em algumas regiões do país e que o trabalho precário, manual e de baixa qualificação vai sendo extinto de algumas culturas. Essa característica se apresenta no interior do estado de São Paulo, em cidades como Piracicaba e Ribeirão Preto, no corte manual da cana – e não há porque lutar pela manutenção de um trabalho degradante como este. No entanto, no plano de reforma agrária e das políticas agrícolas ainda não há respostas eficazes às questões engendradas pela mecanização. Assim, para a autora, o ciclo parece se repetir uma vez que novamente uma gama de trabalhadores está sendo expulsa do campo, sem novas condições de emprego e submetidos ao achatamento das relações sociais de produção que o desemprego provoca.

Em meados da década de 1980, com o início da desregulamentação da economia sucroalcooleira, as empresas implementaram um processo de reestruturação produtiva em decorrência das mudanças no cenário político e econômico nacional e internacional. A partir de então, a reestruturação do setor passou a ser orientada, principalmente, pelas demandas do mercado externo e comandada pela introdução de novas tecnologias de produção e de organização inspirados no chamado modelo japonês da qualidade total (TRUZZI, 1989; PREVITALI, 2008; PREVITALI; FARIA, 2008).

As inovações mecânicas introduzidas na lavoura canavieira tiveram quatro tipos de repercussões: a primeira foi a redução do tempo de realização de determinadas tarefas; a segunda foi a menor demanda por força de trabalho empregada para a realização dessas tarefas; a terceira foi a queda da necessidade de empregados residentes na propriedade e a quarta foi a introdução de uma mudança qualitativa na procura por trabalhadores, ao utilizar pessoas com maior grau de especialização (tratoristas, motoristas e operadores de máquinas agrícolas) em comparação com as sem especialização. Isso fez com que se reduzisse significativamente a demanda por força de trabalho na fase da colheita da cana-de-açúcar.

Estima-se que uma destas máquinas substitua cerca de 100 pessoas no campo (PEREIRA, 2009).

Com isso as usinas conseguiram maior poder de controle sobre os trabalhadores rurais assalariados do corte da cana do que possuíam antes, visto que não há mais risco de prejuízos elevados com a interrupção do processo de colheita. Se por um lado a mecanização da colheita retira os trabalhadores de um serviço penoso e estafante, por outro está desempregando de forma permanente um grande contingente de pessoas com baixa qualificação. Dessa forma, acentua-se o caráter sazonal da atividade agrícola, aumentando a necessidade de trabalho temporário e reduzindo o número de contratos permanentes. Este processo, contudo, não se deu de forma homogênea mantendo enorme heterogeneidade entre as regiões produtoras do complexo, como demonstra a Tabela 3, a seguir:

Tabela 3 - Rendimento da lavoura canavieira no Brasil e regiões selecionadas – T/hectare

REGIÃO	1960/ 1961	1970/ 1971	1980/ 1981	1985/ 1986	1989/ 1990	1995/ 1996	1997/ 1998	1998/ 1999	1999/ 2000	Var. %
BRASIL	42,48	46,23	57,18	57,06	56,4	66,49	69,12	68,18	69,25	63%
NO/NE	40,95	42,47	46,72	44,71	43,19	48,69	51,60	48,87	50,47	23%
CENTRO /SUL	43,40	48,46	64,11	63,00	60,93	73,46	76,5	74,20	74,63	72%
SÃO PAULO	53,94	58,3	73,03	73,57	72,03	77,45	78,3	77,89	78,85	46%

Fonte Original: VIAN e GONÇALVES, 2007.

Fonte: PEREIRA, 2009.

O Nordeste cresceu a taxas muito inferiores às do Centro-Sul do Brasil e é naquela região que se encontram também os piores salários e condições de trabalho. O que se verifica é que há uma diferença regional na demanda por força de trabalho no Centro-Sul e no Nordeste. Enquanto no primeiro a demanda por trabalhadores mais qualificados cresceu, na segunda a demanda ainda é por trabalhadores menos qualificados e que recebem salários menores (PEREIRA, 2009).

Vale dizer que é o interior do estado de São Paulo que concentra a maior parte das usinas e destilarias do setor sucroalcooleiro, bem como as áreas destinadas ao plantio da cana-

de-açúcar. As usinas localizadas nas regiões de Campinas e de Ribeirão Preto são as mais eficientes do país, alcançando altos níveis de produtividade em função do grande intercâmbio existente entre as unidades produtivas e centros de pesquisa, tanto públicos quanto privados. É o caso da Cooperativa dos Plantadores de Cana de Piracicaba/SP que possui laboratórios próprios de pesquisa, da ESALQ/USP⁹ que realiza importantes trabalhos sobre o setor sucroalcooleiro e de universidades privadas que ofertam cursos especializados para o setor.

Essas relações traduzem-se em constante aprimoramento tecnológico que, por sua vez, acentua cada vez mais a necessidade de profissionais altamente qualificados e especializados particularmente nas áreas de computação, instrumentação, química, agronomia, administração e logística. Dessa forma, os trabalhadores educados nas habilidades e competências fordistas-tayloristas vão perdendo sua funcionalidade diante das novas formas de gestão, baseadas na flexibilização e na exigência de trabalhadores polifuncionais, dotados de maior capacidade de abstração, raciocínio e decisão (ANTUNES, 2005).

Para Graziano Silva (1996), embora as inovações possam criar novos empregos e ocupações antes inexistentes no meio rural, as novas tecnologias e mudanças organizacionais introduzidas na agricultura, são altamente seletivas em relação ao uso de força de trabalho, sobretudo quando se trata de trabalhadores com baixa qualificação profissional. Essa observação do autor pode ser constatada em nossa pesquisa na usina de açúcar e álcool em Campo Florido/MG. A gerente de Recursos Humanos entrevistada afirmou que uma das dificuldades da empresa para qualificar trabalhadores para o uso de máquinas colhedoras estava no fato desses trabalhadores não saberem ler e escrever e não conseguirem, por conta desse fator, obter a carteira de habilitação (Entrevista realizada em 12/03/2009).

Portanto, os estudos sobre as transformações na organização técnica da produção capitalista e seus impactos na qualificação dos trabalhadores devem ter como referência as mediações existentes entre um fenômeno local articulado às transformações mundiais do modo de produção.

⁹ Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo.

2 - Panorama do Setor Sucroalcooleiro no Brasil

O Brasil é atualmente o maior produtor mundial de cana-de-açúcar do mundo, empatando com a Índia, sendo isoladamente o maior produtor de açúcar e álcool e o maior exportador mundial de açúcar (CONAB, 2008). O produtor de açúcar mais competitivo do mundo atualmente é o Brasil, com um custo de produção de US\$ 180/tonelada (CONAB, 2008). Os países concorrentes mais próximos do Brasil são a Austrália com um custo de produção de US\$ 270/tonelada e a Tailândia com custo de US\$ 310/tonelada. Os custos de produção do açúcar na Europa e nos EUA são superiores a US\$ 500/tonelada, com a produção de açúcar fortemente subsidiada (CONAB, 2008). A exportação do açúcar brasileiro a partir da safra 1995/96 saltou de 8% para 30% do total comercializado no mercado internacional. Os maiores mercados consumidores são EUA, Japão, União Européia (CONAB, 2008).

Na região Sudeste a cana é cultivada de outubro a abril e colhida de maio a dezembro e na região Nordeste cultivada de julho a novembro e colhida de dezembro a junho, tendo desta maneira a possibilidade de produção de seus subprodutos todo o ano. Originária do sudeste da Ásia, a cana-de-açúcar (*Saccharum spp.*), é uma planta semiperene, com ciclo de cinco a sete anos, da família *Poaceae*, com as quais se relaciona, devido às formas de inflorescência por espigas, crescimento do caule em colmos, folhas com lâminas de sílica nas bordas e bainhas abertas (WAACH; NAVES, 1998).

A expansão da área cultivada pode ser observada no território brasileiro tendo como objetivo atender às necessidades das usinas que vem transpondo as fronteiras das regiões e dos estados com tradição no cultivo dessa planta como são os casos da zona da mata do Nordeste distribuída pelos estados da Paraíba, Pernambuco e Alagoas. Também há os novos investimentos que avançam em áreas da região Centro-Oeste, nos estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás. No Sul do Brasil, o Paraná é o terceiro maior produtor de cana do país. No Sudeste, a cana ganha novos espaços em Minas Gerais, Espírito Santo e no Rio de Janeiro. No Nordeste, também é significativa a expansão da cultura nos estados da Bahia e do Maranhão (CONAB, 2008). Minas Gerais ocupa o segundo lugar entre os maiores produtores de cana do Brasil, produção essa que se concentra, principalmente, na região do Triângulo Mineiro (CONAB, 2008). A participação do Triângulo Mineiro na safra 2008/09 foi de 70% de cana-de-açúcar, 83% de açúcar e 63% de álcool

(SINDIAÇUCAR, 2008). Cumpre ressaltar ainda que a expansão da produção sucroalcooleira está sendo acompanhada de processo crescente de fusões e aquisições que estão implicando na internacionalização do setor. Um exemplo é o caso da Cosan S/A, empresa de capital nacional, detentora das marcas Açúcar União e Da Barra, possuindo ainda direito de uso das marcas Esso e Mobil no Brasil que estabeleceu uma *joint-venture* com a Shell, criando a Raízen, voltada para a produção de etanol para o mercado interno e externo (GAZETA DE PIRACICABA, 11/02/2011). A empresa possui a maioria de suas unidades produtivas em cidades do estado de São Paulo, mas está expandindo para as regiões do Mato Grosso do Sul e Goiás, onde, em setembro de 2009 colocou em operação a usina de Jataí (GOIÁS REGIONAL, 10/06/2010).

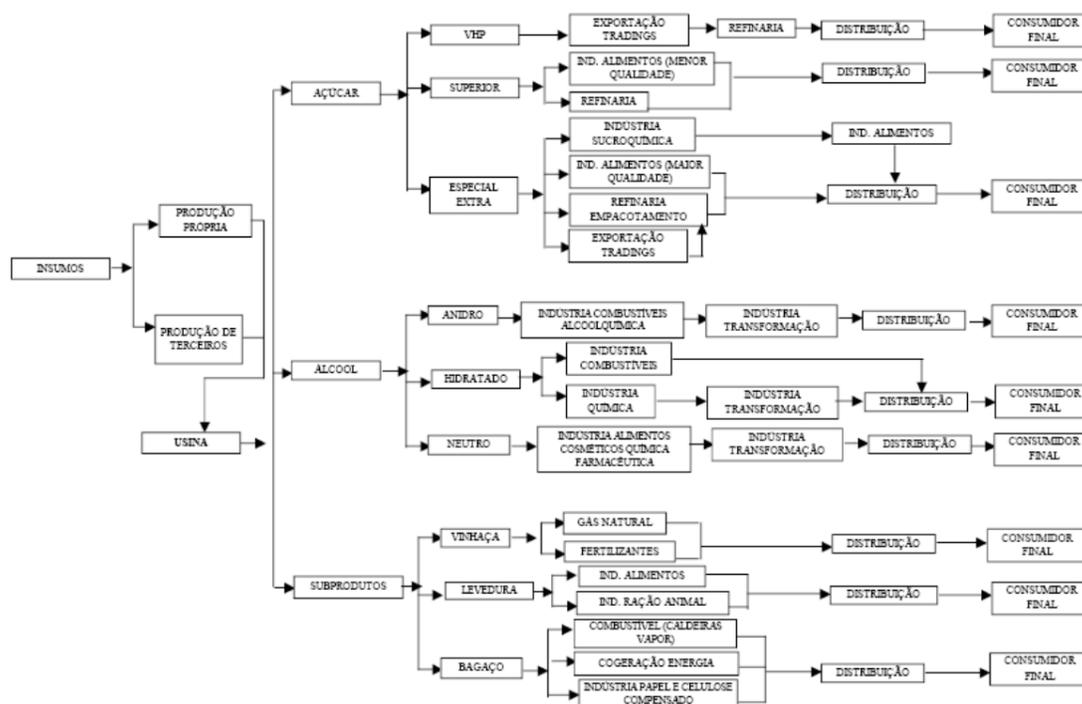
A cadeia de produção sucroalcooleira tem como principais produtos e subprodutos da cana-de-açúcar a água de lavagem, o bagaço, folhas e pontas e o caldo. Desses a água de lavagem pode ser usada para produção de biogás e fertirrigação. O bagaço é utilizado para produção de energia (vapor/eletricidade), combustível (natural, briquetado, peletizado, enfardado), hidrólise (rações, furfural, lignina), polpa de papel, celulose e aglomerados. As folhas e pontas podem ser usadas como forragem e as mesmas aplicações do bagaço. O caldo tem como uso mais nobre em ordem de importância a produção de açúcar, álcool melado e outras fermentações (WAACH; NEVES, 1998).

Os principais produtos e subprodutos do álcool são o etanol, a vinhaça, o gás carbônico, o óleo de fúsel e recuperação de leveduras. O principal uso do etanol por ordem de importância no Brasil é o de combustível veicular, indutor de octanagem, solvente etc. Dentro da alcoolquímica o etanol pode ser usado na forma desidratada para produção de etileno, PEVC, polietileno, poliestireno, óxido de etileno (sulfactantes, poliésteres e glicóis) e na forma desidrogenada para produção de acetaldeído que por sua vez entra na produção de crotonaldeído (butanol, octanol), ácido acético (anidro acético, acetatos), vários outros (ácido panacético, pentaeritritol etc.). Como gás carbônico é usado na produção de gelo seco, bicarbonato de amônio. Como óleo de fúsel é usado na produção de álcoois amílico, isoamílico, propílico, etc. Na recuperação de leveduras pode ser usado na fermentação alcólica e na nutrição animal (WAACH; NEVES, 1998).

Já os principais produtos e subprodutos do açúcar são o consumo do açúcar direto, a indústria sucroquímica produzindo glicose, frutose, ácido oxálico, polióis (solventes e

polióis), glicerina, ácido levulínico, ácido arabiônico, sorbitol, manitol, sacarose e derivados (octobenzoato, acetato, isobutirato, ésteres graxos, octacetato, etc) e sucralose. Além dos produtos anteriormente citados existem fermentações diversas produzindo acetona butanol, álcool dacetona, difenol propano, metil metacrilato, além de fermentações finas como antibióticos, ácidos orgânicos, vitaminas, enzimas industriais, aminoácidos e insumos biológicos. A seguir é apresentado um fluxograma da cadeia produtiva sucroalcooleira segundo Waack e Neves (1998).

Fluxograma da Cadeia Produtiva Sucroalcooleira



Fonte: Waack e Neves (1998).

A produção de cana, álcool e açúcar no Brasil passou por grandes mudanças, especialmente a partir da década de 2000. Com a retomada do Projeto Proálcool houve uma grande expansão na sua capacidade produtiva. Como pode ser observado na Tabela 4, de 2000 a 2008 houve um elevado crescimento na área plantada (73%), na produção de cana (72%) e significativo aumento na produtividade (13%). Na Tabela 5 observa-se um

crescimento tanto na produção de álcool (141%) quanto na produção de açúcar (66%) entre as safras de 2001/2002 e 2008/2009.

Tabela 4 – Evolução da Produtividade da Cana-de-açúcar no Brasil

Ano Year	Área (milhões de hectares) Area (million hectares)		Produção Production (milhões de ton.) (million ton.)	Rendimento Yield (Ton/ha)
	Área Plantada Planted Area	Área Colhida Harvested Area		
2000	4,82	4,82	325,33	67,51
2001	5,02	4,96	344,28	69,44
2002	5,21	5,10	363,72	71,31
2003	5,38	5,37	389,85	72,58
2004	5,57	5,63	416,26	73,88
2005	5,62	5,76	419,56	72,83
2006	7,04	6,19	457,98	74,05
2007	7,37	6,56	489,96	74,73
2008	8,36	7,29	558,14	76,61

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Tabela 5 – Evolução na produção de álcool e açúcar no Brasil durante as safras de 2001/2002 até 2008/2009.

Safras Crop-years	Álcool Anidro Anhydrous (m³)	Álcool Hidratado Hydrated (m³)	Álcool Ethanol Total (m³)	Açúcar Sugar (ton)	Cana-de-açúcar Sugar Cane (ton)
01/02	6.479.187	4.988.608	11.467.795	18.994.363	292.329.141
02/03	7.009.063	5.476.363	12.485.426	22.381.336	316.121.750
03/04	8.767.898	5.872.025	14.639.923	24.944.434	357.110.883
04/05	8.172.488	7.035.421	15.207.909	26.632.074	381.447.102
05/06	7.662.622	8.144.308	15.806.930	26.214.391	382.482.002
06/07	8.077.816	9.853.835	17.931.651	30.701.281	428.318.419
07/08	8.464.520	13.981.459	22.445.979	31.297.619	495.843.192
08/09	9.630.471	18.043.608	27.674.079	31.504.983	572.635.712
09/10(*)	198.669	1.582.064	1.780.733	1.658.735	31.226.572

Fonte: DCAA/SPAE/MAPA

(*) Posição em: 01/05/2009 / Posicion of 05/01/2009 PRELIMINAR

2.1 - O setor agroindustrial sucroalcooleiro na região do Triângulo Mineiro

O Triângulo Mineiro é uma das dez regiões do estado de Minas Gerais. É formado por 35 municípios e 4 microrregiões. Está situado entre os rios Grande e Paranaíba, formadores do rio Paraná. Faz parte da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto

Paranaíba. É uma das regiões mais ricas do estado, com a economia voltada para a agroindústria. As principais indústrias instaladas na região relacionam-se aos setores de processamento de alimentos e de madeira, de açúcar e álcool, fumo e de fertilizantes. Nos últimos anos o Triângulo Mineiro é a região que mais tem recebido investimentos e mais empregos tem gerado.

Tradicionalmente a região tem uma significativa participação na economia nacional relacionada à produção agrícola. A expansão do setor sucroalcooleiro vem ocorrendo, em grande medida, em função de incentivos governamentais à produção do biodiesel como insumo alternativo ao petróleo. A produtividade da cana de açúcar tem aumentado em decorrência de novas tecnologias agrícola e industrial. Vale destacar que o Brasil possui significativa competência tecnológica para a produção do etanol a partir de cana-de-açúcar¹⁰. A Tabela 6 apresenta o *ranking* dos municípios produtores de cana de açúcar na região do Triângulo Mineiro.

Tabela 6 – Ranking dos Municípios Produtores de Cana de Açúcar na Região do Triângulo Mineiro (Safrá 2008/09)

Posição	Município
1º	Frutal
2º	Uberaba
3º	Conceição das Alagoas
4º	Iturama
5º	Campo Florido
6º	Canápolis

Fonte: Elaboração Própria, a partir de dados do IBGE

A região está sendo apontada como uma área extremamente propícia para o cultivo, dada a qualidade de suas terras, o valor menor destas em relação a outras regiões como o interior de São Paulo, sua localização estratégica, possibilitando escoamento rápido da produção e oferta de força de trabalho, atraindo o capital nacional e estrangeiro ligado à agroindústria.

3 - Considerações Finais

¹⁰ Anais do Congresso Brasileiro de Agrobioenergia e Simpósio Internacional de Biocombustíveis. 28 de setembro a 03 de outubro de 2008. Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Uberlândia - ICIAG/UFU.

Apesar da estimativa acima apontada da mecanização, o que observamos em pesquisa empírica em usinas de cana-de-açúcar¹¹ foi o trabalho braçal sendo utilizados em larga escala tanto pelas usinas em suas plantações, como nos produtores rurais fornecedores de cana. Verificamos ainda que áreas de assentamentos rurais¹² estão sendo arrendadas para plantação da cana-de-açúcar. Constatamos ainda, a partir dos dados obtidos em entrevistas e observações diretas no local de trabalho e junto aos movimentos sindicais rurais, que está havendo um processo de realocação geográfica de empresas localizadas em outras regiões do país, entre elas o interior do estado de São Paulo e do nordeste, para a região do Triângulo Mineiro.

Avalia-se que esse fenômeno tem ocorrido em função da qualidade das terras no Triângulo, aos incentivos governamentais oferecidos e à oferta de força de trabalho, particularmente de baixa qualificação e migrante de outras regiões, especialmente o nordeste. As mudanças introduzidas na base técnica e na divisão e organização do trabalho ao longo da cadeia têm se mostrado intensas, encontrando um movimento sindical ainda pouco organizado em suas práticas de resistência.

4 – Referências Bibliográficas

- ANTUNES, R. *O Caracol e sua Concha*. São Paulo: Boitempo. 2005.
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO: CONAB. 2008.
FARIA, A. F de. *Reestruturação produtiva e qualificação profissional: um estudo de caso sobre a cadeia do fumo*. (Dissertação de Mestrado). UNESP/FCL. 2010.
FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Cia das Letras. 2007.
GAZETA DE GOIÁS. 10/06/2010.
GAZETA DE PIRACICABA. 11/02/2011.
GCEA/IBGE, DPE, COAGRO - Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, Abril, 2009.
GRAZIANO da SILVA, J. O novo rural brasileiro. IN: *Congresso Brasileiro De Economia E Sociologia Rural*, 34, 1996, Aracaju – SE. Anais... Aracaju, SE: SOBER, 1996. pp. 71-90.
MARTINS, J. S. *Expropriação e violência: a questão agrária no campo*. São Paulo: Hucitec, 1980.

¹¹ Foram visitadas as seguintes unidades produtivas: Usina Santo Ângelo Ltda. em Pirajuba/MG, Usina Coruripe Açúcar e Alcool, filial Campo Florido e Iturama, Triálcool em Canápolis, bem como fazendas fornecedoras de cana-de-açúcar às usinas, todas localizadas em cidades do Triângulo Mineiro/MG.

¹² Observamos esse dado em visita ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campo Florido/MG, em 13/11/2008.

- PEREIRA, P. G. M. *As implicações sócio-educacionais da expansão da indústria sucro-alcooleira na região do Triângulo Mineiro: o caso da indústria Laginha Agro Industrial S/A, unidade Trialcool em Canápolis/MG*. 2009. mimeo.
- PREVITALI, F. Dinámica del progreso técnico y relaciones de clase en el capitalismo: el caso de una empresa de montaje em el Brasil de los años noventas. IN: *Estudios Latinoamericanos*. Nueva Época, núm. 21, enero-junio, 2008. pág. 61-84.
- PREVITALI, F.S.; FARIA, A. F. Reestruturação Produtiva, Trabalho e Qualificação: um estudo sobre o setor de tabaco em Uberlândia/MG. IN: LUCENA, C. (Org). *Trabalho, Precarização e Emancipação Humana*. Campinas: Alínea. 2008. pp. 85-110.
- PREVITALI, F. S. et al. *O Controle do Trabalho no Contexto da Reestruturação Produtiva do Capital*. Curitiba CRV. 2011.
- QUEDA, A. A Intervenção do Estado e a Agroindústria Açucareira Paulista. Dissertação (Doutorado). Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba. 1972
- SCOPINHO, R; VALARELLI, L (Org.). *Modernização e impactos sociais: o caso da agricultura sucroalcooleira na região de Ribeirão Preto (SP)*. Rio de Janeiro: FASE, 1995.
- SILVA, M.. *Errantes do Fim do Século*. São Paulo: FAPESP, 1999.
- SINDICATO DA INDÚSTRIA DE FABRICAÇÃO DO ÁLCOOL NO ESTADO DE MINAS GERAIS. 2008.
- SOUZA, J.S. “Os Descaminhos das Políticas de Formação/Qualificação Profissional: a ação dos sindicatos no Brasil recente”, IN: ANTUNES, R. (Org). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo. 2006.
- STEDILE, J. P. *A questão agrária no Brasil. O debate tradicional: 1500 – 1960*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- STEIN, L. M. *Trabalho, círculos operários e política: a construção do sindicato de trabalhadores agrícolas no Brasil (1954 a 1964)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.
- TRUZZI, O. M. S. “Automação e Trabalho na Indústria Sucro-alcoólica”. IN: *Cadernos da Engenharia de Produção*. Ano V. N. 14. 1989. pp: 262 – 286.
- WAAK, R.S.; NEVES, M.F. Competitividade do sistema agroindustrial da cana-deaçúcar. In: *Competitividade no agribusiness brasileiro*. São Paulo, coordenação: Fariana, E.M.M.Q. & Zilbersztajn. IPEA, PENSA, USP. V.5, 1998.



ESTUDO CONCEITUAL SOBRE A INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO: UMA VISÃO CRÍTICA DO PROCESSO DE TRABALHO NO CORTE DE CANA

Leonardo Ferreira Reis¹ (UFSCar); Francisco José da Costa Alves² (UFSCar)
leofreis@gmail.com; chiquinho@dep.ufscar.br

Agência Financiadora: CAPES
GT Trabalho Rural e Migrações

Resumo

O presente trabalho objetiva apontar a importância que a intensificação do trabalho tem para o êxito da agricultura comercial capitalista. O fenômeno da intensificação do trabalho, que é considerado fundamental nos estudos preocupados com a dinâmica do trabalho, ainda deve ser analisado com mais afinco, pois, ao analisarmos atividades agrícolas, como o corte manual de cana-de-açúcar, por exemplo, podemos verificar sua importância e contemporaneidade.

Nesse trabalho, os conceitos de intensificação e intensidade do trabalho são explorados através de uma revisão bibliográfica sobre o tema, sob a ótica de diferentes autores, porém com base na contribuição de Marx. Essa revisão procura diferenciar os conceitos de intensificação e produtividade do trabalho, que, algumas vezes, aparecem como sinônimos em artigos que tratam essa problemática. Tomando por base a teoria da mais-valia, elaborada por Marx, é possível verificar que a intensificação do trabalho, embora tenha por fim, na maioria dos casos, a valorização do capital, envolve o aumento do dispêndio de energia pelo trabalhador, o que tem sérias conseqüências para a qualidade da reprodução da força-de-trabalho, ao passo que o aumento da produtividade, algumas vezes, pode ser obtido através do progresso técnico, sem que haja aumento do dispêndio de energia.

¹ Engenheiro de Produção pela UFOP; Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da UFSCAR no âmbito do GETAP – Grupo de Estudos e Pesquisa em Trabalho, Agroindústria e Políticas Públicas.

² Professor associado do Departamento de Engenharia de Produção da Universidade Federal de São Carlos, doutor em Economia pelo Instituto de Economia da UNICAMP. Tem inúmeros trabalhos e livros publicados sobre a temática do trabalho e das condições de trabalho no campo.

Nesse trabalho discute-se também a ocorrência da intensificação do trabalho no corte manual de cana-de-açúcar e em outras empresas capitalistas, tendo como ênfase as formas de organização do trabalho e a sua evolução histórica, como o pagamento por peça, o alongamento da jornada de trabalho, a inserção de máquinas-ferramenta no processo de trabalho e a imposição de um ritmo constante por meio destas.

Introdução

Morte de cortadores de cana por exaustão física (ALVES, 2006), precarização do trabalho dos professores universitários (BIANCHETTI, 2010) e dos bancários (SEGNINI, 1999), alto nível de stress e doenças psíquicas em operadores de telemarketing (CALDERÓN, 2006) são apenas alguns exemplos de estudos que vêm sendo realizados sobre as condições de trabalho vigentes, e nenhum deles é otimista quanto às suas consequências. Apesar da heterogeneidade das atividades estudadas, todas elas têm uma característica em comum: a intensificação do trabalho.

Marx já estudava a intensificação do trabalho quando da escrita do “O Capital”, em 1890. O aumento da jornada de trabalho, o pagamento por peça, o ritmo das máquinas e o exército industrial de reserva foram considerados por ele como os principais fatores da intensificação do trabalho (MARX, 1968). Ainda hoje esses fatores são postos como precursores deste fenômeno, mas o capitalismo contemporâneo, no seu afã pelo aumento dos lucros e pela concentração de capital, vem criando e aperfeiçoando novos métodos para criar valor através da utilização de mais trabalho em menos tempo.

Todos estes fatores e modelos de produção almejam maior comprometimento dos empregados na execução das suas tarefas, quanto mais concentrados e preocupados com a realização das suas tarefas, mais rápido elas deverão ser executadas. Porém, este maior comprometimento, no sistema capitalista, não ocorre de forma espontânea ou se preocupando com a saúde do trabalhador, mas sim por haver alguma forma de coerção, ou através da criação de condições de trabalho obrigam o assalariado a trabalhar de forma mais intensa. Estas condições de trabalho podem ser verificadas de forma clara no Complexo Agroindustrial (CAI) Canavieiro do Estado de São Paulo, onde ocorre elevação no grau de intensidade do trabalho no corte manual de cana, através da remuneração por produção.

O CAI Canavieiro passa por um período de expansão relevante devido à grande importância atual de seus dois principais produtos, a cana e o álcool, no mercado nacional e internacional. O açúcar é uma commodity de grande relevância no mercado mundial,

sendo o Brasil um dos seus principais produtores e exportadores, enquanto o álcool, proveniente da cana, tem grande relevância no mercado brasileiro e é cogitada por diversos países como alternativa de combustível para as suas matrizes energéticas (ALVES, 2008b).

Considerando o contexto colocado e este objeto, neste estudo pretende-se reunir os conceitos de intensificação do trabalho melhor aceitos no meio acadêmico, apontando os principais fatores que nos levam a crer que mesmo com o avanço tecnológico experimentado pelo capitalismo na sua atual fase, a intensificação do trabalho continua presente, mas objetivando apenas a valorização do capital. Para isto, busca-se, inicialmente, entender os conceitos de mais-valia absoluta e mais-valia relativa, conforme exposto por Marx, expandindo esta discussão, também, para as suas formas de criação. E, finalmente, discute-se o processo de trabalho e sua intensificação no corte manual de cana com base nestes conceitos.

Conceitos sobre intensidade do trabalho

A intensidade do trabalho tem sido estudada e observada há vários anos por diferentes autores de diferentes Países (ALVES, 2006, 2008a, 2008b; BIANCHETTI, 2010; CALDERÓN, 2006; DAL ROSSO, 2006, 2008; FERNEX, 2000; GREEN, 2002; GOLLAC e VOLKOFF, 1996; MARX, 1968; SEGNINI, 1999). Mas a dificuldade de se medir tal grandeza tem feito com que ainda hoje existam opiniões e conceitos divergentes sobre o assunto, dificultando seu entendimento e as maneiras de evitar suas consequências. Neste contexto, o tema demanda discussões profundas, mesmo tendo suscitado destacado interesse, principalmente, tornando-se recorrente em estudos acadêmicos sobre o trabalho na sociedade capitalista.

Para dimensionar a intensidade do trabalho, mais especificamente seu aumento ao longo do tempo (intensificação do trabalho), parte-se do pressuposto que todo trabalho segue um determinado processo no qual estão envolvidos os meios de execução, como máquinas e ferramentas, o objeto do trabalho, ou seja, a matéria-prima e a força de trabalho. Segundo Marx (1968), “os elementos componentes do processo de trabalho são: 1) a atividade adequada a um fim, isto é, ao próprio trabalho; 2) a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho; 3) os meios de trabalho, o instrumental de trabalho.” Interessa-nos, primeiramente, analisar o trabalho em si, sendo este de qualquer natureza, e que é executado com certo grau de intensidade relativa ao nível de dispêndio de energia pelos trabalhadores no processo de trabalho (DAL ROSSO, 2008).

Este conceito básico de intensidade do trabalho remete a três questões: Como medir a quantidade de energia despendida pelo trabalhador? Quais são os indicadores

utilizados? Qual o peso de cada indicador em diferentes atividades? Estas indagações nos mostram uma dificuldade conceitual e metodológica imensa na análise da intensidade do trabalho, principalmente em decorrência dos critérios que poderiam ser utilizados nesta medição. Porém, algumas teorias vêm sendo desenvolvidas para auxiliar estes estudos. O conceito de carga de trabalho abrange muitas variáveis do trabalho, o que pode levar a uma análise mais segura das condições de trabalho e da sua intensidade. A carga de trabalho é definida como sendo formado pelos elementos do trabalho “que interatuam dinamicamente entre si e com o corpo do trabalhador, gerando desgaste, entendido como perda da capacidade potencial e/ou efetiva corporal e psíquica” (LAURELL e NORIEGA, 1989, p. 110).

O estudo da intensidade do trabalho busca entender outro fenômeno, muito mais importante para a análise das relações de trabalho, que é a variação da grandeza da intensidade ao longo do tempo. Esta variação nos permite averiguar a ocorrência de intensificação do trabalho em determinada atividade, ou seja, o aumento do dispêndio de energia por parte do trabalhador para obtenção de melhores resultados.

No capitalismo, os resultados obtidos são usados como medida do esforço e comprometimento com o trabalho. O esforço, ou seja, a intensidade do trabalho, varia com o tamanho da jornada de trabalho, e quando há aumento da jornada de trabalho, há aumento da intensidade e há produção de mais-valia absoluta. O esforço varia, também, com mudanças no processo de trabalho acarretadas pelo desenvolvimento de novas técnicas de organização e de novos equipamentos e máquinas, que passam a exigir um ritmo mais acelerado de trabalho, sendo chamado de produção de mais-valia absoluta quando o fenômeno ocorre em mercadorias isoladas, e produção de mais-valia relativa quando se dão na fabricação de mercadorias que são parte do valor de reprodução da força de trabalho, diminuindo este valor (MARX, 1968). Estes conceitos e, principalmente, a diferença entre produção de mais-valia absoluta e relativa serão melhor explicitados ao longo deste estudo.

Deve-se salientar que a produção de mais-valia é um fenômeno exclusivo do capitalismo, e somente acontece quando há uma relação empregado-empregador. Portanto, a visualização clara das relações de trabalho existentes no capitalismo é primordial para o entendimento da variação da intensidade de trabalho. A separação da população em duas classes distintas é a marca principal da sociedade capitalista, os proprietários dos meios de produção e os que sobrevivem a partir da venda da sua força-de-trabalho, sendo, estes últimos, os reais executores do trabalho. A força-de-trabalho é vendida como uma

mercadoria, pois possui um valor-de-uso para o seu comprador. A partir do momento que os capitalistas compram a força-de-trabalho, eles se tornam os seus proprietários utilizando-a durante toda a extensão da jornada de trabalho pré-estabelecida na atividade que o convier.

“O possuidor do dinheiro pagou o valor diário da força de trabalho; pertence-lhe, portanto, o uso dela durante o dia, o trabalho de uma jornada inteira. A manutenção quotidiana da força-de-trabalho custa apenas meia jornada, apesar de a força-de-trabalho poder operar, trabalhar uma jornada inteira, e o valor que sua utilização cria num dia é o dobro do próprio valor-de-troca. Isto é uma grande felicidade para o comprador, sem constituir injustiça contra o vendedor. [...] Comparando o processo de produzir valor com o de produzir mais valia, veremos que o segundo só difere do primeiro por se prolongar além de certo ponto. O processo de produzir valor simplesmente dura até o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um equivalente. Ultrapassando esse ponto, o processo de produzir valor torna-se processo de produzir mais valia (valor excedente) (MARX, 1968, p. 218, 220).”

Assim, ocorre a criação da mais-valia, pois, o tempo da jornada de trabalho é maior do que o tempo necessário para a reprodução da força de trabalho, ou seja, é maior do que o seu valor. A força-de-trabalho é vendida como uma mercadoria ordinária, porém possui característica diferente das demais, pois, é a única que, ao ser consumida, é capaz de criar valor: continua produzindo-o além do seu tempo de reprodução, ou seja, do seu próprio valor. Este tempo além do valor é a mais-valia, a base da exploração do trabalho alheio (MARX, 1968). O resultado desta operação é o único interesse do empregador: quanto maior a produção, maior será a criação de mais-valia e maior será o capital que ele poderá acumular.

A intensificação do trabalho é conseqüência direta da produção da mais-valia, mas dentro desta relação existe uma confusão recorrente nas discussões quando se é necessário diferenciar o aumento de produtividade e a intensificação do trabalho. Vários autores (DAL ROSSO, 2006, 2008; FERNEX, 2000) procuram clarear este problema conceitual e metodológico. Apesar de resultarem no mesmo fim, as origens do aumento da produtividade e da intensificação do trabalho são completamente diferentes, pois, enquanto o aumento da produtividade é fruto de “investimentos em tecnologias materiais inovativas e organizativas que não requeiram maior consumo das energias pessoais dos

trabalhadores” (DAL ROSSO, 2006, p.33), a intensificação do trabalho tem a ver com o dispêndio de energias, o desgaste das pessoas com a realização do trabalho.

Fernex (2000) destaca que o aumento da produção em um período determinado de tempo, por um dado número de homens/hora, pode decorrer dos três seguintes fatos: 1) Aumento da produtividade do trabalho, se a quantidade de trabalho despendido, ou quantidade de energia, não mudou, se traduzindo na teoria do valor por uma redução do valor unitário das mercadorias; 2) Intensificação do trabalho, se, não modificando nenhuma condição anterior, o único elemento suscetível de explicar esse crescimento é um aumento da quantidade do trabalho, ou do esforço, contido no mesmo número de homens/hora - isso, resulta na manutenção do valor unitário das mercadorias produzidas já que uma quantidade maior é produzida com um trabalho mais intenso; 3) Uma combinação dos dois primeiros fatores e, esta situação parece ser a mais plausível, mas, também, a que apresenta maiores dificuldades para medição e verificação da intensificação.

A dificuldade de distinção entre produtividade e intensidade do trabalho acontece porque, geralmente, quando ocorre a intensificação do trabalho, ocorre também aumento da produtividade. Mas nem sempre quando há aumento da produtividade, há intensificação do trabalho. Quando o resultado do trabalho em um segundo momento é maior do que no primeiro, o trabalho é produtivo, mas esta evidência confunde elementos de diferentes naturezas. O aumento de resultados pode ser obtido de diversas maneiras. Avanços tecnológicos nos meios utilizados para se efetuar o trabalho acarretam aumento da produtividade, sem que a quantidade de energia do trabalhador seja afetada. Mudanças na organização do trabalho podem torná-lo mais eficiente, como a racionalização de atividades que envolviam perdas desnecessárias. Porém, frequentemente, acontece de o trabalho, além de ser racionalizado, demandar mais energia do trabalhador (DAL ROSSO, 2008).

Green (2002) enumera seis hipóteses que podem suscitar na intensificação do trabalho e do grau de envolvimento dos trabalhadores: 1) Mudanças técnicas e/ou organizacionais nos locais de trabalho; 2) Flexibilidade e multi-funcionalidade dos trabalhadores; 3) Técnicas da Gerência de Recursos Humanos para engendrar maior envolvimento dos trabalhadores; 4) Uso de incentivos para aumento do esforço; 5) Poder decadente dos sindicatos; e 6) Insegurança no trabalho. Todos estes fatores são externos ao processo de trabalho envolvendo políticas e estratégias empresariais e a conjuntura do País em questão, sendo, todos, importantes na verificação da intensificação do trabalho. Mas outros elementos também devem ser considerados, mais precisamente aqueles advindos

das condições de trabalho, ou seja, das características imediatas da tarefa e do posto de trabalho, do ambiente físico do posto de trabalho, do peso dos objetos a serem manipulados, da ergonomia no trabalho, entre outras (FERNEX, 2000).

A intensidade do trabalho depende de um conjunto de indicadores recolhidos junto aos sujeitos do processo de trabalho. Para agregar estes indicadores usam-se diferentes terminologias, o termo “esforço” denota gasto energético do trabalhador, já “carga de trabalho” refere-se às tarefas a serem executadas (DAL ROSSO, 2008). A amplitude destes termos se explica devido à enorme gama de variáveis que os influenciam. O grau de envolvimento do trabalhador no trabalho é um dos fatores principais. Este envolvimento, no trabalho assalariado, pode ter diversas causas.

Principais causas da Intensificação do Trabalho

Para que tenham maiores resultados sobre o capital fixo investido (máquinas, equipamentos e infra-estrutura), e para que o capital variável (os salários) seja melhor “aproveitado”, o capitalista tenta aumentar ao máximo a jornada de trabalho dos seus operários, o que se constitui na operação definida como produção de mais-valia absoluta. Logo após a revolução industrial, a jornada de trabalho chegou a 16 horas diárias na Inglaterra (MARX, 1968), mas, após anos de luta, os trabalhadores conseguiram reduzi-la. No Brasil, após o início do processo de industrialização do País, no final do século XIX e começo do século XX, greves de trabalhadores apresentavam a redução da jornada de trabalho como uma das principais bandeiras de luta. Assim como na Inglaterra, no Brasil, a indústria capitalista procurava expandir a exploração da força-de-trabalho com a exigência do cumprimento de longas jornadas, entre 10 e 12 horas diárias. A Constituição de 1934 limitou a jornada em 8 horas diárias, ou seja, 48 horas semanais. Depois de 50 anos, com a aprovação da Constituição Federal de 1988, a jornada legal foi reduzida de 48 para 44 horas semanais permanecendo assim até os dias de hoje (DIEESE, 2006).

A regulamentação da jornada de trabalho por parte do Estado foi uma enorme vitória para os trabalhadores, mas, ainda assim, ficaram “brechas” para que os empregadores continuassem explorando a mais-valia absoluta. A utilização de horas extras, respaldadas pela lei de 1934, se tornou de praxe entre os empregadores e, posteriormente, essa prática foi reiterada pela constituição de 1988 (DIEESE, 2006). Vale observar que o emprego das horas extras conta, também, com o consentimento do trabalhador, que considera este período a mais de trabalho como forma de melhorar sua remuneração. Segundo a CUT (2006), 40% dos trabalhadores fazem hora extra no País.

O aumento do tempo de trabalho, através das horas extras, é uma estratégia perversa de coerção dos trabalhadores, pois, utiliza-se de baixos salários para fazer com que a mesma seja vista como benefício, envolvendo complementação da renda quando, na verdade, não passa de um alongamento da jornada de trabalho. Assim, esta prática constitui-se em intensificação do trabalho, pois, o esforço extra de permanência no trabalho é gasto de forma compulsória neste período, além da jornada convencionada pela legislação trabalhista.

A pesquisa sobre horas extras requisitada pela CUT à FUNDACENTRO evidenciou que, “do total de pesquisados 43,3%, ou seja, 1299 trabalhadores disseram sentir algum distúrbio nos dois últimos anos em função do trabalho” (CUT, 2006; p. 34), destacando-se as doenças músculo-esqueléticas, como a DORT-LER. Estas doenças podem ser consideradas epidêmicas devido a grande frequência entre os trabalhadores, quase sempre envolvendo transtornos mentais que são influenciados, em certo grau, por fatores psicossociais. Com a pesquisa, a CUT conseguiu fortalecer seus argumentos para continuar a luta por 40 horas semanais de trabalho, além de aumento dos salários, o que enfraqueceria a necessidade, por parte dos trabalhadores, de permanecerem além da sua jornada normal, visando obter a remuneração advinda da hora extra.

O pagamento feito pela jornada de trabalho é o meio mais comum de remunerar o trabalhador, mas, em algumas atividades é utilizado o pagamento por produção. Marx já estudava o salário por peça em 1890, denominando-o como uma conversão do pagamento por tempo, porém, esta forma de pagamento passa a ser utilizado de forma mais intensiva após a disseminação dos conceitos de flexibilidade e de liberdade econômica, difundidos a partir da década de 1990 (COLLI, 1998).

O pagamento por produção possui características peculiares que agravam ainda mais a exploração do trabalhador, apesar de ter o mesmo intuito do pagamento pela jornada, ou seja, o capitalista paga o valor da força de trabalho, mas recebe além deste valor, pois o número de peças produzidas ultrapassa o necessário para quitar o valor de reprodução da força-de-trabalho. “A qualidade do trabalho é controlada aqui pelo próprio resultado, que tem de possuir a qualidade média, a fim de que seja pago integralmente o salário por peça. Desse modo, o salário por peça se torna terrível instrumento de descontos salariais e de trapaça capitalista” (MARX, 1968, p. 639). Além disto, o pagamento por produção propicia a desarticulação dos funcionários, pois a remuneração de cada um depende exclusivamente do esforço individual, de acordo com o discurso meritocrático; aquele que se empenhar mais e for mais apto receberá maior remuneração.

Como observado por Marx, no pagamento por produção a fiscalização é feita quase exclusivamente pelo próprio trabalhador, mas o empregador pode usar de artifícios e de situações para procurar aumentar a produtividade. A intensificação do trabalho nesta forma de pagamento é constante, pois à medida que são produzidas mais peças, o seu valor unitário diminui, portanto, se torna cada vez mais difícil atingir o número de peças relativa ao valor da força de trabalho. Apesar do custo de reprodução da força de trabalho continuar constante, o valor produzido no mesmo tempo aumenta, fenômeno análogo ao do aumento da jornada de trabalho, constituindo, assim, uma forma de criação de mais-valia absoluta (MARX, 1968).

Aumentar a jornada de trabalho é interessante ao empregador, pois pouco se precisa gastar com capital fixo e treinamento de funcionários, dentre outros custos. A partir do momento em que as reivindicações dos funcionários passaram a ser ouvidas e o governo criou leis para regulamentar o tempo de trabalho, os capitalistas foram obrigados a buscar alternativas para aumentar os resultados da sua produção. Em consequência dessa limitação, o fenômeno da intensificação do trabalho assume decisiva importância.

As modificações na organização do trabalho, procurando aproveitar ao máximo o tempo de permanência do trabalhador no local de trabalho, e a incorporação de novas máquinas que passaram a ditar o ritmo de produção, foram, e são, os principais meios de aumentar os resultados, portanto, os lucros das empresas. Estas modificações aconteceram em vasta parte dos setores de produção, acarretando na diminuição do trabalho necessário para produção das mercadorias básicas ao trabalhador, comida, vestimentas, moradia, etc...; assim, em uma mesma jornada de trabalho, a parte do valor produzido, relativa ao valor da força-de-trabalho, diminui. Consequentemente, o valor excedente, ou, a mais-valia, aumenta, fato esse denominado por Marx (1968) como produção de mais-valia relativa. Esta tendência constante do capital de elevar a força produtiva do trabalho para baratear a mercadoria, tem como objetivo “baratear o próprio trabalhador” (MARX, 1968, p. 367).

Também, com o intuito de diminuir os “poros” da jornada de trabalho, ou as pausas informais durante a jornada, aproveitando ao máximo seu potencial, o desenvolvimento da maquinaria começou a ser altamente priorizada nas pesquisas científica e inovativas, tendo sua importância expandida de forma contínua até os dias de hoje. Marx a define da seguinte forma: “A máquina-ferramenta é portanto um mecanismo que, ao lhe ser transmitido o movimento apropriado (gerado por uma fonte externa), realiza com suas

ferramentas as mesmas operações que eram antes realizadas pelo trabalhador com ferramentas semelhantes” (MARX, 1968, p. 426).

Nas atividades que não se empregava nenhum tipo de máquina, a capacidade humana de manusear as ferramentas era limitada pelos seus próprios órgãos físicos, limite que, com a utilização da maquinaria, pôde ser rompido. A invenção de aparelhos com força motriz externa ao ser humano, cada vez mais eficientes, fez com que ocorresse uma revolução na forma de se produzir mercadorias. O trabalhador que manuseava uma única ferramenta agora trabalha com um mecanismo que ao mesmo tempo pode operar grande número de ferramentas, delegando ao ser humano a função de supervisionar a máquina e corrigir com a mão seus erros (MARX, 1968). Em alguns casos, como ao se carregar objetos pesados, alega-se que estas inovações tecnológicas diminuem a carga física do trabalho, mas ao mesmo tempo, elas são a fonte de novos transtornos. Estes são diretamente ligados à nova tecnologia. Os trabalhadores têm a obrigação de dar ao seu trabalho uma atenção constante, pois, com um pequeno descuido, uma máquina automática pode promover acidentes graves (GOLLAC e VOLKOFF, 1996).

As máquinas são desenvolvidas, portanto, de forma a aumentar o volume de produção de cada trabalhador. A máquina-ferramenta, enquanto estiver sendo alimentada pela sua força motriz, segue seus movimentos de forma perene, não necessitando de pausas para descanso ou diminuição do empenho por cansaço. A cadência ritmada pelo motor deve ser seguida de forma solene pelos trabalhadores, o que minimiza o seu poder sobre a própria jornada de trabalho. Além de ditar o ritmo de trabalho, a máquina com a supervisão de alguns operadores pode executar o trabalho que, antes, necessitava de dezenas de braços e mãos para ser feito. O exército industrial de reserva criado muitas vezes não consegue ser absorvido pelos novos empregos gerados na mecanização, ou por falta de postos de trabalho, ou por baixa qualificação daqueles desempregados.

Este desemprego estrutural e fundamental para controlar e diminuir o valor da força de trabalho através da intensificação do trabalho, pois, aqueles que estão dentro do processo produtivo devem estar sempre aumentando a quantidade de valor produzida na sua jornada de trabalho, para que, aqueles que compõem o exército industrial de reserva não os substituam.

Intensificação do trabalho no corte manual de cana

As péssimas condições de trabalho no corte de cana é objeto de pesquisa em diversos estudos científicos e tema de denúncia recorrente na mídia, como a edição de março de 2011 da revista Caros Amigos. Mas, no sentido contrário da maioria das outras

atividades que têm ou tiveram suas condições adversas apontadas, nenhuma melhoria é verificada na colheita manual da cana, e sim pioras que têm como raiz o aumento do gasto de energia dos seus executores, ou seja, a intensificação do trabalho dos cortadores.

A cultura da cana, como qualquer outra atividade agrícola, possui três atividades fins, o plantio, o trato cultural e a colheita. O processo de trabalho na colheita manual de cana continua sendo executado da mesma forma há décadas, constituído, além do corte em si, por: “1) limpeza da cana; 2) retirada da ponteira; 3) transporte da cana cortada para a linha central do eito; 4) arrumação da cana” (ALVES, 2008a, p.9). Considerando-se que não houve nenhuma evolução nas técnicas ou ferramentas utilizadas para se obter este resultado, pode-se concluir que o aumento de 100% da produtividade dos cortadores de cana entre as décadas de 80 e 2000, passando de 6 toneladas de cana/pessoa/dia para 12 toneladas ocorre devido ao aumento do dispêndio de energia por parte dos trabalhadores (ALVES, 2008a). Para se entender as reais causas deste fato é preciso analisar de forma crítica as características sociais dos trabalhadores, o processo de trabalho e a forma de pagamento dos salários utilizado pelas usinas.

O corte da cana, devido a características intrínsecas a esta gramínea, ocorre somente em alguns meses do ano, sendo uma atividade sazonal. O estado de São Paulo, maior produtor de cana do Brasil, possuindo 4,45 milhões de ha plantados em 2008 (RUDORFF et al., 2010), necessita de um enorme contingente de trabalhadores para realizar a colheita todos os anos, apesar do grau de mecanização do corte alcançado no Estado, 49,1% das áreas colhidas na safra 2008/09 (UNICA, 2011). A maioria (60%) dos cortadores de cana provém de outros estados brasileiros, o que pode corresponder a até 140 mil pessoas naturais de outros estados (ALVES, 2008b). Privados dos meios de assegurar a sua reprodução social e de suas famílias, e expulsos de suas terras pelo processo de expansão do agronegócio e concentração fundiária, imigram em busca de trabalho e renda para o corte de cana. Assim, estes homens e mulheres se submetem às condições de vida e trabalho impostas pela atividade da colheita manual de cana (GUANAIS, 2008).

“Migrantes nordestinos, morando na periferia das cidades da região, em alojamentos coletivos, casa ou quartos alugados, vivendo totalmente voltados para o trabalho, são potencialmente mais produtivos. Isso porque ser trabalhador migrante significa estar sujeito ao controle do empregador para além do estrito tempo da produção” (NOVAES et al, 2007, p.7).

A grande oferta de força de trabalho migrante permite aos empregadores selecionar aqueles trabalhadores mais aptos ao trabalho, com características análogas aos corredores fundistas, pois, estes, como os cortadores de cana, devem resistir a um enorme dispêndio de energia por um longo período de tempo. Buscando estes fenótipos, os empregadores realizam seleção prévia à vinda dos migrantes, por meio dos “gatos” que os arregimentam nas suas regiões, e uma seleção após os primeiros meses de trabalho (ALVES, 2008b).

“A imobilização da força de trabalho corresponde à servidão por dívidas, contraídas com os “gatos”, desde o momento da partida dos locais de origem. A dívida do trabalhador acaba sendo o elo da corrente que o aprisiona, que o escraviza. Impossibilitado de saldá-la, em razão dos baixos salários recebidos e da parte destinada aos “gatos”, o trabalhador é submetido a coações físicas, que, às vezes, podem levá-lo à morte, além das coações morais.” (SILVA, 2007, p.69)

Além de todas as provações às quais são submetidos em suas terras de origem, os migrantes devem, mais uma vez, provar o seu “valor” dentro dos canaviais. De acordo com contrato de trabalho estipulado, se o trabalhador não alcançar uma média, que segundo Alves (2008a) varia entre 9 e 10 toneladas de cana cortada por dia, seu nome se tornará sujo na usina e não conseguirá emprego na próxima safra ou pode, mesmo, perder seu emprego. A sua substituição é feita imediatamente à demissão, pois o exército de reserva, proveniente das mais variadas regiões do país, fornece a mão-de-obra necessária ao corte da cana durante todo o ano (SILVA, 2007). Portanto, a característica social destes trabalhadores atua como um dos principais propulsores da intensificação do trabalho no setor.

A mecanização da colheita, enquanto não se realiza por completo no CAI canavieiro, acaba, também, por atuar como uma forma de impulsionar a intensificação do trabalho no corte manual de cana. Outros países produtores de cana, como Índia, Austrália e Cuba, começaram seu processo de mecanização da cultura de cana, desde o plantio, passando pelo trato cultural, chegando à colheita, na década de 60. O Brasil seguiu esta tendência para as duas primeiras atividades, e adquiriu algumas colheitadeiras na década de 70. Na década de 80, as greves que acontecem na cana, especificamente na cidade de Guariba em 1984, impulsionam a mecanização no estado de São Paulo. Mas essa não se efetiva, o que pode ser explicado pela intensificação do trabalho dos cortadores manuais, primeiro por temerem pela perda de seus empregos e segundo pela redução do poder de

barganha dos trabalhadores, dois fatores que infligem na baixa dos salários dos mesmos inviabilizando a compra de novas colheitadeiras (ALVES, 2008a).

Como se não bastassem todos estes mecanismos de coerção do trabalhador para que este realize seu trabalho da forma mais intensificada, os usineiros utilizam o pagamento por produção que induz o próprio trabalhador a se empenhar mais na produção para obter a maior remuneração possível. O pagamento por produção no Complexo Agroindustrial Canavieiro brasileiro possui ainda outra peculiaridade, tornando-o ainda mais cruel e coercitivo: a quantidade de cana cortada por trabalhador e o preço da sua unidade não são do seu conhecimento, já que é feito um cálculo complexo, dentro das usinas, para saber a quantidade de sacarose contida na cana cortada, e somente após este cálculo o valor da tonelada é estipulado e, posteriormente, do metro cortado (ALVES, 2008b).

A complexidade deste cálculo faz com que somente as usinas tenham controle sobre o valor da cana cortada diariamente, permitindo o roubo no momento de se pagar o salário a cada trabalhador. Mas mesmo que este tipo de roubo seja minimizado, como ocorreu com a implantação do sistema da “quadra fechada” pelo Sindicato dos Empregados Rurais de Cosmópolis (ALVES, 2008b), o pagamento por produção continuará sendo uma forma de intensificação do trabalho, e assim muitas revistas ainda serão vendidas denunciando as péssimas condições de trabalho na atividade do corte manual de cana.

Conclusão

A conjuntura atual de propagandismo das supostas liberdades individuais, da meritocracia e do mínimo desperdício dentro da produção, pregados dentro dos locais de produção pelos diversos modelos de produção, e, também, nos ambientes sociais, pela mídia, tem agravado e tornado cada vez mais ocultas as diversas formas de intensificação do trabalho. Este é um fenômeno que ocorre desde o início da acumulação capitalista, no século XIX, e que, ainda, deve ser motivo de vários estudos.

Com esta revisão bibliográfica sobre a intensificação do trabalho, foi possível entender melhor este conceito e averiguar algumas possíveis causas da sua ocorrência. A análise crítica do processo de exploração do trabalhador na sociedade capitalista é fundamental para a discussão sobre o processo de trabalho em si, e para a observação empírica do mesmo. Marx foi o precursor desta forma de se analisar o trabalho e foi utilizado como base do presente estudo. Através da crítica marxista à acumulação de capital pôde-se chegar a alguns fundamentos da intensificação do trabalho, o que possibilitou o desenvolvimento do conceito deste fenômeno através do diálogo de diversos

trabalhos sobre o tema. A distinção entre produtividade e intensificação é uma das bases desse diálogo devido à grande proximidade entre os dois fatos, pois, tem fins análogos, ou seja, aumento dos resultados.

As causas da intensificação do trabalho discutidas serviram de base para o aprofundamento na questão das condições de trabalho no corte manual de cana. Ao analisarmos os diversos fatores que influenciam o aumento dos resultados nesta atividade verifica-se que este se dá com a incursão de elementos externos ao processo de trabalho, ou seja, sem adição de novas técnicas ou ferramentas que o desenvolva neste sentido. Dentre todos, o pagamento por produção na colheita manual se mostra o mais nefasto dos fatores, pois além de fazer com que o trabalhador se obrigue a trabalhar mais na busca de maior remuneração, não permite que este tenha controle sobre sua produção por desconhecer, antes de executar a tarefa, o valor do metro cortado. Dentro desta conjuntura, a solução mais plausível para melhorar as condições de trabalho nesta atividade é o fim do pagamento por produção.

Referências

ALVES, F. Porque morrem os cortadores de cana. **Saúde e Sociedade**. v. 15, n. 3, p. 90-98, set-dez 2006.

ALVES, F. Processo de trabalho e danos à saúde dos cortadores de cana. **INTERFACEHS - Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**. v. 3, nº 2, p. 1-26, abril/agosto. 2008a

ALVES, F. Trabalho e trabalhadores no corte de cana: ainda a polêmica sobre o pagamento por produção e as mortes por excesso de trabalho. In: SILVA, M. A. M.; ALVES, F.; PEREIRA, J. C. A. **Agrocombustíveis Solução? : a vida por um fio no eito dos canaviais**. São Paulo: CCJ – Centro de Capacitação da Juventude, p. 22 – 48, 2008b

BIANCHETTI, L. O processo de Bolonha e a intensificação do trabalho na universidade. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 110, p. 263-285, jan – mar. 2010

CALDERÓN, J. A. El sentido de lo público em el trabajo a la prueba de la restructuración productiva: El caso de los centros de llamadas. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 31, n. 114, p. 19 – 34, 2006

COLLI, J. M. O salário por peça e sua reposição nas novas formas de trabalho à feição. **Estudos de Sociologia**, Departamento de Sociologia UNESP-FCL, n. 5, p. 75 – 86, 1998.

CUT. Hora Extra – O que a CUT tem a dizer sobre isto. Secretaria de Política Sindical da CUT – Brasil. (Org.) São Paulo: CUT Brasil, p. 204, 2006.

DAL ROSSO, S. Jornada de trabalho: duração e intensidade. **Ciência e Cultura**. v. 58, n. 4, São Paulo, Out – Dez, p. 31-34, 2006.

DAL ROSSO, S. **Mais trabalho!**: a intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo, Ed. Boitempo, p. 207, 2008

DIEESE. **Redução da jornada de trabalho no Brasil**, Nota técnica. n. 16, mar. p. 11, 2006.

FERNEX, A. **Intensité du travail, définition, mesure, évolutions**. Seminário sobre intensificação do trabalho do Centre d'Études de l'Emploi, Paris, 2000.

GOLLAC, M.; VOLKOFF, S. Citius, altius, fortius. L'intensification du travail. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, Seuil, n. 114, p. 54 – 67. 1996

GUANAIS, J. B. Impasses do processo de trabalho da agroindústria canavieira: corte manual da cana e pagamento por produção. In: SILVA, M. A. M.; ALVES, F.; PEREIRA, J. C. A. **Agrocombustíveis Solução?: a vida por um fio no eito dos canaviais**. São Paulo: CCJ – Centro de Capacitação da Juventude, p. 49 – 57, 2008

GREEN, F. **Why has work effort become more intense?** Department of Economics. University of Kent at Canterbury, July, 2002

LAURELL, A.C.; NORIEGA, M. **Processo de produção e saúde - trabalho e desgaste operário**. Trad. por A. Cohn, A. Pitta-Hoisel, A. I. Paraguay e L. H. Barbosa. São Paulo:

Hucitec, 1989.

MARX, K. **O Capital**: Crítica da economia política. Livro primeiro, v. I: O processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1968.

NOVAES, J. R. P.; CONDE, F.; MAIANE, R.; ZEITUNE, T. **Cortadores de cana do interior do Estado de São Paulo**. Rio de Janeiro: Ibase, 2007, 31 p. Disponível em: http://www.ibase.br/userimages/migrantes_canavieiros_final.pdf. Acesso: 11 de julho 2010

RUDORFF, B.F.T.; AGUIAR, D. A.; SILVA, W. F.; SUGAWARA, L. M.; ADAMI, A.; MOREIRA, M. A. Studies on the rapid expansion of sugarcane for ethanol production in São Paulo State (Brazil) using Landsat data. **Remote Sens.** n. 2, abril, p. 1057-1076, 2010.

SEGNINI, L. R. P. Reestruturação nos Bancos no Brasil: Desemprego, subcontratação e intensificação do trabalho. **Educação & Sociedade**, v. 20, n. 67, agosto, 1999. pag

única. Disponível em <http://www.unica.com.br/noticias/show.asp?nwsCode={9C316670-3A8A-4908-B41A-CEDC6E8B1088}>. Acesso: 25 de abril 2011.

SILVA, M. A. M. Trabalho e trabalhadores na região do “mar de cana e do rio de álcool”. In: NOVAES, J. R.; ALVES, F. (Orgs.). **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos. Ed. EdUFSCar, p. 55-86, 2007.



PROCESSO DE REPRODUÇÃO SOCIAL E SOCIEDADE CIVIL NO ALTO JEQUITINHONHA - UM ESTUDO SOBRE ORGANIZAÇÕES DE MULHERES DE FAMILIAS MIGRANTES EM CAPELINHA

Maria do Rosario Sampaio mrs.bhte@gmail.com,
PPGSS-UERJ
FAPERJ
FUNDACENTRO-MG
GT 2: "Trabalho Rural e Migrações"

Resumo: as indagações sobre as intrincadas relações do processo de reprodução social próprio do modo capitalista e seu movimento no Vale do Jequitinhonha são o mote desta pesquisa. As respostas serão buscadas junto às famílias de migrantes sazonais na singularidade que lhes é impingida pelo capital, que aparentemente secciona o seu núcleo familiar: uma metade formada pela mulher-mãe, que permanece no Vale em seu trabalho informal, outra metade formada pelos seus maridos-pais – trabalhadores migrantes formais do mercado de outras regiões. A suspeita é que, apesar do véu enganador das aparências, o capital une o que a geografia política separa. Como explica Martins (2005), a aparente separação entre a esfera da produção – agroindústria e migrantes sazonais – da esfera da reprodução social e biológica não se faz inadvertidamente: o sistema capitalístico não corrobora para a produção da existência de novos trabalhadores. É a família do migrante sazonal, sua mãe ou esposa, que deve tomar para si tal responsabilidade. Assim, o sistema repõe, a baixíssimo custo, a força de trabalho substituta do migrante sazonal e devolve ao Jequitinhonha o “bagaço”. Se suas famílias não se encontram exatamente na condição humana primeva, devem-se muito mais às particularidades do processo de reprodução da família do migrante do que propriamente ao sistema produtivo que o afasta de casa. Se as mulheres que suprem as necessidades familiares, como tal processo se desenrola? A hipótese é de que elas constroem formas de resistência ao que a agroindústria lhes impõe, alcançam esses meios pelo trabalho próprio ou associado, devendo para tanto se inserirem na esfera

política. Se sim, como se desenvolve seu processo de emancipação política? É o que se pretende revelar .

1 INTRODUÇÃO:

A MOBILIDADE FORÇADA DO TRABALHADOR JEQUITINHONHENSE E OS CUSTOS SOCIAIS DE SEU PROCESSO DE REPRODUÇÃO SOCIAL

As inúmeras indagações acerca das intrincadas relações do processo de reprodução social próprio do modo capitalista, isto é, a produção de mercadorias para fins de lucro e o seu movimento no Vale do Jequitinhonha são o mote da pesquisa proposta, cuja problemática se reconhece como de alta complexidade. Buscar-se-ão respostas às nossas indagações junto às famílias de trabalhadores migrantes do Vale do Alto Jequitinhonha na singularidade que lhes é impingida pelo capital que aparentemente secciona o seu núcleo familiar: uma metade formada pela mulher-mãe que permanece no Vale em seu trabalho situado na esfera da informalidade e a metade correspondente, formada pelos seus maridos ou pais— trabalhadores migrantes que se inserem formalmente no mercado de trabalho de outras regiões ou estados. A suspeita é que apesar do véu enganador das aparências, o capital une o que a geografia política separa.

O eixo basilar das indagações alimenta-se do pressuposto de que experiências dos sujeitos sociais em questão, aparentemente desarticuladas, atendem determinações que lhes são exteriores, as quais são responsáveis pela produção de suas vidas absolutamente distantes do “quantum satis” necessários a uma vida digna do ser singular. Se não se encontram exatamente na condição humana primeva devem-se muito mais às particularidades do processo de reprodução da família do migrante do que propriamente ao sistema produtivo que o afasta de casa. Segundo Martins (2005) a aparente separação entre a esfera da produção- agroindústria e migrantes sazonais - da esfera da reprodução social e biológica não de faz despropositadamente: o sistema capitalístico não corrobora para a produção da existência de novos trabalhadores. É a família do migrante sazonal, notadamente, a sua mãe ou esposa que mulher deve tomar para si tal responsabilidade.

Assim, o sistema repõe, a baixíssimo custo, a força de trabalho substituta do migrante sazonal (cortadores de cana ou panha do café) e devolve ao Jequitinhonha o “bagaço”. Outrora, 10 a 20 anos antes , o trabalhador migrante fora um ser humano capaz de lavourar e, portanto, com alguma saúde porque o contrário seria obstáculo de

sua inserção no conjunto de jovens alcançados pelos “gatos” (subempreiteiro de força de trabalho) ou mesmo do grupo ou duplas que juntos se aventuram em outras terras e outras gentes, numa experiência de dupla estranheza – não os conhecem e nem são conhecidos. Mais tarde, ver-se-á o custo desta “empreita” em tabelas de morbimortalidade da região publicadas em relatórios de pesquisas que se dedicam ao tema.

Usualmente as famílias de migrantes surgem na imprensa ou em pesquisas sobre migração como se fossem separadas economicamente. Verifica-se que marido, mulher e mesmo seus filhos trabalham e produzem sob os padrões determinados pela formação social à qual pertencem, sendo-lhe funcionais. Pode-se dizer: trabalham para os mesmos padrões. Também as mulheres rotuladas pela que a imprensa de “viúvas de maridos vivos”- anunciando subliminarmente uma espécie de pensão ou remessas mensais de valores em dinheiro- trabalham, auto produzem e reproduzem força de trabalho pelo seu próprio esforço.

Nas relações de trabalho verificadas na atualidade entre agroindústria e trabalhadores migrantes, o custo de reposição da força de trabalho foi repassado ao seu núcleo familiar. As agroindústrias não se imiscuem nessa esfera. Nem por isso, filhos deixaram de vir ao mundo. Face aos salários incompatíveis à reprodução de uma família recebido pelo trabalhador migrante-pai, as mulheres-mães se transformam em provedoras de seus filhos, devendo-lhes alimentação, vestuário, educação, saúde moradia e outras necessidades exigidas pelo processo de produção da vida. O agronegócio cortou seus gastos com a reprodução da força de trabalho e os repassou ao núcleo familiar do seu trabalhador migrante sazonal. A sazonalidade é uma outra forma de alavancar ganhos ao capital agroindustrial já que este, ao formalizar o contrato temporário, assegura que seu trabalhador migrante, mesmo ausente dos seus tabuleiros ou ruas de café, continue a ela vinculado por obra e graça do seguro desemprego. Não é demais indagar: qual o custo real dos trabalhadores sazonais para a agroindústria?

Se os salários pagos aos trabalhadores migrantes garantem tão somente a sua própria sobrevivência, o seu núcleo familiar deverá buscar meios de enfrentamento à situação que lhe surge. Será a mulher a buscar os meios de suprir as necessidades de seus filhos. E como tal processo se desenrola? A hipótese defendida é que esta constrói formas de resistência ao que a agroindústria lhe impõe, ela alcança esses meios pelo próprio trabalho ou em trabalho associado.

Deste modo decidimos estudar esta mesma mulher, marcada pela migração sazonal, mas organizada na sociedade civil e se movimentando no terreno obscuro e

movediço da sociedade política. Isto é, e a princípio, se as mulheres do município em boa medida são responsáveis pelo renascimento da sociedade civil, elas devem necessariamente adentrar na esfera política partidária da cidade na qual vivem. Estudar essas mulheres requer estudar também a reinvenção da sociedade civil e sua inserção na sociedade política. Foi o que se tentou compreender : sociedade civil e processo de reprodução social do Alto Jequitinhonha - Um estudo sobre as organizações de mulheres de famílias migrantes em Capelinha, MG

2 O PROCESSO DE REPRODUÇÃO SOCIAL DA MULHER TRABALHADORA DO ALTO JEQUITINHONHA –O QUE DIZEM AS PESQUISAS?

A primazia das análises acerca do binômio “trabalho e gênero “ recai usualmente sobre as mulheres inseridas no mercado de trabalho formal, espaço em que a visibilidade feminina é insofismável. Elas participam diretamente da produção de mais valia absoluta ou relativa ,do trabalho produtivo ou improdutivo, do abstrato e concreto, do material e imaterial, simples ou complexo. Inúmeras pesquisas as retratam o seu cotidiano comprimido entre a dupla jornada de trabalho e sob a também dupla subsunção. Entretanto, relatos sobre o trabalho feminino na esfera pública como educação e saúde, por exemplo, mostram-nas usualmente chefiadas por homens, o mesmo ocorrendo no âmbito no âmbito privado. Outras análises de organismos oficiais comprovam a diferenciação salarial cujos dígitos pesam favoravelmente ao gênero masculino. (IBGE, 2010).

Certamente que a realidade social em seu dinamismo indica mutações e registra avanços. Todavia, estudos acerca do universo das mulheres trabalhadoras na agricultura e despossuídas de vínculo empregatício formal são ainda raras. Tal constatação, no Brasil, aplica-se ao trabalho informal em geral em razão das dificuldades objetivas de sua abordagem. Entretanto, o seu significado quantitativo pode indicar o grande fosso do conflito capital-trabalho e suas relações de trabalho vigentes no País.

Mesmo numa conjuntura econômica favorável à acumulação de capital, e em meio as políticas sociais de transferência de renda da atualidade , o Brasil ainda é sociedade salariada formada por 82.816.911, dos quais 32.754.239 possuem vínculo formal, contra 19.930.537 na informalidade e 5.407.550 sem remuneração. (In: Rocha, Sonia, Revista Nova Economia, Belo Horizonte, 16 (2), 265-299_mai-agosto de 2006). Não é demais sublinhar que são mulheres que conformam parte da parcela socialmente desprotegida no processo de produção, incluindo estas que despertam o

interesse investigativo em apresentação. O inquérito bibliográfico leva a constatar que, no caso das mulheres jequitinhonhenses, a produção acadêmica que as tomam como sujeitos são ainda raras. Assim, foram encontrados não mais que 4 trabalhos que as abordam em movimento transversal ao processo migratório e em face deste, ao processo de reprodução social seja por via do ofício de artesãs ou de agricultoras.

Referências sobre esta mulher foram encontradas em “Migrantes – Trabalho e Trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)”, de autoria de Novaes e Alves (2007). Trata-se de uma coletânea de textos que percorre o caminho da “mobilidade do trabalho forçada” nos principais estados exportadores de força de trabalho que, majoritariamente, desemboca em agroindústrias de São Paulo e, em menor proporção, no Rio de Janeiro. Novaes e Alves (2007), estudando as localidades do território brasileiro que mais exportam força de trabalho, concluem que estas se distanciam cada vez mais do pólo centro-sul, região das viagens de trabalho. Deste modo, as viagens de vida serão ainda mais longas e de custos – econômicos, físicos, psíquicos – ainda mais altos. Os autores enfocam os trabalhadores migrantes do Piauí em São Paulo e indicam as condicionantes desse retorno à origem, da seguinte forma:

(...) Se a safra tiver proporcionado rendimentos suficientes para o pagamento da passagem de volta, que é mais cara que a do ingresso, em razão do milagre da teoria da oferta e procura, e para três meses de dedicação integral aos seus roçados de subsistência que abandonaram para ganhar dinheiro cortando cana; 2. Se não ficarem doentes no trabalho, tendo saúde necessária para acumular dinheiro na entressafra. 3. Se tiverem sobrevivido ao trabalho do corte de cana e não tiverem, como outros, sucumbido ao excesso de trabalho em São Paulo e 4. Se as suas mulheres, deixadas sozinhas por tanto tempo, sem notícias e com tantas dúvidas em suas vidas, não tiverem decidido por outras vidas, com outros homens “.
(NOVAES e ALVES, 2007, p.22)

Se o sofrimento do trabalho vivo é subjetivo, a ampliação do capital não o é: faces de sua objetivação encontram-se no extrato de livro em discussão: os canavieiros cortam 6 toneladas de cana por dia, caminham 4.400 por dia em 10-12 horas de trabalho, e em sua produtividade ótima, 10,67 a 13,42 (NOVAES e ALVES, 2007, p.33-34). Ao fim e ao cabo, o trabalhador que tenha cortado dez toneladas de cana receberá aproximados R\$ 653,00 reais. Com esse salário, ele deve honrar dívidas contraídas para sua autoprodução, incluindo o custo da viagem de retorno e o sustento de suas famílias residentes no Vale. Se assim é, como compreender o depoimento abaixo?

(...) ter o que comer hoje sem precisar perder o cabelo da cabeça pensando no que fazer para ter comida amanhã. A gente só sai daqui para caçar outro jeito de vida, porque a vida daqui num dá. Você assunta a situação de um pai de família vendo o fi (sic) com fome, outra hora doente, ou então querendo um trem, um brinquedo, uma coisinha assim e você não poder dar. Isso é vida de gente? É por isso que a gente tem de sair para ganhar ao menos um pouco para comprar o de comer para eles não chorar com fome (A. Silva, Vale do Jequitinhonha). (In: FERREIRA, in NOVAES e ALVES, 2007, p.300-301).

No mesmo artigo (Ibid, p.303)depara-se com a resposta de uma mulher,que permanece no Vale e sua resposta à indagação se o marido lhe mandava dinheiro,e sua informação: “*de vez em quando, ele manda uns trocadinhos, mas é coisa pouca, é assim uns 100, 150, quando ele mandou mais foi 200. Porque ele ganha pouco*” (Maria dos Anjos, 37 anos, negra, 4ª serie primária, casada, três filhos, Vale do Jequitinhonha).

O segundo depoimento nega peremptoriamente as afirmações do primeiro. Afinal,os mínimos vitais não esperam pelo “de vez em quando” ,nem se aplaca a fome de uma família –quase sempre numerosa – ao custo de 100 ou 200 reais /mês.O contraditório entre os dois depoimentos proveniente de um mesmíssimo grupo social faz com que se indague : afinal, a quem de fato cabe a responsabilidade pelo processo de reprodução da família ?Uma pergunta a acompanhar todo o movimento da pesquisa em processo de desenvolvimento.Para a pergunta , ouviu-se a mesma resposta acima compondo frases de diferente mulheres do Alto Jequitinhonha,corroborando assim com as assertivas de Martins (id).Outros e variados constrangimentos que extrapolam as condições materiais de vida dessas mulheres foram constantemente relatados,os quais serão oportunamente registrados.

Moraes (1982,1983,1999) também revela pistas sobre o andar a vida das mulheres jequitinhonhenses que participam do processo de mobilidade forçada .Seu livro “ Errantes de fim de século “ obedeceu a um percurso longo e frutífero iniciado pela autora a partir de sua análise sobre a trajetória de mulheres trabalhadoras migrantes jequitinhonheses, hoje residentes em São Paulo e outras tantas empregadas no corte de cana. A autora parece ter sido pioneira em registrar a feminização do fluxo migratório jequitinhonhense, desmistificando seu caráter de prática social exclusivamente masculina.Moraes observa que na evolução do processo de proletarização da família camponesa do Jequitinhonha, as mulheres são as ultimas a migrarem e apenas o fazem diante de uma terra que recorrentemente apresenta sinais de

exaustão. Para a autora, a migração feminina na região significa o abandono da terra e, por consequência, sua inserção no conjunto de proletários.

Sozinhas ou acompanhadas, mulheres jequitinhonhenses também migram. Migram e experimentam humilhações que extrapolam aquelas impostas ao migrante homem exatamente pela sua condição de mulher. Os relatos das mulheres migrantes cortadoras de cana evocam obras de Garcia Márquez: o sonho guardado de uma vida melhor convertido em tragédia e marcado pelo tons próprios do surrealismo. Os registros são potencialmente ameaçadores à indiferença de alguns face a temática: mulheres solteiras estigmatizadas como “putas” ou “desavergonhadas que querem estar no meio dos homens” porque estas, ignorando o patriarcado, atreviam-se a enfileirar em direção ao caminhão ao caminho do eito, muitas vezes vetado em razão de fatores condicionar seu acesso à presença de pai ou irmão. Quiseram tutelá-las.

O estigma moralmente desqualificante pode estar implicado na violência ou nas sevícias sexuais que lhes foram impostas pelo micropoder do chão canavieiro, o mesmo que também castrava seu direito reprodutivo aos lhe exigir atestado de esterilidade ou lhes proibindo a gravidez. Tais exigências fizeram com que muitas procurassem solução no abortamento como meio de contenção de sua fecundidade. Outras cobravam da empresa o custeio de uma laqueadura que não era propriamente seu desejo, mas, uma imposição sob-reptícia da agroindústria no cerceamento de seu direito reprodutivo e desvelado pelo depoimento de uma trabalhadora migrante: “se a usina é dona de nosso trabalho, de nossa força, ela também é dona de nossa barriga, por isso eu fui ao escritório exigir pagamento de minha laqueadura” (Morais Silva, M.A -Trabalhadores e trabalhadoras rurais : a condição humana negada. In: São Paulo em Perspectiva, 7(3):116-124, julho/setembro de 1993).

No sentido de inventariar o interesse acadêmico específico sobre mulheres do Jequitinhonha, encontrou-se aquele que faz o sentido inverso a Moraes por enfatizar as mulheres que permanecem na região. Trata-se da pesquisa de Maia (2000) intitulada “Lugar e trecho: gênero, migrações e reciprocidade em comunidades camponesas do Jequitinhonha” que, sob a perspectiva da História Social do Trabalho, narra o desenrolar da vida-trabalho da mulher do médio Jequitinhonha antes de depois da década de 70, ocasião em que a migração passa a ser sazonal e que, intensificando-se, transforma-se em modo de vida na região. Se antes da década de 70, as mulheres desempenhavam papel de ajudantes no processo de trabalho da agricultura, hoje elas coordenam todas as atividades, do trabalho ‘maneiro’ ao mais ‘pesado’. Estas mulheres comandam as

atividades na chapada , no tabuleiros, na vazante , no terreiro e em espaços que lhe são socialmente reservados por excelência : a sua saca em seus afazeres domésticos . Em seu trabalho, a autora focaliza a organização do trabalho agrícola das mulheres, agora assumindo o papel de agente principal da produção.

(...) “Face à dinâmica social que experimentam hoje essa participação se reveste de um novo sentido. A atuação das mulheres adquire maior relevo nos espaços da produção//reprodução e na conservação dos vínculos com a terra. Durante o período de maior trabalho no ciclo agrícola, os homens estão, quase sempre, no trecho, principalmente quando são contratados para trabalhar durante toda a safra que coincide com o período agrícola, de abril a dezembro.”

Novas responsabilidades, entretanto, não arrastaram consigo um novo e permanente exercício de autonomia, segundo Maia :

“(...) as constantes saídas dos homens também ampliaram a esfera de decisões das mulheres, que passaram a tomar mais iniciativas na esfera pública, tradicionalmente considerada masculina. Essa maior flexibilidade nas relações de poder na família não ameaça, contudo, a sua hierarquia, pois a ausência dos homens não se dá de forma absoluta, e, quando os homens retornam, o modelo anterior, quase sempre, é reconstruído.”

Avançando no inventário ainda sobre mulheres trabalhadoras do Jequitinhonha , encontrou-se surpreendente artigo de Caleiro e Rodrigues (2009) em que revelam a existência de mulheres trabalhando em garimpos desde o raiar do “distrito diamantino” até os dias atuais. As autoras, após rápido mas fundamental levantamento bibliográfico acerca do assunto adotam a história oral para narrar mulheres “Rompendo com o silêncio: o cotidiano de trabalho feminino nos garimpos do Alto Jequitinhonha”. Nele , as autoras descrevem a parca historiografia que se ocupa de trabalhadoras em garimpos apontando-lhes o desempenho de atividades consideradas apropriadas a sua natureza biológica e sexual.

Para o século XVIII, início do ciclo do ouro em Minas Gerais, a mulher trabalhadora em tal setor , masculinizado por excelência, caberia tão somente carregar gamelas. Uma circunstância que poderia ser transgredida no caso de acionamento da criatividade feminina, como a exemplo do que ocorreu em 1742, quando as autoridades portuguesas , entrando em luta com um grupo de garimpeiros e durante o auto de prisão , habito e tonsura , descobriu-se que havia entre eles uma mulher que se passava por homem , usando os parâmetros usuais dos garimpeiros . (In : Joaquim Felício dos Santos

, Memórias do Distrito Diamantino, citado por Caleiros e Rodrigues,2009).Assim, as autoras defendem que embora fossem muitos os imperativos biológicos e culturais buscando impedir a presença das mulheres em garimpos,elas ai se faziam presentes e suas atividades nem sempre se resumia à uma extensão da corriqueira faina diária do fogão e tanque ,como observa Dias (2001) citada no artigo ora em discussão:

(...) vestir-se como um homem e assumir papéis reconhecidos como masculinos não era atitude excepcional no Brasil colonial ou imperial. Diante da falta ou ausência temporária dos homens, a separação dos espaços de atuação de homens e mulheres tornava-se mais flexível ou desaparecia completamente. De acordo com a autora, não eram raras as referências “às mulheres vestidas de homem, menos na sua aura mítica do que como recurso de defesa, no cotidiano, fosse para viajar incógnita e a salvo da violência das estradas ou para melhor exercer ofícios masculinos” (DIAS, 2001, p. 55).

A contribuição de Corola (2002) desvenda o trabalho da mulher nos processos mineratórios do sec. XVI ao revelar que essas comumente perfilavam junto ao trabalhador masculino em vários tipos de mineração,sendo comum encontrá-las nos processos de extração carboníferos,evidencias que perduram ate o século XIX ocasião em que o discursos operam no sentido de condenar a presença feminina em tais processos produtivos por considerá-los inadequados ao biotipos femininos e infantis,ao que se entremearam as interdições de cunho moral e religioso : dava-se como imoral a atitude de mulheres que trabalhassem seminuas ladeadas por homens em igual estado em túneis escuros.

Segundo Caleiros e Rodrigues ,este ideário ainda persiste se considerados os relatos das mulheres entrevistadas em garimpos de cartzo em Cristália ,no Alto Jequitinhonha, as quais se queixam dos estereótipos que lhes são colocados : se trabalham no garimpo solteiras, passam por “safadas” , se casadas e seus maridos não lhes acompanham no garimpo, são chamadas de infieis .Entretanto,as dificuldades encontradas e a percepção dos preconceitos que estas suscitam não as fazem retroceder e estas seguem cientes de que respondem à necessidade de complementar renda de sua família .As autoras finalizam o artigo discutindo o contraste entre a secular invisibilidade das mulheres nas atividades de garimpo e a significativa presença das mesmas neste setor produtivo,instável mas persistente enquanto outras atividades locais são limitadas porque se sujeitam as constantes secas que marcam a região.

Tratando ainda da mulher no Jequitinhonha apresentou-se Cavalieri que interessando-se pela família migrante defendeu, em 2010, a tese intitulada “Migração e reprodução social : tempos e espaços do cortador de cana e de sua família” de conteúdo aparentemente similar ao projeto de tese que ora se tenta aperfeiçoar. O interesse desta autora se assenta no conhecimento das formas de vida do cortador de cana e de sua família, realizando o seu trabalho de campo nos povoados de Engenheiro Schnoor e Alfredo Graça, ambos pertencentes ao município de Araçuaí, no Médio Vale do Jequitinhonha. Sua tese se fundamenta inicialmente na crítica da matriz energética do etanol brasileiro e do complexo sucroalcooleiro paulista, discute a posse e expropriação de terras no Jequitinhonha, em particular, em Araçuaí, para após incursionar pela vida cotidiana dos entrevistados: homens migrantes e suas famílias no local de origem, a produção da vida simples, mas, com delcaques metropolitanos, suas festas religiosas, lazer, fazer e vida conjugal da mulher do migrante, segundo a autora, “dilacerada” pela saúde e solidão.

Entretanto, Cavalieri, embora ande numa trilha comum ao que ora se estuda, envereda por campos diferentes daqueles usados pela abordagem em Capelinha, no Alto Vale do Jequitinhonha uma vez que a autora persiste afirmando, como em vários outros estudos, ser o homem o provedor da família e em nossa pesquisa, se dá o contrário, o migrante recebe o necessário para as suas necessidades em cuja lista agora se incluem artefatos de consumo durável como moto, televisão, mas, as remessas em dinheiro, sempre rarefeitas continuam em torno de 150,250 reais, insuficientes para manter famílias. Por outro lado, a autora embora anunciasse o estudo da reprodução social não abordou em os processos que o viabilizam, como as estratégias para zelar pela família, alimentação, vestuário, formação e projetos de futuro dos filhos, os quais, tudo leva a crer que poderão repetir a trajetória migrante dos pais. Outro destaque das dessemelhanças está no fato de que embora sua pesquisa aborde a mulher, seu referencial teórico se vincula muito mais ao campesinato do que propriamente a condição feminina.

Em 2011, Ana Luiza de Souza publicou o livro “Confidencias de Mulheres Invisíveis do Jequitinhonha” revelando a vida de 13 mulheres pela transcrição *ipis litteris* das entrevistas realizadas no trabalho e campo ocorrido no baixo Jequitinhonha. Embora sejam mulheres de idades variadas, elas trazem em comum grande carga de sofrimento provocados por homens de sua família, ora pais, ora maridos. O trabalho na roça, os partos de seus muitos filhos, o alcoolismo e a violência física estão detalhados na obra. Em todas as entrevistas, a certeza das mulheres de que o trabalho seria o escudo a lhes

proteger e lhes aproximar do seu propósito mais claro: criar os seus filhos. A autora discute, portanto, a crueldade e a violência que marca o “moderno patriarcado” ainda existente na vida das entrevistadas residentes no Baixo Vale do Jequitinhonha.

Finalmente, devem ser ressaltadas as variadas pesquisas que enfatizam as mulheres rurais jequitinhonhenses e seu artesanato¹, quando a sua produção artesanal aparece reduzida à manifestação cultural, quando se trata, na verdade, de uma das poucas opções que lhes restam para arcar como sustento da família. Esta abordagem é freqüente em pesquisas sobre o Vale realizadas desde a década de 70, as quais insistem na negação dos produtos artesanais como ‘produtos comerciais’ ainda que produzidas sob o selo da informalidade. Tais produtos podem não caber no conceito de mercadoria tal qual MARX (1984) ensina, nem por isso deixam de adentrar no mundo propriamente capitalista. Entretanto, os textos a respeito sinalizam uma preferência por descrevê-los romanticamente como objetos culturais.

Defende-se que as mulheres artesãs precisam realizar seu ofício de artesã não porque este seja uma atividade lúdica, “cultural”, mas, trata-se de uma atividade de geração de renda pois que a responsabilidade pela manutenção da família ofende seu espírito preocupado sempre em responder as necessidades desta. A adoção de um conceito restrito para a cultura, simbolizada pela produção de peças artesanais ornamentais ou utilitárias, imprime em tais relatos um encantamento pueril ou ingênuo nas interpretações do fazer da mulher artesã na Vale. O raio de ação ou de influência de um processo cultural extrapola substancialmente a feitura das peças artesanais e sua comercialização em feira livre. Isto é comércio no sentido burguês dos termos, incluindo aí a exploração dos que tem a “força” e compram peças dos que são “fracos

¹ O levantamento bibliográfico aponta que os primeiros pesquisadores do século XX a se interessarem pelo modo de vida dos povos do Jequitinhonha, seu campesinato, suas migrações e a inserção de relações propriamente capitalistas na região vieram da USP, da UFRJ e da UFRRJ, cujas obras se tornaram referências para pesquisadores das gerações futuras. Margarida Moura (1988) em estudo de cunho antropológico-jurídico, examina as relações sociais havidas entre proprietário de terra e seus agregados. A reprodução camponesa foi o tema de estudo de Graziano (1982), que se dedicou a analisar os modos de viver dos camponeses jequitinhonhenses e suas estratégias face ao estreitamento de suas margens de manobra, desde a entrada ainda recente do capital. GRAZIANO, E; GRAZIANO NETO, F. As condições da reprodução camponesa no Vale do Jequitinhonha. **Perspectivas**, São Paulo, 1982. Em “Na há terra para plantar neste Verão” Jose de Souza Martins, Martins (1984) examinou a migração dos trabalhadores rurais enfatizando a sazonalidade da contratação temporária como mais uma estratégia devota à ampliação do capital, posto que, ao seccionar aparentemente. São inúmeras as publicações que estudam o Vale do Jequitinhonha pela “vertente cultural”, quando são analisadas manifestações culturais como festivais de música, teatro, poesias e o trabalho das mulheres artesãs. Na maioria dos casos, as análises se encontram desatreladas dos processos de exploração a que estas últimas estão submetidas.

de força” a preços irrisórios revendendo-as a preços altíssimos em outros centros urbanos. São artesãs porque não lhes foram dadas outras escolhas.

Por outro lado, a insistência estatal em fazer da produção de peças artesanais um meio de prover a vida ad eternum das famílias artesãs do Jequitinhonha é condená-las a não ter perspectivas ou projetos de vida que extrapolem o trabalho com argila, um “ amassar, amassar e não sair do lugar”.

Tais informações funcionaram como um lampejo acerca das estratégias de reprodução e das relações sociais na região. Todavia, estudos aprofundados sobre a organização destas mulheres em “guildas” do século XXI, padarias caseiras, associações, em sindicatos ou em outras formas organizativas são ainda escassos. Entretanto, mulheres de famílias migrantes do Jequitinhonha atuando na esfera da sociedade civil são desconhecidas e, se as há, não se teve acesso, justificando assim o desenvolvimento deste estudo, cujos dados parciais serão proximamente discutidos.

3 BREVE RESSALVA : A SOCIEDADE CIVIL DA QUAL SE QUE FALA

Há conceitos que ao ganharem asas e caírem na imaginação de muitos, terminam perdendo a sua essência ou a singularidade histórica de sua criação e, desvirtuados, passam a significar tudo quanto atenda o interesse –legítimo ou não- dos grupos que os pronunciam, como correntemente se vê acontecer com o trabalho, política, liberdade ou com sociedade civil, etc.

Intrigante é o fluxo tomado por certas expressões conceituais no desenrolar de sua história. Um exemplo do que se afirma no parágrafo primeiro são as palavras de Roberto Campos (1993) sobre sociedade civil conhecidas por ocasião da pesquisa sobre o tema. Segundo o famoso economista do período ditatorial deve-se manter distância prudente do conceito, pois que

“sociedade civil” começou a servir a grupos e a finalidades em relação aos quais manter alguma desconfiança é prudência cautelar. Diversas variedades de esquerdas e adjacências passaram a usar a expressão para subentender uma separação intratável entre o “governo” e aquilo que chamam de “sociedade civil” – e, portanto, para contrabandear a noção, que fica implícita, mas sempre presente, da ilegitimidade básica de todas as autoridades e leis que não sejam as deles mesmos. Mas, parodiando o Evangelho, muitos são os chamados e poucos os escolhidos”.(...)

O autor reconhece a existência de uma esquerda e assim confirma o conflito social que transpassa a política; aponta para as relações de poder entre desiguais e

reafirma que os ‘não escolhidos’ devem se curvar à vontade das autoridades e/ou leis que não os representam ou não os alcançam. Campos se ateuve ao antigo conceito de Sociedade civil, cunhado pelo iluminista escocês Adam Ferguson em 1767 ,que reelaborado por Hegel ,ganhará uma consistência ainda presente nos visão adotada pela modernidade .Marx,por exemplo, o manteve sem grandes retoques.Certamente,ao longo da historia moderna, o conceito sofreu adequações visto que o século XX guardava poucas analogias com o tempo hegeliano. Por certo, a cultura bibliotecária de Campos já lhe apresentara o novo modo de pensar a sociedade civil, daí o seu incômodo, tratando expor o conceito de Ferguson, pois este pouco ou quase nada possuía de revolucionário, tão somente justificava a realidade criada pelo direito natural.

Ao contrário do que diz Campos em sua paródia ao evangelho, na sociedade civil ressurgida dos textos Gramscianos, todos são chamados e muitos são escolhidos. Todos participam do Estado que é a um só tempo a sociedade política e a sociedade civil.Vivendo o drama de quem vai contra a corrente, Gramsci sofreu todos os horrores da esquizofrenia nazi-facista.Mesmo preso, Gramsci parecia sentir-se livre,talvez por não se violar em troca da liberdade burguesa.Preso, Gramsci foi capaz de conjugar a experiência da prisão com prática política e produção teórica,imprimindo seu nome na história pela criação de uma teoria original que ,cientificamente justificada , sem ingenuidade ou romantismo, tem forte presença no resgate da esperança dos sem – parcela,dos que não contam,conforme Ranciere nomeia os subalternos .Refere-se aqui à sua “filosofia da práxis”,em particular, a dialética presente em seu conceito de sociedade civil,primorosamente tratado por Semeraro(1999),que ensina:

() Nas complexas e avançadas sociedades modernas, o lugar decisivo onde se gestam os diversos projetos hegemônicos é o amplo e contraditório espaço da sociedade civil .No interior de suas múltiplas variedades econômicas ,políticas, culturais, religiosas e educativas se estabelecem lutas de sistemas ,lutas entre modos de ver a realidade.(...) Terreno de controvérsias ideológicas,de concepções contraditórias de valores e interesses ,mas, também de diálogo e consenso ,a sociedade civil é, para Gramsci, uma categoria dinâmica ,de movimento, capaz de combinar na ação dos grupos sociais diferentes,forças convergentes e situações conjunturais dentro de amplos objetivos estratégicos(...)”.

Neste sentido, a visão tradicional de estado se altera e, fundamentalmente, se amplia. Não mais o poder de conter a guerra, de promover o bem comum ou justiça social, de proteger a propriedade ou tão-somente “o comitê dos negócios burgueses” como disse Marx(1987),mas, uma esfera dinâmica que vai se moldando em consonância

com a capacidade de organização das classes subalternas. Para Marx (1984), maior influência de Gramsci (1978), o estado surge da fragmentação da sociedade em classes, portanto, implicado nos interesses da classe dominante em realizar sua acumulação de capital tanto quanto na coerção dos dominados.

Enquanto em Gramsci (1978), o estado se define pela soberania do todo social no qual se insere uma rede complexa de instituições interfaciais, públicas, privadas, com papéis históricos variáveis e dependentes das relações entre grupos distintos, mas, que visam o alcance da hegemonia de seus interesses. Em Gramsci(id), o estado moderno incorpora tanto a sociedade política como a civil e no interior deste processo sócio-político- cultural germinam as sementes da hegemonia das classes subalternas. Em estado latente, a hegemonia dos que não-contam não esta dada a priori , necessitando que as classes subalternas a forjem em seu cotidiano de lutas criando,conscientemente, as condições objetivas para a sua realização.Por isso,convém registrar que para o que neste momento se analisa - sociedade civil e trabalhadoras marcadas pela migração jequitinhonhense , as contribuições de Gramsci são indispensáveis,vez que este demonstra que a sociedade civil é o ambiente social em que legítimos anseios dos subalternos devem ser tratados.

De um lado, a sociedade civil se torna o espaço político de disputa por direitos e, no que tange aos subalternos, o seu direito humano de saciar necessidades indispensáveis à sua passagem do nada à condição de cidadão da pólis e seu acesso a que nela há (terra,alimentação, voz,educação,lazer,escolas ,moradia,emprego,saúde, etc.).È também a esfera em que se formam os cidadãos.Neste sentido , sublinha Semeraro'(id),”(..) *a sociedade civil se transforma assim em porta voz das necessidades de parte daqueles que a constituem*'.

Por outro, as frações dominantes criam os poderosos aparelhos privados de hegemonia (GRAMSCI,1978) pelos quais impõem a visão de mundo que lhes é conveniente à maioria subalterna logo nos primeiros anos de vida por intermédio da família, igreja, escola, televisão ou outras mídias .Ou seja ,para descortinar os véus das aparências sob as quais escondem as razões imediatas e mediatas dos processos serem tais como são no concreto vivido, há que se desprender da profissão de fé que se faz às explicações fáceis elaboradas por aqueles que visam a manutenção de um sistema 'ordenado" cuja existência interessa apenas ao segmento dominante que o domina ,mas, na verdade constituído por pólos que se negam e ,mesmo sendo intrinsecamente contrários, devem participar desta determinada formação social.Face a tais

circunstancias ,a experiência de viver numa sociedade assim constituída torna-se tensionada para ambos e ainda que a hegemonia possua o deleite do poder e a placidez concedida pela posse da propriedade ou bens , seus componentes devem-se necessariamente estar em contato com os subalternos ,pois ,afinal, estes são indispensáveis para a (re)produção de sua riqueza e seu status quo.

As formas de exhibir sua hegemonia são variadas e surpreendentes. Em Minas Gerais oitocentistas ,por exemplo,cujo patrimônio histórico, concentrado em zonas de extração de metais, constituído por igrejas e/ou museus e suas peças representativas da fé católica narram um passado de ostentação e fé. Ao modo europeu, algumas igrejas trazem nomes escritos no piso: a honraria máxima de se ter um túmulo na sua igreja explicitava o poder e prestígio da família, bem como a generosidade de seus donativos. Simbolizava ainda as tramas da política de poucos protagonistas posto que naquela ordem social, havia diferentes papéis a serem desempenhados, mas seus objetivos comuns os irmanavam numa identidade oriunda de certos liames que lhes garantiam unidade nos modos de pensar- atuar no mundo e que lhes garantiam a manutenção do poder. Nos termos de Gramsci(id), esse processo caracteriza as relações políticas do bloco histórico de molde oriental no qual se encontram os pressupostos da hegemonia(GRUPPI,1980). O poder real, as minas e o cimento ideológico da fé postulada pela igreja conformavam a sociedade político-civil numa simbiose de difícil ruptura.

Desde então, quantos séculos se passaram?O político imprime uma quase nítida dilatação do tempo das ações dos homens; todavia, se a perspectiva se norteia pelo correr do tempo histórico propriamente dito -188 anos- pode-se considerar curta a distância a separar o Brasil colonial do Brasil “independente” moderno e sendo assim, o processo político teria evoluído para um perfil em moldes mais de ocidentais conforme a teoria gramsciana?A questão, comumente posta, revela dificuldade de se obter uma resposta precisa, em razão da complexa singularidade da formação social brasileira, com destaque para as destacam as desigualdades regionais e, em seu interior, aquelas alusivas às classes sociais.

Por outro lado e, contraditoriamente, na América Latina a igreja católica que cimentou ideologicamente processos de opressão largamente conhecidos, gestou, em

seu interior, grupos “dissidentes” responsáveis pela “teologia da libertação”⁴² “ e ,como sugerido na expressão, sua prática se associava aos destinos do povo despossuído. Desse modo, o País parece abrigar os dois processos políticos estudados por Gramsci, embora como assinalado em Coutinho. (REIS,et alli,2010). De um lado, a sua história revelando que comumente as grandes tensões sociais brasileiras foram “resolvidas” por soluções fundadas na “coerção”,um traço revelador de nações do tipo oriental.De outro, nos últimos anos , a emergência e expansão de uma sociedade civil cuja essência revela a complexidade como elemento fundamental e em regiões nas quais o capitalismo se desenvolveu “mais plenamente” , ela arranca conquistas da hegemonia em vigor.

4 DE VIÚVAS DE SÃO PAULO À GUERREIRAS DO JEQUITINHONHA :SOCIEDADE CIVIL E TRABALHADORAS JEQUITINHONHENSES

A especificidade da história do “Distrito Diamantino”, o atual Vale do Jequitinhonha , emerge da decisão da Coroa Portuguesa que para resguardar suas riquezas manteve sua população trabalhadora permanentemente vigiada , interditando suas relações com pares vizinhos .Tal decisão suscitou a gestação de uma sociedade civil que parece corresponder requisitos do conceito oriental do qual nos fala Gramsci : sua sociedade civil “gelatinosa” são crias ou da própria igreja conservadora ou do estado, sendo a dependência um traço comum em todas.Na região, a sociedade política prevalece sobre a sociedade civil , mais ocupada em cantar o Vale do que pensá-lo ou transformá-lo. Como referido em outro lugar,as pesquisas sobre o Vale do Jequitinhonha são pautadas em manifestações culturais ou particularidade cultural de seu povo (um exotismo para o estado de MG ?),o campesinato, inserção de relações capitalistas, migração, pesquisas sobre seus recursos naturais ou geológicas.

Dentre essas, uma interessante pesquisa historiográfica em que Ribeiro (1999) refere-se ao Jequitinhonha como uma região em que a sociedade política - civil

² Os dois principais teólogos da libertação brasileiros, Leonardo Boff e Frei Betto, estão entre os precursores e inspiradores do altermundismo; com seus escritos e suas palavras participam ativamente nas mobilizações do "movimento dos movimentos" e nos encontros do Fórum Social Mundial. Se sua influencia é muito significativa no Brasil, onde muitos militantes dos movimentos sociais, tais como sindicatos, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e movimentos de mulheres provêm de comunidades eclesiais de base (CEBs) conhecidas na Teologia da Libertação, seus escritos também são muito conhecidos entre os cristãos de outros países, tanto da América Latina quando do resto do mundo. Ver: Michel Lowy: A Teologia da Libertação: Leonardo Boff e Frei Betto .In: <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=40899>

constituída pelo estado português e o clero adotaram a repressão como principal estratégia de gerenciamento. Quando a região se vê livre do ditame português, por compensação, ganhou outro estado de governo reformista, do qual ouvia-se falar, sem no entanto sentir-lhe sua mão. A “Enquete Campista” (de 1893) realizada para sondar ruralidades mineiras, por exemplo, serviu para a emissão de recomendações reformistas limitadas à reeducação o caboclo incendiário e tributação ainda mais exemplar. Não foram observados resultados notáveis dos poucos projetos reformistas que saíram do papel.

A lassidão do governo gestou uma população autônoma e responsável por uma história particular que lhe marca e dificulta o seu estudo: o cultivo do campo lhe supria parte importante de suas necessidades e a rede de serviços sociais básicos, como escola, cadeias, assistência aos idosos, doentes eram resolvidos pelo esforço coletivo ou individualmente. Não eram ricas, porém exibiam orgulhosamente sua independência, do seu comércio local onde o dinheiro chegava apenas em determinados dias do mês e da cultura que produziam peças de teatro, jornais, festejos, clubes, etc. Esta autonomia era fruto das dificuldades em viajar : não haviam estradas ou rede de transporte. As viagens feitas em canoas ou lombos de burros eram uma aventura.

O Vale do Jequitinhonha assim permaneceu até meados a década de 70, quando se dá o encontro do “mau agouro” ,como chamou Moraes (1999) à entrada do regime governo militar e, em seu rastro, as empresas reflorestadoras⁵³. Desde então, a região ficou marcada pela pobreza , pela migração e sua sociedade civil ,antes autônoma, tornou-se amorfa, dependente e escrava dos valores tipicamente capitalista. Esta talvez seja razão da região possuir um conjunto considerável de textos locais unidos de um saudosismo dilacerante.

Também pode explicar a inexistência de pesquisas⁶ que estudem os processos políticos locais, a dificuldade maior encontrada na redação deste texto: para o tema sociedade política-civil e representação, contou-se tão somente a experiência vivida da

³ Mendonça, guiando-se pela teoria da práxis, analisou o patronato rural brasileiro no período 1964-1993 e mostra como a hegemonia se constrói neste campo: os patronato rural tem forte atuação em todos os campos : eles são ao mesmo tempo professores, médicos, deputados, presidentes de associação profissional, deputados, senadores, etc. Ver: Mendonça, Sonia R .O patronato Rural no Brasil recente (1964-1993). Editora UFRJ, RJ. 2009.

autora, um blog recente, mas, fundamental na construção deste trabalho e reportagens de jornais diários sediados em Belo Horizonte.

Todavia, ainda que recente, os movimentos sociais da região disputam na arena política: associações de quilombolas, indígenas requerendo direito à terra de seus ancestrais, atuação do MST, sindicatos de servidores municipais, fatos tão recentes que não permitem o necessário distanciamento histórico sequer para estudá-los: estão ainda em status nascendi. Apenas o sindicato dos trabalhadores rurais de indústrias extrativas, criado em meados de 80 em decorrência das novas relações de trabalho instituídas pelas empresas reflorestadoras que “descobriram” o Vale como apropriado para a monocultura do eucalipto, transformando por completo as relações sociais e de produção então existentes.

Na perspectiva de sociedade civil aqui adotada, quais modos e formas de atender os inúmeras necessidades dos grupos associados e, em dado momento, ainda não-hegemônico? Para Gramsci não há outro caminho que não a organização dos subalternos, implicando na emergência de um novo padrão de cultura e um novo processo educativo. A sociedade civil assim vista se relaciona diretamente com o leque de necessidades humanas, das existenciais às propriamente humanas.

Em “Direito de migrar e direito de ficar – jovens e mulheres do Jequitinhonha na luta por dignidade”, artigo auxiliar deste texto e vinculado à sociologia, Pereira(2008) faz percurso diferenciado das pesquisas citadas: o autor suspende momentaneamente as mulheres de migrantes do médio Jequitinhonha do tabuleiro, da chapada e ou da vazante e as coloca em reuniões associativas, em padarias ou em cooperativas de artesanato ou em outros espaços nos quais ela parece ser mais autônoma.) afirma que:

(...)” Nas periferias urbanas e áreas rurais dos municípios de Araçuaí, Padre Paraíso, Itaobim, Ponto dos Volantes e Itinga há cerca de três centenas de mulheres mães, filhas, esposas de trabalhadores migrantes que, ao longo de seis anos e com o apoio da Pastoral dos Migrantes, têm se organizado em torno de grupos comunitários e associações para buscar alternativas de trabalho, renda, formação sociopolítica, expressão cultural, ou “simplesmente” se reunirem para conversar sobre os problemas que elas enfrentam em seu cotidiano, como o machismo, violência contra a mulher, poucas oportunidades de inserção no mercado de trabalho local, migração forçada de filhos e esposos”.

Na relação de atividades geradas pelo associativismo feminino, o autor inclui iniciativas como padarias caseiras, farmácia alternativas, hortas comunitárias,

artesanato, fabrico de doces, de sabão ou confecção. Pereira sublinha que , as mulheres abordadas, ao permanecerem no Vale, decidiram pelo protagonismo de sua história , uma decisão que pode ser compreendida como uma forma de resistência e a inaugurar um novo retrato no imaginário social : se há “ viúvas de São Paulo” ou de “viúvas de marido vivo” , há também aquelas que vêm sendo conhecidas regionalmente como mulheres que se organizam e constroem projetos alternativos de geração de renda e de resistência á precariedade da ida local.

Sob auspícios do efeito “sentinela”, encontraram-se as mesmas mulheres, anunciadas aqui e ali, em notícias esparsas do jornal “ Estado de Minas” .Este, em sua edição de 18/10/2000 e seguindo a trilha do autor antecedente, revela que grupos de mulheres de migrantes que permanecem no Vale descobrem novas formas de inserção produtiva para além da agricultura de subsistência de modo isolado ou, quando muito, “em laços de solidariedade e ajuda mútua entre vizinhanças”(Maia,C.J) , como transcrito abaixo:

(...) Há mais de 10 anos, as mulheres do Vale resolveram se organizar em associações, sindicatos, grupos de geração de renda e outras organizações de mulheres, são mais ou menos 400 mulheres de vários municípios. Hoje elas têm o que comemorar, pois são padarias comunitárias, hortas, corte e costura artesanato e muitas outras iniciativas. A luta não é pela doação de cestas básicas, mas para que todos tenham condições de suprir, através de seu trabalho e organização, suas necessidades básicas. Elas têm o apoio, principalmente de entidades como a Comissão Pastoral da Terra, Comissão Pastoral da Criança, Federação dos Trabalhadores Rurais, entre outras.”

Ainda no mesmo veiculo, série de reportagens é dedicada ao artesanato do Vale, cuja produção extrapola as montanhas de Minas, tornando-se fonte de renda para a população local. Na coordenação de tais atividades se constata a marcante presença feminina. O anúncio, em caixa alta, informa:

“Boneca do Vale do Jequitinhonha, feita por dona Izabel, vence prêmio da Unesco, que teve mais três artistas da região na final”.Em outra reportagem, o depoimento de uma artesã, indicando que a semente plantada por D,Isabel vicejou: (...) Artesã há 15 anos, lembra que seu trabalho deu um salto de qualidade depois do curso feito com dona Izabel.Ela me ensinou, basicamente,os segredos das cabeças”,reconhece. Com predileção pelas bonecas, Aneli consegue sustentar toda a família com artesanato”.

Assinala-se que o rastreamento das políticas públicas sociais do Estado de Minas Gerais dirigidas a este segmento social retornou apenas a criação da SEDVE - Secretaria de Estado para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus e do Norte de Minas, criada em 2003. Em seu site, esta secretaria publica a sua missão “oportunizar as potencialidades do Norte e Nordeste de Minas em desenvolvimento político e sócio-econômico sustentável e seu propósito de fortalecer politicamente a região mineira de economia historicamente deprimida. Seus programas não elegem a mulher do Médio Jequitinhonha como alvo específico, não havendo também relatórios de ações e impactos. Porém, dois de seus projetos, se efetivados, poderão corroborar para que as iniciativas femininas referidas se consolidem.

Outros processos ainda muito recentes - as políticas sociais do governo Lula alcançaram o Vale e os blogs independentes - sinalizam possibilidades de mudanças. O primeiro porque assiste parcela da população despossuída e invisível em governos anteriores e o segundo, pelo potencial transformador característico das mídias independentes. Entrementes, o mais notável deles é dado pela atuação de trabalhadoras rurais marcadas pela migração no âmbito da sociedade civil e, por conseqüência, na esfera política.

Foram estudadas trajetórias de vida de seis (6) mulheres residentes na zona rural de Capelinha, Alto Vale do Jequitinhonha, marcadas pela migração e presidentes de Associações ou Conselhos Comunitários Rurais, as quais são os sujeitos da pesquisa ainda em curso. Estas trabalham, criam seus filhos ‘sozinhas’ ,vez que o marido se encontra “no trecho”,sendo muito precário seu acesso às políticas sociais municipais havendo mesmo relato de um tratamento que beira à violência ,tal é o descaso dos dominantes em relação as necessidades existenciais dos subalternos,sobretudo se estes provem das zonas rurais.Entretanto,já não aceitam que os governos locais as tratem como utilitárias em seu processo eleitoral e se impõem como força política capaz de dirigir os rumos de sua pequena “cidadela”,a comunidade da qual exercem papel de liderança.

Como dirigentes de conselhos comunitários rurais reúnem-se uma vez por mês com os organismos públicos locais ,momentos em que cobram as medidas necessárias à melhoria da vida da comunidade que ,negociadas, não se foram implementadas.Mostram desconfianças do efetividade do poder publico municipal e,se necessário, levam suas demandas não atendidas ao Ministério Publico.Sabem usar ,a favor da comunidade que lidera , os instrumentos dispostos pela “democracia

representativa” ,conseguindo ,assim,que a administração municipal cumpra ,contrariado,algumas de suas solicitações .

Elas se encontram organizadas em cooperativas de produção, mas, também em associações de mulheres e conselhos comunitários rurais . Em grupos,na zona rural ou urbana das pequenas cidades exportadoras de força de trabalho barata, essas mulheres compartilham a solidão de mulher casada,a responsabilidade de criar filhos ,mas, compartilham também projetos de vida e de trabalho ,compartilham a luta pelo acesso as políticas publicas e o desejo de condições dignas para a vida de seus filhos.Parecem estar próximas da emancipação política.Isto parece pouco face aos avanços do movimento feminino nas grandes metrópoles e um fagulha ínfima se consideradas as requisições postuladas à objetivação do processo de emancipação social.Entretanto,face ao arraigado e secular patriarcado jequitinhonhense ,o avanço é imenso .

Das reuniões com o grupo focal formado pelas mulheres referidas foi possível perceber a centelha política emergindo, em alguns grupos mais, outros menos. Mas, já ousam explicitar questionamentos ao poder político constituído face às suas ausências. Ao ouvir suas histórias, percebeu-se que ali havia um campo instigante de estudos que ultrapassava o nível dos “arranjos produtivos” visando a geração de renda, mas,sim e também o espaço para se compreender o movimento destas mulheres na esfera da política ou no âmbito poder representativo local.

Participou-se de uma reunião entre representantes do governo local e as 56 associações comunitárias rurais, das quais seis são presididas por mulheres. Estas, ao contrário da maioria silenciosa dos presidentes homens ,questionaram ao poder publico pelo cronograma das obras de “patrolagem” da estradas , da má qualidade do atendimento hospitalar ,dos horários irracionais do transporte escolar determinando que os escolares saiam as 4 da manha voltando apenas as 14 horas ,dentre outras reivindicações . Também têm assento nos conselhos municipais quando as políticas sociais do governo federal implementadas pela gestão municipal são a tônica das analises ,quando se mostram reticentes quanto às respostas que ouvem .São muito criticas em relação a tudo que diz respeito a gestão municipal atual .

Tem realizações a mostrar: a ex presidente de um sindicato conseguiu coordenar a construção da sede própria da instituição, buscaram e conseguem patrocínio do comercio local para a efetivação de projetos para a comunidade , coordenam trabalhos de mutirão dedicados as mais variadas causas : há mutirão para os tratos culturais ,plântio e colheita em “dias breganhados” ,assim chamado o sistema comunitário de

produção em que todas as famílias do local se ajudam mutuamente ,mutirão para construção da igreja ,do casa de saúde , da sede social,escola ,manifestações culturais como banda de taquara , danças folclóricas ,espaços em que possuem liderança destacada.A respeito de si mesmas ,a imagem é muito diferente do que aquela que aparece na mídia nacional e dizem : *“aqui não tem mulher viúva chorando ,não.Aqui tem é mulher guerreira.Nos somos guerreiras,não é,comadre”*?Diante do visto e ouvido em seis meses de trabalho de campo ,quando acompanhadas em sua “labuta “cotidiana , não há como discordar: pelo menos, nesse caso das mulheres líderes rurais em Capelinha-MG , saem “ viúvas de São Paulo” e entram em cena as “guerreiras” do Alto Jequitinhonha.

5 REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- CALEIRO, Regina Célia Lima. RODRIGUES, Graciele Mendes. Rompendo com o silêncio: o cotidiano de trabalho feminino nos garimpos do Alto Jequitinhonha, Unimontes Científica, 2009 - ruc.unimontes.br
- FERREIRA, J. C. A. Condição camponesa e migração: caminhos e descaminhos do roçado. In: NOVAES, J. R.; ALVES, F. Migrantes: trabalho e trabalhadores do complexo agroindustrial canavieiro. São Paulo: EDUFSCAR, 2007.
- IERVOLINO, S. A.; PELICIONI, M. C. F. A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde. Rev Esc Enf. USP, v. 35, n. 2, p.115-21, jun, 2001.
- GAUDEMAR, J. Mobilidade do trabalho. Lisboa: Editorial Estampa, 1977
- GRAMSCI, A. Concepção Materialista de Historia ,Civilização Brasileira,RJ,1978
- GRUPPI, Luciano. O Conceito de hegemonia em Gramsci, Ed.Graal,Rio de Janeiro,1977.
- MAIA , Cláudia de Jesus - “Lugar e trecho: gênero, migrações e reciprocidade em comunidades camponesas do Jequitinhonha.Dissertação de Mestrado apresentada no Curso de Extensão Rural. UFV, 2000.
- MARX, K.O Capital. - MARX, K.O Capital. - Crítica da Economia Política–Processo de produção do Capital, Livros I e II, Difel, SP, 1984.
- MORAES SILVA, Maria A. M. Errantes do fim de século. São Paulo: UNESP, 1999.
- MORAIS SILVA,M.A- Trabalhadores e trabalhadoras rurais : a condição humana negada.In: São Paulo Em Perspectiva ,7(3):116-124,Julho/Setembro De 1993.
- NOVAES, J. R; ALVES, F. Migrantes: trabalho e trabalhadores do complexo agroindustrial canavieiro. São Paulo: EDUFSCAR, 2007.
- RANCIERE, Jacques.O desentendimento: política e filosofia.São Paulo, Ed 34, 1996
- REIS,S.T. A Estratégia Revolucionária De Gramsci. Monografia TCC.FSS/UERJ,2009
- RIBEIRO, A.Eduardo Magalhães- As estradas da vida. História da terra, da fazenda e do trabalho no Mucuri e Jequitinhonha, Minas Gerais. FFCH-UNICAMP,1997-Tese de doutorado.

SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e sociedade civil. Cultura e Educação para a Democracia*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

PORTELLI, H. *Gramsci e o Bloco Histórico*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.



O DESAFIO DA INSERÇÃO DOS QUILOMBOLAS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL NA REGIÃO DA QUARTA COLÔNIA. RS

Paulo Fernando Righes dos Santos - Engenheiro Agrícola, professor da Escola Técnica de Encruzilhada, membro do Grupo NEPALS/ UFSM.
E-mail: pfrihges@hotmail.com

Jane D'Arc dos Santos Vargas, Pedagoga, Extensionista da ASCAR/EMATER RS, Escritório São João do Polêsine, Quarta Colônia, membro do Grupo NEPALS UFSM
Jadarc2005@yahoo.com.br

Vilson Flores dos Santos - Doutorando do Programa de Pós- Graduação em Extensão Rural, UFSM, membro dos Grupos NEMAD / NEPALS / UFSM. E-mail: vilsonflores@yahoo.com.br

Paulo Roberto Cardoso da Silveira - Doutor em Ciências Humanas, UFSC, Professor do Centro de Ciências Rurais da UFSM, Coordenador do Grupo NEPALS/UFSM. E-mail: prcs1064@yahoo.com.br

GT2: “ Trabalho Rural e Migrações ”

Resumo

O histórico da ligação dos grupos afro descendentes na região da quarta colônia com o desenvolvimento local e regional, inicia-se com a historia da própria região, a partir de 1875. Estes grupos se caracterizaram pelo trabalho braçal na lavoura de arroz, cultura pioneira nesta região, por se tratar de uma geografia caracterizada por áreas de várzea. Com a recente ênfase na discussão da inserção de comunidades quilombolas no processo econômico local e regional, verifica-se a necessidade de um resgate e valorização destas comunidades. Neste sentido, o presente estudo objetiva verificar a importância histórico-social-cultural destas comunidades, verificando sua trajetória ao longo do processo de desenvolvimento da região. Para fundamentar as proposições e questionamentos deste estudo foram abordadas algumas considerações teóricas a cerca destas comunidades e suas formas de participação neste processo. Os dados utilizados foram coletados, fundamentalmente, a partir de fontes secundárias, além de entrevistas não dirigidas com estudiosos do tema na região. Entre os resultados, destaca-se que, apesar destas comunidades estarem presentes desde o início do povoamento da região, elas possuem ainda nos dias de hoje tratamento diferenciado, vivendo em comunidades onde concentram-se os afro-descendentes, possuindo educação separada e atividades sociais próprias ao grupo. Verifica-se que o “abandono” destas comunidades retira-lhes a possibilidade de serem agentes ativos neste processo e os coloca em situação de

dependentes, passando assim a ocuparem posições de menor importância no contexto social da região da Quarta Colônia de Imigração Italiana.

Introdução

As discussões sobre o desenvolvimento regional desigual em nosso país tem proporcionado diversos debates em relação à dimensão territorial e as questões que abordam os aspectos relativos a identidade dos diferentes segmentos formadores da nação brasileira. Esta lógica de ocupação do território, a qual no Rio Grande do Sul tem seu início com os povos aborígenes vindos da Amazônia, constituindo os povos missioneiros na região do prata (parte do Brasil e da Argentina) e avança com a chegada de imigrantes europeus. Vindos de diversas regiões da Europa empobrecida, os europeus ao chegar encontram, além dos indígenas, também os afro-descendentes que provinham de regiões da África como escravos, trazidos para constituir a força de trabalho necessária ao desenvolvimento do Brasil colônia. No caso do Rio Grande do Sul, a utilização da força de trabalho escrava destinou-se, principalmente, as charqueadas concentradas nas regiões sul e planalto médio.

No entanto, com a crise do regime escravista e com a fuga de escravos para constituição de quilombos, espalha-se a população negra pelo centro do estado, formando-se núcleos até hoje remanescentes, aliados à dinâmica de utilização de trabalho sazonal nas lavouras de arroz, batata-inglesa, trigo e depois soja.

Assim, surge a metáfora das três raças distintas na constituição do povo brasileiro: constituída de índios que aqui habitam a mais de dois mil anos oriundos da Amazônia que vieram constituir o povo guarani, elemento principal dos povos missioneiros que habitaram as Missões Jesuíticas; do negro capturado em seu habitat africano e transportado e mantido como escravo para fornecer a mão de obra necessária para a produção agrícola no Brasil-colônia; e o europeu oriundo de diversas regiões da Europa, trazido a este cenário como imigrante colonizador para ocupar regiões que eram consideradas terras de ninguém e cumprir assim a função de ocupação do território e mantê-lo longe da conquista dos espanhóis. Observa-se que somente a corrente européia logrou êxito em sua caminhada, a já visto que tanto os índios quanto os negros permaneceram marginalizados do processo de desenvolvimento brasileiro.

Os europeus em sua condição de colonizadores e promotores do desenvolvimento que terminou por ser social, econômico e cultural excludente, ocuparam os melhores espaços e tiveram acesso aos melhores programas de créditos disponíveis, ficando assim com a melhor fatia do bolo.

Os indígenas por sua vez ainda lutam pelo respeito aos seus espaços por direito, na maioria das vezes não vistos como tal, e tendo seus espaços invadidos pelos brancos.

E aos negros restou viver, na maioria dos casos, na periferia da sociedade urbana ou então, em comunidades isoladas (remanescentes de quilombos), sem políticas próprias de desenvolvimento e tratados de forma desigual em relação aos demais.

Numa interpretação histórico-antropológica mais abrangente, os quilombos se constituíram não só de povoações fundadas por negros fugidos, mas também redutos de alforriados, que sem maiores oportunidade de acesso a terra (restrições impostas pela lei de terras já em 1850) e a empregos, decidem pela segregação, ocupando espaços de resistência cultural. No Rio Grande do Sul foi realizado um levantamento sobre terras de comunidades negras isoladas ou remanescentes de quilombos. Atualmente, esse número passa de uma centena (Jornal do Povo 2003.p 3). Desses territórios negros conhecidos, apenas alguns poucos foram alvos de assessoria militante, políticas públicas e intervenções acadêmicas no sentido da constituição de parâmetros que possam promover seu desenvolvimento.

Assim, a área de transição entre a depressão Central do Rio Grande do Sul, ocupada por sesmarias de campo misturados a áreas de mata nativa, e os campos do Planalto Sul Rio Grandense, formada majoritariamente por florestas não despertava interesse dos estancieiros envolvido na criação de gado, constituindo-se em terras devolutas. Estas terras aos poucos vão sendo ocupadas por “caboclos”, descendentes de escravos e miscigenados com sangue branco e índio, além de possibilitar a manutenção de comunidades negras, hoje reconhecidas como antigos quilombos.

Estes habitantes da região, com a chegada dos imigrantes italianos são pressionados a abandonar suas terras ou permaneceram como mão-de-obra servil a aqueles, pois seu antigo meio de vida de agricultura itinerante passa a ser impossibilitada, assim como a caça e pesca passa a escassear. Na área aqui estudada, com a remoção de seu local, os Caboclos, os índios e os negros foram re-alojados para a localidade de “Rincão da Cadeia”, considerada as piores terras da “quarta colônia” em formação.

Assim, no tecido atual em seus nove municípios, a Quarta Colônia, que promove festas e promoções com base na culinária típica italiana, tem em seu seio comunidades ou grupos de afro-descendentes, que constituem extratos importantes de sua população. Em alguns destes municípios tem suas comunidades quilombolas constituídas e reconhecidas como tal e, em outros casos, trata-se de grupos de afro-descendentes que moram na periferia das cidades da região.

Desta forma, levantou-se o seguinte questionamento como foi e é, atualmente, a inserção dos quilombolas no desenvolvimento local e regional na região da Quarta Colônia no RS.

Apresenta-se, assim, como objetivo deste estudo verificar a importância histórica destas comunidades no desenvolvimento local e regional da Quarta Colônia, verificando sua trajetória ao longo do processo de desenvolvimento da região

2. Os quilombolas e as transformações ocorridas

Observa-se que são poucos os pesquisadores que se dedicaram ao estudo das populações negras urbanas e rurais no passado. Entre os quais, destaca-se a coletânea de estudos editada por Wagley (1952) e a monografia de Nogueira (1955), entretanto, é a partir da década de 70 que essa questão aparece como tema de pesquisa com maior efetividade. Surgem trabalhos como de Brandão (1977) e Soares (1981), os artigos de Carlos Vogt e Peter Fry, escritos no final da década de 70 e início dos anos 80, compilados em Fry; Vogt (1996) – e os estudos sobre o negro em condição de vida rural, realizados pela USP (Borges Pereira, 1981; Queiroz, 1983; Baiocchi, 1983; Monteiro, 1985; Bandeira, 1988; Gusmão, 1990). Estes autores foram os precursores desta caminhada embora que ainda de cunho mais rural.

Seria impossível neste espaço e fogue-se de nossa intenção oferecer o inventário detalhado de todos esses estudos. Propomos, então, através da reflexão de Brandão em seu trabalho “Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural”, elencar alguns conceitos que fundamentam teoricamente nosso trabalho. Desta forma, procurando contemplar este quadro teórico, faz-se a citações de autores que abordam de alguma maneira a temática deste trabalho.

Observa-se em Brandão (1977), que realiza um estudo sobre uma comunidade de “camponeses negros”, a preocupação com a organização social do grupo, seus rituais e com as relações inter-étnicas entre pretos e brancos. O autor tem por base as formulações de Barth (1959), e Cardoso de Oliveira sobre a etnicidade(1962)

Amparados no conceito de “bairro rural”, tal como definido por Queiroz (1973a; 1973b) e Candido (2003 [1964]), apontam que tais estudos visavam preencher um vazio bibliográfico sobre o tema, analisando a configuração dos grupos enquanto expressão comunitária e seus eventuais níveis de especificidade enquanto grupo negro.

Desse modo, baseado em Bart (1969), Carneiro da Cunha procura definir “grupos étnicos como formas de organização social de populações cujos membros se identificam e são

identificados como tais pelos outros, constituindo uma categoria distinta de outras categorias da mesma ordem.

Já Queiróz (1983) interessa-se por uma antropologia econômica, perguntando pela estrutura social e os processos produtivos e de trabalho destas comunidades. Os níveis de sociabilidade também estão presentes no horizonte de preocupações do autor.

Neste sentido, observa-se o trabalho de Anjos & Silva (2004), quando de sua interpretação sobre identidade e territorialidade negra apontam:

As comunidades negras, também chamadas de terras de pretos, surgem a partir de quilombos constituídos por negros que fugiram do sistema escravocrata. O conceito histórico foi constituído pelo Conselho Ultramarino, em 1740, como meio de controle dos escravos no período colonial. Sendo as denominadas terras de pretos domínios doados, entregues ou adquiridos, com ou sem formalização jurídica, á famílias de ex escravos a partir da desagregação das grandes propriedades monocultoras. Anjos & Silva (2004)

É neste computo que falar em comunidades remanescentes de quilombos é sempre referir a uma heterogeneidade, não a uma essência ou a algo exclusivamente característico a elas. Há uma série de questões a ser levadas em conta no tocante à sua participação nos processos de desenvolvimento das regiões onde estas comunidades estão inseridas.

O encurtamento dos territórios físicos das comunidades negras a exemplo de diversas partes da nação brasileira, também ocorreu na região denominada de Quarta Colônia, quando da chegada de novos habitantes oriundos da Europa, neste caso especialmente da Itália.

Embora caboclos e imigrantes estivessem no mesmo nível de miserabilidade nesta região em voga, para a Lei de Terras de 1850, os caboclos eram considerados indisciplinados e tecnicamente menos capacitados, sendo este o motivo que não se objetivou fazer a colonização com eles.

Assim de acordo com Neumann & Diesel (2004), na compreensão atual busca – se a reconstrução deste tempo social, espremido entre desagregação do escravismo e consolidação de colônias alemãs e italianas nesta região.

3. Procedimentos Metodológicos

Para o presente estudo, partiu-se da relevância que ocupam as comunidades afro-descendentes nos processos sociais e econômicos na região denominada hoje de Quarta Colônia, localizada na área serrana da região central do Rio Grande do Sul, onde no passado

ocorreu a implantação de duas grandes colônias oficiais (1757), com apoio do império, sendo uma delas a colônia de Silveira Martins. Esta colônia é atualmente denominada de Quarta Colônia e constituída por nove municípios, agregados pela dinâmica social, pois agrupa áreas de colonização alemã, onde estabeleceu-se um olhar integrado ao longo do processo histórico.

A metodologia deste trabalho baseou-se em uma pesquisa descritiva, que de acordo com Rudio (2003), interessa em descobrir, observar os fenômenos, procurando descrevê-los e interpretá-los.

Por quanto, se objetiva a descrição, dos envolvidos e a interpretação de sua importância no processo de desenvolvimento deste ambiente geográfico. Outra característica assumida neste estudo é quanto ao perfil histórico, que de acordo com Lakatos & Marconi (1991), consiste na investigação dos acontecimentos, processos e instituições do passado, para verificar sua influência na sociedade de hoje. Toma-se por base o princípio de que as atuais formas de vida social, as instituições e os costumes têm origem no passado.

Como aporte teórico usou-se neste estudo as publicações e registros encontrados em bibliotecas, trabalhos publicados por diversos pesquisadores e entrevistas com historiadores e estudiosos do assunto pertencentes às diversas instituições da região.

As entrevistas com descendentes afro, foram realizadas nos municípios da Quarta Colônia nas comunidades já constituídas e nos grupos periféricos de afro descendentes das comunidades em voga. Assim, com os dados coletados, e os procedimentos metodológicos utilizados estabeleceu-se o atendimento dos objetivos propostos neste estudo.

4. Resultados e Discussões

Nos diferentes municípios da quarta colônia, os afro-descendentes quando questionados sobre sua participação no desenvolvimento desta região, apontam que:

Os negros foram usados para desbravar esta região, para fazer o pior serviço, principalmente, onde era mais difícil como na zona de planalto, e isto não é reconhecido pelos brancos quando se fala em desenvolvimento regional, pois estes ressaltam apenas a bravura dos colonizadores italianos.

As lembranças das diferenças sociais que encontramos na região em voga, ainda são muito latentes sobre a ótica das comunidades afro-descendentes, como relata um líder da comunidade de São Miguel.

Uma dor de angustia de escravidão, e ela existe até hoje e só diminui quando a gente levanta a cabeça e, aí, eles vêem que a gente não se intimidou.

Roberto Potássio da Rosa. In Anjos & Silva,(2004).

Este relato expressa uma dor surda que parece existir nas diferentes realidades da região, sentimento de quem muito fez e não é reconhecido, como se este fosse um mundo oculto dentro de um contexto maior.

Seguindo os relatos destacamos as seguintes frases “ *o preconceito é muito grande, velado, institucional*”, “*os negros ainda vivem a servidão com o que fazem, pois a eles é reservado o trabalho inferior*”.

Os homens negros fazem os mais diversos serviços, mais nenhum trabalho qualificado ou que possa promover seu crescimento pessoal. As mulheres ainda hoje permanecem nas lides domésticas, como empregadas domésticas, “babás”, ou as conhecidas faxineiras dedicadas a serviços remunerados de limpeza doméstica

Não existe uma expectativa de melhora, pois no entender das comunidades negras, as crianças já nascem com uma espécie de marca que os conduz a um conformismo latente.

Nesta realidade, encontramos as mais diferentes situações que resultam em alguma forma de convivência, porém e em todas elas os afro-descendentes encontram-se em situações menos privilegiadas do que a comunidade branca

Observa-se, entretanto, que negros e brancos convivem de forma harmônica neste espaço geográfico, e que embora os afro-descendentes estejam relegados a uma condição inferior, muitas vezes, são estes que não tem desejo de conviver com os brancos em espaços sociais e culturais. Trata-se de uma auto-exclusão, enraizada na marginalização sofrida historicamente e aos processos discriminatórios do qual foram vítimas.

Na Quarta Colônia no RS, brancos e negros compartilham de algumas relações. Interagem cotidianamente em diversas ocasiões, freqüentam espaços semelhantes, são vizinhos, e em alguns casos até são compadres e comadres, mas no final das contas cada um age como se o mandamento fosse: cada um deve permanecer no seu lugar.

Considerações Parciais

Trata-se de um processo de investigação embrionário, portanto, o caráter das considerações aqui efetuadas será de parcialidade e não conclusivas.

Na história recente do desenvolvimento regional, a invisibilidade do negro é percebida em um discurso em que é ressaltada a “italianidade” da região, sendo a herança cultural

italiana o mote do processo de desenvolvimento conduzido por um consórcio, o CONDESUS, o qual envolve os nove municípios da quarta colônia. Na origem deste processo discursivo, a educação patrimonial foi evocada como forma de valorização de um devir histórico, onde o patrimônio cultural italiano tinha cumprido um papel de relevância. Os negros e mesmo os alemães e portugueses que também participaram do processo de ocupação deste espaço geográfico, foram alijados do discurso institucional. Aos alemães a prática reservou lugar de destaque, pois a sua culinária passa a fazer parte do repertório turístico regional. Aos outros, reservou-se o esquecimento.

Na propulsão do turismo e na discussão dos rumos do desenvolvimento regional, as comunidades remanescentes de quilombos nunca foram incluídas de forma ativa e suas demandas não aparecem nos debates públicos. Revela-se uma exclusão política e cultural significativa, a qual isola as comunidades negras e as coloca a margem da cidadania e das políticas públicas.

5. Bibliografia

ANJOS José Carlos Gomes dos, & **SILVA** Sergio Baptista da, ORGs. **São Miguel e Rincão dois Martimianianos: ancestralidade negra e direitos territoriais**. - Porto Alegre: Editora da UFRGS/Fundação Cultural Palmares, 2004. n° pag. 347

BANDEIRA, Maria de Lourdes. **Território negro em espaço branco**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BARTH, Fredrik. **Political Leadership among Swat Pathans**. London School of Economics Monographs on Social Anthropology. Number 19. London: The Athlone Press, 1959.

BAIOCCHI, Mari de Nasaré. **Negros do Cedro. Estudo antropológico de um bairro de negros em Goiás**. São Paulo: Ática, 1983.

BORGES PEREIRA, João Baptista. **Estudo das populações negras na Usp**. In: Revista de antropologia, n°24, 1981.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Peões, pretos e congos**. Brasília: ed. Unb, 1977.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. “**Estudos das áreas de fricção interétnica no Brasil**”. In: América Latina, ano V, n°3, Rio de Janeiro, 1962.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação do seu modo de vida** (10°ed.). São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2003 [1964].

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **“Parecer sobre os critérios de identificação étnica”; “Etnicidade, da cultura residual, mas irredutível”**. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. **A dimensão política da cultura negro no campo: uma luta, muitas lutas**. Tese (Doutorado em antropologia social). São Paulo: Usp, 1990. 284p.

MONTEIRO, Anita M.Q. Castainho: **Etnografia de um bairro rural de negros**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1985.

NOGUEIRA, Oracy. **Relações raciais no município de Itapetininga**. In: BASTIDE, Roger; FERNADES, Florestan. Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo. São Paulo: Anhembi Ltda., 1955.

NEUMANN, Pedro S. DIESEL, Vivien, **Histórico da ocupação do espaço agrário na região central do Rio Grande do Sul**. In. Espaço Rural e Desenvolvimento Regional: estudos a partir da região central do RS / Org. José Marcos Froehlich, Vivien Diesel. - Ijuí : Ed. Unijuí, 2004. 312p - (Coleção trabalhos acadêmicos-científicos. Série relatórios de pesquisa.

QUEIROZ, Renato S. Caipiras negros no Vale do Ribeira: um estudo de antropologia econômica. São Paulo: FFLCH/USP, 1983.

SOARES, Luiz Eduardo. **Campesinato: ideologia e política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VOGT, Carlos; FRY, Peter. Cafundó. A África no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

WAGLEY, Charles (ed.). Class and race in rural Brazil. Paris: Unesco, 1952.



REDES DO PROCESSO MIGRATÓRIO DE TRABALHADORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE TIMBIRAS (MA) PARA OS CANAVIAIS DO NORDESTE PAULISTA.

André Eduardo Ribeiro da Silva
Júlio César Suzuki
Universidade de S. Paulo
andreduardo@usp.br
GT 2 - Trabalho Rural e Migrações

Este trabalho tem por objetivo desvendar as múltiplas redes espaciais do processo de reprodução das condições de vida de um grupo de camponeses do município de Timbiras, situado na microrregião geográfica de Codó, no leste maranhense para o trabalho na lavoura canavieira, principalmente na atividade do corte de cana-de-açúcar no nordeste do estado de São Paulo, tendo como apoio as cidades de Guariba e Pradópolis, situadas na região administrativa de Ribeirão Preto.

Busca-se, por meio do conceito de territórios-rede, proposto por Costa (2004, p. 298) compreender estratégias de reprodução social desses camponeses, a partir de migrações para o labor na safra canavieira paulista. Na concepção do autor (COSTA, 2004, p. 289,293), *as redes, em diferentes níveis, precisam se territorializar, ou seja, necessitam da apropriação e delimitação de territórios para a sua atuação, e é constituída de elementos que se diferenciam ao longo do tempo*

Desse modo, as migrações temporárias, nesse sentido, constituem, portanto, *um componente muito importante na conformação de sua identidade ou na fragilização de sua identidade* (COSTA, 2004, p. 301), pois *o território também é produzido no movimento ou, pelo menos, na repetição do movimento, no controle por redes (território-rede) promovendo uma rearticulação de limites, e intensificando uma certa hibridização cultural.*

Por meio dos desdobramentos conceituais de território-rede, pensado por Costa (2004) procuramos investigar a fluidez espacial desse processo de reprodução das condições de vida, por meio das redes estabelecidas entre os território de origem (município de Timbiras) e a principal área de destino na atividade do corte de cana no estado de São Paulo (as cidades de Guariba e Pradópolis), a partir das experiências

migratórias de um grupo de camponeses. Em suma, uma questão se põe: Qual o significado das redes estabelecidas, por meio do processo migratório entre o município de Timbiras e os canaviais do nordeste paulista para o processo de reprodução social camponesa.

Para responder a esta questão, apoiaremos num enfoque dos estudos migratórios que não se fundamenta numa interpretação neoclássica de migração, apoiada na proporção dos fluxos de população entre as regiões de origem e destino, a partir de uma necessidade racional do mercado capitalista, desprezando a dimensão histórica das migrações (PÓVOA, NETO, 2007, p. 49), ou numa tendência histórico-estruturalista assentada numa *percepção de processos gerais, dentro dos quais, a migração ganha sentido e tende a assumir um papel*, reduzindo a importância das histórias individuais e das singularidades desse processo migratório (PÓVOA, NETO, 2007, p. 50)¹.

Apoiaremos em Silva (2005, p. 53 - 54), que aponta que a centralidade da categoria trabalho, presente nessas linhas interpretativas sobre as migrações deve ser lida, não apenas do ponto de vista analítico, mas também como uma categoria histórica, na qual os fatores econômicos não podem ser as únicas lentes vislumbradas na interpretação das migrações e dos migrantes. Diante da complexidade dessas situações, a autora adotou uma postura teórico-metodológica ancorada no entendimento das migrações como um processo social e dos migrantes como agentes desse processo (Silva, 2005, p. 54).

Pretende-se, dessa maneira, compreender o fenômeno migratório a partir da construção/reconstrução dos espaços sociais envolvidos no processo migratório, a partir de redes que criam/recriam novas significações nos múltiplos territórios que perpassam/perpassaram a vida desse grupo de camponeses, assim como as representações dessas múltiplas dimensões do processo migratório.

As migrações, não são um acontecimento recente, para parte significativa da população estabelecida no município de Timbiras, em particular daqueles que migram sazonalmente para as plantações de cana de açúcar no estado de São Paulo. Parte significativa da população de origem camponesa dos vales úmidos do Maranhão (Itapecuru, Mearim, Pindaré e Grajaú) e de regiões da Pré-Amazônia maranhense resultaram de fortes movimentos vindos do Ceará e do Piauí, motivadas por fortes episódios de seca que atingiram duramente seus roçados, em seus estados de origem e da pressão do latifúndio pecuarista sobre suas terras (Andrade, 2005, p. 60, 233). Esse processo intensificou-se no final da década de 1950, aumentando *consideravelmente a população rural da zona do babaçu desde a calamitosa seca de 1957, ocupando os vales fluviais do centro e do oeste do Maranhão na fronteira amazônica, que na época eram*

esparsamente povoados (MAY, 1990, p. 62). Outrossim, a historiografia maranhense, conforme Galdez Ferreira (2010) registrou ocorrências de movimentos de migrantes de províncias, hoje localizadas na região Nordeste desde a década de 1870. A migração, portanto, é um componente importante no processo de reprodução do trabalho camponês na terra, mesmo em direção a regiões distantes das ocupações da família.

No entanto, Almeida (1981) aponta um quadro de reversão do saldo migratório do estado do Maranhão, entre 1970 e 1980. Baseado nos dados do Censo Demográfico de 1980 constata que o estado maranhense apresentou pela primeira vez em sua história recente, uma migração líquida negativa. May (1990, p. 63), de acordo com esses dados, aponta que mais de meio milhão de pessoas migraram para outros estados do Brasil, na década de 1970. Almeida (1981) aponta também a emigração de maranhenses para países latinos americanos, de acordo com notícias jornalísticas que relatavam a expulsão de maranhenses dos garimpos de ouro da bacia do rio Orenoco, na Venezuela, no final dos anos 1970. Em outras palavras, o Maranhão, um estado que recebeu levas de famílias camponesas, expulsas pelos conflitos fundiários, e pelo processo de modernização da agricultura, nas regiões de ocupação mais antiga do Nordeste oriental e do Sertão, convertia-se nos idos da década de 1970, num grande exportador de mão-de-obra, notadamente para os grandes projetos agropecuários (sobretudo nas atividades de retirada da cobertura vegetal e formação de pastagens para o gado bovino) e de exploração mineral (com destaque, para as atividades de garimpo de ouro) na Amazônia Legal.

Um conjunto de pesquisadores atentou suas investigações nas múltiplas dimensões do camponês, sobretudo na sua condição de trabalhador migrante, como alternativa de viabilizar a reprodução da unidade familiar, enquanto camponeses na região de origem. Daí destacarmos Garcia Jr. (1983, 1990), Heredia (1980), Menezes (2002), Silva (1999), Suarez (1977), entre outros, preocupados, sobretudo em compreender a expressão do capitalismo na agricultura e organização social camponesa, particularmente para o mundo do trabalho, sobretudo na área marginal da *plantation* canavieira nordestina, ou então no caso de Silva (1999) de contingentes de trabalhadores procedentes do Médio Jequitinhonha e estados do Nordeste para os canaviais paulistas. Tais referências se mostram importantes por explicitar o papel que os camponeses têm no local analisado, qual é a sua origem, trajetórias e se possível comparar o significado deste movimento migratório com outros períodos de recepção deste grupo de trabalhadores rurais.

Estes estudos validam o emprego do conceito utilizado para compreender a migração, como uma estratégia de reprodução social desses trabalhadores rurais, ao longo

da vida, perfazendo muitas vezes o que Silva (1999) designa como *permanente migração temporária*, condição esta que se desenrola, muitas vezes, a partir do que Moura (2009) coloca como sendo o corolário da *precisão*¹ a que estão submetidos anualmente milhares de famílias camponesas, precariamente ligadas a terra.

A construção de múltiplas redes nesse movimento entre Timbiras e novas áreas de destino para o trabalho migrante, tem como base as transformações sociais que se intensificaram no município de Timbiras e na microrregião homogênea de Codó, no leste maranhense, incentivadas pelo ritmo dos processos de expulsão/expropriação do meio rural, ativando a migração rural-urbana no nível regional e a falta de oportunidades de trabalho para acolher esse contingente humano oriundo do “interior” do território municipal timbireense (CARNEIRO *et al*, 2008).

Por outro lado, o município de Pradópolis, outrora epicentro da produção cafeeira comandada por Antônio Prado, entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do século XX, abriga a maior processadora de cana -de -açúcar do Brasil: a Usina São Martinho que sustenta elevados níveis de produtividade agroindustrial e o consumo do trabalho de muitos canavieiros nos talhões da gramínea, parte importante deles, constituída por migrantes maranhenses, em especial dos naturais de Timbiras.

Guariba, município vizinho, por sua vez, sediou o acontecimento que se tornou um marco dos movimentos grevistas, entre os trabalhadores da agroindústria canavieira, em maio de 1984 e na conformação de outra vertente do movimento sindical, a partir da criação da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP), no final da década de 1980. O município ainda sustenta uma quantidade significativa de migrantes temporários, alocados em seus bairros periféricos, durante a safra canavieira para laborar nas várias usinas e destilarias sediadas em municípios próximos e também de trabalhadores canavieiros, procedentes de vários estados do país, notadamente do nordeste de Minas Gerais, em especial da região do Médio Jequitinhonha, e também de diversos estados da região Nordeste do Brasil. Vettorassi (2006, 2010) analisou as relações estabelecidas entre os migrantes, considerados “de fora” - em geral mineiros ou nordestinos, que habitam as áreas periféricas da cidade - e uma parcela da população - moradora há mais tempo, e residente nos bairros centrais, constituída, em sua

¹ A categoria nativa *precisão* é, de acordo com Moura (2009, p.30) um *term regional que identifica períodos de maior necessidade financeira no contexto da economia familiar desses trabalhadores rurais, bem como das formas encontradas por entidades civis e públicas para combater a reincidência de trabalhadores à situação considerada de trabalho escravo.*

maioria por descendentes de colonos europeus - a partir de uma série de representações negativas dos “de fora”, acentuando ainda mais o grau de exploração a partir de estigmas que impingem uma dicotomia entre os considerados *estabelecidos* e os *outsiders*, de acordo com a análise elaborada por Elias & Scotson (2000). Guariba e Pradópolis³ são as duas cidades da região administrativa de Ribeirão Preto, que mais abrigam trabalhadores canavieiros maranhenses no estado de São Paulo, em especial aqueles originários do município de Timbiras (CARNEIRO *et al* 2008).

A busca frenética por maior produtividade econômica é alimentada por mão-de-obra farta e abundante, vítimas da *precisão*, oriunda de regiões economicamente empobrecidas do país, que migra para alimentar e acelerar o processo de reprodução do capital, como nos faz lembrar Rosa de Luxemburgo, em sua análise sobre a importância dos viveiros de mão-de-obra fora das fronteiras do capital, para o processo de reprodução ampliada do capital. (LUXEMBURGO, 1976 *apud* SILVA, 2005, p. 57)

Todavia, essa investigação visa num primeiro momento, reconstruir o processo histórico de gestação das áreas de origem (Timbiras) e destino (Pradópolis e Guariba), do trabalho migrante, para em seguida deter-se sobre as razões que produziram essas relações sócio-espaciais de migração para os canaviais, buscando entender os significados deste processo e as conexões materiais e imateriais nutridas, a partir de Timbiras com a área canavieira paulista. No final, discutiremos as contradições dessas redes migratórias e a vivência deste processo social dos trabalhadores, nas áreas de destino, e das famílias, no município de Timbiras.

Área de Estudo

Apesar dos municípios exibirem semelhanças quanto ao período histórico de emancipação política (que se reporta a primeira metade do século XX), o contexto social de sua formação e a constituição dos núcleos urbanos seguiram lógicas bastante distintas. A partir das Tabelas 1 e 2, apresentamos uma série de dados comparativos sobre o processo de avanço da população urbana sobre a rural em cada um dos municípios, nas três últimas décadas, de acordo com as informações dos Censos Demográficos do IBGE, que também permitem uma analogia com um processo de expansão da população urbana mais amplo, em marcha nos estados do Maranhão e de São Paulo, ao longo deste período histórico.

Tabela 1
População Urbana e Rural do município de Timbiras e do Estado Do Maranhão
1991, 2000 e 2010

Local	Censo Demográfico	População	População Urbana		População Rural	
			Absoluta	Em %	Absoluta	Em %
Timbiras	1991	22.960	7.815	34,04	15.145	65,96
	2000	26.401	13.954	52,85	12.447	47,15
	2010	28.007	17.471	62,38	10.536	37,62
Maranhão	1991	4.930.253	1.972.421	40,01	2.957.832	59,99
	2000	5.651.475	3.364.070	59,52	2.287.405	40,48
	2010	6.569.683	4.143.728	63,07	2.425.955	36,93

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1991, 2000 e 2010.

Tabela 2
População Urbana e Rural do município de Pradópolis e Guariba e do Estado de São Paulo
1991, 2000 e 2010

Local	Censo Demográfico	População	População Urbana		População Rural	
			Absoluta	Em %	Absoluta	Em %
Pradópolis	1991	9.870	8.812	89,28	1.058	10,72
	2000	12.912	11.875	91,97	1.037	8,03
	2010	17.404	16.127	92,66	1.277	7,34
Guariba	1991	28.911	27.615	95,52	1.296	4,48
	2000	31.085	30.223	97,23	862	2,77
	2010	35.491	34.753	97,92	738	2,08
São Paulo	1991	31.588.925	29.314.522	92,8	2.274.402	7,2
	2000	37.032.403	34.592.851	93,41	2.439.552	6,59
	2010	41.252.160	39.552.234	95,88	1.699.926	4,12

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1991, 2000 e 2010.

Os indicadores do Censo Demográfico revelam a acentuada desigualdade de distribuição da população pelos municípios de Timbiras, Pradópolis e Guariba, entre os Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. Enquanto que os municípios paulistas já sustentavam elevadas taxas de urbanização em 1991 (89,28%, em Pradópolis, e 95,52%, em Guariba), apresentando uma pequena variação da taxa de urbanização em relação a 2000 (2,69% no caso de Pradópolis e 1,71% para a realidade de Guariba), o município maranhense possuía uma expressiva população rural em 1991 (65,96%) e em menos de uma década reverteu este quadro, apresentando 52,85% de seus habitantes residindo na cidade. Dessa sorte, o crescimento da taxa de urbanização experimentada pelo município foi similar à apresentada pelo estado do Maranhão entre 1991. Pela primeira vez em sua história, o estado do Maranhão e o município de Timbiras exibiram, num censo demográfico, uma taxa de população urbana superior à rural. No entanto, esses números eram inferiores a média nacional do período, que registrava uma taxa de urbanização de 75,6% no Censo de 1991 e 81% no seguinte. A partir desses números, também verificamos o acelerado crescimento da população urbana de Timbiras, entre os Censos Demográficos de 1991 e 2010, a partir da redução de 28,7% da participação da população rural, no conjunto da população total do município timbirense.

Por outro lado, a taxa de urbanização de Pradópolis e Guariba é expressiva, se comparada com a do município de Timbiras e a do estado do Maranhão. É similar ao índice paulista, um dos maiores do país, que supera a média nacional, tanto nos dados do Censo Demográfico de 1991 quanto nos de 2000 e de 2010.

Este acelerado processo de urbanização de Timbiras está associado ao ritmo de expulsão/expropriação de famílias camponesas da área rural do município, sobretudo de antigos moradores de fazendas, que em função da especulação fundiária e do aquecimento de mercado de terras foram obrigados a abandonar o meio rural, e a marchar ao centro urbano local, numa primeira escala, de acordo com Carneiro *et al* (2008).

Também podemos refletir sobre a dominância da lavoura canavieira no meio rural de Pradópolis e Guariba, organizada a partir de médias e grandes propriedades de terra, com o avanço do processo usineiro, em meados dos anos 1950. Ao contrário da realidade do município maranhense a experiência camponesa é pouco expressiva e seus áureos tempos reportam à uma época distante, durante o século XIX e início do século XX, no momento anterior ao da constituição de grandes fazendas para a lavoura cafeeira (BACELLAR; BRIOSCHI, 1999).

Por sua vez, Carneiro *et al* (2008, p. 23) indicam que de acordo com o Atlas da Exclusão Social no Brasil, elaborado por Pochmann & Amorim (2003), Timbiras ocupa a 5421ª. posição

no ranking da exclusão social entre os municípios brasileiros, posição que a coloca entre os cem municípios com maior grau de exclusão social, com extrema concentração de renda. Apesar da ocorrência de desigualdades sociais tanto em Timbiras como em Pradópolis nota-se uma brutal discrepância entre os indicadores socioeconômicos dos dois municípios estudados.

A experiência migratória maranhense é analisada pelo pesquisador Marcelo Domingos Sampaio Carneiro, que é coordenador do grupo de pesquisa intitulado “Migrações no Maranhão Contemporâneo”, do Departamento de Ciências Sociais, da Universidade Federal do Maranhão, e que vêm se debruçando, ao longo desta década, sobre a intensificação da migração maranhense em direção aos canaviais do Sudeste e Centro-Oeste do país, e em particular o registrado pela microrregião homogênea de Codó, na qual se encontra Timbiras, o município maranhense que mais envia sazonalmente trabalhadores migrantes para a safra de cana-de-açúcar no estado de São Paulo. (CARNEIRO *et al*, 2007, p. 215)

Dentre outros apontamentos, coloca a existência de uma estrutura fundiária arcaica em Timbiras, caracterizada pela concentração de terras nas mãos de um pequeno grupo de médios e grandes proprietários rurais, e a prática do arrendamento como forma de submissão do camponês aos proprietários, estabelecendo regras que impedem a reprodução integral dessas famílias de agricultores no município. (CARNEIRO *et al* 2008, p.18) Além disso, apontam os períodos de escassez econômica, que geram a situação de *precisão*, que historicamente empurram o trabalhador rural para a migração sazonal, na condição de *escravos* seja nas áreas de desmatamento e expansão agropecuária na Amazônia, no *roço da juquirá*², na própria região de origem, ou mais recentemente e de forma intensa, para o labor na agricultura do Centro-Sul canavieiro.

As redes de transporte, apoiada nas áreas de origem e destino destes trabalhadores migrantes foi investigada por Marinho (2010). Afora as dificuldades de reprodução social da família camponesa, Carneiro *et al* (2008, p.18) revelam a dimensão restrita de oportunidades de emprego no mercado de trabalho local.

Por outro lado, muitos pesquisadores como Alves (2005, 2007 e 2009) Novaes (2007a, 2007b e 2009) Silva (2010, 2008a, 2008b, 2008c, 2008d, 2008e, 2007a, 2007b e 2006), THOMAZ JR (2002) e instituições como a COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (2007) e o SERVIÇO PASTORAL DO MIGRANTE (2009, 2008), vêm lançando estudos

² *Roço da Juquirá ou Juquirá conforme Moura (2009, p.28) trata-se da derrubada do mato com a foice, caracterizando uma das últimas etapas da limpeza do pasto para a criação de gado, com a retirada de ervas daninhas e demais tipos de vegetação que cresce em meio ao capim, já plantado anteriormente.*

sobre a intensificação da precarização das relações de trabalho nos canaviais paulistas, e notando em seus estudos empíricos, um aumento expressivo da participação de maranhenses e piauienses, no conjunto dos trabalhadores canavieiros no estado de São Paulo, como pode ser observado na Tabela 3:

Tabela 3

Estados de origem dos trabalhadores migrantes no interior de São Paulo (em %)

Estado de Origem	% dos Migrantes
Bahia	25
Minas Gerais	20
Pernambuco	15
Piauí	10
Paraná	8
Maranhão	6
Ceará	2
Alagoas	1
Outros	1

Fonte: SERVIÇO PASTORAL DO MIGRANTE. Rota da Mobilidade Humana para o Interior de São Paulo. Dossiê 2001 - 2003.

Apesar dos estados de Minas Gerais e Bahia “exportarem” 45% da força de trabalho empregada no corte de cana no estado de São Paulo, no período considerado, a presença de migrantes do Meio Norte respondem por 16% do número de trabalhadores migrantes do setor canavieiro paulista, como aponta o relatório do Serviço Pastoral dos Migrantes (2003). Esse número é importante já que os trabalhadores migrantes desses dois estados do país eram pouco representativos no conjunto dos canavieiros volantes no estado de São Paulo, até o fim dos anos 1990.

Retomando, as discussões sobre a migração de volantes maranhenses para os canaviais paulistas, Alves (2007, p. 23) coloca que essa demanda crescente por trabalhadores rurais do Meio-Norte está associada à elevação dos níveis de produtividade requeridos pelas usinas paulistas, que estipulam uma média de produtividade diária para o corte de cana, que hoje gira em torno de 12 toneladas/ homem/dia.

Aponta ainda que o aumento vertiginoso de migrantes maranhenses e piauienses está aliado a uma série de transformações que ocorrem no setor produtivo do Centro-Sul canavieiro, desde o final da década de 1990, como a intensificação da mecanização em diversas fases da lavoura canavieira, a adoção de novas formas de gestão empresarial e diversificação produtiva, pautada em elevados níveis de produtividade agroindustrial sucroalcooleiro (ALVES, 2007, p. 39).

Nos dias de hoje, a seleção de trabalhadores dessas regiões deve-se, portanto, a uma série de condicionantes que proporcionam às unidades sucroalcooleiras atingir estes níveis de produtividade, como a experiência desses trabalhadores com a agricultura camponesa em suas regiões de origem, desde a tenra idade, ajudando o pai nas lides agrícolas e, à exploração de uma série de condicionantes psíquicos associadas à migração desses trabalhadores como a masculinidade, a honra e a importância dos recursos advindos da safra canavieira para a manutenção do trabalho da família, mesmo que, a partir de vínculos precários com a terra em suas áreas de origem. (ALVES, 2007; ALVES, 2005; NOVAES, 2007; SILVA 2007a).

Apesar das condições de superexploração do trabalho e das precárias condições de vida na área canavieira, muitos cortadores de cana não aceitam docilmente o ritmo e as condições desse tipo de trabalho extenuante, incompatível com a condição humana. Embora, estejam desde muito jovens aptos ao duro trabalho nas lides agrícolas (ALVES, 2007, p.45), conforme as necessidades da agricultura camponesa, negam à sua redução à dispêndio de energia e músculos para mover as engrenagens do setor sucroalcooleiro, apesar de não possuírem o controle do seu próprio tempo de trabalho e sobre o seu corpo - como nos casos fatais, ocorridos no ambiente de trabalho, conhecido entre os canavieiros do noroeste paulista, por *birola*, como atesta a pesquisa de Rumim (2002). De acordo com Frazão Júnior (2009, p. 108 - 109):

Nesse trabalho, na roça, diferentemente do que ocorre no corte de cana, não se estimula a competição e sim a colaboração. (...) Portanto, assemelhar atividades, afirmando que a experiência com o trabalho na roça torna o camponês migrante nordestino mais apto para cortar cana, passa por alto em relação a diversos sentidos e significados da migração temporária para esse fim, assim como não dá conta das diferentes matizes dessas atividades que vão além de condicionamentos físicos. Até, porque para os próprios migrantes,

o trabalho no corte de cana aparece como um serviço pesado e realizado no ritmo e com controle do tempo diferente do trabalho na roça.

As contradições desta experiência vivenciada pelos próprios sujeitos sociais são reproduzidas ao longo de suas experiências migratórias ao longo da vida, social e espacialmente falando, inseridos num vaivém desenfreado que os converte historicamente em trabalhadores migrantes precários, vulneráveis, invisíveis.

Como um objetivo secundário, procuraremos investigar, se o episódio de forte inundação, na bacia do Itapecuru, entre abril e maio de 2009, causando prejuízo na cidade, por meio da destruição de muitas casas e roçados na área rural de Timbiras, intensificou as migrações para a safra do ano seguinte, e quais as estratégias de migrantes, em São Paulo, e de familiares, no Maranhão, para recuperar esses danos. Estas respostas estão sendo levantadas junto ao escritório da Defesa Civil local, instalada após o episódio das enchentes, a partir da análise de documentação escrita e fotográfica, e por meio da coleta de depoimentos orais entre os timbirenses “lá e cá”.

A pesquisa se apoia na realização de trabalhos de campo no município de Timbiras, abarcando a sede municipal e povoados do interior do município, com grande concentração de trabalhadores rurais maranhenses, que dirigem-se sazonalmente para a atividade da colheita de cana-de-açúcar no estado de São Paulo, e na sede municipal de Pradópolis e Guariba, núcleos urbanos paulistas que recebem o maior contingente de migrantes temporários do município do leste maranhense. A escolha de Pradópolis e Guariba, como áreas de migração a serem analisadas nesta pesquisa pautou-se em levantamento preliminar, ancorado em questionários e depoimentos orais coletados em trabalho de campo realizado entre 8 e 15 de janeiro de 2010, nos núcleos urbanos de Timbiras e Codó.

Por meio do apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), representado na figura de dois religiosos, um radicado em Codó, e outra alocada em Timbiras, foram estabelecidos os primeiros contatos com as famílias de trabalhadores migrantes nos núcleos urbanos dos dois municípios maranhenses.

O interesse em começar o trabalho de campo por Codó deve-se ao fato do núcleo urbano regional abrigar diversas *agências de viagem*, locais onde se efetua a venda de passagens de ônibus *clandestinos* para diversos destinos de trabalho para os moradores de Codó e também de municípios vizinhos, dentre eles Timbiras, principalmente para a área

canavieira paulista, mas também para municípios de Goiás e Mato Grosso (Depoimentos orais coletados em Codó e Timbiras, Pesquisa de Campo, Janeiro de 2010).

Dessa forma, muitas das relações entre o local de origem dos trabalhadores de Timbiras e a área canavieira paulista perpassam por Codó.

Foram coletados depoimentos orais de famílias de trabalhadores rurais que possuíam o histórico de pelo menos um integrante da família no trabalho no corte de cana em São Paulo. As entrevistas foram feitas na residência das famílias, envolvendo os depoentes e alguns membros da família e acompanhadas por um religioso da CPT, em Codó e um agente pastoral em Timbiras. nos bairros de grande concentração de trabalhadores rurais migrantes para o corte de cana no estado de São Paulo.

A definição da amostra não seguiu parâmetros estatísticos para identificar os primeiros sujeitos sociais participantes da pesquisa, sendo que interações iniciais levaram a outros sujeitos sociais.

Especialmente, as migrações temporárias, podem ser notadas por meio de reproduções em Timbiras ou Pradópolis que denunciam aspectos socioculturais elaborados durante o processo migratório, como a adoção de estilos de construção residencial e comerciais na cidade de origem que se reportam à cidade canavieira paulista, promovendo melhorias nas tradicionais moradias de adobe e telhado de palha de babaçu, por casas de alvenaria e estabelecimentos comerciais baseados numa cultura da migração, ou da realização de manifestações culturais maranhenses, como a festa do boi-bumbá, feita entre 2005 e 2007, em Guariba, organizada por trabalhadores rurais.

As redes de relações sociais primárias, que fundamentam o processo migratório, *lá e cá*, consolidam temporalmente estas redes espaciais, de múltiplas dimensões, e dado a magnitude das migrações, em particular das migrações temporárias, na realidade brasileira, fornece um indicador privilegiado da dinâmica mais geral da sociedade.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *As secas do Nordeste e o Maranhão*. São Luís: CPT, 1981.

ALVES, Francisco. Políticas Públicas Compensatórias para a Mecanização do Corte de Cana Crua: Indo Direto ao Ponto. In: *Ruris*. Revista do Centro de Estudos Rurais. V. 3 No. 1 Campinas: Ceres /IFCH- Unicamp, 2009. P. 153 - 178

_____. Migração de Trabalhadores Rurais do Maranhão e Piauí para o Corte de Cana em São Paulo. Será esse um fenômeno casual ou recorrente da estratégia

empresarial do Complexo Agroindustrial Canavieiro? In: *Migrantes. Trabalho e Trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro. (os heróis do agronegócio brasileiro)*. São Carlos: EdUFScar, 2007. P. 21 - 49.

_____. Por que Morrem os Cortadores de Cana? In: *Saúde e Sociedade* Vol. 15 N°. 3 São Paulo: Faculdade de Saúde Pública/USP, setembro – dezembro 2006. P. 90 - 98.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o homem no Nordeste*. Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7ª. Ed. revista e aumentada. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. 10ª. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. & BRIOSCHI, Lucila Reis (Orgs.) *Na Estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio; SOUZA, Andréa Joana; MARINHO, Karlene. O deslocamento temporário dos trabalhadores de Timbiras para a lavoura canavieira no Sudeste brasileiro. In: CARNEIRO, Marcelo Sampaio; MOURA, Flávia de Almeida (Orgs.) *Migrações no Maranhão Contemporâneo*. Uma análise do deslocamento de trabalhadores maranhenses rumo à lavoura canavieira de São Paulo. São Luís: UFMA-CPT/MA, 2008. P. 9 - 26.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio; SOUSA, Andréa; MARINHO, Karlene. Migração, estrutura Agrária e Redes Sociais: Uma Análise do deslocamento de Trabalhadores Maranhenses Rumo à Lavoura da Cana em São Paulo. In: NOVAES, José Roberto; *Migrantes. Trabalho e Trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro. (os heróis do agronegócio brasileiro)*. São Carlos: EdUFScar, 2007a. P. 87 - 117.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA; REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. Agroenergia: Mitos e Impactos na América Latina. In: *Cadernos de Formação*. 2007.

COSTA, Rogério Haesbaert. *O Mito da Desterritorialização*. Do “fim dos territórios” à Multipolaridade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

FRAZÃO FILHO, Francisco Alves. *Migração Temporária e PRONAF*. Uma Combinação Estratégica na Trajetória Social de Populações Camponesas em Francinópolis-PI. Dissertação(Mestrado em Políticas Públicas). Teresina: UFPI, 2009.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. *O Sul: Caminho do Roçado*. Brasília: Editora UnB, 1990.

_____. *Terra de Trabalho*. Trabalho familiar de Pequenos Produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

HEREDIA, Beatriz Maria Alsácia de. *A Morada da Vida*. Trabalho Familiar de Pequenos Produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARINHO, Karlene Carvalho. *Viagem Toda Sexta: Análise do Processo de Intermediação do Deslocamento de Trabalhadores Migrantes de Timbiras-MA para a lavoura canavieira do sudeste brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). São Luís: UFMA, 2010.

MAY, Peter H.. *Palmeiras em Chamas*. Transformação Agrária e Justiça Social na Zona do Babaçu. São Luís: EMAPA/FINEP/Fundação Ford, 1990.

MENEZES, Marilda Aparecida de. *Redes e Enredos nas Trilhas dos Migrantes*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

MOURA, Flávia de Almeida. *Escravos da Precisão: Economia Familiar e Estratégias de Sobrevivência de Trabalhadores Rurais em Codó (MA)*. São Luís: EDUFMA, 2009.

NOVAES, José Roberto Pereira. Trabalho nos Canaviais. Os jovens entre a enxada e o facão. In: *Ruris. Revista do Centro de Estudos Rurais*. Vol. 3 N^o. 1 Campinas: Ceres / IFCH, 2009. P. 105 - 127.

NOVAES, José Roberto Pereira. Idas e vindas: disparidades e conexões regionais. Um estudo sobre o trabalho temporário de nordestinos na safra da cana paulista. In: *Migrantes. Trabalho e Trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro*. (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos: EdUFScar, 2007a. P. 87 - 117.

_____. Campeões de produtividade: dores e febres nos canaviais paulistas. In: *Estudos Avançados*. Vol. 21, N^o. 59. São Paulo: IEA/USP, janeiro-abril 2007b. P. 167-177.

PÓVOA NETO, Helion. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual. Novos desafios para a análise. In: HEIDEMANN, Heinz Dieter; SILVA, Sidney Antônio da. (Orgs.) In: *Migração: nação, lugar e dinâmicas territoriais*. São Paulo: Humanitas, 2007. P. 45 -56.

SERVIÇO PASTORAL DO MIGRANTES. *Vozes do Eito*. Guariba: Eco das Letras, 2009

SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES. *Agrocombustíveis Solução?: A Vida por um Fio no Eito dos Canaviais*. São Paulo: Centro de Capacitação da Juventude, 2008.

SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES. Rota da Mobilidade Humana para o interior paulista. Dossiê 2001-2003. Guariba: 2003

SILVA, Maria Aparecida de Moraes . Expropriação de la tierra, violencia y migración. Campesinos del nordeste de Brasil en los cañaverales de São Paulo. (Mimeo)

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Produção de Alimentos e Agrocombustíveis no Contexto da Nova Divisão Mundial do Trabalho. In: *Revista Pegada* Vol. 9 N°. 1 Presidente Prudente: CEGET FCT/ UNESP, outubro de 2008a. P. 63 - 80.

_____. Cortadores de Cana e os (não) Direitos. In: *Travessia* N°. 61. São Paulo: maio-agosto 2008b. P. 26 - 36.

_____. Expropriação da Terra, Violência e Migração: Camponeses Maranhenses no Corte da Cana em São Paulo. In: *Cadernos CERU*. Série 2 Vol. 19, No. 1. São Paulo: CERU/USP, Junho 2008c. P. 165 - 180.

_____. Trabalho e trabalhadores na região do “mar de cana e do rio de álcool”. In: *Migrantes*. Trabalho e Trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro. (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos: EdUFScar, 2007a. P. 55 - 86.

_____. Trabalho e morte dos “Severinos” nos canaviais paulistas. In: REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. *Direitos Humanos no Brasil 2006a*. São Paulo: 2007b. P. 53 - 60.

_____. Contribuições Metodológicas para a Análise das Migrações. In: DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; TRUZZI, Oswaldo(Orgs.) *Estudos Migratórios: Perspectivas Metodológicas*. São Carlos: EdUFSCar, 2005. P.53 - 86.

_____. *Errantes do Fim do Século*. São Paulo: Editora Unesp,1999.

SUAREZ, Maria Tereza Sales de Melo. *Cassacos e Corumbas*. São Paulo: Ática, 1977.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. *Por Trás dos Canaviais, os “nós da cana”* : a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. 1 ed. São Paulo: Annablume Editora / Fapesp, 2002.

VETTORASSI, Andréa. *Laços de Trabalho e Redes dos Migrantes*: um estudo sobre as dimensões objetivas e subjetivas presentes em redes sociais e identidades de grupos migrantes em Serrana e Guariba. Tese (Doutorado em Ciências Sociais).Campinas: IFCH/Unicamp, 2010.

_____. Espaços Divididos e Silenciados: Um estudo sobre as relações sociais entre nativos e os “de fora” de uma cidade do interior paulista. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). São Carlos: UFSCar, 2006.



A “INFANTARIA LIGEIRA” FORMADA PELOS EX-GARIMPEIROS DE TRÊS RANCHOS, GOIÁS.¹

José Luiz Vaz de Sousa, Mestrando em Geografia – PPGG-UFG, Campus Catalão²

joseluizvaz@yahoo.com.br

Prof^a. Dr^a. Maria Geralda de Almeida, – Orientadora – PPGG-UFG, Campus Catalão³

mgdealmeida@gmail.com

Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça, – Co-Orientador – PPGG-UFG, Campus Catalão⁴

mendoncaufg@gmail.com

GT2: Trabalho Rural e Migrações

RESUMO

No leito do Rio Paranaíba, município de Três Ranchos, a sudeste do Estado de Goiás, no transcurso dos anos 1930, iniciou-se o garimpo de diamantes, que durou até 1982. Nesse ano a formação do reservatório da UHE de Emborcação banuiu os trabalhadores dos sítios onde garimpavam, gerando uma “infantaria ligeira” de serventes, caseiros, jardineiros, vigilantes etc, para atender os turistas, atraídos pelas águas represadas. A garimpagem, uma atividade extrativista, primária, interrompida subitamente, foi substituída por outras, relacionadas ao turismo, qualificado como do setor terciário da economia. Esta nova configuração econômica (atrativa para uns, nociva na opinião de outros) que tem como *pano de fundo* a descaracterização do território pela implantação de usinas hidroelétricas, condenou muitos trabalhadores ao desterro, termo aqui utilizado em duplo sentido: estrito, porque obriga as pessoas a saírem de suas terras, e figurado, pois mesmo reassentadas, sentem-se degradadas dos ambientes onde construíram vários significados para suas vidas. Caso do garimpeiro: ainda que fossem precárias suas condições de vida e trabalho, elas não lhe estorvam a saudade de quando sonhava encontrar a pedra mais preciosa. As relações com o meio natural e social, as simbologias relacionadas ao ambiente do garimpo, a sinergia em busca do diamante, o aporte sócio-

¹ Fragmento da pesquisa intitulada “Pobres garimpeiros de riqueza: a geografia dos diamantes em Três Ranchos, Goiás”.

² Graduação em Geografia (2003) e especialização no ensino de Geografia (2006) pela UFG, Campus Catalão; professor efetivo no ensino público municipal de Catalão, Goiás.

³ Doutorado em Geografia pela Université de Bordeaux III, França (1985); professora titular da Universidade Federal de Goiás.

⁴ Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2004); professor titular da Universidade Federal de Goiás.

cultural, a exploração do trabalho pelo “fornecedor” e pelo “capangueiro”, bem como os valores e hábitos do garimpeiro, serão elementos constitutivos desta pesquisa qualitativa. Em vista da pouca documentação a respeito, a literatura será grande aliada na construção da dissertação; além disso, se utilizará fotografias da época e a oralidade como expedientes na decifração do que movia estes sujeitos, autores dos roteiros que protagonizam.

A “INFANTARIA LIGEIRA” FORMADA PELOS EX-GARIMPEIROS DE TRÊS RANCHOS, GOIÁS.

*Porque nem tu tens Rei, nem pátria amada;
Mas vagabundo vás passando a vida...*⁵

O diamante, ainda hoje e como sempre tem sido, a despeito de seu brilho e transparência, é originário de obscuras relações, que não raro se dão com violência ou aproveitando-se do sonho, do espírito fantasioso inerente ao garimpeiro e à sua lida. Por conta de uma extensa cadeia de enriquecimentos, o capital estimula a exploração, especialmente do garimpeiro, o primeiro agente, quem efetivamente encontra a pedra bruta que será transformada em brilhante. Mesmo sendo o grande responsável pela descoberta do diamante, a participação do garimpeiro nos ganhos advindos é a menor, considerando os altos preços posteriores que a manufatura finalizará em caro adereço.

Pelo mundo inteiro, desde a Amazônia, passando por Goiás, Bahia ou Minas Gerais, e indo até a África e à Índia, no que se refere à exploração do trabalho no garimpo, o que se vê ainda hoje é semelhante ao que sempre sucedeu, em maior ou menor grau de crueldade. A literatura e o cinema são fartos de histórias a respeito que, romanceadas, indicam apenas uma fração do que realmente ocorre nos garimpos de diamantes.

Em 2006 a Anistia Internacional publicou um trabalho fotográfico que bem denuncia tal situação: do lado esquerdo, a metade de um rosto, de pele branca, bem cuidada, ostenta um belíssimo colar de brilhantes; do lado direito, complementando a foto, a outra metade é de um personagem negro, um rosto carregado de suor e, ao invés do magnífico colar, expõe no pescoço a cicatriz ainda sangrenta provocada pelo grilhão⁶. A

⁵ Luís de Camões – Os Lusíadas: Canto VIII – em que Vasco da Gama é chamado de apátrida (verso 61) e vago navegante (verso 63). Publicado pela primeira vez em 1572 (embora concluído presumivelmente em 1556) é um dos primeiros documentos onde aparece o termo *vagabundo*.

⁶ Imagem disponível em <<http://www.amnesty.fr/AI-en-action/Lutter-contre-la-pauvrete/Acteurs-economiques/Presentation/Les-diamants-de-la-guerre-et-le-processus-de-Kimberley>>.

legenda, contundente, questiona o preço daqueles diamantes, sugerindo o sacrifício imposto pelo mero prazer de ostentar algo raro, e por isso caro, embora (sob certo ponto de vista) completamente supérfluo, como diz João Guimarães Rosa (1985, 261), para quem “o diamante perfaz a esquisita invenção: o esmerado sucinto. Dele a gente não vê é a nenhuma necessidade!”.

“Qual o preço desses diamantes?”



O garimpeiro, primeiro e fundamental sujeito nessa atividade, nunca sai de uma condição quase miserável: no caso específico de Três Ranchos não se tem notícia de algum garimpeiro que enriquecesse (e assim permanecesse!) à custa de seu trabalho, mesmo tendo achado diamantes mais que suficientes para isso – o que não deixa de ser uma violência: tantos sonhos privados pela insaciável sede de acumulação, materializada especialmente pelas figuras do fornecedor⁷ e do capangueiro⁸. E se a violência cruenta descrita ou estampada nas mais diversas mídias aparenta excedida para o caso específico do garimpo de diamantes de Três Ranchos, não significa que aqui tenha sido inexistente. Invisibilizados pelo sistema, os garimpeiros de diamantes e o seu trabalho nunca tiveram

⁷ Este era o provedor do garimpo, que abastecia de víveres e ferramentas a atividade garimpeira

⁸ O comprador itinerante de diamantes

uma leitura adequada, mesmo admitindo-se sua importância fundamental, ainda que somente para a reprodução do sistema (em vista de todo processo desencadeado a partir da descoberta do diamante), na manutenção da superfluidade, do luxo e da ostentação, ou na efetiva contribuição para a emancipação política e consolidação socioeconômica do município de Três Ranchos, que serve como recorte espacial para esta pesquisa.

A ELABORAÇÃO DE UM PERFIL

Havia casos em que o garimpeiro era algum fulano sem eira nem beira, que ousava sair de sua terra, e seguir errante, em busca de leitões e monções onde houvesse a informação do diamante. O que mais acontecia era terminar derrotado em sua empreitada, arruinado, a vida em desalinho, sem os últimos recursos que possuía apostados na busca inglória. Abandonado à própria (má) sorte tornava-se um estereótipo do vagabundo. Assim como ele, foram chamados vagabundos trabalhadores de vários ofícios no século XVI. E também os proletários do século XIX. E o mesmo adjetivo ainda hoje serve para se referir a toda categoria de trabalhadores em greve, aos militantes de movimentos sociais, aos integrantes do MST etc., difundido nas entrelinhas da imprensa obediente ao discurso reacionário, e acatado pela alienação reinante. Porém, o adjetivo não foi sempre o termo depreciativo que carrega atualmente, embora, pouco após o nascedouro, fosse a referência a uma síntese de condutas que desagradavam à ordem dominante.

Etimologicamente, do termo em latim *vagabundus* originou-se *vagabundo* e a forma paralela *vagamundo*, para designarem “aquele que vagueia pelo mundo”. Num dos mais belos momentos da literatura ocidental, *Os Lusíadas*, de Luís Vaz de Camões, está um dos primeiros registros da palavra que, com o tempo, assumiu outros sentidos, impregnou-se de representações diversas do que foi o seu primitivo ideal. A utilização da forma paralela do termo, *vagamundo*, em substituição ao seu sinônimo num dos versos do célebre épico lusófono (“*vagamundo* vás passando a vida”)⁹ em nada desvirtua o tal verso, ao contrário, facilita a compreensão do que diz Camões, referindo-se a Vasco da Gama,

⁹ “*Eu sou bem informado que a embaxada
Que de teu Rei me deste, que é fingida;
Porque nem tu tens Rei, nem pátria amada,
Mas vagabundo vás passando a vida.
Que quem da Hespéria última alongada,
Rei ou senhor de insânia desmedida,
Há-de vir cometer, com naus e frotas,
Tão incertas viagens e remotas?*”

uma das personagens mais importantes da história de Portugal, lembrado na epopeia camoniana como um navegante que passa a vida a vagar o mundo. Vasco da Gama seria, portanto, um vagabundo!

Para o poder, porém, o indivíduo vagando “à-toa” (em terra firme!) não era bom sinal. A falta de trabalho impunha urgências, ficando o trabalhador sem meios até para o próprio sustento. O desassossego da dominação em torno da situação pode ser explicado pelas palavras de Robert Castel (2005, 138): segundo ele “quem nada tem e não está ligado a nada é levado a fazer com que as coisas não permaneçam como são”. Ou seja, a pejoração em torno do vagabundo (ou vagamundo) não é mais que uma construção, chegada à atualidade por obra da dominação, para justificar a repressão às inquietudes sociais, ao inconformismo popular.

O paradigma do vagabundo não tem que coincidir com a realidade sociológica da vagabundagem. [...] estigmatizando-se ao máximo os vagabundos, criavam-se os meios regulamentares e policiais para enfrentar os tumultos pontuais provocados pela reduzida proporção de vagabundos verdadeiramente perigosos (CASTEL: 2005, 139).

Ainda neste sentido, acatando as palavras de Robert Castel, para quem “toda realidade social é uma construção social” (1998, 294), vê-se que a vagabundagem não é mais que um preconceito construído, diante de uma realidade igualmente construída.

Para o garimpeiro, era circunstância passageira, no mais das vezes. Na hora da precisão, ele enfrentava qualquer serviço: conhecia os segredos de outras lidas, sabia de gado, de guerras e de terras, de tantas outras vivências no percorrer da vida. Mas o garimpo – Ah! O garimpo! – aquilo é faina de se surpreender, podia mudar a vida num susto. O trabalho era arriscado e duro, tanto quanto ou mais que os demais. Porém ali, de uma hora para outra, tal qual um tesouro dissimulado nas entranhas da terra, o diamante podia aparecer e resolver a vida. A seu modo, ciente às vicissitudes de um sistema no qual ele não se adequa, e como que para justificar a sua tentação, o garimpeiro faz indagação semelhante à de Engels:

que segurança tem o operário de que amanhã a mesma sorte não o espera? Quem pode garantir-lhe que não perderá o emprego? Quem lhe assegura que amanhã, quando o patrão – com ou sem motivos – o puser na rua, poderá aguentar-se, a si e à sua família, até encontrar outro que “lhe dê o pão”? Quem garante ao operário que, para arranjar emprego, lhe basta boa vontade para trabalhar, que a honestidade, a diligência, a parcimônia e todas as outras numerosas virtudes que a ajuizada burguesia lhe recomenda são para ele realmente o caminho da felicidade? Ninguém. (ENGELS: 2008, 69).

Nas conversas com o garimpeiro, além de sua propensão à aventura, percebe-se a noção que tem do que o capitalismo reserva ao trabalhador. Por isso ele prefere arriscar!

Tomada ao pé da letra, a vagabundagem não é própria do garimpeiro. Impõe-se, então, desconstruir dois conceitos, um a respeito do garimpeiro e outro a respeito do vagabundo. Quanto ao primeiro, o trabalhador no garimpo, em que pese as peculiaridades do seu modo de vida, o considerar-se um trabalhador livre, sem vínculos, à busca só do garimpo, errante, sem residência fixa, nuances coincidentes com a vagabundagem, esta não é, nem por isso, a analogia ideal com o que se sabe do garimpeiro. E o vagabundo, impregnado de preconceitos no passar do tempo, chegou à contemporaneidade como o que há de mais pejorativo¹⁰ para referir-se a algum indivíduo na sociedade. O discurso construído em torno do vagabundo e da vagabundagem não é condizente com a natureza de muitos outros trabalhadores (sujeitos às conjunturas do sistema) nem com a do garimpeiro de Três Ranchos; não é possível estabelecer uma analogia rigorosa entre o vagabundo e o nosso garimpeiro, mas apenas lembrar como este padeceu preconceito semelhante ao que vêm sofrendo tantos trabalhadores, desde a Idade Média, impregnados de uma pecha inconveniente, injusta.

As raízes da vagabundagem tem procedência distante, e remonta ao século XV: Camões cita o *vagabundo* já em 1556 (ano provável da conclusão d’*Os Lusíadas*) embora haja registros anteriores. Ao referir-se a uma categoria de indivíduos, tidos como a “franja mais marginal” da sociedade, Robert Castel afirma que os vagabundos eram parte de uma “*residual population*”, “indivíduos desterritorializados, com grande mobilidade, que não encontram lugar na organização tradicional do trabalho” (CASTEL: 1998, 117). Mais adiante, o mesmo autor afirma que o vagabundo era uma “versão pejorativa do mendigo válido” e estaria associado a uma série de qualificativos

que designam indivíduos mal-afamados: [...] ociosos, luxuriosos, rufiões, tratantes, imprestáveis, indolentes... A esta sequência, acrescentam-se, amiúde, as profissões de má reputação: malabaristas, cantores, exibidores de curiosidades, arrancadores de dentes, vendedores de teriaga [¹¹]... assim como ocupações condenadas – jogadores de dados ou prostitutas, e até mesmo operários ou rapazes barbeiros (CASTEL: 1998, 120).

Tendo em vista tão-somente algumas facetas do jeito de ser do garimpeiro – imponderado, fantasioso, sem laços que o prendessem a não ser aos próprios devaneios, e que ao investir e perder na diligência de encontrar o diamante tornava-se um desocupado,

¹⁰ Do latim *pejoráre*, “tornar pior”.

¹¹ Teriaga é um termo depreciativo que designava os remédios caseiros.

até que novamente obtivesse meios de retornar ao garimpo – ele poderia facilmente ser incluído naquela lista de “profissões de má reputação” e, conseqüentemente, tido como vagabundo.

Robert Castel cita Isambert, Taillandier e Decrusy, que por sua vez transcrevem um decreto emitido em 1534 por Francisco I, rei de França, cujo fito era o de circunscrever numa definição os vagabundos; a referida lei considerava todos como “ociosos, gente sem fé nem lei e outros que não tem nenhum bem para mantê-los e que não trabalham nem lavram a terra para ganhar a vida” (CASTEL: 1998, 120). Continuando, Castel diz que

o vagabundo foge da inscrição em uma linhagem e dos vínculos de interdependência que constituem uma comunidade. Esse homem sem trabalho nem bens é também um homem que não tem um senhor, nem onde cair morto. ‘Morador em toda parte’, para retomar uma expressão frequente nos processos contra a vagabundagem, é um ser de lugar nenhum (CASTEL: 1998, 120).

No presente estudo, o “senhor” do garimpeiro era ele próprio, a menos que tivesse um fornecedor, caso em que a subordinação se devia apenas por conta dos víveres e ferramentas necessários à lida: podia desvencilhar-se desse senhor com facilidade, tão frágeis eram os vínculos trabalhistas nessa relação. Recorrendo a Karl Marx, associa-se a figura do garimpeiro à de um trabalhador cuja

força de trabalho como mercadoria só pode aparecer no mercado à medida que e porque ela é oferecida à venda ou é vendida como mercadoria por seu próprio possuidor, pela pessoa da qual ela é a força de trabalho. Para que seu possuidor venda-a como mercadoria, ele deve poder dispor dela, ser, portanto, livre proprietário de sua capacidade de trabalho, de sua pessoa”. (MARX: 1988a, 135).

Essa é uma das proposições que mais se identificam com o que era o cotidiano das relações de trabalho no garimpo. Continuando:

“como pessoa, ele tem de se relacionar com sua força de trabalho como sua propriedade e, portanto, sua própria mercadoria, e isso ele só pode à medida que ele a coloca à disposição do comprador apenas provisoriamente, por um prazo de tempo determinado, deixando-a ao consumo, portanto, sem renunciar à sua propriedade sobre ela por meio de sua alienação” (MARX: 1988a, 135).

Ainda que numa aparente situação de liberdade e dono de sua força de trabalho, como qualquer outro trabalhador, o garimpeiro tinha como “sua condição de existência: venda da própria força para multiplicar a riqueza alheia” (MARX: 1988b, 200).

Se acontecia, eventualmente, de bamburrar, dividia com o fornecedor o dinheiro da venda do diamante e passava a maior parte do tempo no ofício da ganância.

Quando o dinheiro terminava, lá ia ele novamente ao garimpo, com a mesma esperança de antes para encontrar outro diamante. Era, enfim, alguém sem rei nem pátria (como o navegante d'*Os Lusíadas*), um “morador de lugar nenhum” ou “em toda parte”, dependendo de onde lhe fosse relatado que poderia haver a mancha de diamantes.

Dentre muitos, conta-se um caso emblemático ocorrido em Três Ranchos, no ano de 1970, em que um diamante de excelente qualidade, com 29 quilates, foi vendido por 29 mil cruzeiros novos (quantia equivalente hoje a algo entre 150.000 e 270.000 reais, dependendo do índice de atualização utilizado). O tal garimpeiro, já de antes um reconhecido boêmio, dividiu com o fornecedor o bambúrrio, ficando com 14,5 mil cruzeiros; desses, deu a cada um dos três irmãos parte da pequena fortuna. Em seguida, montou um bar e comprou do prefeito da cidade um Simca-Chambord, que pouco tempo depois foi trocado por uma lambreta. Passados seis meses no ócio e nas farras e o garimpeiro já não carregava consigo mais nenhum tostão.

O espectador, desacorçoado de se embrenhar naquela lida, pelo que em pouco ou nada via resultar a luta do garimpeiro, resumia numa frase curta a sua (des)crença: “a água trouxe, a água leva”! O garimpeiro, porém, se bamburrava gastava sem controle por uma razão simples: a confiança de que a sorte finalmente o encontrara e não o deixaria mais, acertara na “mancha”, naquele garimpo muito mais diamantes encontraria.

“Outra característica da vagabundagem”, diz ainda Robert Castel, é “a instalação deliberada na andança sem destino, na ruptura determinada com o domicílio e com as regras comuns da sociabilidade”; característica esta, no entanto, que “parece ser a realidade de apenas uma minoria desses infelizes” (CASTEL: 1998, 130). Adiante o autor pondera que a “categoria geral de vagabundo, ser totalmente a-social e perigoso, é uma construção” (CASTEL: 1998, 136). Com efeito, os garimpeiros de Três Ranchos, tanto porque em sua maioria já eram moradores desde muito antes, nem eram errantes nem violentos em suas relações. O que podia, eventualmente, fazê-lo perseverar na “andança sem destino” era a persistência da má-sorte, a ponto de ficar sem nada com o que se manter, e nem haver fornecedor que com ele quisesse se associar. Combinada às superstições comuns no ambiente da garimpagem, a pecha da má-sorte podia inclui-lo entre aqueles que, impossibilitados de se sustentar, não o eram também pelos fornecedores.

Alexandre Vexliard – citado por Robert Castel – na *Introduction à la sociologie du vagabondage*, lembra o trecho de um decreto real de 1701, posteriormente adotado quase sem retoques pelo Código Penal napoleônico, este já na travessia do século XVIII para o XIX, segundo o qual eram declarados

“vagabundos e pessoas sem fé nem lei aqueles que não tem profissão, nem ofício, nem domicílio certo, nem lugar para subsistir e que não são reconhecidos e não podem valer-se da recomendação de pessoas dignas de fé que atestem sobre sua boa conduta e bons costumes” (CASTEL: 1998, 121).

Nesse ponto, embora tivessem profissão, ofício e domicílio reconhecidos, o garimpeiro de Três Ranchos padecia, na organização social, a falta de confiança, especialmente dos comerciantes, pelo que não lhe vendiam fiado. Faziam-no, contudo, a algumas mulheres, esposas daqueles mesmos garimpeiros, quebradeiras de coco do babaçu, cuja produção de castanhas era segura, uma garantia do pagamento. Além disso, o fato de ser, eventualmente, um imigrante, poderia mais ainda incluí-lo na descrição expressa pelo decreto, durante o tempo necessário para tornar-se conhecido naquele meio, até terminar sustentado pelo fornecedor, que o acolhia, e lhe dava fiança, na medida em que demonstrasse merecimento.

Apesar de grande parte dos qualificativos relacionados por Robert Castel à vagabundagem não lhe serem completamente adequados, na sua condição de trabalhador o garimpeiro de Três Ranchos se inclui na categoria dos que “não tem um senhor”, um “livre proprietário de sua capacidade de trabalho, de sua pessoa”, um trabalhador que buscava não cair numa relação de servidão, de alienação.

Quanto a não lavrarem a terra, também não seria completamente aplicável a todos os garimpeiros de Três Ranchos. É bem verdade que se envolviam, de corpo e alma, na garimpagem, de lá só saindo no tempo “das águas”, quando a chuvarada tornava o rio muito perigoso para a atividade. Mas se havia alguns poucos que nesse intervalo nada faziam, a não ser esperar que as águas baixassem ou participar da pouca diversão que havia, outros, pela precisão ou pela própria condição de gente do campo, saíam da beira do rio justamente no momento de plantar e cuidar das roças. Uma conveniência para quem, ao contrário do que se convencionou chamar de vagabundo, nunca deixava de trabalhar.

Retomando uma vez mais a tese de Robert Castel, já se viu que os vagabundos eram considerados a “franja mais marginal” da sociedade; e das formas adotadas para a solução do problema, embora tenha sido usado até o expediente extremo da condenação à morte como solução definitiva para o delito da vagabundagem, naqueles tempos sombrios uma de outras tantas medidas que se tomava era o *banimento*, tornando proscrito o indivíduo que uma determinada comunidade o considerasse indesejável, despachando-o para outra, ou seja, uma medida ineficaz porquanto apenas remanejava a “inconveniência”. Na contemporaneidade da história de Três Ranchos consta iniciativa semelhante; desta

feita, no entanto, eram os próprios garimpeiros que, solidários ao companheiro saudoso do que deixara longínquo, se quotizavam e lhe custeavam a volta para casa.

Aventureiro, sonhador, carregando consigo saberes herdados de si mesmo, assemelhado em muitos pontos aos preconceitos construídos e descritos por Robert Castel, o garimpeiro de Três Ranchos, no entanto, diferencia-se, especialmente pela demonstração de apego ao lugar e aos laços familiares.

DELINEANDO UMA RELAÇÃO DE TRABALHO

Pouco se dirá aqui com respeito ao beneficiamento do diamante em Três Ranchos. Por um período curto, houve aqui uma oficina de lapidação, da qual, mesmo na lembrança dos antigos garimpeiros, há poucos registros. Da mesma forma, não se conhece um caso que seja de garimpeiro mantido em sua atividade de forma assalariada. Quando não podia se aventurar no garimpo à própria custa, por falta da munição necessária e precisava, portanto, submeter-se a um fornecedor, essa era uma relação mais de parceria que propriamente na condição de empregado-empregador, da qual o garimpeiro podia se desvencilhar de acordo com sua conveniência.

À guisa de esclarecimento, o parágrafo anterior é necessário para que não se tome como excessivamente superficial a imersão na teoria marxiana, especialmente no que se refere à agregação de valor por via da manufatura da pedra bruta, a matéria prima diamante, e no concernente à questão do salário, discussões tão presentes quanto necessárias se o assunto são as relações entre capital e trabalho, trabalhador e produção, pois tanto a industrialização do diamante quanto as relações trabalhistas no garimpo em Três Ranchos foram bastante precárias. A primeira porque praticamente não existiu e, as ditas relações trabalhistas, já se disse, sucediam diferentes do assalariamento conhecido. Para outras circunstâncias, os apontamentos de Karl Marx são, cada um a seu tempo, a estrita descrição do que vivenciaram os trabalhadores garimpeiros de Três Ranchos.

Nas primeiras páginas do panorama que traçou em sua obra *As metamorfoses da questão social*, para explicar a constituição da “sociedade salarial” moderna (fundamentado na realidade europeia, diga-se) ao propor a construção de pontes entre realidades distantes, ancestrais, e o que contemporaneamente sucede, Robert Castel assegura a validade desta reflexão, lembrando que

uma análise desse tipo supõe, quanto à própria possibilidade, que realmente existam constantes no tempo e no espaço, a despeito das ou graças às diversidades culturais e históricas. “Constantes” não significa a perenidade das mesmas estruturas mas, sim, homologias nas

configurações das situações e nos processos de suas transformações (CASTEL: 2005, 36).

A exploração do trabalho garimpeiro pela voracidade do capital personificava-se nas figuras do fornecedor e do capangueiro. Este cumpria seu papel com maior transparência: agente itinerante, sua função era subvalorar o trabalho, pagando o mínimo pelo diamante. Pelo fato de ser praxe a permanente urgência de se obter dinheiro, fosse para cobrir as necessidades de casa ou para a esbórnica, o capangueiro gastava pouca saliva nos acertos, para em seguida passar a mercadoria adiante por um preço muito mais alto. Além disso, era corriqueiro “queimar” a pedra, prática comum na perversa rede dos capangueiros, quando o próprio garimpeiro, considerando baixa a primeira oferta, saía em busca de um preço melhor pelo resultado do seu trabalho: em todo comprador que chegava, porém, a oferta era sempre a mesma, transmitida pelo primeiro que vira a pedra.

A participação de alguns fornecedores nesse logro é algo mais sórdido, ao pior estilo das piores práticas capitalistas. Encarregado do suprimento de víveres e ferramentas necessários para tocar o serviço, o fornecedor estava na qualidade de sócio do garimpeiro. Sucedia do meia-praça pegar um diamante e o fornecedor se propor comprar a pedra. A experiência do garimpeiro supunha um preço de 50, mas o fornecedor dizia que só daria 20 (o preço que lhe convinha!) cabendo, portanto, 10 a cada um. Ao argumento do garimpeiro de que o diamante podia ter preço melhor, o fornecedor retorquia que, se assim era, vendia a parte que lhe cabia por 10, ao garimpeiro. Evidentemente, tratava-se de um artil, pois o trabalhador não tinha condição de adquirir a parte do outro, e terminava obrigado a ceder à negociata. Nessa operação, não era raro o fornecedor contar com o respaldo financeiro de algum capangueiro, com o qual estabelecia o prévio conluio.

Os negociantes de diamantes nos primeiros tempos do garimpo no Brasil armaram tramoias semelhantes: em vista da grande quantidade, e para que o comércio ainda mais os favorecesse, depreciaram os diamantes brasileiros. Em seu *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio*, Joaquim Felício dos Santos conta como funcionou na Europa o boato de que os diamantes brasileiros eram inferiores aos trazidos do oriente. Informações falsas que

excitaram na Europa um grande prejuízo contra os diamantes do Brasil; caíram logo nas mãos de poucas pessoas, que sabiam melhor manejar o negócio, as quais antevendo que o Governo não podia ficar indiferente, compraram todos os que se lhes ofereceram (SANTOS: 1976, 78).

Em seguida, os mesmos diamantes eram negociados por um preço muito maior, em evidente afronta ao trabalho dos garimpeiros. Isso arremedaram os negociantes contemporâneos, capangueiros e fornecedores.

Não cabem dúvidas a respeito de quão dispendioso em matéria de tempo e trabalho era o garimpo de diamantes em Três Ranchos. Especialmente pelo processo quase artesanal para extrair-lo da rocha engastada nos monchões ou no leito do Rio Paranaíba, era necessário decompor grandes quantidades de cascalho que, no entanto, representava um volume pequeno em proporção ao trabalho envolvido. Um serviço pesado, trabalho que, propõe Marx, dedicado a uma outra atividade poderia fazer que esta adquirisse maior valor, mais rapidamente e de forma mais segura. Aludindo à questão, Marx lembra como é a raridade dos diamantes na crosta terrestre o que provoca o exagero de trabalho na busca deles, num volume pequeno de matéria-prima, fazendo que, tal como o ouro, metal precioso, e raro como o diamante, não seja capaz de pagar o seu próprio valor.

Com maior razão, vale isso para o diamante. Segundo Eschwege, em 1823 a exploração de oitenta anos das minas de diamante, no Brasil, não alcançava sequer o preço do produto médio de 1,5 ano das plantações brasileiras de açúcar ou café, apesar de que ela representava muito mais trabalho e, portanto, mais valor. Com minas mais ricas o mesmo quanto de trabalho representar-se-ia em mais diamantes, e diminuiria o seu valor. Caso se conseguisse, com pouco trabalho, transformar carvão em diamante, o valor deste poderia cair abaixo do de tijolos (MARX: 1988a, 49).

Há, portanto, fundamento no que diz Robert Southey, em sua *História do Brasil*, falando dos primórdios da exploração garimpeira em Goiás, quando anotou que

de São Paulo vinham regularmente provisões, mas não em quantidade suficiente para a população, por mais lucrativo que fosse o tráfico carreteiro. [...] Dentro em pouco começou-se a criar gado e cultivar a terra, vendo-se ser este meio de enriquecer mais fácil e mais certo que o das minas” (SOUTHEY: 1977, 175).

Por conseguinte, à luz das palavras de Marx, conclui-se como o alto preço dos diamantes não advém do valor que adquire à custa do trabalho investido pelo garimpeiro, mas, justamente, da sua escassez, fazendo com que se torne uma preciosidade tão incrivelmente cara.

Trazendo à contemporaneidade e contextualizando, infere-se ainda do raciocínio de Marx que muito mais se poderia ter produzido em Três Ranchos, se tudo e todos os envolvidos, homens, mulheres e recursos de toda ordem, fossem aplicados a qualquer outro processo produtivo. A grande perda, nessa hipótese, seria ignorar o ser humano tão peculiar, toda emoção de que é dotado o garimpeiro. Como um diamante que

não fosse encontrado, permaneceria como um tesouro jamais sabido todo aporte sociocultural que tanto enriqueceu Três Ranchos (bem mais que os próprios diamantes!) advindo dos trabalhadores garimpeiros, imigrantes ou nativos.

O SURGIMENTO DA “INFANTARIA LIGEIRA”

Karl Marx refere-se ao “mais profundo sedimento” de uma superpopulação pobre, conseqüente do apoderamento da agricultura pela produção capitalista, transferindo-se das áreas rurais para as periferias urbanas grande parte dos trabalhadores, que engrossarão aí o exército de “vagabundos, delinquentes, prostitutas, em suma, o lumpemproletariado propriamente dito” (MARX: 1988b, 199). De forma análoga, pode-se considerar o deslocamento das famílias de regiões alagadas pelos reservatórios de usinas hidrelétricas, estes com vistas à produção da energia necessária à fome insaciável do capital. Isso foi o que forçou ao fim a garimpagem e removeu os trabalhadores de sua atividade, às margens e no leito do Rio Paranaíba. Sem outro conhecimento, nem outro interesse que o de achar diamantes, o garimpeiro simplesmente “acampou”, para se tornar uma espécie de força ambulante, disponível à “infantaria ligeira do capital, que, de acordo com sua necessidade, ora a lança neste ponto, ora naquele. Quando não em marcha, ‘acampa’. O trabalho nômade é empregado em várias operações...” (MARX: 1984, 224).

Exposto que era a árduas condições e sob relações precárias de trabalho, ainda assim o garimpeiro é saudoso da vida que levava, provavelmente em virtude dos devaneios e da esperança que o embalavam cotidianamente. Nas viradas e monções, no leito e margens do Rio Paranaíba, o sonho de encontrar um diamante fazia parte do ambiente; um anseio tão evidente e perceptível, quase palpável. O que mais caracteriza o garimpeiro é seu arrebatamento diante da possibilidade de achar um diamante. Os que se deixavam seduzir pela garimpagem ficavam de tal forma encantados que aparentavam perder a lucidez. A capacidade de sonhar, de intuir, de pressagiar, é a própria razão de viver do garimpeiro. E a vontade de realizar esses sonhos é o que o movia em sua lida, mesmo que os seus saberes estejam constantemente tão vinculados à superstição, aos sonhos, aos sinais, aos palpites.

Ignorado de toda alma ignorante, o garimpeiro, porém, nos presságios da noite anterior, nas longitudes do sono leve, garantia ter visto de perto o cascalho e por pouco teria até demarcado o recinto onde (tinha certeza!) estava o diamante como tantos que vira rebrilhantes no céu imenso. Encontraria-o, finalmente! Seria o êxtase, um deslumbramento

inusitado, o diamante tão sonhado, incógnito, domínio de ninguém, intocado até então; milhões de anos estiveram à espera um do outro. Tantos matizes dados à luz, concentrados num estilhaço tão minúsculo, apurado, rebento da mais profunda víscera do planeta, chegado até aqui, na palma da mão.

Uma energia misteriosa animava os garimpeiros àquela faina, inflamados unicamente pela miragem do diamante que podia nunca ser encontrado. Considerando a sensibilidade humana – tão inerente ao garimpeiro – Marx atenua aquele “tormento” dizendo que “o homem enquanto ser objetivo sensível é, por conseguinte, um *padeecedor*, e, porque é um ser que sente o seu tormento, um ser *apaixonado*. A paixão (*Leidenschaft, Passion*) é a força humana essencial que caminha energicamente em direção ao seu objeto” (MARX: 2004, 128). O que ao observador desavisado pode significar um sacrifício desmedido, para o garimpeiro era parte de seu trabalho, sua paixão, pela qual dispensava toda energia de que dispunha.

Mesmo considerando a precariedade do ambiente garimpeiro em Três Ranchos, de há três décadas e mais, o discurso da modernidade surgido para justificar o barramento do rio não se sustenta: o Rio Paranaíba, outrora depositário de sonhos, esperanças e diamantes, para o garimpeiro hoje significa pouco.

Quando nos dizem que as hidrelétricas vêm trazer, para um país ou para uma região, a esperança de salvação da economia, da integração do mundo, a segurança do progresso, tudo isso são símbolos que nos permitem aceitar a racionalidade do objeto que, na realidade, ao contrário, pode exatamente vir destruir a nossa relação com a natureza e impor relações desiguais. (SANTOS: 2009, 217).

Privado da sua existência (do “vício” de sonhar!) por conta do alagamento dos sítios onde garimpava, o garimpeiro tornou-se um excluído típico. Em virtude da nova configuração econômica estabelecida, essencialmente voltada para a prestação de serviços relacionados ao turismo eventual, muitos dos antigos garimpeiros de Três Ranchos se dispõem a trabalhar como serventes, cozinheiros, caseiros, jardineiros, vigilantes etc, provocando-lhes um tipo de banimento ao qual se referiu Castel. Sem nenhum demérito a qualquer novo ofício que abraçaram por força das circunstâncias, a vida do garimpeiro era o garimpo. A nova realidade, perversa, embora aparentemente mais amena, escamoteia relações tão ou mais desiguais que aquelas pretéritas, além de expor o meio natural a uma agressão imensurável. A descaracterização do território, em função da implantação de usinas hidroelétricas, passa pela condenação de trabalhadores ao desterro, em dois sentidos: estrito, porque os obriga a sair de seus lugares, e figurado, pois mesmo

reassentados, sentem-se degradados, banidos do ambiente onde construíram tantos significados para suas vidas.

REFERÊNCIAS

CAMÕES, Luís de (1524-1580). **Os Lusíadas**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Trad. Iraci D. Poleti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

ENGELS, Friedrich (1820-1895). **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Trad. B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2008.

GOETHE, Johann Wolfgang von (1749-1832). **Fausto**. Trad. Jenny Klabin Segall. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987. (Grandes obras da literatura universal; v. 3).

MARX, Karl (1818-1883). **O capital**. Vol. 1, Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Trad. Regis Barbosa e Flávio Kothe. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988a. V. I. Tomo 1. (Os economistas).

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Trad. Regis Barbosa e Flávio Kothe. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988b. V. I. Tomo 2. (Os economistas).

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

ROSA, João Guimarães (1908-1967). **Estas estórias**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SANTOS, Joaquim Felício (1828-1895). **Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio**. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976. (Reconquista do Brasil; v. 26)

SANTOS, Milton (1926-2001). **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2009. (Col. Milton Santos; 1)

SOUTHEY, Robert (1774-1843). **História do Brasil**. Trad. Luís Joaquim de Oliveira e Castro. 4. ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1977. v. III.